



# Revista NERA

n. 35



# NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

PROFUNDIZACIÓN DEL CAPITALISMO AGRARIO EN EL URUGUAY:
DINÁMICAS EN EL ESPACIO AGRARIO DURANTE EL COMIENZO DEL SIGLO XXI

Mauricio Ceroni

LOS SONIDOS DEL SILENCIO. FORMAS DE RESISTENCIA DE LOS OBREROS ASALARIADOS EN LA AGRICULTURA PAMPEANA ARGENTINA

Juana Manuel Villula

A MODERNIDADE DO CAMPO E AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES HIERÁRQUICAS
Maria das Graças Campolina Cunha e Carlos Rodrigues Brandão

O TRABALHO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU E ANDER RODOLFO HENRIQUE EM DIAMANTE DO OESTE - PARANÁ Daiana Carolina Rafati, João Edmílson Fabrini e Walter Roberto Marschner

CAMPONESES E PROTO-CAMPONESES:
OS SUJEITOS DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Camila Ferracini Origuéla

A NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO CATARINENSE

Thiago da Silva Melo

REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO LULA:
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E OS ASSENTAMENTOS NAS ILHAS DO PARÁ
Rosane Oliveira Martins Maia. Nirvia Ravena e Rosa Elizabeth Acevedo Marin

SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS Claudia Janet Cataño Hoyos e Adriana D'Agostini

A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E AS ESCOLAS QUILOMBOLAS NO BRASIL Margarida Cássia Campos e Tainara Sussai Galinari

AVANÇOS E DESAFIOS DO PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL ATES EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO VALE DO JEQUIRIÇÁ – BA

ATES EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO VALE DO JEQUIRIÇA – BA André Santos de Oliveira

> PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE/SP: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRODUÇÃO E CONSUMO

Jessica Silva Moreira Camargo e Rafael Navas

PRODUÇÃO ECOLÓGICA DE ARROZ DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: UM CASO DE GESTÃO PARTICIPATIVA E GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Floriano Greco Martins

ORGANIZATIONAL STRUCTURE AND COMMERCIALIZATION OF COFFEE AND COCOA IN THE NORTHERN AMAZON REGION OF ECUADOR

Oswaldo Viteri Salazar e Jesus Ramos-Martín

Jan./Abr. 2017



# Revista NERA no. 35

http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera

### **EDITORES**

Estevan Leopoldo de Freitas Coca Lorena Izá Pereira Camila Ferracini Origuéla Eduardo Paulon Girardi Bernardo Mançano Fernandes Wendy Wolford Hannah Wittman

### **NERA**

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária Jan/Abr de 2017

#### Revista NERA (RNERA) nº. 35

#### **EDITORES**

Estevan Leopoldo de Freitas Coca Lorena Izá Pereira Camila Ferracini Origuéla Eduardo Paulon Girardi Bernardo Mançano Fernandes Wendy Wolford Hannah Wittman

#### **CORPO EDITORIAL**

Lucas Pauli Leandro Ribeiro Nieves Hellen Mesquita Luis Felipe Rincón

**CONSELHO CIENTÍFICO** Adolfo da Costa Oliveira Neto - UFPA (Belém, PA, Brasil) Adriano Rodrigues de Oliveira - UFG (Goiânia, GO, Brasil) Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai) Anderson Antônio da Silva - FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil) Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil) Camila Ferracini Origuéla - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil) Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil) Clifford Andrew Welch - UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil) Djoni Roos - UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil) Douglas Cristian Coelho - UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil) Eduardo Paulon Girardi - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil) Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil) Emilia de Rodat Fernandes Moreira - UFPB (João Pessoa, PB, Brasil) Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil) Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UEL (Londrina, PR, Brasil) Facundo Martín - UNCUYO, (Mendoza, Argentina) Fernando Mendonça Heck - IFSP (Tupã, SP, Brasil) Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz - Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia) Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil): Francisco Hidalgo Flor - Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador) Gláucio Marafon - UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil) Hannah Wittman - UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá) Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil) Hervé Théry - USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França) Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai) Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia) Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil) João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)

João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)

João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)

João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)

José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)

Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)

Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)

Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)

Lindberg Nascimento Júnior - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)

Lorena Izá Pereira - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)

Luciano Concheiro Borquez – UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)

Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)

Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)

Mara Edilara Batista de Oliveira – UFF (Angra dos Reis, RJ, Brasil)

Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)

Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)

Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)

Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)

Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)

Mônica Shicavinatto - UNESP (São Paulo, SP. Brasil) Munir Jorge Felício - UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil) Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil) Nelson Rodrigo Pedon – IFSP (Birigui, SP, Brasil) Noemia Ramos Vieira - UNESP (Marília, SP, Brasil) Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina) Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil) Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia) Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina) Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil) Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior- UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil) Rodrigo Simão Camacho - UFGD (Dourados, MS, Brasil) Rosa Maria Vieira Medeiros - UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil) Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil) Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil) Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil) Tiago Egídio Avanço Cubas - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil) Valéria de Marcos - USP (São Paulo, SP, Brasil) Valmir José Valério (Presidente Prudente, SP, Brasil) Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha) Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai) Wendy Wolford - Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América) Wilder Robles - University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

#### Revista NERA

#### Distribuída por





#### Indexada por







#### Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prude	nte: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.
1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2012 – ano 15, nº. 20
1999 – interrompida	2012 – ano 15, Edição Especial
2000 – ano 3, nº. 3	2012 – ano 15, nº. 21
2001 – interrompida	2013 – ano 16, nº. 22
2002 – interrompida	2013 – ano 16, nº. 23
2003 – interrompida	2014 – ano 17, nº. 24
2004 – ano 7, nº. 4	2014 – ano 17, nº. 25
2004 – ano 7, nº. 5	2015 – ano 18, nº 26, Edição Especial
2005 – ano 8, nº. 6	2015 – ano 18, nº 27
2005 – ano 8, nº. 7	2015 – ano 18, nº 28, Edição Especial
2006 – ano 9, nº. 8	2015 – ano 18, nº 29
2006 – ano 9, nº. 9	2016 – ano 19, nº 30
2007 – ano 10, nº. 10	2016 – ano 19, nº31
2007 – ano 10, nº. 11	2016 – ano 19, nº32, Edição Especial
2008 – ano 11, nº. 12	2016 – ano 19, nº33
2008 – ano 11, nº. 13	2017 – ano 20, nº34, Edição Especial
2009 – ano 12, nº. 14	2017 – ano 20, nº35
2009 – ano 12, n°. 15	
2010 – ano 13, nº. 16	
2010 – ano 13, nº. 17	Quadrimestral
2011 – ano 14, nº. 18	ISSN 1806-6755
2011 – ano 14, nº. 19	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

#### **ENDEREÇO**

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil FCT/UNESP - Bloco Docente I - Sala 19 Fone: (18) 3229-5388 - Ramal: 5552

Site: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

# Sumário

#### **APRESENTAÇÃO**

**PRESENTACIÓN** 

**PRESENTATION** 

#### Estevan Leopoldo de Freitas Coca

PROFUNDIZACIÓN DEL CAPITALISMO AGRARIO EN EL URUGUAY: DINÁMICAS EN EL ESPACIO AGRARIO DURANTE EL COMIENZO DEL SIGLO XXI

12

APROFUNDAMENTO DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO URUGUAI: DINÂMICA NO ESPAÇO AGRÁRIO DURANTE O INÍCIO DO SÉCULO XXI

ENHANCEMENT OF THE AGRARIAN CAPITALISM IN URUGUAY: AGRARIAN SPACE DYNAMIC DURING THE BEGINNING OF THE XXI CENTURY

#### **Mauricio Ceroni**

#### LOS SONIDOS DEL SILENCIO. FORMAS DE RESISTENCIA DE LOS OBREROS ASALARIADOS EN LA AGRICULTURA PAMPEANA ARGENTINA

65

Os sentidos do silêncio. Formas de resistência dos trabalhadores ASSALARIADOS NA AGRICULTURA PAMPEANA ARGENTINA

THE SENSES OF SILENCE. FORMS OF RESISTANCE OF SALARIED WORKERS IN ARGENTINIAN PAMPAS AGRICULTURE

#### Juana Manuel Villula

## A MODERNIDADE DO CAMPO E AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES HIERÁRQUICAS

LA MODERNIDADE DEL CAMPO Y LAS TRANSFORMACIONES DE LAS RELACIONES **JERARQUICAS** 

THE MODERNITY OF THE COUNTRYSIDE AND THE TRANSFORMATION OF THE HIERARCHICAL RELATIONS

#### Maria das Graças Campolina Cunha e Carlos Rodrigues Brandão

O TRABALHO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU E ANDER RODOLFO HENRIQUE EM DIAMANTE DO OESTE - PARANÁ

83 EL TRABAJO DE LAS MUJERES EN LOS ASENTAMIENTOS ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES EN SÃO MIGUEL DO IGUAÇU Y E ANDER RODOLFO HENRIQUE EN DIAMANTE DO OESTE - PARANÁ

> THE WORK OF WOMEN AT THE 'ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES SETTLEMENT' IN SÃO MIGUEL DO IGUAÇU AND THE 'ANDER RODOLFO HENRIQUE SETTLEMENT' IN DIAMANTE

DO OESTE - PARANÁ

# Daiana Carolina Rafati, João Edmílson Fabrini e Walter Roberto Marschner

# CAMPONESES E PROTO-CAMPONESES: OS SUJEITOS DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

108

LOS CAMPESINOS Y LOS PROTO-CAMPESINOS: LOS SUJETOS DE LA LUCHA POR LA TIERRA EN EL ESTADO DE SAO PAULO

PEASANTS AND PROTO-PEASANTS: THE SUBJECTS OF THE STRUGGLE FOR LAND IN THE STATE OF SÃO PAULO

## Camila Ferracini Origuéla

#### A NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO CATARINENSE

133

LA NECESIDAD DE LA REFORMA AGRARIA EN LA REGIÓN DEL CONTESTADO DE SANTA CATARINA

THE NEED FOR AGRARIAN REFORM IN REGION OF CONTESTADO CATARINENSE

### Thiago da Silva Melo

# REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO LULA: A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E OS ASSENTAMENTOS NAS ILHAS DO PARÁ

153

REFORMA AGRARIA DEL GOBIERNO LULA: LA REGULARIZACIÓN AGRARIA Y LOS ASENTAMIENTOS EN LAS ISLAS DEL PARÁ

LAND REFORM OF THE LULA GOVERNMENT: THE LAND REGULARIZATION AND THE SETTLEMENTS IN THE ISLANDS OF PARÁ

#### Rosane Oliveira Martins Maia, Nirvia Ravena e Rosa Elizabeth Acevedo Marin

# SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

174

SEGURIDAD ALIMENTARIA E SOBERANÍA ALIMENTARIA: CONVERGENCIAS Y DIVERGENCIAS

FOOD SECURITY AND FOOD SOVEREIGNTY: CONVERGENCES AND DIVERGENCES

### Claudia Janet Cataño Hoyos e Adriana D'Agostini

## A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E AS ESCOLAS QUILOMBOLAS NO BRASIL

199

L'ÉDUCATION QUILOMBOLA À L'ÉCOLE ET LES ÉCOLES QUILOMBOLAS AU BRÉSIL QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION AND QUILOMBOLA SCHOOLS IN BRAZIL

#### Margarida Cássia Campos e Tainara Sussai Galinari

AVANÇOS E DESAFIOS DO PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL - ATES EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO VALE DO JEQUIRIÇÁ – BA

218

ADVANCES AND CHALLENGES OF PROGRAM OF TECHNICAL ASSISTANCE, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL - ATES IN SETTLEMENT PROJECTS IN THE VALE OF JEQUIRICÁ – BA

AVANCES Y DESAFÍOS DEL PROGRAMA DE ASESORAMIENTO TÉCNICO, PROYECTOS SOCIALES Y AMBIENTALES EN ASENTAMIENTOS EN EL VALLE DE JEQUIRIÇÁ – BA

André Santos de Oliveira, Rafael Guimarães Farias e Alícia Ruiz Olalde

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE/SP: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PRODUÇÃO E CONSUMO

230

PROGRAMAS INSTITUCIONALES DE COMPRA DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN EL MUNICIPIO DE RIBEIRÃO GRANDE/SP: UNA ANÁLISIS DE LA PRODUCCIÓN Y CONSUMO

BUYING INSTITUTIONAL PROGRAMS OF FAMILY FARMING IN THE MUNICIPALITY OF RIBEIRÃO GRANDE/SP: AN ANALYSIS FROM THE PRODUCTION AND CONSUMPTION

JÉSSICA SILVA MOREIRA CAMARGO E RAFAEL NAVAS

PRODUÇÃO ECOLÓGICA DE ARROZ DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: UM CASO DE GESTÃO PARTICIPATIVA E GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS

246

PRODUCCIÓN ECOLÓGICA DE ARROZ DE LOS ASENTAMIENTOS DE LA REGIÓN METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: UN CASO DE GESTIÓN PARTICIPATIVA Y DE GENERACIÓN DE CONOCIMIENTOS

ECOLOGICAL RICE PRODUCTION IN SETTLEMENTS OF THE METROPOLITAN REGION OF PORTO ALEGRE: A CASE OF PARTICIPATORY MANAGEMENT AND GENERATION OF KNOWLEDGE

FLORIANO GRECO MARTINS

ORGANIZATIONAL STRUCTURE AND COMMERCIALIZATION OF COFFEE AND COCOA IN THE NORTHERN AMAZON REGION OF ECUADOR

266

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E COMERCIALIZAÇÃO DE CAFÉ E CACAU NA REGIÃO NORTE AMAZÔNICA DO EQUADOR

ESTRUCTURA ORGANIZATIVA Y DE COMERCIALIZACIÓN DEL CAFÉ Y CACAO EN LA AMAZONÍA NORTE DE ECUADOR

OSWALDO VITERI SALAZAR E JESUS RAMOS-MARTÍN

#### **C**OMPÊNDIO DE AUTORES

288

COMPENDIUM OF AUTHORS

COMPENDIO DE AUTORES

# Compêndio de Edições

308

COMPENDIUM OF EDITIONS

COMPENDIO DE EDICIONES

#### Apresentação

Tanto na escala internacional como na nacional uma série de eventos têm dado margem para que o período atual seja caracterizado como uma grande crise civilizacional. No plano externo, a eleição de Donald Trump e de seu discurso reacionário, nos Estados Unidos; a vitória do Brexit, no Reino Unido, exigindo a saída desse da União Europeia; a crise migratória, envolvendo especialmente, o eixo Oriente Médio-Europa; são exemplos de que os conflitos entre diferentes visões de mundo são latentes. No plano interno, a adoção massiva de medidas contra a classe trabalhadora por parte do governo golpista de Michel Temer, tendo como pretexto a solução da crise econômica, também indica que existe uma forte ofensiva de forças conservadoras.

Evidentemente, o campo não passa incólume a esse processo, o que exige da pesquisa científica dar conta de compreender os tensionamentos do presente e pontuar caminhos a serem seguidos. Nesse sentido, a edição de nº 35 da Revista NERA traz 13 artigos que oferecem a possibilidade de discutir parte da amplitude da Questão Agrária na atualidade.

O primeiro artigo "Aprofundamento do capitalismo agrário no Uruguai: dinâmica no espaço agrário durante o início do século XXI", de Mauricio Ceroni traz uma discussão sobre a caracterização do agronegócio uruguaio no contexto do meio técnico-científico-informacional. Com base num amplo leque de dados, o autor demontra como a tendência atual tem sido a transnacionalização do campo uruguaio, privilegiando o modelo de agricultura capitalista.

Na sequência constam três artigos que destacam as relações de trabalho no campo. Juan Manuel Villula, em "Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana argentina", com base numa metodologia qualitativa demonstra que na região do Pampa argentino trabalhadores assalaridos por meio do agronegócio resistem à sua exploração de forma silenciosa e cotidiana. Maria das Graças Campolina Cunha e Carlos Rodrigues Brandão, em "A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas", utilizando-se de procedimentos etnográficos destacam o trabalho e as relações de gênero numa comunidade rural do norte de Minas Gerais, no Brasil. Evidencia-se a tentativa do homem de permanecer como o "chefe da família" ao mesmo tempo em que novas atividades abrem uma perspectiva de maior amplitude ao trabalho femino. De modo semelhante, Daiana Caroline Refati, João Edilson Fabrini e Walter Roberto Marschner, em "O trabalho das mulheres nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná" destacam com base no resultado de pesquisa em dois assentamentos rurais do oeste do Paraná os tensionamentos entre homens, que visam manter sua hegemonia na

organização da família e as mulheres, que por meio de novas ações de produção e comercialização passam a ampliar suas perspectivas de vivência na terra.

A relação entre a luta pela terra e a reforma agrária pode ser entendida nos três artigos que aparecem na sequência. Camila Ferracini Origuéla, por meio de "Camponeses e protocamponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo" faz uma leitura geográfica das características sociais dos membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que atuam em ocupações de terra no estado de São Paulo. No artigo "A necessidade da Reforma Agrária na região do Contestado Catarinense", Thiago da Silva Melo destaca como o Contestado – uma região do território brasileiro com históricos conflitos por terra – permanece como carente de ações fundiárias visando desconcentrar a terra e o poder. Já Rosane Oliveira Martins Maia, Nirvia Ravena e Rosa Elizabeth Acevedo Marin, no artigo "Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos nas ilhas do Pará" discutem resultados da política de regularização fundiária implementada pelo Governo Federal brasileiro com base no II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Analisando o caso da Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Belém-PA, as autores concluem que privilegiou-se a quantidade em detrimento da qualidade desses projetos.

O modelo de organização dos sistemas agroalimentares é debatido por Claudia Janet Cataño Hoyos e Adriana D'Agostini em "Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: Convergências e Divergências". As autoras demonstram a construção política da segurança alimentar e da soberania alimentar, considerando que ambas são diferentes propostas, porém, apresentam algumas convergências.

Seguindo, Margarida Cássia Campos e Tainara Sussai Galinari em "A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil" propõem uma diálogo sobre a educação formal das populações negras, com destaque para a Educação Escolar Quilombola, dando ênfasa à sua espacialidade. As autoras concluem que, tal proposta tem potenciar de contribuir com a emancipação da população negra, porém, a sua implementação está eivada de dificuldades operacionais.

Os quatro artigos que fecham essa edição da Revista NERA colocam em evidência a busca pela efetivade produtiva e do acesso aos mercados por parte de agricultores de base familiar. André Santos de Oliveira, Rafael Guimarães Faria e Alicia Ruiz Olalde em "Avanços e desafios do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA" demonstra que, apesar de terem ocorrido avanços na oferta pública de assistência técnica aos agricultores de base familiar, ainda existem obstáculos que precisam ser superados para sua maior efetividade. Jéssica Silva Moreira Camargo e Rafael Navas, em "Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo" enfatizam

que políticas de compra governamental de alimentos proporcionaram melhorias econômicas aos proponentes, contudo, ocasionam a especialização de cultivos e o aumento do consumo de itens industrializados, além da redução da produção para autoconsumo. Adalberto Floriano Greco Martins, em "Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos" destaca a experiência de produção de arroz ecológico por camponeses assentados da Região Metropolitana de Porto Alegre como uma proposta com potencial emancipatório. Por fim, Oswaldo Viteri Salazar e Jesus Ramos-Martíns, por meio do trabalho "Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern amazon region of Ecuador" fazem uma análise crítica da produção de cacau e café na Amazônia Equatoriana.

Portanto, por meio da edição 35 da Revista NERA é possível dialogar com diferentes leituras sobre alguns dos principais componentes da Questão Agrária atual. Evidencia-se que nesse período de crise civilizacional, o debate entre os modelos de agricultura não pode ser negligenciado.

Desejo a todos uma boa leitura!

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Editor da Revista NERA

# Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI<sup>1</sup>

#### **Mauricio Ceroni**

Candidato a Doctor en Geografía por la Universidad Nacional Autónoma de México Magíster en Ciencias Ambientales por la Universidad de la República Licenciado en Geografía por la Universidad de la República e-mail: ceroni.mauricio@gmail.com

#### Resumen

El agronegocio es un agente re-estructurador del espacio agrario, que se caracteriza por el empleo del modo técnico-científico-informacional, el cual provoca una profundización de las relaciones capitalistas de producción en el campo. En este marco, durante este trabajo se analizan los principales cambios territoriales en el espacio agrario del Uruguay durante el comienzo del siglo XXI. Se utilizan como fuentes de datos los anuarios estadísticos y los censos agropecuarios (2000 y 2011) para identificar las principales transformaciones. De las que destacan las siguientes: modificaciones en la concentración de las unidades productivas, la disminución histórica de la población y de los trabajadores rurales y el aumento de la agriculturización de la producción. Se concluye que Uruguay es un territorio (Estado-Nación) de gran atracción para la inversión del capital transnacional.

Palabrasclave: Espacio agrario; agronegocio; políticas agrarias; Uruguay.

#### Resumo

# Aprofundamento do capitalismo agrário no Uruguai: dinâmica no espaço agrário durante o início do século XXI

O agronegócio é um agente re-estruturador do espaço agrário, caracterizado pelo emprego do meio técnico-científico-informacional, o qual gera um aprofundamento das relações capitalistas de produção no campo. Neste contexto, durante este trabalho são analisadas as principais mudanças territoriais no espaço agrário do Uruguai durante o início do século XXI. Utilizam-se as fontes de dados os anuários estatísticos e os censos agropecuários (2000 e 2011) para identificar as principais mudanças. Dentre essas destacam-se as seguintes: modificações na concentração das unidades produtivas, uma diminuição histórica da população e dos trabalhadores rurais e o aumento da agriculturização da produção. Conclui-se que o Uruguai é um território (Estado-Nação) de grande atração para o investimento do capital transnacional.

Palavras-chave: Espaço agrário; agronegócio; políticas agrárias; Uruguai.

#### Abstract

# Enhancement of the agrarian capitalism in Uruguay: agrarian space dynamic during the beginning of the XXI century

The agribusiness is an agent that restructures the rural areas. One of its characteristics is the use of the technic-scientific-informational way, which enhances the capitalism productive

<sup>1</sup>Articulo producido en el marco de la tesis de doctorado, cuyo título es " Los territorios agrarios: reconfiguración de las transformaciones territoriales durante el comienzo del siglo XXI en el Uruguay"

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 12-40	Jan-Abr./2017

relationships in rural areas. This work analyses the principal territorial changes in Uruguay rural areas during the beginning of the XXI century. Its data resources are the annual statistics and the agrarian census in 2000 and 2011. It finds that the principal transformations are modifications in the productive unit concentration, historic reduction of the population, and rural workers; and the rise of the productive agriculturization. It concludes that Uruguay is a very attractive territory (State-Nation) for the transnational capital investment.

**Keywords**: Agrarian space; agribusiness; rural policies; Uruguay.

#### Introducción

El comienzo del siglo XXI, ha registrado en el Cono Sur de Latinoamérica un fuerte proceso de la expansión de la frontera agrícola, lo que ha generado diversas transformaciones territoriales. El Uruguay, no es ajeno a estos procesos, por tanto, la comprensión de estos cambios en el espacio agrario, es de especial interés para entender la nueva reorganización territorial del capital. En este sentido, el objetivo del artículo es analizar los principales cambios en el espacio agrario que ocurrieron durante el comienzo del siglo XXI y sus consecuencias, en el marco de dos períodos de gobiernos de base ideológica diferente, el gobierno progresista<sup>2</sup> del Frente Amplio (FA) y el gobierno liberal del Partido Colorado. Para ello, el articulo se divide en cuatro grandes partes, la primera hace referencia al marco teórico, el cual se divide, por un lado, en una breve síntesis del marco histórico referencial, siendo la teoría de la dependencia, una forma de aproximarse a la relación histórica-económica existente, entre los países latinoamericanos, y los países hegemónicos del capitalismo, mientras por otro lado, se mencionan algunas particularidades que configura el capital agrario en la actualidad. La segunda parte, refiere a la historicidad geográfica de los procesos agrarios del Uruguay, la cual centra al lector en los principales momentos que fueron tejiendo al Uruguay agrario. La tercera parte, se muestran los principales cambios empíricos de las transformaciones agrarias actuales y como las políticas agrarias implementadas en los últimos años han contribuido directamente a estos resultados. Por último en la cuarta parte, se refiere a las conclusiones y reflexiones, analizando los cambios ocurridos durante este comienzo de siglo XXI, junto con los desafíos que afronta el espacio agrario a futuro.

#### La dependencia del capital agrario regional

La construcción de la sociedad capitalista Latinoamericana durante últimos 500

<sup>2</sup> Se entiende a un gobierno progresista siguiendo a Modonessi (2013)"(...) [como un gobierno que busca] una atención hacia lo social -un principio de redistribución o de justicia social- aparece una acepción de la idea de progreso centrada en el crecimiento de las fuerzas productivas, lo cual pone en segundo plano la transformación de las relaciones de producción y los costos sociales y ambientales propios de los grandes saltos modernizadores"(MODONESI, 2013).

años, estuvo condicionada desde su génesis con el colonialismo, impulsado por el imperialismo (Gran Bretaña en su primera etapa y Estados Unidos en su segunda etapa). Por tanto, lo que acontece en la actualidad en los Estados-Nacionales Latinoamericanos está asociado a la relación parasitaria, de dependencia, de subordinación, o de dominación, entre los muchos otros conceptos que maneja la literatura, no como pares de oposición, si no como parte del proceso transistórico, entre Latinoamérica y el imperio. Si bien existen diversas teorías desde el pensamiento crítico, especialmente desde el marxismo, para comprender el origen, el establecimiento y el incremento del capitalismo en nuestro continente, como pueden ser; "la acumulación originaria", "la teoría de la renta de la tierra", y "el desarrollo geográfico desigual", entre otras. Una de las formas de análisis y de interpretación teórica, principalmente desde la economía, es la "teoría de la dependencia". Esta teoría, surgida a mediados del siglo XX, intento explicar la relación diferencial y desleal entre los países centrales del capitalismo y los países periféricos capitalistas, existiendo una imposibilidad de desarrollo económico de los países periféricos en el marco de las relaciones existentes. Con un enfoque que cuestionaba las relaciones entre el centro y la periferia, el capitalismo periférico había establecido una dependencia y una exclusión cada vez más grande con el capitalismo central.

En este marco, surge, la "teoría marxista de la dependencia (TMD)", impulsada por varios autores³ Latinoamericanos que intentaba oponerse la teoría de enfoques weberianos o desarrollistas impulsada por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). A diferencia del estructuralismo y del funcionalismo, la TMD planteó la imposibilidad de conducir y sostener desde el Estado un proceso de desarrollo económico capitalista en los países dependientes bajo la actual lógica de interrelación existente entre ambos capitalismos (DOS SANTOS, 2003). Si bien durante este escrito se busca analizar los principales cambios en el espacio agrario del Uruguay durante el comienzo del siglo XXI, por tanto su finalidad, no es examinar y analizar en profundidad la diversidad de teorías, sino identificar cuál de ellas sirve para poder explicar de forma más clara lo que ha ocurrido a lo largo de la historia, en la conformación del continente Latinoamericano. En este sentido, resulta la "teoría de la dependencia marxista", un marco útil y necesario para poder comprender la configuración del espacio agrario.

Dicha teoría hace una distinción entre el proceso de trabajo del centro y la periferia, en donde ocurre una remuneración de la fuerza de trabajo por debajo de su valor de reproducción (la superexplotación del trabajo) es un núcleo constitutivo de la dinámica del capitalismo periférico dependiente (MARINI, 1973). Otro elemento central a destacar, es el papel de la tecnología, siendo "[...] la base de la apropiación de plusvalía de las sociedades

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup>Ruy Marini (1973), Teotônio dos Santos, (2003), Jaime Osorio (2016).

dependientes y de la expresión de las formas usureras y comerciales de apropiación del valor producido en esas sociedades." (MARTINS, 2000, p. 41). La eliminación de las regulaciones a los movimientos del capital y el establecimiento de sistemas de incentivo para la radicación de inversiones extranjeras, sumados a la revolución tecnológica mencionada, provocaron el ingreso masivo de las empresas trasnacionales que pasaron a formar parte del bloque dominante. En este sentido, las multinacionales encuentren un campo fértil para su instalación, sin consideraciones "nacionales" o "patrióticas", acabando con la tradición del mercado interno y de la industria nacional frente a la extranjera, porque cambian los conceptos de "interno" y "externo" en la economía y la política (ALMEYRA, 2002). La instalación de estas transnacionales se baso principalmente en una especialización productiva asociada a un modo de inserción en la división internacional del trabajo, donde los países centrales reservaron para sí las actividades vinculadas con el conocimiento y el uso de tecnologías de punta y destinaron a la periferia, en adición a la extracción, explotación y exportación de recursos naturales, los procesos de ensamble y maquila, que exigen un grado de conocimiento menor y mayor trabajo manual, pero que agrega en términos comparativos menos valor a la producción debido a su baja productividad relativa (ARCEO, 2011).

En definitiva, la relación entre las formas de intercambio estuvieron dadas históricamente, por el destino de la producción (mercado exterior y interno de mayor poder adquisitivo) y, por la diferencia de productividad y de fuerza en el mercado mundial (que implica una transferencia de valor). Estos dos elementos propiciaron un patrón de reproducción del capital sustentado en la superexplotación del trabajo que "quebró" el ciclo de capital en la periferia (el famoso "divorcio" de la producción y la circulación) por medio de la transformación del fondo de consumo de los asalariados en el fondo de acumulación capitalista (OSORIO, 2009).

Uno de los elementos centrales a destacar de esta teoría, es que más allá de la acumulación del capital se configura de forma desigual, es que el capitalismo no es homogéneo si no que existen jerarquías y estás tienen distintos niveles de decisión sobre los órdenes espaciales de socialidad y por tanto, repercuten a diversas escalas. Por ejemplo un cambio de política financiera de los países centrales, principalmente EUA, repercute a diversas escalas y tiene impactos diversos en función de la jerarquía y ubicación de las sociedades en la totalidad social.

Una de las regiones donde se conjugan todos estos elementos descritos en los párrafos anteriores, es la región del Cono Sur de Latinoamérica, integrado por las totalidad de los Biomas Pampa, Chaco y Cerrado, siguiendo la clasificación de Morrone (2001). Dicha región está integrada en su totalidad por Paraguay y Uruguay, el Centro-Norte de Argentina, el Este y Noreste Boliviano, y el Centro-Oeste y Sur de Brasil. Se caracteriza por ser la

principal productora de cereales de secano del mundo (Trigo, Soja, Maíz, Sorgo, Cebada), la segunda en producción de ganado vacuno, la tercera en producción de leche y la cuarta en producción de silvicultura (FAO, 2015)<sup>4</sup>. A su vez, presenta la producción de monocultivos para biocombustibles como la caña de azúcar y la palma aceitera (principalmente en Brasil). Si se consideran algunos datos relavados por el anuario de la CEPAL (2015), el conjunto de estos países durante los últimos 5 años presentan un crecimiento en; a) las exportaciones de bienes primarios; b) el índice de concentración de la tierra (GINI); c) la inversión extranjera directa; d) la superficie de la silvicultura; e) la superficie agrícola; f) la superficie de tierras arables; g) la superficie regada; h) uso de fertilizantes y plaguicidas; y una disminución; i) de los bosques naturales. Estos datos, sin bien son muy generales, muestran como la región se ha intensificado en su producción agropecuaria de forma sostenida y como las economías de los países han desarrollado estrategias para sostener sus economías de bienes primarios, manteniendo y agudizando esta relación de dependencia histórica como países de exportaciones de materias primas.

Uno de los elementos centrales de esta diferenciación regional, está basada en la forma que ha adquirido la producción agraria en la actualidad, caracterizada por ciertos elementos que lo distinguen del resto de las regiones de Latinoamérica.

#### Apreciaciones teóricas sobre el capital agrario actual

Como ya fue mencionado anteriormente de manera resumida, la teoría de la dependencia marxista, brinda un marco amplio y necesario, para comprender la relación entre nuestro continente y los países del capitalismo central, que se ha venido gestando desde la formación de los Estados-Nación hasta la actualidad. Para complementar otros componentes que caracterizan más específicamente al capital en el espacio agrario, es necesario considerar algunos elementos más recientes.

En este sentido, el continente Latinoamericano durante las últimas décadas se encuentra frente a una masiva territorialización del capital en el espacio agrario, denominado en la literatura como el *Agronegocio*, definido como un complejo sistema integrado por las fases: agropecuaria, industrial, mercantil, financiera, tecnológica e ideológica (FERNANDES e WELCH, 2008). Este nuevo modelo productivo, tiene como características, la implementación de un modo técnico-científico-informacional (telecomunicaciones, la informática, la biotecnología, la genética, las finanzas), que revela determinadas especificidades, entre las que se destacan la aceleración de la circulación del capital, la

16

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>Se realizó un análisis comparativo para el período 1983-2013, perteneciente a los países más importantes en la producción alimentaria global (Argentina, Australia, Bolivia, Brasil, China, EUA, India, Nueva Zelanda, Paraguay, Uruguay).

consolidación de la división del trabajo, la mayor especialización económica y la creciente tensión entre localidad y globalidad (SANTOS, 1996; LENDE, 2012). De esta forma, el agronegocio afecta la producción/distribución/circulación/consumo de las mercancías, estableciendo una nueva configuración territorial (OLIVEIRA, 2007), siendo territorios permeables a un acontecer jerárquico, ya que se relacionan con diferentes escalas. Son determinados por agentes externos, lo que produce en muchas veces la sustitución de ciertas identidades territoriales (diferentes prácticas, cultivos, entre otras) y la redefinición de límites y funciones, a tal punto que, de un año a otro, una producción tradicional, pueda desaparecer a cambio de las variaciones en los precios internacionales (SILVEIRA, 1999; LENDE, 2012).

Los Estados-Nación son territorios claves en todos estos procesos, ya que generan "puntos luminosos" o "territorios eficientes" para la reproducción del capital, siendo polos de atracción para la inversión transnacional (SANTOS, 2000; ACHKAR *et al.*, 2008). Dentro de los elementos que presentan estos territorios se destacan; rentabilidad económica, asociada a la baja carga tributaria que pagan, seguridad jurídica, estabilidad política, condiciones biofísicas adecuadas, bajo precio de la tierra, movimientos socio-territoriales débiles, población y trabajadores con fácil adaptabilidad a los cambios (SANTOS, 2000; ACHKAR *et al.*, 2008; GRAS e HERNÁNDEZ, 2013).

El cambio en el paradigma de producción por intermedio del agronegocio, no solo tiene consecuencias económicas, también impulsa cambios en el conjunto del orden social, cultural, político y biofísico. La tierra, el trabajo y el capital fueron la base de la producción agropecuaria durante siglos, pero la incorporación de ciencia, tecnología y información al proceso productivo ha generado horizontes inimaginables (ELIAS, 2003). Un ejemplo de este proceso es la intensificación del capital por unidad de superficie, elevando la productividad agronómica y del trabajo. Según Marx (1997) lo que distingue a las épocas económicas son los instrumentos y las herramientas que se llevan a cabo esos cambios, ya que, no son solo un indicador del desarrollo de la fuerza de trabajo del hombre, sino también el exponente de las condiciones sociales en que se trabaja (MARX, 1997).

En este contexto, el Uruguay no es ajeno a estos procesos, por tanto la comprensión de estos cambios en el espacio agrario, es de especial interés para entender la nueva reorganización territorial del capital. En ese sentido, los dos apartados siguientes van a centrar el análisis en la reconfiguración del espacio agrario del Uruguay, por un lado a nivel histórico y por otro lado, a nivel actual, rescatando algunos elementos empíricos que evidencian la dinámica actual y su relación con la implementación de las políticas agrarias aplicadas durante la última década.

#### Reconfiguración histórica del espacio agrario del Uruguay

A inicios del siglo XVII, se comienza a gestar la primera etapa de las sociedades agrarias modernas<sup>5</sup>, estableciendo las primeras formas de organización de la producción agraria, denominadas "vaquerías", siendo aglomeraciones del manejo del ganado silvestre, principalmente para autoconsumo y para la extracción de cueros (CONI, 1979). Posteriormente, ya finales del siglo XVIII, se inicia una nueva forma de concentración de riqueza, los "saladeros". Estos se caracterizaban en los primeros indicios de industrialización de las carnes, utilizando a la sal como forma de conservación del producto (JACOB, 1984). Los "saladeros" fueron un impulso para la exportación de las carnes, posicionándose como el principal producto de exportación de la región, valorizando las tierras y ganados, configurando una estructura agraria en base a "latifundios" (PIÑEIRO, 2004). La baja densidad poblacional, la disponibilidad de pastizales naturales, la permisidad de las autoridades españolas en América y el atraso de la legislación, fueron de los factores que originaron los "latifundios" (MORAES, 2008). Esto generó un desplazamiento y una exterminación a los pocos indígenas que se resistían a la dominación de los europeos (JACOB, 1984).

Ya a comienzos del siglo XIX el país va atravesar una profunda tensión entre las guerras independentistas lo que frena un poco el proceso de la producción y las exportaciones de carne.

Luego de este período, a partir de los años 1870 comienza un periodo denominado por varios autores como modernización del espacio agrario uruguayo (JACOB, 1984; MORAES, 2008; ROSSI, 2010), siendo la segunda etapa de avance de la sociedad moderna. Se presentó con grandes cambios en el espacio agrario, causando modificaciones en el sistema agrario dominante hasta el momento. Uno de los cambios fue la consolidación de la propiedad privada, siendo el "alambramiento de los campos", la materialidad de esta privatización. Esta medida determinó un cambio radical en la estructura agraria poniendo un límite material a los "latifundios" surgiendo las "estancias" como unidad productiva dominante. El avance de esta medida fue configurando al espacio agrario con dos tipológicas, por un lado a las "estancias" como grandes extensiones de tierra y baja densidad poblacional y en sus alrededores "pequeñas unidades productivas" de familias con tradición agraria que trabajaban de forma asalariada en las "estancias". Generando claramente, por un lado, una clase social dominante (los dueños de las estancias) con grandes concentraciones de tierra y elevados ingresos, y por otro lado, una clase que vive en las "pequeñas unidades productivas", con menor concentración de la tierra y nivel de

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup>Se entiende a la sociedad moderna como "[...] una forma histórica que obedece a un progresivo proceso de secularización (deslinde de lo arcaico, mágico, mítico o religioso), que pone al hombre como centro de referencia de la vida social en todos sus aspectos."(JUANES, 2015, p.42).

ingresos menores, atados al trabajo asalariado en las "estancias" (ALONSO, 1981). Las familias rurales que hasta el momento ocupaban tierra ajena son expulsadas, lo que trae como consecuencia la formación en el paisaje agrario de los "rancherios" rurales (ROSSI, 2010). Este proceso dominado por la oligarquía dominante de la época (terratenientes fundadores de la asociación rural del Uruguay), fuertemente apoyados por los gobiernos militares generaron un "disciplinamiento de la campaña" (ROSSI, 2010). A partir de estos cambios se realizan grandes avances en la modernización del campo, siendo la mestización del ganado, la expansión del ganado ovino, la creación de los frigoríficos para la producción de carne refrigerada y la instalación del ferrocarril, el inicio de la consolidación del capitalismo en el espacio agrario uruguayo (JACOB, 1984).

Luego de una etapa de pleno crecimiento macroeconómico, ya entrados en el siglo XX, el país aumenta la exportación de las materias primas, como la carne y lana, siendo las querras mundiales una forzante para este crecimiento de las exportaciones. Las consecuencias de la gran depresión del año 1929 y el fin de las guerras mundiales, entre otras, generó un mundo polarizado mediado por la guerra fría. Europa comienza a recomponerse, creciendo distintas ramas industriales, desarrollándose la química y la mecánica. Este avance industrial penetra en el sector agropecuario generando un aumento elevado de la productividad, lo que junto con el fin de la guerra, produce una caída enorme de las exportaciones de los países Latinoamericanos proveedores de materias primas agropecuarias. Una medida adoptada por muchos países, para contrarrestar las caídas de sus exportaciones, en los cuales Uruguay no fue ajeno, fue la implantación de políticas de sustitución de importaciones (SKIDMORE e SMITH, 1996). Comienza un período de industrialización generando valor agregado a los productos, principalmente en las ciudades, careciendo de industrias agroalimentarias. Este proceso trajo aparejado un aumento de la agricultura familiar debido a la protección de la agricultura local (RIELLA e MASCHERONI, 2011). Los grandes propietarios "estancieros" se consolidan transformándose en activos empresarios insertándose en los mercados de tierras, productos y mano de obra (PIÑEIRO, 2004). Esta situación, junto con el aumento de la agricultura familiar, no necesitó de cambios estructurales en el sistema agrario. Si bien, en esta época comienzan a surgir fuertes movimientos socio-territoriales en otros países de América Latina en reclamo de una reforma agraria profunda, en el Uruguay este proceso estuvo mediado por el Estado con la creación del Instituto Nacional de Colonización, lo que según García (1973) se clasifica como una reforma agraria convencional.

A principios de la década del 1960, se comienza un proceso fuerte de tecnificación (motorización, tractorización, enmiendas químicas, etc.) en el espacio agrario del Uruguay, denominado por varios autores como la "revolución verde". (SKIDMORE e SMITH, 1996; SEGRELLES, 2001; OLIVEIRA, 2007). Este proceso, tercera etapa de modernización del

espacio agrario, tuvo enormes consecuencias tanto en la dimensión biofísica, social y económica. A nivel biofísico, se comienza a intensificar el uso del suelo y el agua, tanto por el uso de maquinaria pasada (arado, cinceles), como por la aplicación de agroquímicos y fertilizantes, que permiten aumentar la fertilidad del suelo y eliminar los competidores con las especies implantadas (SEGRELLES, 2001). A nivel social, comienza a disminuir la población rural y aumentar la concentración de la tierra, generando un aumento de la migración campo-ciudad (FERNÁNDEZ, 2002). A nivel económico, las explotaciones agrarias tradicionales fueron perdiendo autosuficiencia debido a que el modelo de la revolución verde implicó una especialización de la producción (ROSSI, 2010). Esto generó una pérdida de competitividad de las explotaciones tradicionales frente a las que incorporaron la nueva tecnología (SEGRELLES, 2005).

Este período de industrialización urbana y de tecnificación del campo fue entrando en un estancamiento y crisis, la producción agraria volcada al mercado interno encontró límites de crecimiento, procesos inflacionarios que afectaban los ingresos de los ciudadanos y la estructura de la industria se basaba en la importación de la tecnología lo que generaba dependencia del merado exterior, aumento los intercambios desiguales de ganancia (SKIDMORE e SMITH, 1996; ROSSI, 2010).

Durante el avance de la década de 1970 se comienza a cuestionar fuertemente el modelo de desarrollo, generado un aumento la lucha de los movimientos sociales que buscaban una respuesta a las grandes dificultades que la población estaba atravesando. En respuesta a esto surgen los gobiernos dictatoriales militares de la época bajo la influencia de las políticas macroeconómicas desarrolladas por los organismos multilaterales como el Banco Mundial (BM), el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) que intentan establecer una nueva etapa del sistema capitalista. Estas medidas generan un proceso de liberación de las economías, apertura de fronteras, ajuste fiscal y desregulación estatal (RIELLA e MASCHERONI, 2011). En el espacio agrario se genera una expansión de los sectores agroindustriales (arroz, citrus y lechería) y una caída de la actividad agrícola, principalmente de los medianos y pequeños productores, lo que trajo aparejado un agravamiento de las condiciones de la población rural generando un nueva ola de concentración de la tierra y una profundización del éxodo campo-ciudad (PIÑEIRO, 2005; RIELLA e MASCHERONI, 2011).

Durante finales de la década de 1990, se introduce a Ingeniería Genética como una nueva forma de producción en el espacio agrario, siendo la transgénesis uno de los resultados más paradigmáticos. La incorporación masiva de la transgénesis se enmarca dentro de un paquete tecnológico que produce una artificialización de los ecosistemas, reduciendo la diversidad funcional, ya que necesariamente se requiere que la regulación del sistema ocurra mediante la aplicación de insumos externos (ALTIERI, 2002). Esta situación

generó una acelerada reproducción del capital en el campo, aumentando los niveles de productividad y de ganancia de la producción (OYHANTÇABAL e NARBONDO, 2011), lo que atrajo enormemente la instalación de empresas transnacionales, imponiendo la cuarta etapa de la sociedad moderna en el espacio agrario, caracterizada por el agronegócio.

#### Dinámicas territoriales recientes del espacio agrario del Uruguay

Para comprender los cambios ocurridos durante la última década dentro del espacio agrario del Uruguay, se van a considerar determinados elementos soporte que caracterizan las relaciones sociales de producción, componentes centrales para analizar las transformaciones recientes. En ese sentido, se van a utilizar; el uso y manejo del suelo; el tamaño de las unidades productivas; el número de personas que habitan y trabajan por unidad productiva; el mercado de tierras y las políticas agrarias.

#### Procedimiento de la base de datos

El conjunto de datos empleados se obtuvieron de los censos agropecuarios del año 2000 y 2011, juntos con los anuarios estadísticos del año 2013 y 2015, recabados por el Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP), mediante el área de Estadísticas Agropecuarias (DIEA). Para el caso de las variables de uso del suelo, manejo del suelo, tamaño de las unidades productivas, número de personas que habitan y trabajan por unidad productiva se procesaron las bases de datos de los censos agropecuarios, a escala país. En el caso de la figura 1, se obtuvo la información del anuario estadístico de DIEA del año 2015, mientras que para la variable precio de la tierra la información provino de los anuario estadístico del 2013.

La unidad de análisis que consideran los censos refiere a "explotación agropecuaria", entendida como; unidad económica de producción agropecuaria con gerencia única y en donde, compartan los medios de producción (mano de obra, edificios, maquinarias, etcétera). Las fracciones separadas se consideran parte de una misma explotación siempre que estén bajo una misma gerencia y además estén dentro del mismo departamento o en departamentos limítrofes (DIEA, 2011). Durante este artículo se va denominar a la "explotación agropecuaria", como "unidad productiva", ya que resulta un concepto más acorde a este estudio.

#### **Uso del Suelo y Unidades Productivas (UP)**

En el grafico 1 y la figura 1, se establecen los resultados de la distribución del uso

del suelo para el período 2000 y 2011 a nivel cuantitativa como a nivel espacial. A modo general, se aprecia como la agricultura de secano aumento su superficie concentrándose en el suroeste del país, cuya expansión ocurrió hacia el centro, mientras que la silvicultura también aumentó su superficie, de forma dispersa en la totalidad del país, con mayores plantaciones en el noreste y oeste del país. En contra partida, se aprecia una disminución considerable de la superficie ganadera y lechera. En los apartados siguientes se analizara en mayor profundidad cada unos de los principales usos agrarios.

16000000 14000000 12000000 10000000 Otros Usos Usos Intensivos ■Bosques Naturales Lechería 8000000 ■ Silvicultura ■ Agricultura Regadío □ Agricultura Secano 6000000 ■Ganadería Extensiva 4000000 2000000 Ω Año 2000 Año 2011

Grafico 1: Principales categorías de usos del suelo correspondiente al año 2000 y año 2011.

Elaboración: Autor. Fuente: (MGAP, 2002; 2014).

#### Ganadería de Carne

Una de las transformaciones más evidentes en los paisajes agrarios es el cambio del uso del suelo, como se aprecia en la figura 1. La superficie del pastizal, denominada en Uruguay "Campo natural" destinada principalmente a la ganadería extensiva, para el período (2000 -2011), se ha contraído un 7,1% del total de la superficie del país, lo que implica alrededor de un poco más 1 millones de hectáreas, casi 100 mil hectáreas por año se pierden de campo natural, principalmente en la región centro del país (MGAP, 2014). Esta caída de la superficie se acompaña de una perdida de las UP del 17 %, pero se mantiene el stock ganadero en el orden de las 12 millones de cabezas (MGAP, 2014). Dicho fenómeno configura un comportamiento que no se había registrado en la historia del país, el mantenimiento del stock ganadero nacional asociado a la pérdida de superficie. Este cambio en la intensificación de la producción ganadera, contribuye a una desaparición de los pequeños productores, ya que se necesita aumentar la productividad para sostener la

presión de la pérdida de superficie. En relación a los efectos biofísicos, la transformación de la cobertura vegetal, más 1 millón de hectáreas, afecta la dinámica del agua, dinámica de la radiación, el ciclo de nutrientes y la productividad primaria neta, entre otros (FOLEY *et al.*, 2005; PARUELO *et al.*, 2006; BALDI e PARUELO, 2008; LOARIE *et al.*, 2011). A su vez, a intensificarse el uso del suelo, favorece al aumento de la compactación del suelo y el aumento de la contaminación de los cuerpos de agua, ya que existe mayor carga animal por unidad de superficie (ORDEIG, 2008). Finalmente, la gran cantidad de carga animal produce una emisión de gases de efecto invernadero (MVOTMA, 2010).

### Agricultura de Secano

En relación a la agricultura de secano (soja-trigo-maíz-sorgo) se destaca un aumento del 6,1% del total de la superficie del país, con una tasa de crecimiento de superficie para este sector productivo del 97,0% (MGAP, 2014). Este incremento de la superficie se acompaña de un aumento de las UP en un 126 % (MGAP, 2014). Uno de los factores que ha contribuido a estos cambios, es la forma de producir, ya que se emplea un paquete tecnológico denominado "siembra directa". Para el caso del Maíz y la Soja dicho paquete incorpora a la transgénesis en el ciclo productivo, lo que produce una reducción de los tiempos naturales de la planta, aumentando la productividad por unidad de superficie. Este fenómeno, ha afectado a las formas de gestión del capital, contribuyendo a la aparición de nuevos productores (ARBELETCHE e GUTIÉRREZ, 2010), junto con cambios en el transporte, almacenamiento y la comercialización de los granos. Como se aprecia en la figura 1, es notorio el crecimiento de la agricultura a nivel espacial, por una lado, la extensión de la frontera agrícola del país del suroeste al centro del país y por otro lado el aumentado intensificación sobre el suelo por unidad de superficie, llegando a 1.5 cultivos por año (DIEA, 2013). Este crecimiento de la agricultura se refleja en el aumento de las exportaciones, pasando a ser en el año 2011 el principal producto de exportación agropecuario (DIEA, 2012). Este aumento acelerado de la producción genera consecuencias negativas a nivel biofísico (DE LA FUENTE e SUÁREZ, 2008; TSCHARNTKE et al., 2012).

Α В

Figura 1: Distribución espacial de las principales categorías de usos del suelo. A. Año 2000. B. Año 2011.

Elaboración y Fuente: (MGAP, 2002; 2014). (DIEA, 2015)

#### Silvicultura

La silvicultura comprende la plantación de especies arbóreas exóticas, como son el Pinus y el Eucalyptus. Es un sector productivo de rápido crecimiento, con un incremento del 2,6% de la superficie del país para el período 2000-2011, lo que representa casi 37 mil hectáreas por año, con una tasa de crecimiento para el sector de 62,0%. Si bien existe un aumento de superficie, disminuye el número de UP en un 23 %, lo que marca claras señales de una concentración de las UP, teniendo un promedio de 1584 hectárea por UP (MGAP, 2014). El incremento de la producción se materializa a nivel espacial, en la región noreste y litoral norte (MGAP, 2014). A diferencia del crecimiento de la agricultura que fue impulsada por los empresarios capitalistas, el sector forestal tiene un origen distinto, en donde el Estado a finales de la década del 80, por intermedio de normativa legal genera las

condiciones (exoneración de impuestos) para la atracción de inversionistas capitalistas. Esta política se va materializar en la década del 90 y fundamentalmente durante el período analizado, ya que se instalan dos industrias de producción de pasta de celulosa. La inversión de origen transnacional comprende una fase industrial y productiva, caracterizada esta última por una alta concentración de la tierra, donde solo tres empresas concentran medio millón de hectáreas de posesión directa (XXI, 2014). Existen también muchos autores que discuten los impactos territoriales que produce este modelo productivo, de los cuales se destacan, cambios en la dinámica del ciclo hidrológico, disminución de la biodiversidad, introducción de especies exóticas, fragmentación del paisaje y cambios en la fertilidad de los suelos (GAUTREAU, 2014; SILVEIRA *et al.*, 2016). Como es un sector productivo muy ligado a la industria, ha generado una gran discusión sobre la contaminación de las plantas industriales (GAUTREAU, 2014).

#### Lechería

La lechería registro un leve decrecimiento de 1,3% de la superficie total del país, lo que representa unas 210 mil hectáreas menos que en año 2000. Este retroceso en la superficie está acompañado de una disminución de las UP, registrándose una pérdida de 31,6%, pero con un mantenimiento del stock lechero para la totalidad del período. (MGAP, 2014), lo que ha producido un aumento de la productividad por hectárea del 66% pasando de 1062 litros en el año 2000 a 1766 litros en el año 2011 (MGAP, 2014). Este incremento de la productividad se basa en la mejora del animal, ya que existe un incremento del 31% de litros por vaca y también por un cambio en la dieta del animal pasando de una sustitución progresiva de las pasturas naturales a pasturas mejoradas de alto rendimiento (MGAP, 2014). Esta intensificación de la producción produce impactos biofísicos asociados a la emisión de gases de efecto invernadero, al aumento de la concentración de nutrientes y patógenos en los cuerpos de agua, y a la degradación de los suelos producto del sobre pastoreo (CEDERBERG e MATTSSON, 2000; DE BOER, 2003; ORDEIG, 2008).

#### Agricultura de Regadío

La agricultura de regadío se compone por el cultivo de arroz y de la caña de azúcar. Esta última, en términos de superficie es muy baja en relación al arroz, ya que concentra para el año 2012 alrededor de 7000 hectáreas (DIEA, 2013).

A su vez, es un sector que requiere un análisis especial ya que el actor principal es el Estado debido a su integración en la cadena productiva, tanto en la disponibilidad de tierras como en la industria (ECHEVERRIBORDA et al., 2014). En relación a la producción

de arroz, la superficie se ha mantenido estable para todo el periodo, solo registro un leve incremento del 0,03%, unas 6 mil hectáreas para la totalidad del período (MGAP, 2014). Las UP decrecieron un 11% registrando 634 en el año 2000 a 562 para el año 2011, existiendo un aumento de la concentración de las UP pasando de 276 hectáreas en el año 2000 a 322 para el año 2011 (MGAP, 2014). La estabilidad del sector puede estar asociada a factores propios del sector, como son la disponibilidad de tierras, o sea existe una limitante biofísica, ya que no se puede plantar arroz en cualquier parte del país, lo que impide el crecimiento en superficie. En relación a la intensificación, al igual que otros sectores ha crecido de forma importante, aumentando la productividad en un 26%, con solo un incremento de superficie de 0,03%. Otro factor que opera, sobre todo para la consolidación de los productores, es el denominado "precio convenio" que los productores realizan con la industria, fijando el precio antes de la siembra, lo que ha generado una solidez del sector y garantías para ambas partes. Este último, se asocia a otro elemento, de origen externo, como es el crecimiento continuo de los precios internacionales, lo que genera una atracción de la inversión en el sector. Con respecto a los impactos biofísicos, se visualiza un aumento en la actualidad, de la plantación de soja sobre suelos arroceros, tanto por sustitución completa del cultivo de arroz, como también en los ciclos de rotación de las chacras sustituyendo a la ganadería, aumentado la emisión de agro-químicos sobre los cuerpos de agua (CASTILLO et al., 2013).

#### **Usos Intensivos**

El último sector, no menos importante, son los usos de suelo intensivos (fruticultura, viticultura, horticultura) caracterizado por una producción familiar<sup>6</sup>. Estos usos registran un decrecimiento de 0,47% en superficie total del país, lo que representa unas 74 mil hectáreas menos para los 11 años, casi 7 mil hectáreas por año (MGAP, 2014). Esta caída en la superficie se asocia con la caída de las UP pasando de 11148 en el año 2000 a 6094 para el año 2011, lo que significa una reducción del 45% casi la mitad del sector ha desaparecido en 11 años (MGAP, 2014). Si se desglosan los datos de la producción hortícola asociada a cultivos de huerta se ha reducido en un 55%, siendo las UP más pequeñas (0 a 0.5 hectáreas) las que han desaparecido en casi su totalidad en un 96% (MGAP, 2014). Este decrecimiento del sector pone en evidencia como el avance de otros sectores productivos, como se describió anteriormente han conspirado para la reducción enorme de las UP de pequeña escala.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup>En el Uruguay el concepto de agricultura familiar se asocia a productores que realizan su trabajo mayoritariamente por vínculos familiares, junto con una posesión de la tierra en régimen de propiedad o en usufructo, en su mayoría dependen de sus propios medios de producción incluyendo la tierra (ROSSI, 2010).

#### Manejo del Suelo

Para poder identificar algunas variaciones en el manejo de la producción de los distintos sectores productivos, se construyó la tabla 1, que refleja las principales técnicas que emplearon los sectores. De las doce variables seleccionadas, menos una (molinos de viento) el resto crecieron para los 11 años transcurridos. Las técnicas de mejoramiento de las reservas de agua, han aumentado, como son las represas y los pozos. En relación a las técnicas de conservación de los granos y la carne se observa un leve incremento asociado a los silos y las cámaras de frío. Con respecto a los servicios que han contratado los productores, por tanto han dejado de realizarlos, se destaca un incremento sustancial en todas las técnicas de contratación, principalmente en el control químico y la reserva de forrajes. Finalmente, se aprecia una disminución de las hectáreas por tractor, o sea existen más cantidad de tractores por hectáreas.

Estos datos muestran ciertos comportamientos que merecen su análisis, en primer lugar, el aumento de la utilización del agua como complemento en la producción, ya que históricamente la producción agropecuaria en el Uruguay ha sido de "cielo abierto", lo permite por un lado, minimizar los riesgos en situaciones de estrés hídrico que pueda sufrir el pastizal, el cultivo o los propios animales y por otro lado, aumentar la productividad agronómica de la producción. En la actualidad, el país se encuentra en un proceso de fuerte discusión sobre la implementación masiva del riego ya que existe un proyecto de ley<sup>7</sup>, que busca utilizar el riego para aumentar la productividad, por lo tanto, si se aprueba, en un escenario próximo estos resultados van a cambiar de forma sustancial. En segundo lugar, el almacenamiento de la producción en los establecimientos no estaría siendo una práctica de aumento en los productores, ya que puede estar asociado la mejora y eficiencia del sistema de transporte que permite la rápida conexión de las unidades productivas con las agroindustrias. En tercer lugar, se aprecia principalmente en la agricultura un aumento de la división social del trabajo en el ciclo productivo, existiendo un nuevo manejo de la unidad productiva, denominados los "nuevos agricultores", caracterizados por la lógica netamente empresarial (ARBELETCHE e GUTIÉRREZ, 2010).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup>Por más información: https://medios.presidencia.gub.uy/legal/2016/proyectos/03/mgap\_140.pdf http://ladiaria.com.uy/articulo/2016/4/se-lo-lleva-la-corriente/.

Tabla 1: Principales variables de manejo de suelo de las UP, para el período 2000-2011.

-			
Variable Técnica-Productiva	Año 2000 (UP % total)	Año 2011 (UP % total)	Tasa de Variación 2011-2000
Tajamares y/o represas	50.2	55.5	5.3
Tanques de agua para abrevadero	9.7	11.9	2.2
Pozos de agua	68.0	73.3	5.3
Molinos de viento	19.3	17.8	1.5
Silos Fijos para Granos	1.1	1.5	0.4
Cámaras de Frío	1.4	1.6	0.2
Contratación de Servicios (Laboreo o Siembra)	24.3	32.2	8.0
Contratación de Servicios (aplicación de agroquímicos)	3.4	16.2	12.7
Contratación de Servicios (cosecha de granos)	5.4	11.1	5.7
Contratación de Servicios (reservas de forraje)	8.9	19.7	10.8
Contratación de Servicios (plantación o cosecha forestal)	0.6	1.3	0.8
Hectáreas por tractor	296.0	287.0	-9.0

Elaboración: Autor. Fuente: (MGAP, 2002; 2014).

#### Tamaño de las Unidades Productivas

Según los datos de ambos censos, que clasifican por estratos las diferentes UP, como se aprecia en la tabla 2, existe una desaparición de 12350 UP, con un promedio de disminución de 1100 UP por año, lo que representa un 21.6% menos de UP para el año 2011 en relación al año 2000. Si se observa en que estrato ocurre la mayor pérdida, se aprecia que el menor estrato (1 a 49 ha), desaparecen 10416 UP, casi un 84.3 % del total de las eliminadas. El segundo estrato más pequeño (50 a 99 ha) se perdieron 927 UP, casi un 7.5% del total de las eliminadas, si se suman ambos estratos representan un 91.8% del total de las UP desaparecidas. El estrato de mayor tamaño (más de 1000 ha) aumento 133 UP, pasando a representar un 9.4% del total de las UP para el 2011. En relación a los datos por superficie, se aprecia que las UP más pequeñas, por debajo de las 100 hectáreas representan la menor superficie. En contra posición, el estrato de mayor tamaño agrupa la mayor superficie, solo 9.4% de las UP concentran más de 10 millones de hectáreas.

Estos datos demuestran que existe una alta concentración de la tierra, agudizada y profundizada durante los últimos 11 años, lo que ha generado una desaparición alarmante de los pequeños productores. Si se comparan estos datos con los registros históricos, a partir de 1908, en base a un estudio de Piñeiro (2014), se destaca que durante los últimos 11 años se registro la segunda mayor caída de UP, por detrás del período 1980-1990 con 13546 UP, pero en relación a los pequeños productores (estrato UP de 1 a 99 ha) es la mayor pérdida de la historia y con respecto a los grandes productores (estrato UP mayor a

1000 ha) es el registro de mayor número en la historia del país. Esto centra al Uruguay en un momento sin antecedentes, donde existe la mayor diferencia entre los pequeños y grandes productores.

Tabla 2: Estructura de las UP por estratos, expresadas en superficie y en porcentaje, correspondiente al periodo 2000-2011.

correspondiente ai periodo 2000-2011.				
Estrato UP (ha)	Año 2000 (UP (% total))	Año 2000 (Superficie ha (% total))	Año 2011 (UP (% total))	Año 2011 (Superficie ha (% total))
	29398	447222	18982	326012
1 a 49	(51.4)	(2.7)	(42.3)	(2.1)
	6647	472928	5720	407886
50 a 99	(11.6)	(2.9)	(12.8)	(2.3)
	13161	3073122	12065	2885611
100 a 499	(23.1)	(18.7)	(26.9)	(17.7)
	3887	2725637	3847	2705399
500 a 999	(6.8)	(16.6)	(8.6)	(16.5)
	4034	9700774	4167	10032390
Más de 1000	(7.1)	(59.1)	(9.4)	(61.4)
Total <sup>8</sup>	57131 100	16419683 (100)	44781 (100)	16357298 (100)

Elaboración: Autor. Fuente: (MGAP, 2002; 2014).

## Población y trabajadores agrarios

Con relación a las variables sociodemográficas, se aprecia en la tabla 3, una disminución de la población rural, de 82877 habitantes, alrededor de 7500 habitantes menos por año dejaron de vivir en el espacio agrario. La misma tendencia ocurrió con los trabajadores permanentes, eliminándose 41638 puestos de trabajo, lo que implica 3785 menos trabajadores por año, para este período. Si se observan los datos en relación a las UP, existe un decrecimiento de la población y de los trabajadores residentes, mientras en relación a las hectáreas, existe un incremento de los habitantes y de los trabajadores. Estos datos reflejan un despoblamiento del espacio agrario que se profundiza durante los últimos 11 años, pero que inicia de forma sostenida a partir de la revolución verde durante la década del 60 (PIÑEIRO, 2005).

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup>Existió una diferencia de superficie de 62385 ha mas en el censo del año 2000 que sobre el año 2011, producto del diseño en la elaboración del censo y del relevamiento de los encuestadores, lo que representa un 0.03 % de la superficie total, siendo despreciable para los cálculos de la tabla 2.

Tabla 3: Número total de habitantes y trabajadores agrarios para el período 2000-2011.

-			-
Variables Sociodemográficas	Año 2000	Año 2011	Tasa de Variación 2011-2000
Población agrícola	189838	106961	-82877
Población residente por (UP)	3.3	2.4	-0.93
(Ha) por población residente	86.5	152.9	66.4
Trabajadores permanentes	157009	115371	-41638
Trabajador permanente por (UP)	2.7	2.6	-0.1
(Ha) por trabajador permanente	104.6	141.8	37.2

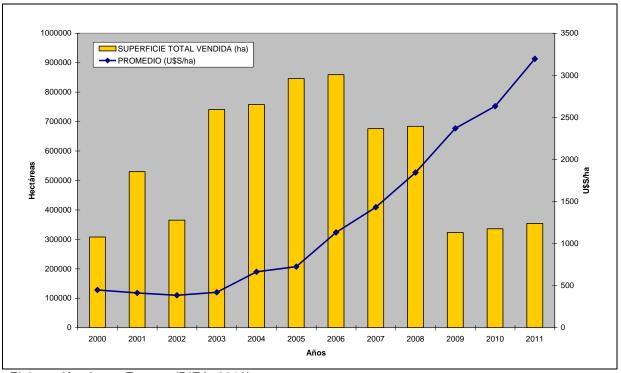
Elaboración: Autor. Fuente: (MGAP, 2002; 2014).

#### Mercado de tierras

La evolución del mercado de tierras, se aprecia en la figura 3, donde se resume el promedio anual del precio de la tierra y la superficie vendida para la totalidad del Uruquay, por hectárea, en el período 2000-2011. En relación al precio de la tierra se observa una tendencia al alza de manera sostenible, creciendo un 613% para la totalidad del período, con una tasa anual de 64.8%, registrando 448 U\$S (hectárea promedio) para el año 2000, a un incremento de 3196 U\$S para año 2011. Existen zonas del país de mejor aptitud agrícola donde los precios en la actualidad puede superar los 7000 U\$S la hectárea. La superficie vendida, presenta un comportamiento distinto al precio promedio de la hectárea, donde se destaca un incremento del 2000 al 2006, con una leve caída en el 2002, producto de la crisis económica del país. El año 2006 representó la mayor superficie vendida para el período, por encima de las 800 mil hectáreas. Las principales caídas son del 2006 al 2007, y de 2008 a 2009, ambas alrededor de las 360 mil hectáreas. La superficie acumulada para la totalidad del período representa cerca de las 7 millones de hectáreas, un poco menos de la mitad de la superficie total del país. En definitiva, el 42 % de la superficie total del país durante la última década cambio de dueño. Si se profundizan los datos por estrato, se aprecia que el 67 % del número total de las operaciones de compra-venta para el mismo período (2000-2011) corresponde al estrato entre 0-99 ha (DIEA, 2013). Estas variaciones están acompañadas también con los arrendamientos o rentas, ya que para dicho período la tasa de crecimiento de número total de arrendamientos creció 236% pasando de 1131 a 2672. asociada a un incremento del precio, pasando de 28 U\$S la hectárea en el año 2000 a 152

U\$S la hectárea en el año 2011 (DIEA, 2013).

Grafico 2: Superficie total vendida y promedio del precio de la tierra (U\$S/ha) por año, para el total del Uruguay, durante el periodo 2000-2011



Elaboración: Autor. Fuente: (DIEA, 2013).

Estos cambios en la posesión de la tierra, que se han profundizado durante este periodo, están relacionados a lo que ha ocurrido en la región y en el mundo. Producto de una fuerte expansión del capitalismo en el agro, provenientes en gran medida de las esferas del capital financiero, por intermedio de grandes fondos de inversión (OYHANTÇABAL e NARBONDO, 2011). Esta concentración excesiva del capital trae como consecuencia, la exclusión de las pequeñas unidades productivas que no pueden hacer frente el avance del capital. La mayoría de los Estados no hacen frente a esta situación, por lo que las desigualdades que se producen siguen en aumento (ALMEYRA et al., 2014). A su vez, Uruguay se encuentra en una posición geoestratégica entre Brasil y Argentina que hace que por el Oeste del país avance la frontera agrícola de secano (trigo-soja) con grandes capitales argentinos y por el Este del país exista la frontera agrícola de regadío (arroz) con capitales brasileños, presionando al alza los precios de la tierra.

#### Políticas agrarias

El periodo considerado en este artículo, transcurre entre 2000-2011, donde se caracteriza por la gobernabilidad al frente del país de dos partidos políticos con

concepciones ideológicas diferentes, durante el primer período 2000-2005, gobernaba el Partido Colorado (PC), partido histórico en el Uruguay, basado en una corriente de derecha, mientras que luego de la crisis socioeconómica durante el 2002, se genera las condiciones para que asuma el Frente Amplio (FA) por primera vez en la historia del país, denominado en su momento el primer gobierno de "izquierda" en el Uruguay.

Si se observan los datos analizados anteriormente se puede interpretar que la política dirigida hacia el sector agropecuario se ha mantenido, y más aún, se ha profundizado en beneficio de los medianos y grandes productores, aumentando los procesos de acumulación y reproducción del capital en el campo. Para profundizar esta cuestión, se analizaran las principales políticas hacia el sector, para luego examinar sus efectos.

Dentro de las principales políticas del FA a partir del 2005 hacia el sector agropecuario, se destacan; "políticas laborales", basada en otorgar derechos al conjunto de los trabajadores asalariados rurales, generando condiciones para combatir la precariedad laboral, lograr elevar el salario real de los trabajadores y regular la jornada de trabajo, todo esto en el marco de una mayor legitimización de los sindicatos rurales, históricamente reprimidos. En relación a la "política tributaria", se eliminaron los subsidios fiscales a las inversiones forestales otorgadas en el año 19879, y se crea el impuesto a la concentración de la tierra, denominado "Impuesto a la concentración de inmuebles rurales". Dicho impuesto no fue posible su aplicación ya que la burguesía agraria representada por la Asociación Rural del Uruguay (ARU) y la Federación Rural del Uruguay (FRU) elevaron recursos jurídicos para su inconstitucionalidad, lo que le fue favorable. Este impuesto fue ajustado jurídicamente y se logro la aplicación de otro impuesto denominado impuesto al patrimonio (ley 19.088). Dentro de las "políticas institucionales", se crea la Dirección General de Desarrollo Rural, financiada en gran porcentaje por el BM y el BID, bajo la competencia directa del Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP), atendiendo a los productores de menor escala productiva, como son los productores familiares. También se restablece y fortalece el funcionamiento del Instituto Nacional de Colonización (INC) para la compra de tierras. Entre otras líneas programáticas del MGAP, se destacan; la creación del "Sistema de Información Agropecuaria", del cual es parte el "Sistema de Información Ganadero" para lograr la trazabilidad de la carne; y también se establece, la elaboración de los protocolos de planes de manejo y uso del suelo para lograr un mejor control sobre los procesos de degradación de los suelos.

Dentro de la investigación agraria, la mayor concentración de recursos la tienen la Universidad de la República y Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria (INIA).

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup>Por mas información, ley 15.939 denominada "Ley Forestal" y ley 17.905 basada en la eliminación de los subsidios forestales.

Dentro de la Universidad, es la Facultad de Agronomía la que ejerce la formación educativa y la investigación, la cual presenta un 5,6 % del presupuesto total<sup>10</sup>, para el período 2010-2015. Si bien no se tienen los datos de los beneficiarios, ya sea agronegocio o agricultura familiar, la estructura académica refleja un claro destino de la investigación sobre la base de los sectores agrarios dominantes (agricultura extensiva, ganadería extensiva y silvicultura). En relación al INIA, hasta el 2006 no presentaba ningún programa destinado a la producción familiar (INIA, 2006). Para el año 2014 representaba el 5,29 % del presupuesto total del instituto (INIA, 2014).

Estos avances han sido muy relevantes en la historia del país, existiendo un cambio claro en la política a nivel nacional, con grandes avances en el plano social, ya que el país entre el 2000 al 2005, se encontraba en una crisis profunda, con niveles de pobreza, indigencia y desocupación históricos (PAOLINO e PERERA, 2008; INE, 2016). No reconocer estos cambios seria de un error importante, pero si se analiza la globalidad del espacio agrario, se evidencia de forma clara que las políticas agrarias implementadas, no tuvieron los efectos deseados, ya que se sigue profundizando los procesos de acumulación y centralización del capital, impulsados por el modelo del agronegocio en el marco de la mundialización de la producción agraria mediante el modo técnico-científico-internacional.

Si se analiza los documentos programáticos del FA y los lineamientos políticos del MGAP, no se hace énfasis en atender a las grandes concentraciones de capital transnacional y menos sobre la burguesía agraria nacional. En una coyuntura sin precedentes para el país, producto de un crecimiento de los precios internacionales de las commodities agrarias, que beneficiaron directamente a los países agro-exportadoras de bienes primarios, como es el Uruguay, situación inmejorable para controlar la reproducción del capital.

Una forma directa de poder controlar estos procesos de concentración y expansión del capital en la campo, que terminan en el desplazamiento de miles de productores, es atender sobre la renta de la tierra, ya que es el excedente de valor que se interrelaciona en todas las relaciones sociales de producción, por tanto es de suma importante saber quien se apropia de la renta (FOLADORI, 2013; RUBIO, 2014). Según Rubio (2014), las grandes empresas que concentran capital y tierra, que generan una elevada productividad agronómica, y a su vez, tienen el poder de manejar los precios internacionales, fueron las grandes beneficiadas de la apropiación de la renta de la tierra durante el comienzo del siglo XXI. Esta situación generó que los países no alineados a la zona de influencia de EE.UU, así como los petroleros, impulsaran políticas de compra de tierras fuera de fronteras para

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup>Datos publicados en el portal web de la facultad (http://fagro2.fagro.edu.uy/index.php/llamados/llamados-fagros/2-institucional/1900-administracion-de-la-facultad). No se pudieron acceder a los datos discriminados por departamentos académicos.

evitarse el pago de la renta a la grandes empresas del agronegocio (RUBIO, 2014).

En un estudio reciente de Oyhantçabal y Sanguinetti (2016), se evidencia que la renta de la tierra creció para el período de 2000 a 2015 de 349 a 1648 millones de dólares, con un pico máximo de 1939 millones de dólares para el año 2014. Los autores diferencian esta renta en cuatro grandes grupos, los terratenientes, los capitalistas, los productores mercantiles y el Estado. Si se observan los datos en promedio para el período 2000-2011, los terratenientes acumulan 35,0%, los capitalistas 49,2%, los productores mercantiles 8,3% y el Estado 7,5%, en donde este último, representaba un 14,4% en el año 2000, bajando al 2009 a un 5% (OYHANTÇABAL e SANGUINETTI, 2016). Estos resultados muestran de forma clara, por un lado, como la captación de renta por parte del Estado sigue siendo muy baja en relación las clases dominantes como son los terratenientes y los capitalistas y por otro lado, como decreció la recaudación en momentos de aumento sustancial de las ganancias de los terratenientes y capitalistas.

Por tanto, si se sigue con esta política agraria, en donde no se aplican políticas agropecuario, involucrando integrales al sector todas las dimensiones. tanto socioeconómica, política y biofísica, que busquen la protección de la producción familiar en contra del capital transnacional y solo se aplican políticas sectoriales o de recubrimiento, en el marco de lo que García (1973) denomina reformas agrarias "marginales" (GARCÍA, 1973), debido a no se toca la propiedad de la tierra, si no que intentan atacar las consecuencias que genera este modelo, no se van a revertir las transformaciones territoriales que ocurren en el espacio agrario. Un ejemplo claro es la reciente ley que crea un presupuesto genuino al INC, lo que representa un presupuesto anual para comprar más o menos unas 3233 hectáreas por año promedio<sup>11</sup>, cifra insignificante si se considera que el conjunto del Uruguay tiene más de 16 millones de hectáreas.

#### **Conclusiones y Reflexiones finales**

El articulo busco evidenciar las principales transformaciones territoriales a lo largo del comienzo del siglo XXI en el espacio agrario del Uruguay, mediante diferentes elementos soporte que caracterizan las relaciones sociales de producción. En este sentido, es importante rescatar algunos aspectos centrales de este nuevo período.

En primer lugar, se destaca que el conjunto de los sectores agropecuarios de mayor escala productiva (ganadería, agricultura, silvicultura) han aumento de forma considerable su producción en este período. Analizando algunos de los efectos que produce el

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup>Según la ley 19231, le asigna un presupuesto trimestral de 26.500.000 Unidades Indexadas (UI) (\$3.48 cada UI), lo que equivale a 12.700.000 U\$S anuales (U\$S 29 cada dólar), a un precio de la tierra promedio de 3934 U\$S la hectárea promedio (DIEA, 2015), dan unas 3233 hectáreas por año que podría comprar el INC (Datos actualizados a Octubre del 2016)

crecimiento de estos sectores, se observan cambios radicales en; un crecimiento de la superficie de la agricultura y la silvicultura, una disminución de las UP, un decrecimiento de la población y de los trabajadores rurales. Este proceso aqudiza de forma más evidente una tendencia estructural del espacio agrario del Uruguay que tiende a menores unidades productivas, con mayor superficie, menor población y más tecnificadas, consolidando los sectores de mayor escala en contraposición a la disminución y el desaparecimiento de las UP más pequeñas. La desaparición de estas UP puede estar asociada, a que frente a la ley del mercado, son menos eficientes y no pueden competir con el resto de las UP medianas o grandes, que presentan un aumento del capital constante (maquinaria, tecnología, infraestructura, etc.) en la composición orgánica del capital, en detraimiento del capital variable (mano de obra). Este fenómeno es acelerado por el modelo del agronegocio, que dentro de lógica de funcionamiento produce el "acaparamiento de tierras" (BORRAS JR et al., 2012; GRAS e HERNÁNDEZ, 2013) generando el desplazamiento y la expulsión de miles de UP. En este sentido, surge la interrogante ¿Hasta cuándo se va mantener este proceso de concentración de la tierra y vaciamiento del campo? Si vemos las actuales políticas agrarias y las que vendrán durante los próximos 5 años, los horizontes no son nada alentadores, ya que se piensa seguir con la misma política agraria, o sea apuntar a las consecuencias, sin atender a las causas y factores que generan estos cambios.

Otro elemento central de los cambios territoriales, es la tecnificación y la intensificación de la producción, que busca de forma permanente su mayor rentabilidad por unidad de superficie. Este aspecto tiene doble impacto, por un lado la ganadería tanto de carne y leche, como el arroz han mantenido su productividad en menor superficie, compitiendo con la expansión de la agricultura de secano y silvicultura. Por otro lado, el conjunto de estos sectores presionan de forma permanente con los cultivos intensivos (fruticultura, viticultura, horticultura), que son los que en mayor medida aportan alimentos al mercado interno. Una consecuencia de la intensificación agraria, es el aumento de la pérdida del pastizal natural en contrapartida de pastizales artificiales, lo que produce impactos biofísicos en la dinámica de los sistemas naturales. Este proceso genera la interrogante, ¿Qué capacidad tienen nuestros bienes naturales de soportar la presión permanente del aumento de productividad? Si bien los planes de uso y manejo que lleva a delante el MGAP, intenta controlar estos procesos, es claro que a los ritmos de los bienes de la naturaleza tienen otros tiempos que los institucionales y que los del capital, por tanto si no se controla de forma sistemática y permanente en la totalidad del país las consecuencias biofísicas van a ser mayores. Un ejemplo claro de esta situación es lo ocurre en la actualidad con la principal fuente de agua potable del país, la cuenca del río Santa Lucia, siendo amenazada por la intensificación agraria.

Finalmente, este proceso de consolidación de producción a gran escala, produce

territorios especializados en monocultivos, siendo enclaves agroproductivos o sea verdaderos espacios alienados. Caracterizados por la producción de commodities en grandes volúmenes y por la tecnificación y artificialización de los paisajes, controlada por corporaciones multinacionales y mediadas por el mercado internacional. Estos enclaves territoriales aumentan la centralización de capital, lo que produce una concentración del poder, el cual se ve ejercido sobre distintos actores. En primera instancia sobre el Estado, ya que ejercen presión directa e directamente sobre la mejora en infraestructura (vial o portuaria) y también sobre la flexibilización en normativas para la instalación de complejos agroindustriales. Un ejemplo reciente, es la posible futura construcción de la tercera planta de celulosa a cargo de UPM en la cuenca del río Negro<sup>12</sup>, ya que al ser un enclave de la silvicultura, se necesita una industria cercana a las plantaciones, debido a que el transporte de la madera es muy costoso y las otros plantas (UPM-Montes del Plata) quedan muy distantes de estas plantaciones. También ejercen control sobre la sociedad civil por medio de la ideologización del territorio empleando mecanismos como la creación de "Fundaciones" utilizando la "Responsabilidad Social Empresarial (RSE)" como instrumento normativo para la exoneración de impuestos<sup>13</sup>. Entonces, surge la interrogante ¿Cuál es realmente la soberanía de la población y del Estado frente a la acumulación de tanto poder? Si el modelo actual del agronegocio, empleado por el Uruguay, se encuentra lejos de frenar las transformaciones territoriales y de revertirlas; el país se distancia cada vez más de generar una sociedad con menor concentración desigual de la riqueza. En otras palabras, si se sigue priorizando la inversión transnacional como palanca del desarrollo por encima de políticas que apunten a una democratización de los medios de producción, tanto la tierra, la tecnología y los insumos, se va profundizar la tendencia histórica del espacio agrario, menor población rural, mayor concentración y tecnificación de la tierra. En definitiva, bajo esta política agraria impulsada por el FA, el país se inserta en la mundialización de la producción agraria como "puntos luminosos" o "territorios eficientes" para la atracción de capitales extranjeros, reafirmando cada vez más la relación dependentista que existe entre los países centrales y los países periféricos, con lo cual, limita la vía alternativa de buscar otro modelo de sociedad.

#### Referencias

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Por más información: https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/vazquez-reunion-upm-ministros-suarez-macri-instalacion-planta

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup>Para el caso del Uruguay se exonera por intermedio del Impuesto de las Rentas de las Actividades Económicas (IRAE) a través de la ley 18.083. Disponible en: http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18083&Anchor=

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A.; PESCE, F. **Agronegocios LTDA:** Nuevas modalidades de colonialismo en el cono sur de américa latina. Montevideo, 2008.

ALMEYRA, G. Lo político y la política en la mundialización. In: ÁVALOS, G. (Ed.). **Redefinir lo político**. Ciudad de Mexico: UAM-Xochimilco. Departamento de Relaciones Sociales, 2002.

ALMEYRA, G. et al. **Capitalismo: T**ierra y Poder en América Latina (1982-2012). México DF: CLACSO, Ediciones Continente, 2014.

ALONSO, J. El proceso histórico de la agricultura uruguaya. Montevideo, 1981.

ALTIERI, M. Una realidad alternativa a la agricultura industrial y transgénica. In: AMÁNDOLA, C. (Ed.). Los trangénicos en la agricultura y la alimentación. Montevideo, UdelaR, 2002.

ARBELETCHE, P.; GUTIÉRREZ, G. Crecimiento de la agri-cultura en Uruguay: exclusión social o integración económica en redes. **Pampa**, v. 6, p. 113-138, 2010.

ARCEO, E. **El largo camino a la crisis.** Centro, periferia y transformaciones de la economía mundial. Buenos Aires: Cara o Ceca, 2011.

BALDI, G.; PARUELO, J. M. Land-use and land cover dynamics in South American temperate grasslands. . **Ecology and Society,** v. 13, n. 2, 2008. Disponível em: <a href="http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art6/">http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art6/</a>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

BORRAS JR, S. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 39, n. 3-4, p. 845-872, 2012.

CASTILLO, J. et al. La integración del cultivo de soja a la rotación arroz-pasturas en el este. Revista 73, Montevideo: ACA (Asociación de Cultivadores de Arroz) 2013.

CEDERBERG, C.; MATTSSON, B. Life cycle assessment of milk production a comparison of conventional and organic farming. **Journal of Cleaner production,** v. 8, n. 1, p. 49-60, 2000. ISSN 0959-6526.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2014**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2015

CONI, A. C. **Historia de las vaquerías de Ríode la Plata entre 1555-1750**. Buenos Aires: Platero, 1979.

DE BOER, I. J. Environmental impact assessment of conventional and organic milk production. **Livestock Production Science**, v. 80, n. 1, p. 69-77, 2003.

DE LA FUENTE, E.; SUÁREZ, S. Problemas ambientales asociados a la actividad humana: la agricultura. **Ecología Austral,** v. 18, p. 239-252, 2008.

DIEA. **Manual del enpadronador**. AGROPECUARIAS, Á. D. E. Montevideo: Ministerio de Ganaderia y Agricultura y Pesca 2011.

 . <b>Anuario 2011</b> . AGROPECUARIAS, D. E. Montevideo 2012.
 . <b>Anuario 2012</b> . AGROPECUARIAS, D. E. Montevideo 2013.
 . Anuario 2014. AGROPECUARIAS, D. E. Montevideo 2015.

DOS SANTOS, T. La teoría de la dependencia balance y perspectivas. Buenos Aires: Plaza & Janés. 2003.

ECHEVERRIBORDA, M. et al. El complejo sucroalcoholero. In: CHIAPE, M. e DI SANTO, N. (Ed.). El acceso a la tierra en cuestion: Dependencia y autonomía en la Colonia Raúl Sendic Antonaccio en Bella Unión. Montevideo: CSIC. Letraeñe Ediciones, 2014.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura:** a região de Ribeirão Preto, SP. São Paulo: Edusp, 2003.

#### FAO. **FAOESTAT** 2015.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNÁNDES, B. M. (Ed.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.45-70.

FERNÁNDEZ, T. Cambios en la estructura agraria del Uruguay entre 1951 y el 2000: una aproximación descriptiva desde la distribución de la tierra. **Estudios Sociológicos**, v. XX, n. 2, p. 387-424, 2002.

FOLADORI, G. Renta del suelo y acumulación de capital. Montevideo: Trabajo y Capital, 2013, 195.

FOLEY, J. et al. Global consequences of Land Use. **Science**, v. 309, n. 5734, p. 570-574, 2005.

GARCÍA, A. Sociología de la reforma agraria en América Latina. Buenos Aires, 1973.

GAUTREAU, P. **Forestación, territorio y ambiente**: 25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina. Montevideo, 2014.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. **El Agro Como Negocio:** Producción, Sociedad y Territorios en la Globalización, Buenos Aires: 2013.

INE. Anuario Estadístico 2016. Montevideo: Instituto Nacional de Estadística 2016.

INIA. **Plan Estratégico Institucional 2006 - 2010**. Montevideo: Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria, 2006.

. **Anuario 2014**. Montevideo: Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria 2014.

JACOB, R. Los principales modelos historicos. In: CIEDUR (Ed.). **La Cuestión Agraria**. Montevideo, 1984. p.7-23.

JUANES, J. La modernidad produnda en Bolívar Echeverría (de la politica y de lo politico) In: SERRUR, R. (Ed.). **Bolívar Echeverría modernidad y resistencias**. Ciudad de México: UAM-ERA, 2015. p.41-56.

LENDE, S. G. El campo como híbrido de racionalidad e irracionalidad: tres estudios de caso acerca de la modernización reciente del medio rural en argentina/Countryside as rationality and irrationality hybrid: three case studies about rural medium's recent modernizat. **Caderno de Geografia**, v. 22, n. 38, p. 88-115, 2012.

LOARIE, S. R.; ASNER, G. P.; FIELD, C. B. Land-Cover and Surface Water Change Drive Large Albedo Increases in South America. **Earth Interactions**, v. 15, n. 7, p. 1-16, 2011.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.

MARTINS, C. Superexplotación del trabajo y acumulación de capital: reflexiones teórico - metodológicas para una economía política de la dependencia. **Revista Problemas del Desarrollo,** v. 31, n. 123, p. 33-44, 2000.

- MARX, K. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. México DF: Siglo XXI, 1997.
- MGAP. **Censo General Agropecuario 2000:** Resultados Definitivos. DIEA. Montevideo: MGAP, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Censo General Agropecuario 2011:** Resultados Definitivos. DIEA. Montevideo: MGAP., 2014.
- MODONESI, M. Conflictividad socio-política e inicio del fin de la hegemonía progresista en américa latina. **Anuari del Conflicte Social**, v. 1, n. 1, p. 1081-1095, 2013.
- MORAES, M. I. La pradera perdida. Montevideo, 2008.
- MORRONE, J. Biogeografía de América Latina yel Caribe. Zaragoza: M&TSEA, 2001.
- MVOTMA. **Tercera Comunicación Nacional a la CMNUCC**. CLIMÁTICO, U. D. C. Montevideo: PNUD FMAM 2010.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. Sao Pablo, 2007.
- ORDEIG, L. Estudio del comportamiento de los efluentes de tambo sin sistema de tratamiento, en distintas condiciones de suelo, Florida. 2008. (Licenciado en Ciencias Biológicas). Facultad de Ciencias, Universidad de la República, Montevideo.
- OSORIO, J. **Dependencia e superexplotacao:** A América Latina e os desafíos da globalizacao. Rio de Janeiro: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Teoria Marxista de la dependencia**. Ciudad de México: ITACA, 2016.
- OYHANTÇABAL, G.; NARBONDO, I. **Radiografía del agronegocio sojero:** Descripción de los principales actores ylos impactos socio-económicos en Uruguay. Montevideo, 2011.
- OYHANTÇABAL, G. A.; SANGUINETTI, M. Renta del suelo, ingreso laboral y ganancias en el agro en Uruguay 2000 2015. **(en evaluación)**, 2016.
- PAOLINO, C.; PERERA, M. **Estudio sobre pobreza rural en Uruguay**. Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola (FIDA). Montevideo, 2008
- PARUELO, J. M. et al. Cambios en el uso de la tierra en Argentina y Uruguay: Marcos conceptuales para su análisis. **Agrociencia**, v. 10, p. 47-61, 2006.
- PIÑEIRO, D. El desarrollo agrario latinoamericano y las formas de la acción colectiva. In: CLACSO (Ed.). **En busca de la indentidad**. Buenos Aires, 2004. p.19-48.
- \_\_\_\_\_. Población y trabajadores rurales en el contexto de transformaciones agrarias. In: CLACSO (Ed.). ¿Nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires, 2005. p.287-308.
- \_\_\_\_\_. Asalto a la tierra: el capital financiero descubre el campo uruguayo. In: ALMEYRA, G., CONCHEIRO, L., MENDES PEREIRA, J. M. AND PORTO-GONÇALVES, C. (Eds.). **Capitalismo:** Tierra y Poder en América Latina (1982-2012). México DF: UAM, CLACSO, Ediciones Continente., 2014.
- RIELLA, A.; MASCHERONI, P. Desigualdades sociales y territorios rurales en Uruguay. **Pampa,** v. 7, n. 39-63, 2011.
- ROSSI, V. La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 13. n. 16. p. 63-80. 2010.

RUBIO, B. ¿Resurgue la renta de la tierra? La revalorización de los bienes agropecuarios y su impacto en América Latina. **ALASRU**, n. 10, p. 127-146, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 1996.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro, 2000.

SEGRELLES, J. Problemas ambientales, agricultura y globalización en América latina. **Scripta Nova,** Barcelona, v. 91, p. 1-33, 2001.

\_\_\_\_\_. El problema de los cultivos transgénicos en America Latina: una nueva revolución verde. **Entorno Geográfico**, v. 3, p. 94-120, 2005.

SILVEIRA, L. et al. Red de microcuencas experimentales para la obtención de indicadores hidrológicos y edáficos en plantaciones forestales. ANII-ALIANZAS-FUNDACIÓN RICALDONI. Montevideo, 2016

SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região:** Fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP, LABOPLAN-USP, 1999.

SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. H. **Historia Contemporánea de America Latina**. Barcelona, 1996.

TSCHARNTKE, T. et al. Global food security, biodiversity conservation and the future of agricultural intensification. . **Biological Conservation**, v. 151, p. 53-59, 2012.

XXI, U. Sector forestal. XXI, I. U. Montevideo: Instituto Uruguay XXI 2014.

Recebido para publicação em 08 de setembro de 2015.

Devolvido para a revisão em 03 de setembro de 2016.

Aceito para a publicação em 15 de dezembro de 2016.

# Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana argentina

#### **Juan Manuel Villulla**

Investigador del CONICET en el Centro Interdisciplinario de Estudios Agrarios de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, Argentina. e-mail: jmvillulla@gmail.com

#### Resumen

Este artículo se propuso rescatar algunas de las modalidades de resistencia silenciosa de los trabajadores agrícolas pampeanos que surgen cotidianamente fruto de sus contradicciones de la relación salarial a través de la cual se integran al agronegocio. Se matiza la idea de que en la agricultura pampeana no existirían conflictos capital-trabajo, y a la vez, se ofrecen elementos para explicar su naturaleza especial, "silenciosa" y limitada. Por último, se repone el valor de estas expresiones como fisuras internas del capitalismo agrario, a través de las cuales emergen las expresiones populares y subalternas, frente a la aparente armonía y homogeneidad social propuesta por el discurso del agronegocio. Se utilizan metodologías de tipo cualitativo, tanto en lo referido al análisis de documentos históricos - centralmente judiciales - como fundamentalmente testimonios orales.

Palabras clave: Trabajadores; agronegocio; resistencia; conflictos; Argentina.

# Os sons do silêncio. Formas de resistência dos trabalhadores assalariados na agricultura pampeana argentina

#### Resumo

Este artigo pretendeu salvar algumas das modalidades do resistência silenciosa dos trabalhadores agrícolas pampeanos, que surgem diariamente fruta de suas contradições com a relação de salário pela qual eles são integrados ao agronegócio. Discute-se a ideia que na agricultura pampeana não existiria conflitos capital-trabalho e ao mesmo tempo, oferecem-se elementos para explicar seu natureza especial, "silenciosa" e limitada. Ultimamente, recuperasse o valor destas expressões como fissuras internas do capitalismo agrário pelo qual as expressões populares e subordinadas emergem frente à harmonia aparente e homogeneidade social proposta pela fala do agronegócio. Metodologias de tipo qualitativo são usadas, tanto nisso recorrido à análise de documentos históricos -centralmente judicial- como fundamentalmente testemunhos orais.

Palavras-chave: Trabalhadores; agronegócio; resistências; conflitos; Argentina

	Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 41-64	Jan-Abr./2017	l
--	--------------	---------------------	----------------	-----------	---------------	---

# The sounds of silence. Forms of resistance of waged workers in argentinian pampa's agriculture

#### **Abstract**

This article wants to rescue some of the silent ways of resistance of the pampa's agricultural workers that arise daily due to their contradictions with the wage relation through which they integrate the agribusiness. This article discusses the thesis that in the pampa's agriculture there wouldn't exist capital-labor conflicts, and simultaneously, brings elements to explain their special, "silent" and limited nature. Finally, it values these expressions as internal fissures of the agrarian capitalism, through which they emerge the popular and secondary expressions, opposite to the apparent harmony and social homogeneity proposed by the speech of the agribusiness. We use qualitative methodologies for the analysis of historical documents –centrally justice documents-and fundamentally analyzing oral testimonies.

**Keywords:** Workers; agribusiness; resistance; conflicts; Argentina.

#### Introducción

Este artículo explora las formas de resistencia al agronegocio al interior del agronegocio. Es decir, las expresiones de contestación entre sujetos sociales que *toman parte* en la producción agropecuaria bajo las modalidades contemporáneas del capitalismo agrario. Dejamos de lado las manifestaciones críticas de otros actores enfrentados acaso más radical y visiblemente con este modo de desarrollo, como es el caso del campesinado tradicional, de los pueblos originarios, de corrientes ambientalistas o de amplias franjas de la intelectualidad (HOCSMAN, 2015; DOMÍNGUEZ, 2010; ARANDA, 2015). Conceptualmente, ubicaríamos a esos actores resistiendo *desde afuera* al aparato productivo y cultural del agronegocio: la base urbana de muchos de estos movimientos compromete sólo indirectamente el funcionamiento del sistema. La producción capitalista prescinde de ellos, como también prescinde de campesinos tradicionales e indios, aunque la diferencia con este último caso es que no pueda prescindir de sus tierras. De ahí que en esos territorios —en la frontera del capitalismo agrario- se libren las batallas más violentas, incluyendo la posibilidad de la aniquilación física de los sujetos de resistencia. De cualquier modo, también en este último caso, campesinos e indios resisten *desde afuera* y, justamente, *para* mantenerse afuera

En el espacio rural de la zona pampeana, en el centro-este del país, la situación es diferente. Esta región aloja el núcleo de la producción agraria argentina y es el principal escenario práctico del agronegocio, económica y culturalmente. A la vez, también fue la zona del país con un desarrollo capitalista más temprano, distinguiéndose por la ausencia de un

campesinado tradicional denso en términos demográficos, económicos y políticos, como el que caracteriza otras áreas de América Latina. En las pampas, los sectores populares rurales se han repartido a lo largo de la historia entre campesinos capitalizados -de tipo farmer o chacarero, como se los nombra en nuestro país-, y un numeroso proletariado rural. Ambos condensaron a los productores directos de las riquezas agropecuarias y a los sujetos de la protesta. En este último papel, los chacareros se centraron en la lucha contra el poder terrateniente a principios de siglo (GRELA, 1975; VOLKIND, 2009; PALACIO, 2006); y luego de la posguerra, exigiendo políticas que amortiguaran o revirtieran la concentración de la producción (GIARRACA y TEUBAL, 2005; AZCUY AMEGHINO y MARTÍNEZ DOUGNAC, 2012). Los obreros rurales, por su parte, tienen su propia historia de lucha contra las múltiples formas de explotación, a veces enfrentando directamente a la gran burguesía terrateniente, y otras, también a los chacareros (ANSALDI ET AL, 1993; ASCOLANI, 2009). En cualquier caso, en las dos situaciones y sea cual fuere su posición en el asunto, aquí se reintegra la lucha política y social con la pertenencia activa al universo económico del capitalismo agrario. O dicho en otras palabras, no se trata de resistencias desde afuera, sino de luchas entre las clases que configuró este modo de producción.

Esta relativa yuxtaposición histórica entre sujetos de protesta y sujetos productivos ha sido algo trastocada en la actualidad. De un lado, los chacareros clásicos siguen detentando la representación social y simbólica de los pequeños productores de la región. En ese carácter constituyen los protagonistas más numerosos y activos de la protesta social en la pampa. Sin embargo, están lejos de tener el peso económico de antaño y buena parte de sus capas más vulnerables y proclives a la lucha por la defensa de la pequeña producción fueron barridas por el propio proceso de concentración contra el que luchaban¹. Como contracara, buena parte de los que sobrevivieron lo hicieron transformando sus chacras en empresas más plenamente capitalistas, o deviniendo meros propietarios rentistas que alquilan sus pequeñas tierras a terceros. Este proceso de aburguesamiento –tanto en lo que refiere a su rol objetivo en las relaciones de producción como a su modo de vida y sus inclinaciones ideológicas- tensiona permanentemente a sus agrupamientos gremiales entre la identificación con las mayorías populares del país o la confluencia con los sectores concentrados del agro y su discurso tecnocrático-productivista (BALSA, 2015; HERNÁNDEZ, 2009).

Por el lado de los trabajadores, también hizo crisis esta relación entre su personalidad

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Sólo entre 1988 y 2002 desaparecieron 52.363 de sus explotaciones sólo en la zona pampeana. Todas debajo de las 500 hectáreas (Azcuy Ameghino y Martínez Dougnac, 2012)

como sujetos productores y como sujeto de protesta, pero en un sentido inverso al de los chacareros: aquí los obreros incrementan su importancia económica, pero su participación gremial o política se torna más insignificante que nunca. En la región pampeana alrededor de 60.000 obreros asalariados producen el 80% de la producción comercializada y representan el 70% de los trabajadores manuales de la agricultura². Esto indica que el reemplazo de capital variable por constante no impidió un incremento relativo de la importancia de los trabajadores asalariados en la producción de valor a escala social. A la vez, su postergación en la distribución del ingreso es notable: en 2008 no reportaba más que el 1,5% de la facturación del negocio agrícola, mientras que los beneficios netos del 10% de firmas que comercializan el 80% de las cosechas sojeras, superaba en 24 veces la parte del valor que quedaba en manos obreras³. En dinero, esas proporciones representan uno de los salarios por hora más bajos entre todos los trabajadores argentinos⁴. Es decir que, a pesar de ser sus principales productores directos, los operarios de maquinaria son a la vez el grupo social más relegado del desarrollo capitalista, sin que por ello emerjan mecánicamente como los protagonistas más visibles de la protesta agraria o sindical en la pampa.

Esta ausencia de conflictos proletarios resonantes contribuyó a abonar una de las grandes ideas-fuerza que ostenta el discurso del agronegocio. Esto es, que no existirían conflictos de intereses objetivos en su interior<sup>5</sup>. El conjunto de sus actores se encontrarían articulados por intereses comunes, tales como el aumento de la producción y la productividad; el incremento de los precios de venta y los márgenes de ganancia; la mayor eficiencia e innovación organizacional; el desarrollo tecnológico; e incluso, la menor injerencia posible del Estado. Luego, la buena marcha del negocio se traduciría en un derrame de bienestar económico y de superación personal para quienes forman parte de esta cadena virtuosa y para el conjunto de las localidades del interior pampeano. Desde ya, los obreros agrícolas incluidos (LLACH *ET AL*, 2004; ANLLÓ *ET AL*, 2013; BARSKY y DÁVILA, 2008).

Este ideario asume la ausencia de grandes conflictos obrero-rurales como un resultado natural del funcionamiento del capitalismo agrario, en términos de relaciones de "win-win" (todos

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Fuente: estimación propia en base a datos del INDEC: Censo de Población y Vivienda de 2001 y Censo Nacional Agropecuario de 2002

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Fuente: estimación propia en base a datos del Ministerio de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación de la Nación; Bolsa de Cereales de Buenos Aires; Federación Argentina de Contratistas de Maquinaria Agrícola; ONCCA; y testimonios en poder del autor.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Fuente: Dirección de Cuentas Nacionales del Ministerio de Economía de la Nación

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> "El campo está unido desde sus cimientos. No hay división entre 'pequeños y medianos' y el resto. No hay divergencias entre proveedores de insumos, equipos y productores. Entre acopiadores y exportadores. Todos se necesitan, todos están en una red". Héctor Huergo. "Con la luz al final del túnel". *Clarín Rural*, 21/2/2015

ganan) y no como el producto de estrategias patronales deliberadas para conseguir el disciplinamiento de los que pierden: en este caso, los trabajadores rurales. Es decir que, por un lado, esta interpretación pasa por alto las situaciones esencialmente contradictorias que suponen los vínculos salariales, tanto por la explotación económica que implican como por las relaciones de poder que demandan. Y por otro, al negar el conflicto, tampoco reconoce las trabas deliberadas que crea el polo patronal para que emerja el descontento obrero; ni la posibilidad de que muchas de esas luchas transiten por carriles menos manifiestos que los de las organizaciones sindicales o las instituciones previstas por la ley para las negociaciones entre el capital y el trabajo.

Este artículo se propuso, entonces, ir al rescate de algunas de esas modalidades del descontento que no siempre trascienden los campos en los que trabajan o las localidades en que residen, pero que surgen cotidianamente fruto de sus contradicciones con el agronegocio a través de la relación salarial que los vincula a él. Esto matiza la idea de que en la agricultura pampeana no existirían conflictos capital-trabajo, y a la vez, se ofrecen elementos para explicar su naturaleza especial, "silenciosa" y limitada. Por último, se repone el valor de estas expresiones como fisuras internas del capitalismo agrario *en su interior*, a través de las cuales emergen las expresiones populares y subalternas, frente a la aparente armonía y homogeneidad social propuesta por el discurso del agronegocio<sup>6</sup>.

Desde esta perspectiva, concebimos a las formas de resistencia obrera englobando no sólo las expresiones clásicas o más fácilmente visibles de su descontento. Es decir, las que se vehiculizan a través de organizaciones sindicales y políticas con demandas concretas, o modalidades de acción directa y colectiva más espontáneas que, en cualquier caso, también suelen estructurarse alrededor de la consecución de alguna reivindicación consciente. Además de ellas, que componen el repertorio de formas de contestación más visibles y también -por eso mismo- las más elaboradas y eficaces frente a sus antagonistas, consideramos aquí las modalidades menos manifiestas del descontento proletario, que con mayor o menor nivel de autoconciencia, suponen - o tienden a - la identificación de intereses diferentes y hasta contrapuestos a los de sus empleadores; distintos niveles de independencia ideológica frente a la cosmovisión patronal o a la ideología dominante en general; y por último, que constituyen objetivamente - es decir, independientemente del nivel de autoconciencia de los sujetos-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> "Los nuevos ricos de este modelo son los trabajadores (gerentes) y probablemente los menos ricos sean los dueños. [...] Lleva las de ganar quien maneje el conocimiento. Pierde sentido la lucha de clases y los sindicatos pasan a cambiar de rol." Gustavo Grobocopatel. "Hemos aprendido a pescar". *Clarín Rural*, 20/8/2005

prácticas de contestación y transformación de las condiciones de trabajo y de vida propuestas por el régimen laboral de la agricultura.

Las huellas documentales o estadísticas de estas formas de resistencia son muy escasas o nulas. Sin embargo, los archivos del Departamento Histórico Judicial de la Suprema Corte de Justicia de la Provincia de Buenos Aires -que hasta ahora no había sido consultados por la sociología rural- atesoran el registro de una de las variantes más completas de la resistencia obrero-rural: las demandas laborales a sus patrones o ex patrones. A pesar de una consulta exhaustiva de otras fuentes documentales, no se registra una sola de estas u otras formas de conflicto obrero rural las bases de datos del Ministerio de Trabajo; en los archivos de la gran prensa - *Clarín*, *La Nación y Página/12*-, ni en los periódicos rurales más difundidos en el interior pampeano contemporáneo, como el *ABC Rural*; o en publicaciones como *Documentación e Información Laboral*, de circulación empresaria, en cuyas números de 1970 a 1989 sólo aparece de tanto en tanto alguna declaración general del sindicato obrero-rural y algunos cambios en la legislación.

En este contexto, el centro de nuestro repertorio metodológico estuvo puesto en la recolección y análisis cualitativo de entrevistas a los propios obreros, apelando a técnicas etnográficas y de la historia oral desde un enfoque interpretativista. En total, recogimos 95 entrevistas semi-estructuradas, como parte de una muestra crítica no probabilística de 54 obreros y ex obreros agrícolas; 5 más en calidad de líderes sindicales y políticos; 24 a contratistas y/o productores en su carácter de patrones; y 12 más a otros informantes clave. Todo esto en un recorte territorial compuesto por 13 partidos de producción agrícola extensiva (soja, maíz o trigo) de la pampa húmeda: Pergamino, Salto, Mercedes, Carlos Tejedor, Carlos Casares, Rivadavia, Coronel Dorrego y Coronel Pringles en la provincia de Buenos Aires; Caseros y San Jerónimo en la provincia de Santa Fe; y Marcos Juárez e Inriville, en la de Córdoba.

# Constreñimientos y condicionantes a la acción obrero-rural

En 1976, el último golpe de Estado en Argentina inaugura una nueva etapa política y económica en el país. En relación a los trabajadores agrícolas, este proceso cumplió un rol fuertemente represivo al descabezar a los núcleos más combativos del movimiento sindical-rural a través de la persecución y cautiverio de sus líderes, e interviniendo su sindicato. Fue así como, desprovista forzosamente de sus herramientas organizativas, la clase obrera rural vio barridos todos los derechos que había conquistado a lo largo del siglo XX. En su reemplazo, sufrió la

imposición de un régimen laboral que prohibió las huelgas, permitió despidos sin indemnización ni justificación, abolió la limitación de la jornada laboral, estimuló el destajo y bendijo el arreglo bilateral de salarios y condiciones de trabajo en desmedro de las instancias colectivas de negociación con mediación estatal. En una palabra, la dictadura cambió las *reglas del juego* en la que se desarrollarían los conflictos capital-trabajo en adelante: ahora era la propia legislación la que consagraba la desprotección obrera frente a los intereses patronales.

El sindicalismo obrero-rural nunca se recuperó de eso. Y en 1991 el gremio nacional pasó a estar directamente bajo control de una corriente de trabajadores peronistas aliado a los sectores políticos que impusieron definitivamente las reformas neoliberales en la Argentina. A partir de esos años, la Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores (UATRE) se reconstruyó "desde arriba", amparada por el Estado e intentando disciplinar con buenas y malas artes a las reservas más combativas del propio movimiento obrero-rural (VILLULLA, 2010). Así se mantuvo hasta hoy, en el espectro del peronismo conservador, incluso después de las experiencias de movilización social y reformas progresivas que se abrieron paso en el país luego de la rebelión popular de 2001. Es más, el sindicato terminó por oponerse a ellas junto a las patronales rurales cuando, por ejemplo, a fines de 2011, se aprobó un nuevo Régimen Nacional de Trabajo Agrario que terminaba con la herencia legislativa de aquella dictadura cívico-militar<sup>7</sup>.

Esta integración de la conducción sindical a los sectores más conservadores del arco político y económico argentino, no impidió que las patronales rurales se resistieran a casi todos los proyectos de reformas moderadas presentados en las instancias oficiales por la entidad obrera, referidos a algunas mejoras salariales o acortamiento de la jornada, entre otros<sup>8</sup>. Ello no motivó acciones más duras de la UATRE. Por el contrario, la Unión se autolimitó al asistencialismo clientelar de los trabajadores de menor calificación y oficio desplazados por las transformaciones económicas y sociales del agronegocio. Su impotencia frente a las corporaciones patronales para cambiar las condiciones de trabajo, su alianza con los sectores neoliberales a nivel político, y su prioridad asistencialista por los peones menos calificados y desplazados, no contemplaron los intereses específicos de los operarios de maquinaria agrícola y desatendió por completo su organización. De modo que para estos últimos el sindicalismo no

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Fuente: *Ley N° 26.727*. "Nuevo Estatuto del Peón Rural", Comisión Nacional de Trabajo Agrario, 27 de diciembre de 2011;

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Fuente: Actas de la Comisión Asesora Regional N° 2 de Buenos Aires y La Pampa, 1988 a 2001. Comisión Nacional de Trabajo Agrario. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social de la Nación; Resoluciones y documentos de la Comisión Nacional de Trabajo Agrario, 1990 a 2009. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social de la Nación.

fue una herramienta en la cual apoyarse para transformar su realidad, sino más bien lo contrario<sup>9</sup>.

En rigor, tampoco surgió un liderazgo alternativo a esa conducción sindical entre los trabajadores agrícolas pampeanos, ni grandes conflictos por fuera de la dirección de la UATRE. Entre otras cosas, eso se vincula al complejo sistema de intermediación laboral en el que se vieron envueltos los trabajadores, denominado popularmente "contratismo de servicios". Este modo de tercerización contribuyó a su disciplinamiento social desde el propio lugar de trabajo, confluyendo con aquellos condicionantes más generales de la legislación desfavorable y el carácter conservador que tomó su sindicato.

Como se ha señalado reiteradamente, la tercerización laboral generó un desdoblamiento de la figura patronal entre el titular de la explotación agrícola y el intermediario, desdibujando los posibles blancos del descontento obrero, dificultando la construcción de antagonismos, y obturando, por lo tanto, la configuración de escenarios de protesta (APARICIO y BENENCIA, 2001). No obstante, la intermediación como tal no es una novedad reciente en la agricultura pampeana. Existió ya en los primeros años del siglo XX con los contratistas de trilla o con los dueños de carros para trasladar los granos a caballo, sin impedir del todo ni la emergencia de grandes oleadas huelguísticas, ni la existencia de conflictos localizados en un poblado o contra algún patrón en particular (ANSALDI *ET AL*, 1993; VOLKIND, 2010; ASCOLANI, 2009). Lo que distingue al contratismo contemporáneo de sus antepasados es la mayor dispersión que generó entre los trabajadores, conspirando bastante más que hace cien años contra las posibilidades de que emprendieran acciones colectivas de envergadura.

En efecto, el contratismo actual fragmenta a los obreros agrícolas en pequeños grupos de no más de cuatro o seis hombres en promedio, reduciendo al mínimo su cooperación colectiva en el proceso productivo y aislándolos entre sí. Así, el trabajo ya no nuclea a los operarios, sino lo que los *separa*. Y no nos referimos sólo ni necesariamente a una congregación meramente física, en el espacio y en el tiempo, sino a una asociación en términos de *vínculos y relaciones sociales*. Como se sabe, a diferencia de la industria, el aumento de la composición orgánica del capital en la agricultura tiende - en general y de forma no lineal- a expulsar trabajadores en términos absolutos (MARX, 1999), mientras que como los quehaceres

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> El desprecio por el sindicato entre los operarios agrícolas es generalizado, ya que se les presenta como una organización inútil para sus necesidades que, encima, les deduce parte de su salario en nombre de una tarea que no cumple. La falta de entidad que tiene en su vida cotidiana se expresa en la negación conceptual de su existencia práctica: "no hay un sindicato para nosotros. No hay un sindicato. El empleado de campo no tiene sindicato. Los únicos que tienen sindicato son los de UATRE [sic]". Testimonio de Claudio, obrero tractorista de siembra, cosecha y fumigación en chacra. Marcos Juárez, Provincia de Córdoba, 2 de julio de 2011

obrerorurales se despliegan sobre porciones no reproducibles de tierra, ello tiende también a dispersarlos en el territorio (KAUTSKY, 2002). Además de eso, la disgregación proletaria que consiguió el contratismo consistió más específicamente en que evitó la reunión de gran número de trabajadores *bajo el mando y la paga del mismo empleador*, a pesar de que todos ellos trabajasen - indirectamente- para un mismo capitalista. Así, por ejemplo, el mayor grupo inversor del agro argentino, *Los Grobo S.A.*, llegó a explotar casi 300.000 hectáreas y a facturar alrededor de 900 millones de dólares anuales con apenas 180 empleados directos - casi todos administrativos y técnicos -, mientras que ocupaba a la mayoría de sus 1.200 trabajadores rurales sólo de manera indirecta, a través de decenas de pequeñas y medianas firmas contratistas<sup>10</sup>.

En esta trama social las eventuales demandas de los obreros ante sus patrones sólo fueron protagonizadas por un grupo menor de hombres *separado* de otros. Y a la vez, aun teniendo necesidades comunes, todos los operarios de una localidad o una zona tuvieron empleadores y modalidades de trabajo distintas con las que confrontar, que tendieron a *diferenciar y descentralizar* el contenido de sus reclamos. De esta forma, el sistema de tercerización constituyó una especie de reaseguro patronal, gracias al cual la *concentración del capital* del agronegocio no derivó en una *concentración de los trabajadores*.

Como contracara, además de dividir entre sí a los asalariados, este sistema los acercó socialmente a sus patrones directos, con quienes pudieron tejer una relación personal sin necesidad de mediaciones gremiales o burocráticas, y hasta compartir parte del trabajo manual, como había previsto Newby (1979) para la agricultura en las sociedades capitalistas avanzadas. A diferencia de las grandes firmas –urbanas o rurales- la mayoría de los operarios agrícolas tienen un contacto cotidiano y frontal con quien personifica a la vez a su jefe y al propietario de la empresa, sobre todo en el caso de los contratistas. Esta situación brinda a los obreros la posibilidad de expresar sus desacuerdos o descontentos sin necesidad de mediaciones ni medidas de fuerza. Por lo tanto, en tanto ello evacúa dosificadamente la manifestación de sus contradicciones, evita a la vez su acumulación y posterior exteriorización de manera más resonante. En el reverso, los vínculos personalizados permitieron a los empleadores la implementación de estrategias de condicionamiento a través de formas de *paternalismo* – "ayudas" económicas, favores, o tratos especiales-, tanto como una *vigilancia* muy próxima y detallada de los movimientos y características de los trabajadores bajo su mando directo o de cualquier otro que se empelase en los alrededores.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Fuente: "De Besarabia a la pampa húmeda". La Nación, 6 de junio de 2004

A la vez, si bien los operarios acceden fácilmente a los contratistas, nunca traban relación frontal con los capitales para los que trabajan indirectamente, aunque estos constituyan los principales beneficiarios económicos de su explotación y sobredeterminen el marco fundamental de sus condiciones laborales. De este modo, el contratismo preserva a los capitales que concentran la producción agrícola de exponerse a conflictos laborales más importantes y centralizados, manteniéndose fuera del espectro visual de los asalariados detrás de un anillo de miles de pequeños y medianos empleadores, que organizan la producción y tramitan al servicio de terceros el problema político de la explotación y el disciplinamiento del trabajo.

Legislación desfavorable; ausencia de garantías o apoyo sindical; absoluta dispersión física y social; formas de paternalismo y vigilancia personalizada en los lugares de trabajo; relaciones personales con pequeños empleadores directos y desdibujamiento de los grandes explotadores indirectos; descentralización del régimen laboral y de las posibles demandas. Se trata prácticamente un "caso de laboratorio", en el que la clase trabajadora se encuentra dispersa en vez de congregada; más cerca de sus empleadores directos que de la mayoría de sus pares; por completo desorganizada y tras décadas sin experiencias colectiva en el plano político-sindical. Luego de este *racconto*, esperar de estos trabajadores un conflicto frontal, masivo y relativamente centralizado como podría suceder en la industria u otros sectores – incluso rurales, no es más que trasladar mecánicamente fórmulas o modalidades de protesta ajenas a los desafíos cotidianos que enfrentan estos trabajadores específicos y a las posibilidades concretas que tendrían de desarrollarlos con éxito; y a la vez, tampoco permite leer ni valorar en su real dimensión las formas de resistencia más sofisticadas que sí ejercen y a las que los obliga, en definitiva, la sofisticación de los dispositivos de disciplinamiento patronal.

#### Las formas de la resistencia

#### Intentos de nucleamiento independiente

Entre las formas de la resistencia proletaria realmente existente en la agricultura pampeana, las más audaces son las que intentan construir agrupamientos o coordinar acciones entre trabajadores de distintas empresas en una localidad o en diferentes zonas. Se trata de experiencias de nucleamiento que apuntalan la autonomía subjetiva respecto a los patrones; que se desarrollan con independencia de la UATRE; y que fundamentalmente rompen el tabicamiento al que los somete el propio régimen laboral. En 1985, por ejemplo, en el marco de las crisis inflacionarias, algunos núcleos de peones encararon acciones colectivas de este tipo. En la estancia "Sol de Mayo", en el norte de Buenos Aires, trabajadores de distintos grupos

obreros empelados por diferentes intermediarios unieron sus reclamos salariales y se dieron instancias de deliberación asamblearias juntos. El núcleo que motorizó este reclamo estaba compuesto por operarios de maquinaria agrícola, que convocaron a los contratistas que los empleaban a solventar los aumentos salariales exigidos a través de un incremento de las tarifas que, a su vez, ellos cobraban a la empresa "Sol de Mayo". A pesar de su riqueza, la historia y el resultado de esa experiencia de lucha no existe en otro testimonio que el de la memoria de sus protagonistas<sup>11</sup>.

Ya en nuestros días, en el norte de Buenos Aires, en 2009 algunos operarios intentaron quebrar su fragmentación más allá de uno u otro equipo de contratistas, llevando su coordinación al nivel de toda una localidad. Aquí, de lo que se trató es de acordar *compromisos solidarios de remuneraciones mínimas*, de modo de influir con eficacia en el mercado de trabajo de su lugar. De todos modos, las fisuras subjetivas en el seno mismo de los trabajadores impidieron sostener más cuidadosamente el trabajo conspirativo. Y así, permitieron que la información se filtre al campo patronal, encendiendo las máximas alertas entre los productores y contratistas, que comienzan la "caza de brujas" hasta encontrar a los cabecillas de un protomovimiento que, con muy poco, amenazó su castillo de cartas. Un patrón de Mercedes calibra bien la inmadurez de estos intentos de nucleamiento independiente. Pero también se aterra de sus potencialidades: "capaz que se te arma un pequeño gremio casero, de 10 personas, viste. Acá [en Mercedes] no pasa, pero he escuchado que ha pasado. [...] No tienen éxito. Pero es probable que a futuro haya problemas, que sea algo de moda como, no sé, esos que te cierran una fábrica, que te arman un piquete en la puerta. No ha llegado eso, pero... todo llega"12.

Efectivamente, tras décadas de desorganización, los operarios de maquinaria aún adolecen de limitaciones político-sindicales que hacen a sus conatos de asociación más vulnerables a la vigilancia, las amenazas o el amable paternalismo de contratistas y productores. Por otra parte, esta disposición obrera a la organización en algunas zonas o momentos -aún en condiciones tan hostiles- no es apuntalada por ninguna fuerza política o sindical, lo cual contribuye a su aislamiento y derrota. Por el contrario, cuando junto al ánimo de asociación de ciertos obreros existe la presencia de cuadros gremiales o políticos experimentados, capaces de organizarlos con eficacia, los resultados y las perspectivas de sus demandas son más sólidas, revelando el potencial de lo que en principio se mostraba incapaz de forzar cambios.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Testimonio de Alberto, obrero maquinista de cosecha, ex-puestero de estancia. Salto, Provincia de Buenos Aires, 5 de julio de 2011

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Testimonio de Pedro, productor agropecuario y contratista de siembra y cosecha. Mercedes, Provincia de Buenos Aires, 11 de julio de 2011

Naturalmente, eso también genera respuestas más drásticas desde el polo patronal. Y por eso, en definitiva, en esos escenarios la lucha entre el capital y el trabajo pasa a un plano superior. Algo así es lo que sucedió alrededor de 2003 en la localidad de San Vicente, en Santa Fe, cuando un operario de maquinaria agrícola con experiencia sindical organizó a una parte de los trabajadores del lugar, y reclamaron que los recibos de sueldo fueran por lo que realmente cobraban con el destajo y no sólo por la mínima formal de convenio; contra los retrasos en la paga luego de las temporadas de cosecha; para que no les bajaran el porcentaje del arreglo cuando adquirían máquinas que hacían más productivo su trabajo; y para que los registraran por el total de días que realmente trabajaban (VENTURINI, 2014). A pesar de lo avanzado del pliego reivindicativo - o acaso justamente por eso- no hubo apoyo conocido de parte de la conducción nacional de UATRE. Y mientras se desarrollaba la lucha, los empleadores se dieron la estrategia de desvincular en masa pero paulatinamente a los obreros más díscolos, logrando atemorizar al resto, y neutralizando al conjunto del movimiento reivindicativo. En fin, se trata sólo de algunos casos con los que se tomó contacto a través de testimonios orales. Sin embargo, expresan que en diferentes momentos y lugares existen antecedentes que buscaron superar el marco estrecho de las negociaciones bilaterales de "cada uno con su patrón y en su equipo de trabajo", apelando a una solidaridad clasista superior frente al conjunto de los empleadores de una zona.

#### **Juicios laborales**

La Suprema Corte de Justicia de la provincia de Buenos Aires conserva estadísticas sobre los litigios obrero-rurales durante los veinte años que van desde 1977 a 1997. La mayor parte de estas demandas fueron hechas durante la última dictadura. Es decir, antes de que cambiara la legislación en la que se amparaban los trabajadores para encarar demandas contra sus empleadores o ex empleadores, y en el marco de una ofensiva patronal que todavía convivía con las viejas conquistas legales de mediados del siglo XX. Removido ese obstáculo para el capital en 1980, las demandas obreras no pararon de descender. Y así, para cuando en los años '90 se produjo una gran oleada de despidos, los juicios laborales se habían reducido al mínimo, entre otras cosas, fruto de la desprotección legal que sufrían los asalariados. Es así que el Tribunal de Trabajo del Departamento Judicial de la ciudad de Pergamino —el más recurrido por los trabajadores rurales bonaerenses-, recibió en la última década del siglo pasado sólo diez

demandas obrero-rurales, mientras en los años de la dictadura recibió no menos de 131<sup>13</sup>. En medio, entre 1984 y 1989, ellas no sumaron más de 70, tendencia decreciente que se reproduce de la misma forma en las estadísticas de toda la provincia de Buenos Aires<sup>14</sup>.

A diferencia de los registros que existen para los asalariados urbanos, la estadística de la justicia bonaerense no discriminó los motivos por los que los trabajadores rurales iniciaron juicios a sus patrones o ex patrones durante todos esos años, ni por qué dejaron de hacerlo. Casi todos los legajos donde constaban sus demandas fueron quemados, de modo que reconstruir cabalmente sus móviles es prácticamente imposible. En el Tribunal de Trabajo de Pergamino quedaron unas pocas carpetas, ninguna de las cuales refiere al período 1976-1983 que fue el más profuso en litigios. Pero esos pocos legajos que quedan se supone guardan algún tipo de representatividad respecto al contenido del resto de los procesos legales destruidos. De ser así, los despidos sin pre aviso y los accidentes laborales explicarían la mayoría de las demandas obreras. A la vez, sobre la base de esas motivaciones iniciales, los trabajadores encararon pedidos de indemnizaciones que los llevaron a librar fuertes luchas para comprobar la verdadera cantidad de años que trabajaron para una empresa en la que jamás habían sido formalmente registrados, o las pautas salariales oficiales en dinero que deberían haber cobrado si hubieran estado formalizados. Además, los legajos describen muy detalladamente las condiciones de trabajo y de contratación que sufrían, incluyendo -además de los accidentes y despidos sin aviso- diversas formas de maltrato diario; salarios bajos muchos directamente impagos o mal remunerados-; pago a destajo; agudización de la estacionalidad ocupacional; esposas y familiares de peones trabajando gratis para el establecimiento que empleaba al jefe del hogar; problemas de encuadre legal; secuelas de trastornos psiquiátricos; episodios de golpizas; y hasta muertes.

Otra de las características de las incursiones judiciales de los obreros es que se dirigieron centralmente contra grandes estancias o semilleras, mientras que lo hicieron muy poco - y más tardíamente- contra empresas contratistas. Esto también habla de las transformaciones sociales más generales que experimentaron los trabajadores rurales a lo largo de ese período y sus consecuencias sobre su relativo disciplinamieto: el proceso de reemplazo de capital variable por constante, la agriculturización del campo, y la nueva organización del trabajo en base a la tercerización, supusieron miles de despidos de parte de los grandes establecimientos mixtos que los empelaban en el pasado, generando también una mayor cantidad de juicios. Pero luego,

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Fuente: Suprema Corte de Justicia de la Provincia de Buenos Aires, Área de Estadísticas (el año 1976 quedó fuera de las estadísticas).

<sup>14</sup> Fuente: Suprema Corte de Justicia de la Provincia de Buenos Aires, Área de Estadísticas

los obreros fueron reabsorbidos por pequeñas y medianas empresas contratistas de actividad transitoria, y ya en vigencia de la legislación que habilitaba su desvinculación sin indemnizaciones. Asimismo, el pequeño patrón contratista, con una relación personal más directa con los asalariados, pudo amortiguar mejor los choques y ser menos objeto de procesos judiciales que aquellos grandes establecimientos, cuyos propietarios muchas veces ni siquiera tenían domicilio en las localidades de la zona ni frecuentaban el campo.

## Fuga intempestiva, renuncia individual

La fuerte dispersión obrera y el sistema de negociaciones bilaterales, separadas unas de otras, disminuyen sustancialmente el poder de fuego del conjunto de los obreros para modificar demasiado los términos globales de sus condiciones laborales. En medio de la impotencia, muchos operarios abandonan la pulseada y dejan su puesto individualmente, con la expectativa de encontrar una mejor posición con otro empleador. Este tipo de renuncia individual es actualmente una de las principales expresiones de descontento de los trabajadores agrícolas. Y además, ejercida por goteo y a través del tiempo, fuerza a los patroneas a realizar algunos cambios en el trato a su personal.

La más radicalizada de las modalidades de renuncia consiste en la *fuga intempestiva*, es decir, abandonar los equipos de trabajo en plena campaña, cuando se encuentran en medio del campo a cientos o a miles de kilómetros de casa. En palabras de Santiago, "estás por ahí un día trabajando y [el patrón] te precisa urgente ese día [...] y a veces sí, algunos sí, se renegaban y tiraban todo a la mierda, y se fueron a la mierda. Dejaron paradas las cosas"<sup>15</sup>. Esto puede significar un golpe muy duro a un contratista, que no siempre consigue un reemplazo inmediato para el operario que se ha ido: puede caer en el incumplimiento de sus plazos con uno o más clientes, dejar de cobrar las tarifas previstas, y entrar en una cadena de defaults con proveedores que arruinen su presupuesto anual y su reputación. En el caso de los productores, los efectos en cadena son menores, pero en el apuro de la cosecha las consecuencias de un atraso pueden ser también importantes.

Esta reacción obrera no necesariamente está motivada por causas estrictamente económicas. Más bien, la fuga intempestiva se practica por lo que se considera algún tipo de afrenta a la dignidad personal. Entre otras cosas, esto puede expresarse en la desatención reiterada de las más mínimas demandas planteadas por el personal -como la provisión de

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Testimonio de Santiago, obrero maquinista de cosecha. Ortiz Basualdo, Pergamino, Provincia de Buenos Aires, 12 de agosto de 2009

comida o bebidas adecuadas y a tiempo-, o un exceso de autoritarismo y destrato más general dispensado por los propietarios. Como sintetiza Rubén, "una cosa es ser empleador y otra cosa es ser forro, viste. Yo empleado sí, yo te respeto como empleado y todo, pero forro tuyo no. [Hemos tenido problemas] de trato, no de cuentas. De trato "16. Es decir, si bien el malestar obrero se debe a aspectos inherentes a la relación de orden y mando que supone su condición asalariada, los detonantes de su fuga intempestiva suelen referir mayormente a estas dimensiones "paraeconómicas" de su vínculo con los empleadores, más que a los términos de su explotación económica en sí: "el patrón te trata para la mierda, y bueno, sí, agarré las cosas y me fui a la mierda. Acá por el sur [de Buenos Aires], no me acuerdo en qué lugar. Hace mucho. Sí, agarré las cosas, el bolso, y me fui. Me fui a la mierda. No, porque a veces son jodidos, viste, y tenés que bancártela... ¿hasta cuándo?"17

La fuga intempestiva no se limita a los equipos de contratistas. Algunos de los clásicos peones permanentes de estancias también la han practicado. Es más, dado el peso del tradicionalismo y códigos de honor personal aún más persistentes que en la agricultura moderna, la defensa de la dignidad se torna un detonante aún más poderoso de acciones obreras que se llevan mal con la negociación fría o la persecución de fines meramente económicos. Así, a fines de 1990, el peón Pablo Cabrera abandonó el tractor en marcha en medio del campo y no volvió jamás al establecimiento. Fue luego de una discusión con el encargado del campo, que lo acusó de haber roto el tiro de la rastra "por negligente". Luego de su alejamiento terminante, Cabrera realizó un intento fallido por cobrar una indemnización por despido y sueldos caídos. Pero los jueces dictaminaron que tal y como había dejado la estancia, el hecho constituyó en realidad un abandono de trabajo y, por lo tanto, su despido estaba justificado, sin lugar a los resarcimientos económicos que pedía<sup>18</sup>.

Ciertamente, cuando se trata sólo de dinero, la acción obrera es más fría y calculada porque hace estrictamente a su vínculo laboral, y no siempre es fruto de algo experimentado como una afrenta de orden personal. En estos casos, la fuga intempestiva es reemplazada por la simple *renuncia individual*, abandonando en paz el equipo una vez que se termina la temporada de siembra, fumigación o cosecha. Es decir, justo cuando se liquidan los ingresos de la campaña anterior y se negocian los términos de la próxima. En esta tónica más reflexiva y de

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Testimonio de Rubén, obrero tractorista de siembra y maquinista de cosecha. Salto, Provincia de Buenos Aires, 19 de julio de 2011

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Testimonio de Carlos, obrero tractorista de cosecha (residente en Casilda). Coronel Dorrego, Provincia de Buenos Aires, 11 de diciembre de 2011

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Fuente: *Departamento Judicial de Pergamino*. Archivo Departamental. Tribunal del Trabajo. Departamento Judicial de Pergamino, Archivo Departamental. Expediente N° 23. 867, *"Cabrera Pablo Luján c/ Alberto Ruete Güemes"* (1991)

anclajes económicos, cada vez que renunció, Santiago eligió mantener los puentes con sus viejos empleadores por si fuera necesario acudir a ellos en un futuro: "irme, lo he hecho, pero tampoco lo he dejado plantado, vamos a decir, si está el laburo, y me precisan, no los dejé yo en ese momento.[...] Lo he hecho así porque, qué sé yo, uno nunca puede decir la vuelta que va a tener la vida, porque viste, por ahí podés caer de vuelta. Entonces vos salís así y el día de mañana si querés volver, o te aceptan, podés volver al a empresa a trabajar o lo que sea."<sup>19</sup>.

En última instancia, en ausencia de conflictos salariales de importancia, el abandono del trabajo es una de las pocas cartas con que cuentan los obreros para obtener mejoras de su empleador, o conseguir algo mejor con otro. Si sus condiciones de trabajo no son aún peores, se debe al ejercicio de esta práctica empleada con un sentido extorsivo, hasta donde lo permitan las condiciones generales de la oferta y la demanda en su mercado laboral. Por eso, su ejercicio a través del tiempo - aunque siempre sea descoordinado-, obliga a ciertos cambios de conducta por parte de los patrones. Al fin y al cabo, es a través de estos abandonos pacíficos del puesto o sus fugas más repentinas que los obreros obligan a los empresarios a darse una política de captación, cuidado y retención del personal a través de diversas mejoras: más comodidades en las casillas, mayor constancia y regularidad en su calendario laboral, buen trato, o algún punto más en el porcentaje del destajo. Por eso, la suma de esas contestaciones individuales y descoordinadas les permite conquistar -sin saberlo o proponérselo acabadamente-, leves progresos en las condiciones laborales, aunque ellos no modifiquen los trazos esenciales de las mismas.

### Rotura deliberada de herramientas

La rotura deliberada de herramientas como expresión de descontento reconoce una larga trayectoria como parte del repertorio de formas de resistencia obrero rural, aunque a lo largo del tiempo fue disminuyendo su práctica y cambiando su significado. Antes de la generalización del contratismo y el destajo, cuando aún eran muchos los peones permanentes en relación de dependencia directa de estancias o explotaciones agrícolas —es decir, hasta los años '70 y '80- la rotura de los equipos tenía un sentido más similar al que se le otorga en los establecimientos fabriles, es decir, dirigida a interrumpir forzosamente el trabajo. Por eso, según un patrón que transitó su propia metamorfosis de productor a contratista, "los sábados a la

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Testimonio de Santiago. Op. cit.

mañana, en la estancia, siempre se rompía algo. O se rompía o se rompía. Si era necesario aparecía un destornillador clavado en el burro de arranque. Cualquier cosa que parara el trabajo hasta el lunes"<sup>20</sup>. Más allá de la valoración negativa propia de sus intereses en el asunto, -y la amplificación que debido a ello le dé al ejercicio de esta práctica por los trabajadores-, el comentario del empresario señala una conducta coherente tanto con la dinámica de aquel régimen de trabajo, como con el clima de época en que se desarrollaba.

En efecto, otro contratista de la provincia de Buenos Aires que en los años '70 fue él mismo peón permanente, destaca lo mismo que su colega cordobés. Es decir, el cambio en el modo en que los obreros trataban a las herramientas en la época de las estancias, y el que dan ahora luego de la tercerización del trabajo y el pago a porcentaje. Sin embargo, a diferencia del patrón de Marcos Juárez, el contratista de Salto interpreta que la rotura de medios de producción en aquellos años se debía menos a un intento por interrumpir al trabajo que a un mero *desapego* por la propiedad del patrón, e incluso a cierto sentido de reapropiación de su labor, justificada en "lo mucho" que tenían los estancieros<sup>21</sup>. A través del contratismo, con sus pequeñas escalas de personal y sin ninguna gran extensión fija que custodiar en el territorio, los patrones se jactaron de haber disminuido sensiblemente esas prácticas. Además, el destajo comprometió a la mayoría de los trabajadores con el resultado de la producción. Por lo tanto, no sólo previno el vandalismo, sino que indujo a los peones a cuidar las herramientas como propias, e incluso a entablar *reclamos para su renovación* con el objetivo de optimizar el trabajo. Algo impensable treinta años atrás.

No obstante, la rotura de máquinas sigue siendo parte de los modos de contestación de los obreros agrícolas. Más que interrumpir el trabajo, el sentido de estos atentados es ofrecer una revancha sutil pero clara a los patrones, quienes sin poder acusar a los obreros de forma incontrastable ni descontarles dinero por el desperfecto, deben destinar sumas considerables a la reparación de los instrumentos de labor. Así, mientras en un principio se trataba de una suerte de boicot para aminorar o detener el ritmo de trabajo —lo cual reportaba un beneficio para quien la practicaba-, en la actualidad la rotura de herramientas es empleada predominantemente como un acto de desagravio, que perjudica los intereses del patrón, pero que no necesariamente favorece a ningún trabajador.

Es decir, si bien el detonante inmediato que impulsa a ciertos trabajadores a dañar los medios de producción de su patrón puede ser económico, el objetivo y el móvil de fondo su

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Testimonio de Daniel, productor agropecuario. Marcos Juárez, Provincia de Córdoba, 30 de junio de 2011.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Testimonio de Fernando, contratista de cosecha, ex peón de estancia y de contratistas. Salto, Provincia de Buenos Aires, 4 de julio de 2011

acción no necesariamente lo son. Al contrario, la rotura de herramientas expresa ante todo la defensa de lo que creen ha sido un atropello a su *dignidad*. Y así, se proponen ejecutar un castigo como un pequeño acto de justicia, devolviendo el daño que creen han recibido y a la vez, reponen su estima, demostrando que no han sido embaucados. En caso de hacer más explícito su mensaje - lo que en general va unido a su despido o renuncia- su acción quiere dejar una marca como un antecedente que también haga cambiar las conductas del empleador con otros asalariados en un futuro. Lejos de los viejos *ludditas*, estas manifestaciones de descontento rara vez son colectivas ni sostenidas en el tiempo. Más bien, se trata de pequeños episodios de confrontación aislados, que no tienen otra conexión que su común vinculación a las tensiones de la relación de orden y mando inherente a las relaciones salariales.

## Hurtos a la propiedad

La práctica de los hurtos obreros también tiene una larga historia vinculada a los establecimientos de grandes dimensiones, que concentraban numerosos peones fijos bajo un mismo mando, antes de la generalización del contratismo en los '90. Allí y entonces, la vigilancia del personal y el cuidado de las cosas se hacían bastante más difíciles, y detectar los faltantes era tarea casi imposible para propietarios o capataces. Sin embargo, cuando los obreros agrícolas pasaron a empelarse predominantemente en empresas contratistas, la modalidad del hurto se dificultó por la observación más cercana de patrones más pequeños, e incluso por la menor cantidad de herramientas e insumos que pudieron ser objeto de sustracción. De todos modos, es difícil ponderarlo: a diferencia de la rotura de herramientas, los obreros que lo ejercen no tienen la intención de entregar ningún "mensaje" a los patrones, sino que —al contrario- lo realizan intentando que no los descubran en absoluto.

En nuevas condiciones, esta práctica parece seguir siendo parte de las pequeñas revanchas que algunos obreros devuelven dosificadamente a los patrones. Mientras un productor de Mercedes, en Buenos Aires, trata de averiguar en el pueblo los antecedentes de cada postulante a trabajar en su empresa tratando de chequear que no haya sido ni sindicalista ni "chorro"<sup>22</sup>, un contratista de Inriville se resigna a no poder controlar lo que pasa en sus instalaciones en su ausencia, y a la vez que asume que es parte de las reglas del juego, apuesta a que el tiempo lo vaya llevando a descubrir qué le robaron y quién se lo robó: "tipos que terminaron de laburar y antes de irse a la casa salen y te agarran un bidón de gas-oil para la

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Testimonio de Pedro. Op. cit.

casa, y así. Te robaban lo que les servía o lo que podían comercializar. Herramientas, pero generalmente la moneda de cambio es el combustible, el lubricante, productos químicos. Esas por ahí son las cosas más comunes, de más fácil venta<sup>23</sup>.

Así, en condiciones en que un reclamo abierto tiene muchas probabilidades de fracasar y manchar sus antecedentes en el mercado de trabajo, algunos obreros optan por acudir al atajo de una especie de "justicia por mano propia". En este caso, lo hacen comercializando informalmente parte de los medios de producción de su patrón, o reteniéndolos para uso propio. Quienes realizan estos hurtos ofrecen a sus empleadores "el teatro" de la docilidad y mantienen velados sus intentos - siempre acotados e individuales- por modificar de alguna manera las proporciones en que se distribuyen las riquezas. En efecto, detrás de estas prácticas subyace no sólo la elemental idea de justicia de sacarle a quien más tiene para darle al que tiene menos, sino la intuición - más o menos consciente- de estar devolviéndose parte de lo que les fue despojado a través del régimen salarial. Todo lo cual - va de suyo - no sólo persigue un fin económico contrapuesto a los intereses patronales, sino que supone un considerable grado de desprecio a su autoridad tanto por la práctica del hurto, como por la hipocresía que devuelven a sus empleadores cada vez que montan su "teatro" de obediencia y respeto, y en su ausencia roban parte de los insumos de su propiedad.

#### El rumor

A falta de publicaciones formales de ningún tipo de organización propia de este sector de trabajadores, el ejercicio del rumor informal es prácticamente la única trama de comunicación horizontal e independiente a través de la cual componen un mapa general de la situación individual y colectiva de cada uno de ellos, que ayuda a romper el aislamiento objetivo y subjetivo que induce el régimen laboral. A través suyo, se forman una idea del contexto más general en el que se mueven, calibran lo ajustado de su arreglo, componen una imagen del conjunto de los patrones, y relatan u oyen experiencias de confrontación que alguien desarrollara en algún lugar. En última instancia, el rumor opera como un pequeño mirador por encima de la fragmentación y el aislamiento al que los obliga su trabajo campo adentro, cuando se mantienen solos o en pequeños grupos, y donde -para colmo- mucho de ese tiempo no es posible hablar con libertad dada la presencia del patrón. Es más, ya fuera del trabajo, también comparten buena parte de los espacios de su vida social o pública con los empleadores en los poblados donde residen. Como puntualiza Marcos, "esto acá es un pueblo chico, saliste a la calle y lo cruzás a un

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Testimonio de Gerardo, contratista de servicios de siembra, fumi-fertilización y cosecha. Inriville, Provincia de Córdoba, 2 de diciembre de 2010

compañero en la esquina, al otro lo viste afuera de la casa, al otro lo viste, no sé, en el club... siempre te andás cruzando, viste. Cuando vas a hacer los mandados, continuamente te ves. Generalmente todos los días, todos los días"<sup>24</sup>. De modo que la omnipresencia del ojo patronal –a veces apoyada, incluso, por capataces informales entre los mismos trabajadores- puede abarcar sus movimientos tanto en el ámbito laboral como fuera de él.

Allí reside el valor de los canales de comunicación autónomos e informales que cultivan con el rumor, a través del cual intercambian información o impresiones acerca de las características de tal o cual patrón -su trato personal o los "arreglos" que ofrece-, así como relatos sobre experiencias de confrontación que alguno de sus pares desarrolló en algún campo o equipo de contratistas. Ese intercambio lateral -en tanto supone y estimula solidaridades colectivas en base a los intereses que los diferencian de los empresarios-, abre fisuras en el tabicamiento patronal y utiliza a su favor la personalización del mercado de trabajo. En definitiva, ella también posibilita a los obreros - y no sólo a los patrones- caracterizar a los distintos empleadores, medir su influencia sobre otros, enterarse lo que dicen de cada uno de ellos, y aún adivinar la rentabilidad de sus empresas. En la medida en que estos rumores no son ni pueden ser compartidos con los empleadores –de hecho, les son deliberadamente ocultados-, constituyen en sí prácticas que abonan un sentido de independencia respecto a ellos. Y si el cultivo del rumor proletario acaso no sea en sí mismo un modo de resistencia, sin dudas constituye una manera de transmitirla. Es más, en este contexto es la única vía para hacerlo.

Si bien nunca participó de confrontaciones con sus empleadores - de hecho, está en contra de ellas -, Jorge afirma que año a año "acá viene el comentario" de conflictos en equipos de trabajo<sup>25</sup>. Mientras obreros como él están aislados durante meses cosechando o sembrando campos, ese rumor es transportado por los camioneros de un lugar a otro. Y ciertamente, estos personajes se convierten en informantes bastante fluidos de lo que acontece en el mundo exterior, ya que se mueven de un lote a otro y tienen oportunidad de frecuentar distintas localidades, tomando contacto con -y "llevando el comentario" de- los pequeños conflictos que suceden en un punto u otro. Además, en la relativa paz que caracteriza las temporadas de siembra o recolección, estas reyertas no dejan de llamar la atención de los empleados, los patrones y los propios mensajeros, que reciben o transmiten las historias con simpatías o preocupaciones dependiendo de su posición en la relación salarial.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Testimonio de Marcos, obrero tractorista de siembra, fumi-fertilizador, y maquinista de cosecha. Rancagua, Pergamino, Provincia de Buenos Aires, 18 de julio de 2011

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Testimonio de Jorge, obrero maquinista de cosecha. Rivadavia, Provincia de Buenos Aires, 1º de agosto de 2011

De vuelta en sus pueblos, la dinámica del rumor es diferente y el intercambio horizontal es más directo. Los trabajadores tienen oportunidad de reunirse a hacer cuentas sobre lo que consiguió cada uno con su patrón y lo que podría haber conseguido con otro; cómo fue el trabajo y el trato recibido por ellos; sus historias de viaje o confinamiento; o si se dieron disturbios en sus equipos. En fin, se relajan las barreras del tabicamiento y las limitaciones que el aislamiento del trabajo impone a sus solidaridades. Esos espacios no son asambleas sindicales ni mucho menos. De hecho, como parte de la mixtura general, allí también se reciclan como propios muchos de los discursos patronales, y se hornean buena parte de los conceptos conservadores que atraviesan el sentido común obrero-rural. Pero sin constituir mítines conspirativos, la condensación de los rumores y el intercambio de experiencias de naturaleza proletaria que excluyen a los patrones, constituyen en sí mismas prácticas de autonomía que, además, pueden inspirar y respaldar ejercicios más frontales de resistencia, o al menos ayudar a hacerse un mapa más general de la situación en la que se mueven.

#### Reflexiones finales

Hemos realizado un recorrido por alguna de las formas de resistencia que se despliegan en el marco de la relación social bajo la cual se crea lo fundamental de la riqueza que sustenta al agronegocio: la relación salarial. Hemos visto que el sujeto productor de ese vínculo, la clase obrera rural, encuentra severos condicionantes para trocar su importancia económica en algún tipo de condicionante político para el desarrollo del agronegocio. A la vez, se ha analizado porqué la ausencia de grandes conflictos proletarios en la agricultura no expresa tanto una armonización económica de los intereses de empleados y patrones, sino más bien la relativa eficacia de las estrategias de estos últimos para lograr el disciplinamiento de la mano de obra asalariada, principal fuerza motriz del agronegocio. Esto se ha expresado tanto a nivel macro, con la legislación vigente entre 1980 y 2011; como a nivel micro, en el submundo de las pequeñas empresas contratistas donde las relaciones personales, el paternalismo, el destajo y la cercana vigilancia patronal componen sofisticadas estrategias que amortiguan u obturan la emergencia de conflictividades obreras importantes, amén de la completa dispersión que generan entre el conjunto de los trabajadores. Sin apoyo sindical en cuanto a información, capacitación, soporte legal y/o moral, ni como espacio de pertenencia colectiva, los asalariados se dieron a sí mismos formas de contestación con las cuales abordar las situaciones que les deparaba este régimen tercerizado de trabajo. La mayor parte de ellas han sido modalidades de confrontación individuales - como los juicios, la rotura de herramientas, los hurtos, la renuncia o la fuga del puesto de trabajo -, lo cual les confiere un carácter limitado, inconexo y poco

trascendente. Entre las formas colectivas, el rumor es más bien un canal que habilita la resistencia y una expresión de autonomía que una forma de confrontación propiamente dicha. Mientras que los intentos de nucleamiento son sin dudas las modalidades más avanzadas y potentes entre sus estrategias, y no casualmente las más temidas y combatidas por sus pequeños empleadores. De conjunto, se trata de expresiones poco convencionales, sin ningún tipo de apoyo o inspiración de tipo sindical - de hecho, prácticamente no existen documentos escritos que den testimonio de ellas -, acotadas al ámbito laboral o a sus localidades, realizadas sin demasiados testigos en medio del aislamiento de la producción agrícola maquinizada, predominantemente individuales y acaso - aunque no siempre- con niveles de confrontación y trascendencia social relativamente bajos.

No obstante, esto no quiere decir que estas formas de resistencia sean ineficaces. Acaso lo son en el sentido de que no logran transformar a gran escala - es decir, para más de un trabajador o un grupo de ellos - alguno de los elementos que hacen a los trazos gruesos de si situación. Pero es necesario tener en cuenta que su dispersión y su proximidad social con los empleadores, también les facilita una expresión más directa de sus reivindicaciones ante ellos, así como conseguir ciertas mejoras sin necesidad de mediaciones gremiales o estatales, ni medidas de fuerza para captar su atención o la de la opinión pública. Es decir, la eficacia de estas modalidades de protesta no debería dejar de ser evaluada en relación a la pequeña escala de sus objetivos y a la excepcionalidad de su trama de constreñimientos.

En este sentido, estas resistencias obreras tampoco encarnan una crítica global al agronegocio, ni se proponen horizontes como el que en algún momento representó la "reforma agraria". Su contenido refiere más estrictamente a las contradicciones propias de la relación salarial: la explotación económica - con sus disputas salariales, por indemnizaciones, registro, etc.- y los vínculos de poder, con sus resistencias a los abusos y tensiones propios de la relación de orden y mando que atraviesa su relación con los patrones. Es decir que - retomando el eje que motiva esta exploración de las resistencias al interior del agronegocio -, el sujeto económico central del capitalismo agrario confronta como puede en un terreno también básicamente económico, pero no logra - no se propone- constituirse en sujeto político que cuestione el conjunto del régimen productivo y laboral del capitalismo, tal y como hacen más frecuentemente los actores que enfrentan desde afuera al agronegocio.

En definitiva, el valor de estas formas de resistencia obrera reside más en lo que expresan que en lo que logran trascender o transformar. Se trata de variantes de descontento y contradicciones con los empleadores a pesar de las relaciones tan estrechas y personales que traban con ellos; de sentimientos de autonomía respecto a los intereses contrapuestos que el

destajo y el paternalismo les proponen "superar"; del valor de los canales orales para transmitirse experiencias de contestación o para componerse un mapa de situación ante la falta de organizaciones o publicaciones formales; de la necesidad de encontrar auxilio para sus demandas a través de figuras por encima de su relación bilateral con sus patrones - vista menos como una "sociedad" que como un vínculo asimétrico - salteando a su sindicato e indagando las posibilidades de la justicia laboral; de las búsquedas de nuevas formas de nucleamiento independiente que se adapten a las condiciones concretas en que viven y trabajan, en pos de plantear reivindicaciones más importantes que lo hecho hasta ahora por el gremialismo oficial; y desde ya, sugieren la presencia de pequeños líderes espontáneos y locales que están explorando vías para lograrlo. En fin, aunque efectivamente no se trate de manifestaciones resonantes, todo ello habla de las fisuras objetivas y subjetivas del agronegocio en su propio interior, incapaz de absorber las expectativas económicas y personales que promete a sus componentes y al conjunto de la sociedad; de búsquedas a tientas de parte de los trabajadores asalariados por superar una situación marcadamente adversa; y de limitaciones para conseguirlo que reclaman - nunca fue de otra manera- de la contribución de organizadores populares que - y al menos hasta que madure un nuevo movimiento independiente de los propios obreros -, los ayuden a entrar a la escena de la lucha abierta contra el agronegocio que despliegan en nuestro continente otros sujetos sociales.

#### Referencias

ANLLÓ, Guillermo; BISANG ROBERTO; Campi Mercedes. *Claves para repensar el agro argentino*. Buenos Aires: EUDEBA, 2013.

ANSALDI, Waldo. *Conflictos obrero-rurales pampeanos (1900-1937)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

APARICIO, Susana; BENENCIA, Roberto. *Antiguos y nuevos asalariados en el agro argentino*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2001.

ARANDA, Darío. Tierra arrasada. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2015.

ASCOLANI, Adrián. *El sindicalismo rural en la Argentina*. De la resistencia clasista a la comunidad organizada, 1928-1952. Bernal: Universidad de Quilmes Editorial, 2009.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo; MARTÍNEZ DOUGNAC, Gabriela. "Producción agrícola, estructura socioeconómica y acción colectiva en la pampa húmeda argentina (1991-2010)". ALASRU Nº 6, octubre de 2012, pp. 157-207.

BALSA, Javier. "La ideología de los productores agropecuarios: análisis de los resultados de una encuesta (Provincia de Buenos Aires 2013/2014)". Actas de las IX Jornadas

Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales Argentinos y Latinoamericanos, Buenos Aires, 2015.

BARSKY, Osvaldo; DÁVILA, Mabel. *La rebelión del campo.* Historia del conflicto agrario argentino. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

DOMINGUEZ, Diego. "La territorialización de la lucha por la tierra en la Argentina del Bicentenario". *Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales*, n.1, enero-junio 2010, pp.7-39, 2010.

GRELA, Plácido. *Alcorta. Origen y desarrollo del pueblo y de la rebelión agraria de 1912*. Santa Fe, Litoral Ediciones, 1975

GIARRACA, Norma; TEUBAL, Miguel (Orgs.). *El campo argentino en la encrucijada.* Estrategias y resistencias sociales, ecos en la ciudad. Buenos Aires, Alianza Editorial, 2005.

HERNÁNDEZ, Valeria. "La ruralidad globalizada y el paradigma de los agronegocios en las pampas gringas." En: Gras, Carla; Hernández, Valeria (Orgs.). *La argentina rural.* De la agricultura familiar a los agronegocios. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2009.

HOCSMAN, Daniel. "Tierra, capital y producción agroalimentaria: despojo y resistencias en Argentina". En: Guillermo Almeyra. Luciano Concheiro Bórquez. João Márcio Mendes Pereira. Carlos Walter Porto Gonçalves (Orgs.). *Capitalismo, tierra y poder en América Latina*. Buenos Aires: Peña Lillo, pp. 15-59, 2015.

KAUTSKY, Karl. La cuestión agraria. México: Siglo XXI, 2002.

LLACH, Juan José; Harriague, Marcela; O'Connor, Ernesto. La generación de empleo en cadenas agroindustriales. Buenos Aires: Fundación Producir Conservando, 2004.

MARX, Karl. *El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

NEWBY, Howard. "La sociología rural institucionalizada". En: Howard Newby y Eduardo Sevilla Guzmán. *Introducción a la sociología rural*. Madrid: Alianza, 1979.

PALACIO, Juan Manuel. *Chacareros pampeanos*. Una historia social y productiva. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

VILLULLA, Juan Manuel. "La contención del conflicto obrero-rural contra elneoliberalismo en los '90. El caso de la UATRE y los trabajadores agrícolas pampeanos". *THEOMAI*, n.22, segundo semestre de 2010 http://www.redalyc.org/html/124/12417769002/index.html

VOLKIND, Pablo. "El acuerdo de 1920 entre la Federación Agraria Argentina y la Federación Obrera Regional Argentina (IX Congreso): alcances y límites en el marco de la conflictividad de la época." Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios Nº 31, pp. 75-106, 2009.

Recebido para publicação em 29 de abril de 2016.

Aceito para a publicação em 31 de dezembro de 2016.

# A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas

## Maria das Graças Campolina Cunha

Docente na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e-mail: gracapira@yahoo.com.br

## Carlos Rodrigues Brandão

Docente na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e-mail: carlosdecaldas@gmail.com

#### Resumo

Este artigo teve como objetivo compreender as relações de trabalho vivenciadas no decorrer das transformações que historicamente se acentuam no espaço rural nortemineiro e a visibilidade dada ao trabalho da mulher diante das reconfigurações que se instalam neste espaço. Para alcançar este intento, a comunidade Gameleira foi escolhida como lócus desta reflexão e serviu de palco para as interpretações hora apresentadas. Utilizando os procedimentos da pesquisa etnográfica, este artigo é um esforço interpretativo sobre os processos sociais vividos. Como resultado desta investigação, desenvolvida a partir dos nomes dados ao trabalho feminino, fica evidente as estratégias utilizadas pelo homem para permanecer no papel de "chefe de família", assim como a ressignificação do papel da mulher na comunidade e a sua visibilidade em decorrência das novas atividades que ela passa a exercer diante do novo cenário fruto da modernidade do campo.

Palavras-chave: Comunidade rural; mundo do trabalho; relações de gênero.

# The modernity of the countryside and the transformation of the hierarchical relations

#### **Abstract**

The purpose of this article was understanding labor relations experienced during the historical ransformations that took place in rural space of North of Minas Gerais, Brazil, as well the visibility of women under reconfigurations settled in this space. To achieve this purpose, the community of Gameleira was chosen as this locus reflection and served as stage for interpretations presented in this paper. Using ethnographic procedures of research, this article consists of an interpretative effort about experienced social processes. As a result of this research, developed from the names given to female labor, it is evidenced the strategies used by men to remain in the role of householder as well the resignification of women's role and their visibility in result of new activities in which the activities they can exercise under the new scenario as a fruit of modernity of the countryside.

**Keywords**: Rural space; labor; gender.

# La modernidade del campo y las transformaciones de las relaciones jerárquicas

#### Resumen

En este artículo se pretende comprender las relaciones de trabajo experimentado durante las transformaciones que históricamente se acentúan en el norte de Minas Gerais/Brasil

		Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 65-82	Jan-Abr./2017
--	--	--------------	---------------------	----------------	-----------	---------------

campo y la visibilidad dada a trabajo de la mujer en la cara de reconfiguraciones que están instaladas en este espacio. Para lograr este propósito, la comunidad Gameleira fue elegido como un lugar de esta reflexión y sirvió como escenario para las interpretaciones dado tiempo. Usando los procedimientos de investigación etnográfica, este artículo es un esfuerzo interpretativo de los procesos sociales vivió. Como resultado de esta investigación, desarrollado a partir de nombres dados a trabajo de las mujeres, es evidente las estrategias utilizadas por hombre de permanecer en el papel de "cabeza de familia", así como replantear el papel de la mujer en la comunidad en su visibilidad consecuencia de las nuevas actividades que comienza a ejercer delante del nuevo escenario fruto de la modernidade del campo.

Palabras clave: Comunidad rural; mundo del trabajo; relaciones de género.

## Introdução

Gameleira é uma comunidade rural que se encontra territorialmente inserida em dois municípios localizados no norte de Minas Gerais, Bocaiúva e Glaucilândia. Em decorrência deste fato, é difícil obter informações precisas sobre a comunidade, visto que elas se encontram espalhados e fragmentados entre as duas sedes municipais. Através de realização de trabalho de campo e de pesquisa documental com agentes da FUNASA, podemos estimar que a sua extensão territorial é de 5,860 Km², onde se encontram distribuídas 81 residências e uma população estimada de 246 habitantes.

Sobre a sua origem, esta comunidade se formou a partir da instalação de retirantes baianos que deixaram a terra natal em busca de melhores condições de vida, a partir de finais do século XIX e início do século XX. Segundo relato dos moradores, Gameleira não era o lugar de destino, mas uma pausa dos retirantes cansados da longa viagem. Havia uma grande árvore gameleira onde hoje se encontra a comunidade, que era utilizada como ponto de descanso para os viajantes, servindo abrigo e sombra para as famílias. Devido ao cansaço e às dificuldades enfrentadas, algumas famílias resolveram terminar a busca ali e passaram a residir no lugar que hoje recebe o mesmo nome da árvore. Este foi o principal fator relatado pelos moradores locais que deu origem à comunidade estudada.

Na Gameleira existe uma estrada chamada "Estrada Baiana" que atualmente não é mais a principal via de chegada, mas que historicamente está ligada à sua origem. Os estudos realizados por Paula (2009) apontam esta estrada como importante rota de migração nordestina para São Paulo. Segundo a memória coletiva da comunidade, esta estrada começava na Bahia, atravessava Minas Gerais e terminava em São Paulo. Era uma estrada de terra por onde viajavam por meses famílias nordestinas retirantes, tropeiros levando gado para Curvelo e ciganos.

De acordo com relatos dos antigos moradores, as famílias que decidiram ficar na Gameleira passaram por muitas dificuldades. Estas famílias saíam de suas terras e percorriam grandes distâncias a pé. Quando tinham algum tipo de animal de carga –

jumentos, burros ou mulas – levavam instrumentos de trabalho, sementes e mudas para facilitar a sua instalação em outros lugares. Quando não, contavam com a sorte para se instalarem em algum lugar e conseguirem sobreviver, muitos deles não conseguiram.

Assim, ao contar a história da Gameleira, os moradores sempre a ligam ao trabalho árduo e às condições precárias de vida em que se encontravam seus pioneiros moradores. Trabalho exaustivo e infindável, realizado tanto pelos homens quanto pelas mulheres, para a retirada da mata nativa e o preparo da terra para cultivo quase sem ferramenta nenhuma para ser realizado.

Para as mulheres ficaram as lembranças do trabalho incessante entre plantio e cuidado da casa e principalmente o medo da gravidez e da "hora do parto" que ocasionalmente findava em complicações e mortes prematuras. Faz parte das histórias de vida das antigas parteiras o sentimento de impotência por não terem conseguido salvar vidas de pessoas queridas.

Também faz parte das lembranças desta população a quantidade de pessoas que faleceram acometidas por doença de Chagas. "Morriam de uma hora para a outra, num davam aviso". As casas de adobe que primeiramente edificadas tornavam-se moradas do barbeiro, o protozoário *Trypanosoma cruzi*.

Em contrapartida, é desta época difícil de desbravamento e de trabalho sobrehumano, que a população guarda as lembranças mais alegres sobre os acontecimentos festivos relacionados aos rituais católicos. A organização e o acontecimento desses eventos são sempre relatados com entusiasmo em meio a risadas dos moradores mais antigos.

É importante observar na atualidade que o processo de migração esvazia a comunidade que conta com uma população que, inversamente ao passado, se alarga no topo da pirâmide etária a cada década. Uma itinerância que reflete o movimento constante de uma população rural que permanece não encontrando outra saída que não seja a migração. A divisão das terras para os filhos descendentes também acarreta a migração, visto que a minifundização não dá mais condições de reprodução das novas famílias que vão se formando.

A discussão que se segue foi realizada a partir dos nomes dados ao trabalho feminino, em que se procurou desvendar as hierarquias existentes na Gameleira, tanto no passado, quanto na atualidade.

# De Lavrador@S-Criador@S a Criadores-Lavradores: Significação e ressignificação do trabalho e das hierarquias

"com foice, enxada e braços que a gente juntava forças para conseguir desbravar a terra para sobreviver com as famílias". Dona Iraci, 2013 Iniciamos esta seção justificando seu título. O símbolo arroba (@) foi utilizado para designar, juntos, os dois gêneros: masculino e feminino. Este símbolo já é usado e difundido informalmente com esta finalidade e ele é o que mais se encaixa na discussão proposta: Um passado de trabalho na roça que envolvia toda a família da Gameleira, eram lavrador@scriador@s homens e mulheres, para um presente em que o trabalho de criação de gado envolve bem mais o tempo e o trabalho masculino, são eles criadores-lavradores.

Para discorrer sobre este assunto, procuramos descrever a Gameleira a partir das relações que envolvem o processo produtivo que garante a base alimentar e econômica da população. Ou seja, esta seção teve como objetivo compreender, tanto no passado quanto na contemporaneidade, o trabalho realizado por homens e mulheres e as formas como ele foi sendo remodelado ao longo das mudanças vividas. Isto porque, sendo uma comunidade em processo de transformação, as dinâmicas internas que envolvem as atividades agrícolas também se modificam, e neste bojo o papel da mulher é ressignificado e reinventado.

Como já relatado na introdução, no primeiro momento de povoamento da comunidade as mulheres tiveram que trabalhar em parceria com os homens. Tiveram que executar as mesmas atividades que eles, num trabalho desgastante e cansativo. Ao mesmo tempo era de sua responsabilidade a execução dos trabalhos domésticos, o cuidado da prole e a alimentação de toda a família.

### Gameleira: Construção da Terra de Trabalho

A construção da terra de trabalho pelas primeiras famílias da Gameleira foi realizada para suprir as necessidades de sobrevivência imediatas. Neste sentido, a mulher exerceu atividades que em outras comunidades estudadas caberiam aos homens. Isto devido à força física despendida para desempenhá-las ao construírem seus espaços de vida. Assim ocorreu porque não havia possibilidade de divisão de tarefas nos primeiros anos de povoamento da Gameleira, prolongando-se por três gerações a participação da mulher em atividades consideradas masculinas. Elas derrubaram a mata, destocaram a terra, araram e plantaram, cuidaram do gado com a mesma intensidade que o homem na realização dos trabalhos.

A atuação feminina no espaço da lavoura ocorria de forma tão efetiva, que seu papel é reconhecido na atualidade pelos homens entrevistados. Segundo o Sr. Geraldo "As mulheres trabalhava mais que os homens. Levava a enxadinha e ia em par pra roça. E num reclamava não. Tudo enquanto era mulher aqui trabalhava na roça, e tinha filho todo ano".

Este arranjo reflete as formas como as mulheres são identificadas, se identificam, se percebem e se vêm integradas ao grupo. Deste modo, as relações hierárquicas ocorreram através da divisão e da organização do trabalho das tarefas. A mulher executava

suas atividades tanto na unidade de consumo, como na unidade de produção. Contudo, a sua função de gerenciamento reconhecida era na primeira, ou seja, era dela também a responsabilidade dos trabalhos que envolviam a alimentação da família e o cuidado com as crianças e animais de criação de pequeno e médio porte, apesar de estas atividades terem sido acompanhadas de uma carga exaustiva de trabalho no roçado e de beneficiamento dos produtos cultivados.

O homem desempenhava todo o seu trabalho e a sua liderança na unidade de produção e na comercialização dos produtos cultivados. Refletindo outras comunidades estudadas, o "mundo de fora" encontrava-se na esfera do domínio masculino, uma forma de se manter a hierarquia por meio dos papéis desempenhados pelos membros familiares.

Para a venda dos produtos cultivados ou beneficiados, os homens levavam suas cargas para a estação ferroviária de Alto Belo (Bocaiuva) ou para a estação da Rede Ferroviária Central do Brasil onde hoje se situa o município de Glaucilândia, que tem a sua história vinculada à esta estrada. Estes dois pontos eram lugares de comércio entre a região metropolitana de Belo Horizonte (Santa Luzia) e o Norte de Minas (Itacambira, Juramento, Montes Claros, Bocaiúva), locais onde se vendia e despachava produtos, como a banha de porco, o milho, a mamona, o algodão e o gado. Este tipo de organização assinala a hierarquia familiar: a compreensão de que o homem é o "chefe de família", pois é ele que comercializa e conduz o processo produtivo na lavoura.

O processo produtivo envolvia atividades executadas durante todos os meses do ano para se garantir o equilíbrio alimentar das famílias, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 01: Calendário de Trabalho da Gameleira: Entre início do século XX e finais da década de 1990.

			IO DE TRABALHO DA lo século XX e finais d			
		Unidade de produção	Unidade de consumo e de beneficiamento dos cultivos			
Mês	Atividade	Processo/tempo	Quem executava	Atividade	Processo/tempo	Quem executava
Set.	Preparo da terra para plantio	Arar e "destorroar" a terra	Mais homens que mulheres		Grande parte das atividades desenvolvidas na unidade de consumo e beneficiamento não era dividida pelos meses do ano, pois eram realizadas diariamente, visto que envolvia as necessidades básicas e cotidianas da família.	Mulheres
Out.	Planta da roça	Feijão, feijão de corda, milho, arroz. Dependia da chuva o início do plantio.	Homens e mulheres	<ul> <li>Preparo das refeições;</li> <li>Cuidado com os filhos;</li> <li>Organização do espaço físico da casa;</li> <li>Fiar cordão para a produção do sebortos</li> </ul>		
Nov.	Limpa da roça	Com a enxada, para tirar o mato	Mais homens que mulheres			
Dez.	Limpa da roça	Com a enxada, para tirar o mato	Mais homens que mulheres			
Jan.	Colheita de feijão	Em média após 60 do plantio	Homens e mulheres			
Fev.	Repasse da limpa da roça	Novamente o mato devia ser combatido com a enxada.	Homens e mulheres			
Mor	Roçada do pasto	Limpeza das áreas de pastagem.	Mais homens que mulheres			
Mar.	Dobra do milho	As espigas eram dobradas para não apodrecerem com a chuva	Homens e mulheres			
Abr.	Plantio de hortaliças	Cultivadas na beira do rio das Pedras.	Homens e mulheres			
Mai.	Colheita de feijão de corda, catador e arroz.	Em média após 80 dias do plantio	Homens e mulheres			
Jun.	Colheita de milho	Entre 85 e 90 dias do plantio	Homens e mulheres			
Jul	Colheita de milho	Entre 85 e 90 dias do plantio	Homens e mulheres			
Ago.	Retocar as cercas	Reparo das cercas dos pastos	Homens	Produção da farinha e da rapadura	Casas de farinha e engenhos	Mulheres e homens

Fonte: Pesquisa de campo - Jehnne Crislley Amorim, 2012. Org. CUNHA, 2013.

Este quadro sintetiza o trabalho desempenhado por todos os moradores, desde o preparo da terra para o cultivo, a colheita dos alimentos, a produção da rapadura e da farinha e os trabalhos demandados na manutenção da família. Nele é descrito como e quando essas atividades eram realizadas, o que e quem fazia e produzia, no tempo em que a mais importante atividade na Gameleira era a lavoura.

Na organização deste calendário, o preparo da terra começava em setembro, mas segundo os moradores, podia começar também em outubro, pois dependia da primeira chuva para o início dos trabalhos. Este quadro sintetiza a realização do trabalho na comunidade até a década de 1990, e também as diversas formas de saberes expressos em suas práticas, como descrito a seguir a partir de relatos dos moradores:

Arar e "destorroar" a terra representavam uma etapa essencial para o sucesso da colheita. Para preparar a terra eram utilizados os arados de tração animal. Este tipo de preparo da terra é considerado o mais adequado que os realizados pelos atuais tratores, pois "a terra fica melhor quando é mexida pelo arado, pois o trator é pesado demais e acaba compactando a terra. Mas ela tem que ser mexida para levar o adubo pras raízes, se não ele fica na superfície e não alimenta as sementes, tem que fofar e levar pra baixo" (Caetano Amorim). "Destorroar" a terra significa desmanchar os torrões que ficam depois que o terreno foi arado. Segundo Caetano, destorroar é diferente de gradear, uma vez que o primeiro é realizado por tração animal e é mais eficiente e o segundo é realizado por "máquina". Para "destorroar" a terra, passava-se pela área arada com uma tora grossa de pau amarrada que era puxada por um par de bois um de cada lado.

O termo local "limpa da roça" indica a limpeza que devia ser realizada antes do plantio para retirar o resto da vegetação e fazer a coivara, que consiste na queima da vegetação retirada, que localmente é chamado de "queima da paiada". "Planta da roça" significa o plantio das sementes ou das mudas, no caso da manaíba (caule da mandioca) e da cana-de-açúcar. O plantio era realizado com a chegada do tempo das águas, pois dependia da chuva a época certa para "jogar a semente na terra", entre outubro e novembro. Plantava-se feijão, feijão de corda, milho e arroz. Com a chegada da chuva e o plantio das sementes, havia a necessidade de voltar a limpar o terreno nos meses de novembro e dezembro para retirar o mato que nascia e que podia "sufocar" a planta.

No mês de janeiro iniciava-se a colheita do feijão, em fevereiro ocorria o "repasse da limpa da roça". Em março o trabalho era realizado no pasto, a "roçada do pasto" que consiste na limpeza realizada com a foice para retirar a vegetação que não servia para a alimentação do gado. Era também em março que se "dobrava o milho", ou seja, dobravam os pés de milho para baixo para que as águas da chuva não apodrecessem as espigas. Nesta época o milho já estava maduro, mas ele só devia ser colhido depois que estivesse

seco, e por isto a necessidade de proteger as espigas até que elas alcançassem este momento.

Em abril as hortaliças eram plantadas nas margens do rio das Pedras. Nesta época, ainda não havia água encanada e era ali o lugar mais fértil e de maior umidade, propício para o cultivo de abóbora, melancia, maxixe e outras verduras, tubérculos, raízes e leguminosas que faziam parte da dieta alimentar da comunidade.

A colheita do feijão de corda, do feijão catador e do arroz ocorria em maio, seguido pela colheita do milho em junho e julho. Todos estes produtos eram transportados em carros de boi e depositados nos terreiros das casas para serem batidos (no caso dos feijões e do arroz). Após a separação das cascas, ramas ou galhos, eram acondicionados em sacos de estopa. Depois de batido e antes de ser ensacado, o arroz era socado no pilão pelas mulheres para a retirada da casca. O milho era guardado nos paióis e era utilizado tanto para o consumo da família quanto dos animais.

No mês de maio iniciava-se a produção da farinha e da rapadura. Contudo, era no mês de agosto, quando cessavam os trabalhos de colheita, que esta atividade alcançava o seu pico de produção. Devido às especificidades que envolvem o cultivo da mandioca e da cana-de-açúcar, no calendário de trabalho apresentado não foram incorporados estes dois vegetais. Suas mudas são plantadas em covas mais profundas e estas plantas têm um ciclo de amadurecimento diferenciado das demais, apresentando crescimento lento que ultrapassa o ano agrícola.

Além disto, a colheita era realizada de forma seletiva, sendo retirado apenas o necessário para a produção imediata, deixado na terra uma quantidade que assegurava o consumo in natura durante o ano. Isto porque a farinha pode ser produzida em qualquer época do ano, visto que a mandioca fica conservada no solo durante longo tempo depois do seu amadurecimento. Assim também ocorre com a cana-de-açúcar. Portanto, as atividades realizadas nos engenhos e nas casas de farinha ocorriam nos períodos em que a agricultura demandava menor tempo de trabalho, ou seja, entre os meses de maio e agosto.

O preparo da farinha envolvia um grande número de pessoas, geralmente família e vizinhos. Ela era produzida na "casa de farinha", local onde se encontravam os equipamentos necessários para a sua produção. A farinha produzida era destinada ao consumo interno. Quando produzida em grande quantidade, depois de estocada a porção necessária para o abastecimento da família durante o ano, o excedente era comercializado.

Quanto à produção da rapadura, esta atividade era realizada nos engenhos. Este trabalho também era realizado em mutirões e, apesar de cansativo, sempre envolvia a euforia do fazerem e do estarem juntos. Nesta época havia vários engenhos na comunidade e a produção demandava um tempo intenso de trabalho. A rapadura também era produzida para consumo interno e, assim como a farinha, era estocada para durar até o próximo

período de sua fabricação. Quando havia a produção excedente, esta também era destinada ao comércio.

Finalizado o mês de agosto e a produção da rapadura e da farinha, tinha início o novo ciclo de produção agrícola, o preparo da terra para receber as sementes da próxima safra.

Além das atividades já descritas, a criação de animais demandava cuidados diários que faziam parte da rotina da população. A alimentação dos porcos e galinhas, a ordenha da vaca e o preparo do queijo, o reparo das cercas, o abate dos animais eram realizados para suprir a necessidade alimentar e econômica da comunidade.

Como já relatado a respeito da divisão do trabalho, as atividades produtivas envolviam toda a família, porém, as atividades relacionadas à reprodução e ao cuidado familiar eram realizadas pela mulher, como aponta a segunda divisão do quadro (unidade de consumo). Geralmente uma filha ficava em casa para preparar a comida e para olhar os irmãos ainda pequenos. Porém, se o casal não tinha filha ainda em condições de cozinhar, a mãe retornava à sua casa para terminar de preparar a comida já adiantada na noite anterior. Ela levava o almoço para os demais que se encontravam na roça e por lá permanecia trabalhando até o fim do dia.

Como relatado por várias mulheres ao longo desta pesquisa, elas trabalhavam na lavoura até quando já estavam para ganhar bebê e retornavam à lida na roça poucos dias depois do parto.

Ao chegar em casa, uma nova etapa de trabalho as aguardava: cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos, fiar cordão para a produção de colchas, cobertas e de vestimenta de trabalho, como descreve dona Terezinha:

A vida num era fácil não. De noite, eu sentava com a minha mãe fazendo linha e pavio [linha mais grossa utilizada para a confecção das cobertas] de algodão com o fuso pra fazer calça, roupa pros homens e coberta, ficava até tarde.

O trabalho de fiar cordão geralmente era realizado já tarde da noite, horário em que os homens já se encontravam dormindo. O algodão cultivado tinha dois objetivos, a venda realizada pelos homens nas estações e a sua transformação em roupas de trabalho, colchas e cobertas para as famílias, trabalho executado pelas mulheres.

### Envolvendo vida e trabalho no tempo presente de Gameleira

A partir de finas da década de 1990, os moradores da Gameleira passam a investir seu tempo e trabalho prioritariamente na criação de gado. Este fato decorre das mudanças

que atingiram as suas vidas de duas formas, e que se resumem numa frase dita por Sr. João Botelho: "a terra cansa e o moderno atrai". Ou seja, para os moradores, a terra já não produz como antigamente em decorrência de seu desgaste e da diminuição da chuva na região. Além deste fator apontado por vários moradores, a migração dos filhos jovens atraídos pela vida urbana e o assalariamento diminuiu a quantidade de pessoas em idade produtiva que esta prática demanda.

O quadro a seguir mostra como as divisões do trabalho se tornam mais acentuadas e as relações mais complexas na atualidade. A marcante divisão não significa relações hierárquicas mais determinadas, mas as mudanças em curso relacionadas às esferas do trabalho.

Em comparação com o quadro da seção anterior foi incorporada uma nova coluna para apontar a dinâmica atual, a do trabalho "fora da comunidade". O trabalho assalariado via migração permanente ou deslocamentos diários são comuns na atualidade, como relato na próxima seção em que discorro sobre a interpretação dos trabalhos femininos.

Com relação à execução do trabalho na terra, antes realizado por homens e mulheres, atualmente é realizado majoritariamente pelos homens, o que pode ser observado na quarta coluna do quadro (dentro da unidade de produção).

Quadro 02: Calendário de Trabalho da Gameleira: Entre início do século XX e finais da década de 1990.

	CALENDÁRIO DE TRABALHO DA GAMELEIRA Finais da década de 1990 ao período atual									
Mês	Unidade de produção				Unidade de consumo e de beneficiamento dos cultivos			Fora da comunidade		
	Atividade	Processo/tempo	Quem executa	Mês	Atividade	Processo/tempo	Quem executa	Trabalho assalariado		
Ago.	Preparo da terra para plantio	Arar, destorroar ou gradear a terra e "bater paiada"	а		Criação de     animais de	Grande parte das atividades desenvolvidas na unidade de consumo e beneficiamento permanece não sendo dividida pelos meses do ano, visto que envolve as necessidades básicas e cotidianas da família.	Mulheres	Realizado tanto por homens quanto por mulheres. Ocorre de duas formas:  a) Com a migração para as cidades; b) Através do deslocamento diário para localidades próximas dos que permanecem vivendo na comunidade.		
Set.	Preparo da terra para plantio	. Arar, destorroar ou gradear a terra e "bater paiada"		Fev. a Nov.						
Out	Planta da roça	Feijão de corda e milho.								
Nov	Planta da roça	Feijão de corda e milho.								
Dez.	Limpa da roça	Com a enxada, para tirar o mato. Aplicação do <i>Tamaron</i> se necessário.								
Jan.	Ordenha	Período de grande produção de leite								
Fev.	Repasse da limpa da roça	Novamente o mato deve ser retirado com a enxada. Aplicação do <i>Tamaron</i> se necessário								
Mar.	Roçada do pasto Dobra do milho	Limpeza das áreas de pastagem com aplicação do "Randap".								
Abr.	Roçada do pasto Dobra do milho	Limpeza das áreas de pastagem com aplicação do " <i>Randap</i> ".								
Mai.	Colheita do feijão de corda.	Entre 80 e 90 dias do plantio.								
Jun.	Retocar a cerca	Reparo das cercas dos pastos.								
Jul.	Retocar as cercas	Reparo das cercas dos pastos.		Jan/ dez.	Produção do queijo	Período de grande produção de leite	Mulheres e Homens			

Fonte: Pesquisa de campo - Jehnne Crislley Amorim, 2012. Org. CUNHA, 2013.

O quadro também aponta que o terreno permanece sendo arado tradicionalmente e alguns moradores ainda "destorroam" a terra com a tora de madeira. Porém, a utilização do trator para a gradagem já é utilizado em algumas áreas de plantio.

Já não existem mais casas de farinha e engenhos ativos na comunidade. Portanto, este ciclo também encerra os trabalhos realizados em mutirão que envolvia a produção da farinha e da rapadura.

Em decorrência da chegada da água encanada, as hortas não são mais cultivadas nas margens do rio. Elas passaram a ser cultivadas próximas às casas dos moradores, facilitando o trabalho da mulher, que é a responsável por seu cuidado.

O feijão e o arroz deixaram de ser produzidos, e o feijão de corda, a cana-de-açúcar, a mandioca e o milho são cultivados apenas para o consumo interno ou para a produção da ração animal. Já não há mais a comercialização do excedente da safra ou da farinha e da rapadura antes produzidas. Em seu lugar, aumenta a comercialização dos animais – gado, porco e galinha – e do queijo, este último apenas no período das águas, quando aumenta a produção do leite e é possível a fabricação do excedente, com exceção da propriedade de um morador, que produz queijo durante todo o ano para comercialização.

Se antigamente as pragas eram combatidas por "curadeiros" - termo local que designa as pessoas que benziam na Gameleira - atualmente combate-se com "venenos", o inseticida Tamaron (fabricado pela Bayer) no combate da lagarta e o herbicida Randap (ou Roundup, fabricado pela Monsanto), no combate do mato (ervas daninhas) que cresce no pasto.

Porém, nas hortas as mulheres permanecem utilizando inseticidas naturais, como relata dona Lena:

Aqui quando dá pulgão eu uso é o xixi da vaca. Mas tem que ter cuidado, porque o xixi do cavalo não serve, a gente tem que ficar vigiando. Passa nas plantas e elas ficam tudo sadia, some tudo.

Dona Lena, 2012

A Gameleira mistura tradição e modernidade na utilização de instrumentos de trabalho e de máquinas agrícolas, no uso de inseticidas naturais e de herbicidas e inseticidas fabricados por empresas multinacionais. Esta mistura expressa os saberes locais e o conhecimento incorporado ao longo do tempo pelos moradores.

Entre passado e presente, a comunidade procura se adequar às mudanças em curso. Na nossa vivência na Gameleira este fato se mostrou em um acontecimento presenciado na comunidade em julho de 2014, quando uma moradora - **ajudada** por seu companheiro - realizou todo o processo de moagem da cana no engenho de tração animal seguido da fabricação da rapadura.

Algumas moradoras da comunidade também trabalham na feira em Glaucilândia, quando comercializam beiju, hortaliças e artesanato. É sobre esta e outras estratégias com que as mulheres buscam alcançar autonomia, que procuramos compreender a interpretação dada pelos moradores e moradoras sobre o papel e os nomes do trabalho feminino na contemporaneidade. Pois, na dinâmica atual que envolve vida e trabalho na Gameleira, a maioria das mulheres já não desempenha mais o trabalho na roça.

Esta passagem representa, ao mesmo tempo, o passado narrado na seção anterior, em que a mulher trabalhava na roça junto com o marido, e o presente, quando a mulher passa a *ajudar* o marido nas atividades que ele exerce, ou opta pelo **trabalho** assalariado ou alguma atividade geradora de renda. Na atualidade, esta moradora, dona Iraci, é a única que permanece produzindo rapadura na comunidade.

Atualmente, a diminuição do trabalho na roça e a divisão do trabalho familiar diferenciam-se da de outrora, o que é visibilizado principalmente nas gerações mais jovens. De um lado os homens tornam-se criadores-agricultores e permanecem exercendo seu **trabalho** na lida da roça. De outro, as mulheres jovens casadas que permanecem vivendo na Gameleira estão economicamente mais dependentes dos maridos. Neste contexto, há a mudança dos nomes do trabalho feminino e isto ocorre de duas formas.

a) Aquelas que se dedicam aos trabalhos domésticos – principalmente as jovens casadas – tendem a ter o seu papel redefinido nos relatos masculinos daqueles que têm na memória a lembrança das atividades que a mulher exercia na roça. Esta tendência é evidenciada na fala de um morador, quando ele diz que "tudo enquanto era mulher aqui trabalhava mais do que os homens (...). Mas isso é passado". Em sua companhia, outro morador completou: "mulher hoje é preguiçosa".

É interessante observar que geralmente a invisibilidade do trabalho feminino ocorre quando o homem passa a manter trabalho assalariado em cidades ou em fazendas próximas como vaqueiro, por exemplo, e deixa de trabalhar em seu próprio terreno, tanto no cultivo quanto no criatório (permanecem criando poucas cabeças de gado com a finalidade de poupança). Ou seja, a mulher passa a ser ressignificada quando o homem deixa de ser, ele próprio, um reprodutor do trabalho camponês dentro de suas terras. Com isto, além do trabalho voltado para a manutenção do lar, ela cultiva horta e cria animais de pequeno porte. Comparando estas atividades com as que a mulher exercia no passado, o seu papel passa a ser invisibilizado pela população local, porque quando o homem deixa de trabalhar e de gerenciar o trabalho na terra, a mulher perde as suas funções que derivam deste arranjo.

Em outras palavras, a mulher referenciada como "preguiçosa" pelo morador é aquela que vive na comunidade e não executa alguma atividade que lhe garanta a

permanência do seu papel de complementaridade, por mais que ela execute suas atividades de manutenção e cuidado da família. Porém, o homem compreendido como o "chefe de família" não percebe que isto decorre das mudanças referentes ao trabalho masculino. Ou seja, quando ele passa a exercer alguma atividade assalariada e deixa de executar as atividades que proporcionam as relações familiares de trabalho. Estes casais são mais vulneráveis a uma futura migração.

**b)** O trabalho da mulher é ressignificado, ou seja, o homem **trabalha** quando exerce suas atividades envolvendo a criação e o cultivo, e a mulher **ajuda** quando executa alguma atividade na roça, na criação de "animais de quintal", galinhas e porcos destinados ao consumo e ao comércio, ou voltada para o beneficiamento dos produtos, como a fabricação do queijo.

Porém, a ressignificação do nome do trabalho feminino não significa que as mulheres que permanecem desempenhando suas atividades junto aos maridos perderam seu espaço ou a sua visibilidade, ou que as atividades que executam na atualidade não sejam percebidas como importantes. Num relato dado por um morador, o papel de complementaridade entre as atividades executadas por homens e mulheres é evidenciado: "sem a ajuda dela aqui fica difícil de produzir queijo. A gente até sabe, mas com a lida com o gado não dá tempo. Hoje a Lourdes não ta muito boa de saúde, e quando ela não dá conta, a Ivete faz sozinha".

Interpretando as mudanças que ocorrem na comunidade a partir da nossa vivência em campo, e comparando-a com as relações familiares camponesas discutidas nos capítulos que fazem parte da primeira e da segunda parte desta pesquisa, as mulheres que mantêm algum elo com o trabalho que o marido desempenha e **ajudam** na complementação da renda familiar, a categoria que identifica suas atividades mudou de forma a evidenciar que o equilíbrio entre unidade de consumo e unidade de produção foi alcançado e que os papéis hierarquicamente construídos permanecem sendo reproduzidos a partir dos **nomes do trabalho**.

Com relação à interpretação dada pelas mulheres, elas também compreendem que suas funções na comunidade mudaram. Se anteriormente a mulher trabalhava ao lado do marido, atualmente ela **ajuda** quando pode, porque atualmente a sua dedicação a esta atividade não é mais uma questão essencial de sobrevivência familiar na construção da terra de trabalho. E com isto, uma parcela das mulheres da Gameleira procura novas alternativas que lhes assegurem certa autonomia diante das mudanças em curso. Para as mulheres, **trabalho** passou a significar aquele que gera assalariamento ou algum tipo de renda familiar. Assim, novas estratégias são elaboradas por elas neste sentido.

Atualmente, como já dito, elas buscam alternativas de trabalho fora da comunidade ou com a produção do artesanato. Assim, essas mulheres que optam por encontrar novos caminhos, permanecem sendo vistas como companheiras e alcançam autonomia maior em decorrência de sua independência financeira e à contribuição nas despesas que envolvem gastos familiares.

Com relação ao trabalho exercido pelas mulheres, há um grupo que opta pela produção do artesanato - arranjos florais e bordados - e outro que opta por trabalhos assalariados. Apenas uma moradora da Gameleira executa trabalho remunerado na comunidade. Ela é agente de saúde do posto de saúde da Gameleira de Glaucilândia. As outras se deslocam para a área urbana de Glaucilândia, distante doze quilômetros da Gameleira.

Assim, em algumas residências, as mulheres trabalham fora da comunidade e os maridos permanecem trabalhando na terra, cuidando do gado e plantando. Este arranjo gera o equilíbrio entre assalariamento e autonomia, e é também uma estratégia que garante a permanência de seus modos de vida.

Outras mulheres deslocam-se para alguma comunidade próxima e trabalham como professoras ou serviçais em escolas rurais, retornando todos os dias para a comunidade. Enquanto se encontram trabalhando, os filhos pequenos são cuidados pelos avós.

Uma das características do campesinato refere-se a divisão dos papéis desempenhados por cada integrante familiar, sendo o homem considerado aquele que exerce a função de chefe do grupo doméstico. Contudo, atualmente ocorrem mudanças nas formas hierárquicas relacionadas à divisão do trabalho na Gameleira que aclara a tendência de transformação deste tipo de organização na atualidade. E pode-se frisar que este fato está indubitavelmente ligado ao processo histórico de sua constituição. Como parceira, a mulher "labutava" na terra junto ao homem, ou seja, nos espaços compreendidos como de trabalho masculino.

As mulheres, que sempre tiveram um papel de destaque na comunidade, mesmo que este papel fosse hierarquicamente comandado pelo homem, buscam alternativas para não perderem sua visibilidade. Seja porque convivem mais de perto com as relações urbanas de trabalho, ou seja, porque historicamente sempre fizeram parte dos processos que configuram as alternativas de sustentabilidade alimentar e econômica na Gameleira.

Contudo, entre passado e presente, apesar de as mulheres terem exercido os mesmos papeis que os homens no "eito da roça" – e exercer os mesmos papéis que os homens remete à compreensão da utilização da força física a um limite desgastante para a mulher – e de atualmente algumas optarem por manterem um trabalho que lhes garanta assalariamento ou renda, os homens não exerceram e não exercem os mesmos papéis que as mulheres.

A mulher "teve" que trabalhar como homem, o que foi aceito como um fato de necessidade imediata de sobrevivência. Porém, o homem não "teve" que trabalhar na unidade de consumo no que se refere às atividades que envolvem a manutenção e o cuidado do núcleo familiar, uma vez que este trabalho é tradicionalmente considerado atividade feminina não apropriada pelo masculino, o que permanece ocorrendo nos dias atuais.

Apesar da autonomia alcançada por algumas mulheres da comunidade, a dupla jornada de trabalho permanece acontecendo. Após um dia de trabalho, que envolve o seu deslocamento para as áreas circunvizinhas, ou o ficar durante horas trabalhando com artesanato ou com o beneficiamento de algum produto, as mulheres permanecem responsáveis pelas atividades relacionadas aos cuidados da unidade familiar. Este fato se reproduz tanto no mundo rural quanto no urbano, neste último de forma menos acentuada que no passado, pois esta é uma reprodução dos papéis construídos e reproduzidos pelas famílias de modo geral.

### Considerações

Diante da discussão apresentada, pode-se concluir que as famílias pioneiras da Gameleira organizavam seu trabalho para garantir a sobrevivência coletiva. Assim ocorreu porque não havia possibilidade de divisão de tarefas nos primeiros anos de povoamento da Gameleira, prolongando-se por três gerações a presença da mulher em atividades consideradas masculinas. Elas derrubaram a mata, destocaram a terra, araram e plantaram, cuidaram do gado com a mesma intensidade que o homem na realização dos trabalhos.

Deste modo, as relações hierárquicas foram mantidas através da divisão do **gerenciamento** das tarefas. A mulher executava suas atividades tanto na unidade de consumo, como na unidade de produção. Contudo, a sua função de gerenciamento reconhecida era apenas na primeira. O homem exercia a sua liderança na unidade de produção e na comercialização dos produtos cultivados. Refletindo outras comunidades rurais, o "mundo de fora" encontrava-se na esfera do domínio masculino, uma forma de se manter a hierarquia por meio dos papéis desempenhados pelos membros familiares.

Na atualidade, em que as famílias passam a ser menos numerosa e a atividade agrícola deixa de existir em decorrência da exaustão do solo e da migração dos mais jovens, a criação de gado passa a ser a opção utilizada pelas famílias. Por exigir menores esforços, este trabalho é realizado pelo homem, que assim permanece reproduzindo o papel de liderança do núcleo familiar. Com isso, as funções de complementaridade que caracterizavam as atividades desempenhadas por homens e mulheres já não ocorrem mais com tanta expressão.

Neste sentido de transformação da estrutura de reprodução do trabalho, a mulher fica liberada para exercer outras atividades. Cabe então a ela criar novas estratégias que lhe garanta visibilidade e autonomia. Com isto, novas configurações se instalam.

Diante deste novo cenário, a mulher passa a buscar alternativas que lhe garanta certo grau de autonomia. Acionadas as estratégias, as mulheres buscam alcançar o equilíbrio entre produção-consumo, hierarquia-autonomia, tradição-emancipação. A mulher da Gameleira de hoje representa um mosaico de papeis que ela desempenha e em que é ressignificada: a) ela permanece *trabalhando/ajudando* junto com o marido em suas atividades na terra, agora desempenhando tarefas que definem melhor a divisão do trabalho; b) ela procura trabalho assalariado fora da comunidade, mas permanece vivendo com a família no lugar de sua origem, e passa a participar financeiramente das despesas domésticas; c) ela busca alternativas na produção do artesanato, forma de geração de renda em que o deslocamento é desnecessário; d) ela migra em busca de trabalho assalariado, ou de estudo e trabalho em terras próximas ou distantes, e procura uma independência financeira.

Este último mosaico é o que determina maior contradição entre autonomia e dependência, pois reflete o universo urbano de dependência do trabalho assalariado.

Por fim, na Gameleira a mulher é considerada uma parceira de trabalho na memória coletiva. Porém, mesmo que seu trabalho na lavoura tenha ocorrido durante várias gerações de forma intensa e árdua, atualmente ele é rememorado e compreendido como uma atividade transitória superada, uma vez que ocorreu em períodos de necessidade intensa de braços no processo de edificação da comunidade.

### Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo**. In: ALMEIDA, Maria Geralda; CHAVEIRO, Eguimar (Orgs.). Geografia e Cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia, 2008.

BOSSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de Campo:** A Antropologia como Alegoria. São Paulo: Brasiliense.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Gameleira, sertão Norte de Minas Gerais:** um olhar feminino sobre o feminino camponês. 2013. 312 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

JEDLOWSKI, P. Memórias: temas e problemas da sociologia da memória no século XX. **Pro-posições**, Campinas, v. 14, n.1, p. 217-234, 2003.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Travessias:** movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais. Uberlândia: PPG-IG/UFU, 2009. Tese de doutorado. 350 f.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, nº 28, p. 01-07, 1987.

\_\_\_\_\_. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (1), p. 229-252, jan/abril, 2004.

Recebido para publicação em 06 de junho de 2016.

Aceito para a publicação em 06 de janeiro de 2017.

# O trabalho das mulheres nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste - Paraná

### **Daiana Caroline Refati**

Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon
Laboratório de Geografia das lutas no campo e na cidade (GEOLUTAS)
e-mail: dairefati@hotmail.com

### João Edmilson Fabrini

Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon

Laboratório de Geografia das lutas no campo e na cidade (GEOLUTAS) e-mail: joaofabrini@gmail.com

### Walter Roberto Marschner

Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e-mail: walmars@ufgd.edu.br

#### Resumo

O trabalho feminino no campo é de fundamental importância para a permanência da família na terra, pois as mulheres realizam atividades tanto no lote quanto em casa. Entretanto, a influência da dominação patriarcal restringiu a elas tarefas reprodutivas, principalmente as domésticas, enquanto os homens assumem o papel de "provedor" da família, desenvolvendo atividades relacionadas com a produção. Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi analisar por meio de entrevistas o trabalho e a participação das mulheres em diversas atividades nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares e Ander Rodolfo Henrique no Oeste do Paraná. As relações de gênero analisadas evidenciam mecanismos para o crescente empoderamento das mulheres, tal como corporativismo e inserção das mesmas em atividades historicamente associadas com o patriarca da família, embora ainda ocorra a reprodução de relações desiguais de poder, principalmente quando são excluídas de certos espaços decisórios.

Palavras-chave: MST; assentamento; mulheres; camponeses; trabalho.

The work of women at the 'Antonio Companheiro Tavares settlement' in São Miguel do Iguaçu and the 'Ander Rodolfo Henrique settlement' in Diamante do Oeste - Paraná

### Abstract

The women's work in the countryside is of fundamental importance to keep the family into the countryside, because women do activities in the field and at home. However, the influence of patriarchal domination restricted to them the reproductive tasks, mainly domestic, meanwhile the men assume the role of "provider" of the family, being reserved for them the public work and production. Thus, the aim of this study was to analyze the work and the participation of women in various activities in the Antonio Companheiro Tavares settlement and the Ander Rodolfo Henrique settlement in western Paraná. From the analysis of gender relations, we identified mechanisms that give conditions for the growing

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 83-107	Jan-Abr./2017
--------------	---------------------	----------------	------------	---------------

empowerment of women, like the corporatism and the insertion of them into activities historically associated with the patriarch of the family, though still happens the reproduction of unequal power relations, especially when they are excluded from certain decision-making spaces.

**Keywords:** MST; settlement; women; peasant; Work.

El trabajo de las mujeres en los asentamientos Antonio Companheiro Tavares en São Miguel do Iguaçu y e Ander Rodolfo Henrique en Diamante do Oeste - Paraná

### Resumen

El trabajo femenino en el campo es de fundamental importancia para la permanencia de la familia en la tierra, pues las mujeres hacen actividades en la propriedad y en la casa. Sin embargo, la influencia de la dominación patriarcal limita a ellas las tareas reproductivas, principalmente las domésticas, mientras los hombres asumen el papel de "proveedor" de la familia, haciendo tareas relacionadas con la producción. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación fue analizar mediante entrevistas el trabajo y la participación de las mujeres en diversas actividades en los asentamientos Antonio Companheiro Tavares y Ander Rodolfo Henrique en el Oeste de Paraná. Las relaciones de género analizadas muestran mecanismos para el creciente empoderamiento de las mujeres, como el corporativismo y inserción en actividades históricamente asociadas con el patriarca de la familia, aunque ocurra la reproducción de las relaciones desiguales de poder, principalmente cuando son excluidas de ciertos espacios de toma de decisiones.

Palabras clave: MST; asentamientos; mujeres; campesinos; trabajo.

### Introdução

O latifúndio e a apropriação concentrada da terra constituem-se numa das características principais do espaço agrário brasileiro. A concentração da propriedade da terra está relacionada às origens históricas e tem se reproduzido com o processo de expansão do capitalismo no campo. Segundo Oliveira (1994) a raiz do desenvolvimento capitalista no Brasil está em seu caráter rentista e a concentração de terras também atua como processo de concentração da riqueza e do capital.

Nesse contexto a luta para conquistar a terra ou a resistência para permanecer na mesma é travada pelos camponeses em diversos conflitos que possuem diferentes estratégias de atuação, princípios ideológicos e políticos, porém, com um aspecto em comum, são lutas que se desenvolveram devido ao reflexo da expansão capitalista sobre o campo brasileiro.

Nas últimas décadas, as lutas que configuram o campo brasileiro são as do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), mobilizações de pescadores, Movimento dos Seringueiros, a luta dos brasiguaios, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se organizam por meio de acampamentos e ocupações de terras, entre outros. A formação desses movimentos

constitui a continuidade e a amplitude das lutas dos camponeses no espaço agrário brasileiro, que desde passado distante sofrem com o processo de exclusão e expropriação de terras, pois suas demandas ainda não foram supridas num contexto que é marcado também pela intensa modernização tecnológica, que a partir de 1970/80 excluiu ainda mais esses trabalhadores. Do ponto de vista de gênero, o processo de exclusão não é homogêneo. É mais intenso para a população feminina, no caso as mulheres camponesas, pois historicamente se construiu uma desigualdade entre os gêneros, apesar da diminuição desta na década de 1990, com o surgimento de movimentos de mulheres no campo, vinculados a consolidação do movimento feminista no Brasil e ao apoio do MST.

O MST, que surgiu em 1984 no município de Cascavel/PR, luta pela reforma agrária e conquistou, ao longo do seu histórico de atuação, diversos assentamentos. Estes são resultados de reivindicações a partir da estratégia de ocupação de terra e montagem de acampamentos. Nos assentamentos os camponeses reconstroem seu território e passam a aprimorar seus conhecimentos, repensando práticas e relações como é o caso da questão de gênero e a condição das mulheres, sobretudo camponesas, na sociedade.

Através das experiências de lutas que as mulheres dos assentamentos passaram, em que algumas delas permaneceram até dez anos acampadas, lhes foi proporcionada a participação e discussão de temas diversos. A mulher não é a mesma antes e depois do acampamento, neste processo ela vai construindo a sua consciência na busca da visibilidade, demonstrando que também é capaz de cuidar da roça, garantindo a sobrevivência da família junto com seu companheiro, ou se mantendo mesmo que seja solteira.

Assim, será analisado o trabalho e a participação das mulheres em diversas atividades, nos assentamentos Ander Rodolfo Henrique, localizado no município de Diamante do Oeste/PR e Antonio Companheiro Tavares, em São Miguel do Iguaçu/PR. Esta abordagem é fundamental para compreender como a divisão sexual do trabalho incide na construção do espaço dos assentamentos, que podem ser espaços de invisibilidade, opressão, dominação e sexismo e também espaços de transformação, de igualdade e empoderamento das mulheres.

A pesquisa em questão é um estudo de caso que foi desenvolvida por meio de análises qualitativas e quantitativas. As análises qualitativas basearam-se nas narrativas obtidas durante o trabalho de campo, desenvolvido por meio da aplicação de questionários. Esses por sua vez foram estruturados com perguntas abertas, que constituem informações sobre a luta pela terra na conquista dos assentamentos e relatos de como é desenvolvido o trabalho no lote e, perguntas fechadas, que permitiram a elaboração de gráficos quantitativos sobre as atividades desenvolvidas por mulheres e homens no lote. Para tal, 30 mulheres com idades que variam de 22 a 65 anos foram entrevistadas. As visitas ocorreram

de forma aleatória, sendo aplicado 15 questionários em ambos os assentamentos. Somente o primeiro nome das entrevistadas foi divulgado na pesquisa.

O artigo está dividido em três itens. O primeiro trata dos movimentos e organizações de mulheres camponesas no Brasil, abordando a discussão de gênero e o início da organização das mulheres em movimentos feministas, em movimentos sociais de mulheres e no MST. O segundo item relata a conquista dos assentamentos, onde foi possível compreender o processo de construção dos camponeses enquanto sujeitos políticos, pois é abordada a trajetória de luta dos assentados e os aprendizados adquiridos nos acampamentos até a conquista da terra. O terceiro item enfoca o trabalho e a participação das mulheres nos assentamentos, realizando-se uma análise sobre o trabalho das mesmas e seu envolvimento em decisões no âmbito doméstico e comercial do lote.

### Movimentos e organizações de mulheres camponesas no Brasil

A sociedade formula um padrão sociocultural que determina como deve ser o papel masculino e o feminino definindo, por exemplo, "o que é coisa de mulher e o que é coisa de homem". Dessa forma aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como "naturais" as relações entre os gêneros, definidas social e culturalmente.

Scott (1995) pontua que gênero pode ser entendido como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. É a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres.

Vannuchi (2010) pontua que em cada momento histórico, um processo específico de socialização, realizado por indivíduos e/ou instituições responde pela internalização, nos sujeitos sociais. A educação que a criança irá receber no seio da família, primeira instância de socialização, tem peso fundamental e é a primeira responsável pela construção dos modelos de meninas e meninos, exercendo uma ação domesticadora sobre ambos os sexos, mas não indistintamente, posto que "o modelo feminino é muito mais artificial, envolvendo maior grau de repressão e subordinação" (WHITAKER, apud Vannuchi, 1989, p. 64).

Assim, podemos perceber que as diferenças de gênero iniciam-se na infância e refletem na vida adulta. Essas diferenças são estabelecidas culturalmente por uma grande maioria das sociedades, das famílias, das religiões, muitas vezes na escola e na universidade. No entanto, entendemos que não é a característica biológica de um indivíduo, ou seja, o órgão sexual, que vai determinar suas preferências ou personalidade.

Dessa maneira, as mulheres organizaram-se para conquistar direitos. A primeira onda do feminismo, segundo Pinto (2010), aconteceu nas últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. O movimento ficou conhecido como sufragista. No Brasil a primeira onda do feminismo também se manifestou publicamente por meio da luta pelo voto, liderada por Bertha Lutz, bióloga, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando o movimento. Em decorrência desta ações, o direito ao voto foi conquistado em 1932 no país.

Após a Segunda Guerra Mundial e no ambiente do regime civil militar no Brasil (1964) emergiram novas manifestações feministas, mesmo que limitadas devido a conjuntura do governo pós golpe militar, elas existiram principalmente no início da década de 1970 pois muitas mulheres, em razão da luta pela democracia, se exilaram na Europa para fugir da repressão. Lá tiveram contato com os movimentos feministas e quando retornaram ao país estabeleceram uma nova postura de militância.

Valenciano (2006) destaca que nas décadas de 1970 e 1980, as mulheres organizadas centraram-se na luta pela redemocratização do país. Milhares de mulheres reuniram-se em eventos e congressos, sendo que, em 1979, aconteceu o I Encontro Nacional Feminista, em Fortaleza. Neste mesmo ano, as trabalhadoras camponesas despontaram e começaram a se organizar em movimentos de mulheres, nos sindicatos, nas associações, lutando pelos seus direitos etc.

Deere (2004), afirma que nas áreas rurais, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), na década de 1970, muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e de educação. Mas dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais.

Além disso, Deere (2004) enfatiza que houve um crescimento da participação de mulheres no movimento sindicalista rural na década de 1980, caracterizado pelo crescimento do Movimento Autônomo de Mulheres Rurais (MMTR). Os MMTRs estaduais surgiram no Sul e no Nordeste quase ao mesmo tempo. Neste mesmo período em Santa Catarina, surge o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que em 1986, com 100 mil assinaturas de mulheres trabalhadoras rurais, liderou uma enorme caravana até Brasília a fim de colocar seus direitos na pauta constitucional. Suas preocupações imediatas eram assistência à saúde, benefícios de previdência social, participação nos sindicatos, etc.

Mas foi pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que as reivindicações sobre o direito das mulheres à terra foram mais persistentemente articuladas. Deere (2004) evidencia que essa foi uma questão importante no Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Brasília, no ano de 1988, quando as participantes fizeram um forte lobby pelo artigo constitucional que estabeleceria os direitos das mulheres à terra na reforma agrária. Esse artigo foi o resultado de uma emenda popular à Constituição, a partir de uma campanha nacional de assinaturas.

Deere (2004), afirma que, além da inclusão de mulheres na reforma agrária, houve outras conquistas das mulheres rurais na Constituição de 1988 como o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanos em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas.

Dessa forma, com a Constituição Federal de 1988, se expandiu os direitos das mulheres devido à pressão exercida pelos movimentos feministas e de mulheres rurais, que surgiram na década de 1980 em vários estados brasileiros. Na década de 1990 esses movimentos se articularam e em 2004 uniram-se sob uma única sigla o MMC.

Boni e Bosett (2013) destacam que o movimento denomina-se de mulheres camponesas pelo fato de que o termo camponês englobaria a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas, bem como, a associação entre as atividades de subsistência e comercialização, que envolve a categoria camponês em torno do trabalho familiar e na produção de alimentos.

No meio rural destaca-se também na discussão de gênero o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que no seu processo de organização e consolidação incorporou lutas que vão além da reforma agrária, como: educação, agroecologia, discussão de gênero, entre outras.

Principalmente nos anos 1990, com o aumento do número de ocupações, acontece uma abertura do MST às questões de gênero, pois aumentaram o número de mulheres como lideranças e participantes do movimento. Entretanto, segundo (SCHEWENDLER, 2009, p. 181) "mesmo havendo um aumento significativo da presença da mulher na luta pela terra, visando o acesso às terras de reforma agrária, apenas 12% dos lotes de terras em assentamentos no Brasil estão em nome das mulheres".

Essa situação revela que a luta pela terra exigiu não apenas a consciência de classe para mulheres e homens, mas também o debate, e a luta contra desigualdades postas nas relações de gênero. As mulheres, então, chamaram a atenção do movimento

para a necessidade deste promover a igualdade de gênero, ampliando a participação feminina na luta pela transformação social.

Segundo Furlin (2013), inicialmente, a Comissão de Mulheres do MST tinha o seu espaço no Jornal Sem Terra, no qual divulgava os trabalhos realizados nas instâncias de base, inserindo também alguns temas, com o intuito de contribuir na reflexão e no estudo das mulheres. Assim foram ganhando força e espaço no movimento e, por conta disso, em 1988, garantiram o capítulo VIII, nas normas gerais do movimento, que se refere à organização das mulheres.

Embora esse quadro de normas, incorporado ao discurso do MST, represente uma conquista na trajetória de organização das mulheres, para Furlin (2013), a insistência pela participação feminina revela a existência das desigualdades de gênero na concessão de direitos e na atuação em instâncias de poder, bem como, as discriminações que se reproduziam na base do movimento.

Segundo Furlin (2013), em 1990 ocorre o II Congresso do MST e a partir deste, o movimento assume novos compromissos com as mulheres. Em 1996, após o III Congresso Nacional do MST, as mulheres – mais articuladas e contando com o apoio do Movimento – realizaram o I Encontro Nacional das Mulheres do MST. Após esse Encontro, gênero passou a ser um campo de reflexão, com a mesma importância dos outros setores. E em 1999 o Coletivo de Gênero é criado.

Uma das primeiras atividades do Coletivo de Gênero foi a publicação de um panfleto de treinamento, segundo Deere (2004), destinado a promover reflexões sobre as relações de gênero. Um dos tópicos foi, "As Mulheres e a reforma agrária" e incluiu o seguinte ponto com relação aos direitos das mulheres à terra:

Que na luta pela terra, ocupação, acampamento, mobilizações, participa toda a família, portanto a conquista da terra é uma conquista da família. Nada mais justo que, quando o INCRA vem fazer o cadastro, este seja feito no nome dos dois. (DERRE, 2004, p. 191).

Esse ponto implica que a distribuição conjunta de terra para casais seja agora política do MST, e assim foi confirmado pelas mulheres da liderança do movimento. Todavia, essa reivindicação ainda não fazia parte do discurso público do MST.

Para Deere (2004) a abertura do MST às questões de gênero, no final da década de 1990, está relacionada com a crescente aceitação, de que o não reconhecimento dos direitos da mulher à terra é prejudicial ao desenvolvimento e à consolidação dos assentamentos e, portanto, ao movimento. Agora se reconhece que a distribuição e a titulação conjuntas da terra para casais são uma pré-condição para a participação das mulheres nas assembleias dos assentamentos, nas associações e cooperativas, e que esta

participação leva a melhores resultados tanto para a comunidade como para as próprias mulheres. Dado o compromisso do MST com a igualdade social e de gênero, há uma aceitação do argumento do empoderamento, ou seja, que as relações de gênero devem mudar, o que por sua vez requer um crescimento no poder de barganha das mulheres dentro da família e da comunidade como medidas interativas e complementares. Mas esse é um processo muito mais lento e que ainda precisa se realizar.

Diante desse contexto, as lutas das mulheres camponesas do Brasil, tanto em movimentos de mulheres, quanto no movimento feminista, não estão desvinculadas das lutas das mulheres do MST e dos assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares, pois as mulheres foram e são de extrema importância para a consolidação e desenvolvimento do movimento. A partir do momento em que iniciam sua participação nas lutas sociais, começam a questionar ou até mesmo rompem com algumas práticas que as relegam ao papel secundário na sociedade, atuação essa que contribui para o processo de conquista da terra.

# A conquista dos assentamentos de reforma agrária Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares no Paraná

As trajetórias de luta dos sem-terra do MST estão inseridas no contexto das mudanças ocorridas no campo brasileiro. Mudanças essas que ocorreram a partir do momento em que houve um atrelamento da agricultura com a indústria e o mercado. A consequência foi uma modernização conservadora que acabou expulsando milhares de camponeses do campo, obrigados a migrar para outros Estados e regiões como a Amazônica e até mesmo para outros países, como para o Paraguai. Soma-se a esse contexto a concentração da posse da terra existente desde passado distante.

A principal estratégia de luta do MST, para conquistar a terra, são as ocupações, as quais, resultam em um acampamento, que pode ser dentro de fazendas ou em beiras de estradas. O acampamento não deve ser compreendido como uma etapa sem importância na luta. O período do acampar é o momento em que o sujeito está comprometido de forma direta com os conflitos pela terra, que podem ser marcados, por enfrentamentos com a polícia ou com latifundiários, além de ser um momento de intensas dificuldades relacionadas com a precariedade na alimentação e necessidades básicas. Contudo, é de extrema importância para o trabalhador preparar-se para o assentamento, pois enquanto acampado, recebe inúmeras informações referentes a formação política, tais como: assembleias, manifestações, socialização de ideias entre os camponeses, troca de experiências, (como aprender a plantar determinado produto, colher) e debates. Isso tudo faz do camponês um

sujeito político, tornando-o mais crítico. Essa organização permanece mesmo depois de conquistada a terra nos assentamentos.

No Estado do Paraná o assentamento Ander Rodolfo Henrique, resultou na compra pelo Governo Federal, da fazenda Comil, desapropriada em 2003, no município de Diamante do Oeste, que segundo o IBGE (2010), possui uma área de 309 Km² e uma população de 5. 027 habitantes, dos quais 50% vivem na área urbana.

A organização dos Sem Terra que conquistaram o assentamento, teve início em diversos acampamentos da região, porém a ocupação da fazenda Cajati em Cascavel, foi o local onde concentrou um maior número de famílias oriundas de cidades vizinhas, assim como do Paraguai. A ocupação da Cajati iniciou-se em 1999 e durou de 4 a 5 anos somando um total de 3 mil pessoas, distribuídas em 1.560 famílias. No entanto, essas famílias sofreram dificuldades quanto a desapropriação desta área, e então, decidiram ocupar a fazenda Comil em Diamante do Oeste (PR), em setembro de 2001, que estava com problemas na justiça devido ao não cumprimento da Legislação Ambiental, portanto era um imóvel com maior possibilidade de negociação.

Os membros do movimento ficaram acampados às margens da rodovia PR 488 próximo a estrada da fazenda Comil, durante o período de um ano. Em 2002 o filho de uma das famílias acampadas, foi morto na beira da PR por atropelamento, ele tinha cinco anos e chamava-se Anderson Rodolfo Henrique, o que resultou no nome do assentamento. Diante desta tragédia, como uma atitude de protesto e pressão, as famílias resolveram ocupar a fazenda. No entanto, elas se reuniram em torno da sede, não ocuparam toda a área, esperaram o processo de desapropriação e a divisão dos lotes pelo INCRA. Após esta ocupação, houve várias negociações para a desapropriação da área, até que em 5 de setembro de 2003, 108 famílias foram assentadas. As famílias que receberam terras planas, ficaram com 4 alqueires<sup>1</sup> e os que receberam terras com o relevo ondulado, 8 alqueires, formando o assentamento Ander Rodolfo Henrique.

Tratando-se do assentamento Antonio Companheiro Tavares, sua história inicia-se com a desapropriação da Fazenda Mitakoré. A fazenda está situada em localização privilegiada, à beira da BR 277, em frente ao Posto de Pedágio de Santa Terezinha de Itaipu, aproximadamente 20 quilômetros de distância do munícipio de Foz do Iguaçu e 10 de São Miguel do Iguaçu<sup>2</sup>.

A Fazenda Mitakoré, hoje assentamento Antonio Companheiro Tavares, praticava a exploração agrícola, voltada para o agronegócio e para o trabalho assalariado, reconhecida como "Fazenda modelo" da região Oeste do Paraná. Durante a década de 1980, era

-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Um alqueire equivale a 2,42 hectare, ou seja, 24. 200 m².

O município de São Miguel do Iguaçu possui segundo o censo demográfico do IBGE (2010), uma população de 25. 768 habitantes, sendo 16.485 residentes urbanos e 9.284 residentes rurais.

propriedade do político paranaense José Eduardo de Andrade Vieira, conhecido como Zé Eduardo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esta fazenda ganhou diversos prêmios internacionais de produção de grãos, principalmente por produzir girassol, soja e aveia.

Segundo fontes do Plano de Desenvolvimento Agrário do Assentamento (PDA) (2005), devido ao grande número de dívidas contraídas pelo político londrinense, a Fazenda Mitakoré foi "expropriada" na década de 1990, pelo Banco Bamerindus – entidade bancária a qual Zé Eduardo tinha hipotecado a propriedade; esse banco, porém, veio a ser liquidado pelo Banco Central, como parte de uma dívida que havia contraído com os cofres da União. O Banco Bamerindus foi fundado pela família do ex-senador paranaense Zé Eduardo que era seu presidente e posteriormente foi vendido ao HSBC.

Dessa forma, várias foram as indagações sobre o destino da fazenda, umas delas era que a área da Mitakoré, seria leiloada ou direcionada pela União para outras atividades, como pesquisa ou exploração agrícola convencional. Diante dessa conjuntura, o MST viu na área a possibilidade de realizar mais um assentamento, dando assim à fazenda uma função social que até então não era cumprida. O histórico de luta se iniciou em seis de agosto de 1997 quando um grupo de 380 famílias, vinculadas ao MST, ocuparam parte da propriedade acampando perto do Pedágio e também em seu interior.

Após três anos acampados próximos ao pedágio, as famílias resolveram ocupar a totalidade da área, inclusive a sede da fazenda, para estimular uma desapropriação. Mesmo ocupando a sede, a destinação da área para assentamento só foi liberada dois anos depois. Foram cinco anos (1997 a 2002), de resistência no acampamento para somente em outubro de 2002, ser desapropriada, momento no qual a área passou a chamar-se Assentamento Antonio Companheiro Tavares.

A área total do assentamento é de 1.098,91 hectares, com 81 famílias assentadas, sendo que cada uma possui em média 10 hectares. O assentamento recebeu esta denominação de Antonio Companheiro Tavares, em homenagem a um trabalhador rural que foi morto em conflito, no dia 02 de maio de 2000, a caminho de Curitiba.

Este dia ficou marcado na luta pela Reforma Agrária, pois 185 pessoas ficaram feridas no conflito e Antonio Tavares Pereira, companheiro de luta, morto. O conflito aconteceu com a Polícia Militar do Paraná, em Campo Largo, região metropolitana de Curitiba.

### O Trabalho e a participação das mulheres nos assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares no Paraná

A partir das décadas de 1970/80 as mulheres camponesas do Brasil começaram a se organizar em movimentos de mulheres, nos sindicatos, em associações, lutando pelos

seus direitos. Por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conseguiram alguns resultados a seu favor, como o auxílio no combate às formas de discriminação, criação de um setor de discussão de gênero dentro do movimento, maior participação em setores, grupos, assembleias e encontros, dentre outras conquistas. Com base nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar o trabalho das mulheres em ambos os assentamentos, especificamente no âmbito do lote, em atividades comerciais e domésticas, buscando contribuir para a visibilidade do trabalho das mulheres no campo.

A (Figura 1) mostra a participação das mulheres do assentamento Ander Rodolfo Henrique em atividades no âmbito do lote como plantio de culturas, compra e venda de produtos, atividades domésticas, manejo de animais e participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dentre as 15 mulheres entrevistadas 80% realizam os serviços domésticos sozinhas. Cuidados com a horta e o pomar (26,7%), ordenha (20,0%) e atividades com animais domésticos (13,3%), são também realizadas de forma expressiva pelas mulheres sem a ajuda dos homens.

Sozinhas possuem menor participação (6,7%) no plantio de culturas, na compra e venda de produtos tanto para o lote como para a roça e na venda de animais. 53% não participam de atividades relacionadas com o PAA (plantio/colheita e venda de produtos) e outras 60% não manejam gado de corte. De forma mais expressiva mulheres e homens realizam atividades na horta e no pomar (66,7%), com animais domésticos (80%) e com ordenha (66,7%). O homem mais especificamente realiza a compra e venda de produtos para a roça (86,7%), a venda de animais (80%) e o plantio de culturas (60%). Nenhum dos maridos ou filhos das entrevistadas decidem sozinhos questões associadas aos serviços domésticos e no plantio e colheita de produtos para o PAA.

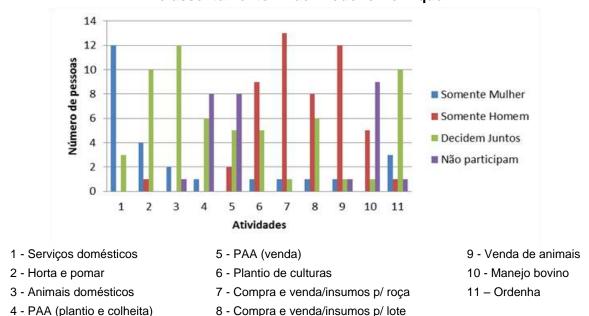
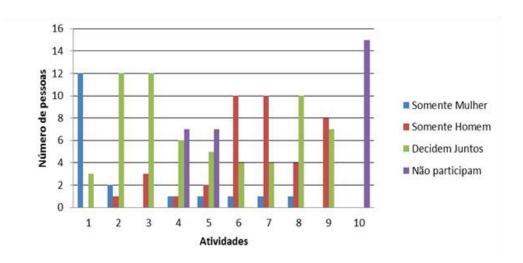


Figura 1. Participação da mulher no trabalho do lote e em atividades comerciais no assentamento Ander Rodolfo Henrique

A (Figura 2) mostra as mesmas atividades supracitadas, para as mulheres assentadas em Antonio Companheiro Tavares. Assim como no Ander Rodolfo Henrique 80 % das mulheres realizam os serviços domésticos sozinhas. Atividades realizadas juntamente com seus companheiros são predominantemente aquelas relacionadas com a horta/ pomar e atividades com animais domésticos (80 %).

Figura 2. Participação da mulher no trabalho do lote e em atividades comerciais no assentamento Antonio Companheiro Tavares



- 1 Serviços domésticos
- 2 Horta e pomar
- 3 Animais domésticos
- 4 PAA (plantio e colheita)
- 5 PAA (venda)
- 6 Plantio de culturas
- 7 Compra e venda/insumos p/ roça
- 8 Compra e venda/insumos p/ lote
- 9 Venda de animais
- 10 Manejo bovino
- 11 Ordenha

A compra de produtos para o lote (66 %), atividades de plantio e colheita (40.0 %), assim como atividades relacionadas com a venda de produtos (33,3 %) junto ao PAA, também são realizadas juntamente com o marido. Nenhuma das entrevistadas nem seus maridos manejam bovinos para corte. Neste assentamento as mulheres não participam da ordenha sozinhas. E atividades como plantio de culturas e compra e venda de produtos para a roça, são os homens que realizam de forma mais expressiva (66,7 %), assim como a venda de animais (53%).

A partir dos dados das Figuras 1 e 2 verifica-se que em ambos os assentamentos, 80% das mulheres entrevistadas realizam atividades domésticas sozinhas e não executam de forma expressiva atividades relacionadas com a compra e venda ou plantio de produtos, além da venda de animais. De modo geral, as tarefas que as mulheres mais realizam são as relacionadas com a casa, o quintal, com animais domésticos, preparo de produtos para o PAA e ordenha. Ao homem cabe as atividades mais relacionadas com o planejamento do lote, com o que gera renda, detendo o poder de decidir o que será plantado e vendido.

Essa análise corrobora com a pesquisa de Sartre et.al (2013), que realizou estudo sobre a difícil autonomização das tarefas das mulheres camponesas, mais especificamente no sudeste paraense, no qual, identificou que as grandes decisões que poderíamos chamar de estratégicas são da responsabilidade do marido, que pode até consultar a sua esposa, não significando que o ponto de vista da mesma possa levá-lo a reavaliar a sua decisão. O marido assegura a produção dos grãos e do gado, além de se encarregar da derrubada de mata ou preparo da terra para plantar. A mulher cuida, em primeiro lugar, das tarefas domésticas de limpeza e confecção das refeições, bem como dos pequenos animais e, quando tiver, do quintal.

Foi possível identificar tal situação a partir da fala da assentada Marlei do assentamento Ander R. Henrique, que reside no mesmo lote do sogro e sogra, juntamente com o marido, quando questionada sobre quais atividades costuma executar no lote.

Na verdade, nós aqui é tudo entre família que a gente pensa né. Na verdade é planejado assim o básico. Vai plantar mandioca, na verdade é mais as palavras dos homens, a gente mais obedece né. Mas assim se eu decidir, por exemplo, quero plantar um pé de melancia, então a gente vai lá e planta, quero planta um melão, vai lá e planta, quero plantar um alho, alguma coisa. Se não tem semente, então a gente vai atrás de semente e vai e planta, então, a decisão sempre mais é dos homens né, mas é planejado de todo mundo as vezes. (Marlei, moradora do assentamento Ander R. Henrique).

Em relação aos cuidados com o embelezamento do quintal, com o planejamento da horta e o pomar, Marlei, ao ser questionada se essas atividades são as mulheres que

realizam, afirma que, "aqui na verdade acho que é né, minha sogra e eu que planeja isso". (Marlei, moradora do assentamento Ander R. Henrique).

Pelo depoimento de Marlei é possível verificar que as mulheres tomam decisões quanto aos produtos básicos destinados ao autoconsumo da família, como mandioca, melancia, melão e alho além de organizarem a semeadura de determinados produtos, ou seja, ficam com as tarefas dos arredores do lote. Entretanto, não costumam fazer o que gera uma renda maior para a família, como por exemplo, decidir o que plantar em toda a terra que possuem. Na fala da mesma entrevistada fica subentendido, que para realizar tais tarefas é necessário ter a permissão, o consentimento do homem e que a opinião da mulher quanto ao planejamento é levada em consideração somente às vezes. Essas tarefas que Marlei realiza no lote são consideradas "especificamente femininas" e não são necessariamente consideradas como "trabalho" sendo consideradas como mera "ajuda".

Wedig e Menasche (2013), ao pesquisarem práticas alimentares entre camponeses enfocando relações de gênero na região do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul, também identificaram que a horta e o quintal são espaços de cultivo do qual ficam encarregadas as mulheres. É ali que, em geral, elas plantam a maior parte dos alimentos utilizados na cozinha e que são para o autoconsumo. Esse espaço é completado com um cantinho da roça, onde se produz feijão, cana-de-açúcar, aipim, batata-doce e amendoim para o consumo familiar. Já as lavouras comerciais estão, na maior parte dos casos, sob responsabilidade do pai de família – apenas em casos raros, quando não há homens na família, a mulher pode vir a assumir esses compromissos.

Sobre essa questão, Garcia Jr. (1993) aponta que a tarefa de plantar desempenhada pelas mulheres no roçado, é considerada trabalho se comparada com suas atividades domésticas, porém, se comparada com as atividades masculinas no roçado, plantar não é considerado trabalho. Neste sentido a qualificação do trabalho feminino é relacional, recebendo, muitas vezes, uma dupla avaliação.

Estudos realizados sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura apontam que as mulheres têm ocupado uma posição de subordinação à autoridade centralizada do marido, razão pela qual seu trabalho é, em muitos casos, definido como ajuda, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens e realizam as mesmas atividades (BRUMER, 2004).

Na divisão sexual das atividades, a responsabilidade pelo trabalho considerado produtivo (produção destinada à comercialização) é usualmente incumbência masculina, enquanto o trabalho reprodutivo (cuidado com as crianças, com a casa, preparação da comida), é considerado de responsabilidade das mulheres. Sendo menos reconhecido, o trabalho feminino permanece marcado por certa invisibilidade (BRUMER; ANJOS, 2008).

Em geral, as mulheres de ambos os assentamentos estão mais vinculadas ao ambiente familiar e doméstico e os homens mais centrados na produção e no espaço público. Entretanto, as mulheres também estão inseridas em outras atividades no contexto rural, como as relacionadas com a horta, limpeza da terra (capinar) e colheita, seleção, processamento e embalagem de produtos agrícolas, entre outras tarefas, o que confere a elas um grande passo para o empoderamento, pois estão à frente de trabalhos que os homens não costumam realizar sozinhos e que são de extrema importância para a alimentação da família e a venda de excedentes. Por meio da fala de Nadir, pode-se verificar como é a divisão de trabalho no PAA.

(...) tudo o que tem em cima do lote a gente vende, por exemplo, a banana. A gente vende a banana, até a maçã, quando ela produz bem a gente entrega também. A gente prepara e entrega. Eu meu esposo e esse menino aí, mão de obra não tem porque é difícil né, então a família que trabalha aqui. Hoje mesmo a gente entregou 100 pés de alface e uns 10 ou 12 quilos de cebola, já deixei pronto e ele já foi levar. (Nadir, moradora do assentamento Ander R. Henrique).

Nota-se que o processo de produção dos alimentos (plantio, colheita, lavagem, embalagem) destinados ao PAA é realizado por todos os membros da família, mais expressivamente pelas mulheres. O homem se encarrega do transporte e do recebimento do dinheiro. Mais uma vez constata-se que o homem atua na esfera do espaço público da comercialização e a mulher permanece reservada ao espaço privado do lar. Porém, a decisão do que será destinado ao PAA é um campo em que os homens não participam, o que confirma a ideia do empoderamento feminino.

Quanto aos membros da família que são responsáveis por tomadas de decisões no âmbito do lote no assentamento Ander Rodolfo Henrique, a (Figura 3), evidencia que todas as entrevistadas participam de todas as decisões. Somente 20% das mulheres são donas dos lotes. 20% das mulheres decidem sozinhas questões referentes à compra e venda dos produtos agrícolas ou animais, o que será plantado e quanto à realização de um financiamento agrícola. Junto com o marido decidem predominantemente quanto a distribuição dos serviços no lote (66,7%), e secundariamente o que será plantado (46,7%) e como se dará a compra e venda das culturas e dos animais (26,7%). Dentre as decisões consultadas, as mulheres têm menor poder de decisão em questões relacionadas com a realização de um financiamento agrícola.

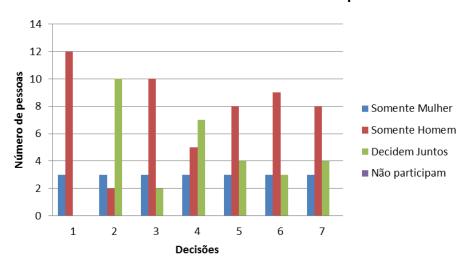


Figura 3. Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito do lote no assentamento Ander Rodolfo Henrique

Na Figura 4 são apresentadas a porcentagem das diferentes decisões tomadas pelas mulheres assentadas em Antonio Companheiro Tavares, sendo que aqui, 13,3% são donas dos lotes. Nenhuma das entrevistadas toma decisões sozinhas a respeito da distribuição de serviços no lote, decisão essa sempre realizada em comunhão com o marido. À exceção dessa última, em todas as demais decisões consultadas (6,7 %) as mulheres participam sozinhas. O que será plantado no lote, a compra e venda de culturas (46,7 %), seguido de quem realizará o financiamento agrícola e quem irá comprar e vender os animais (33,3 %) são as decisões mais realizadas em conjunto com os homens.

- 1 Dono do lote
- 2 Distribuição dos serviços
- 3 Financiamento agrícola
- 4 O que será plantado no lote
- 5 Compra e venda de culturas
- 6 Compra e venda de insumos
- 7 Compra e venda de animais

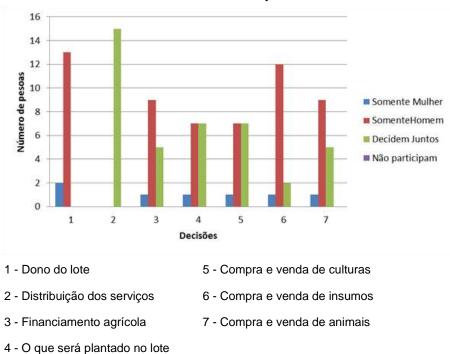


Figura 4. Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito do lote no assentamento Antonio Companheiro Tavares

Observa-se que em ambos os assenta

Observa-se que em ambos os assentamentos, as mulheres decidem juntamente com os homens grande parte das atividades analisadas. Isso reflete diretamente no fato de que as mulheres cada vez mais participam de atividades diversas no ambiente do lote, inclusive desenvolvendo serviços anteriormente somente destinados aos homens. Isso se confirma através da fala de uma assentada: "A gente faz de tudo um pouco. Mexe com gado, planta, tira o leite, mexe com os porcos, galinhas, são essas as atividades que nós temos". (Tatiana, moradora do assentamento Antônio Companheiro Tavares).

Medeiros (2008), ao referir-se a um estudo de gênero realizado no Pontal do Paranapanema, pelas autoras Melo; Cappellin; et. al (2008) afirma que, apesar de uma trajetória bastante marcada pela instabilidade, após o assentamento, a capacidade de decisão das mulheres é bem menor do que sua participação efetiva na produção. Destaca inclusive, que o discurso que pode estar escamoteando esta diferença é a declaração recorrente de que "ambos decidem tudo", "ambos trabalham", "ambos discutem". Mas, a palavra final muitas vezes é só dos homens. As autoras interpretam o uso do termo "ambos" como uma primeira sinalização de uma mudança no tradicional comportamento masculino, agora admitindo uma parceria, mas não como uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas no patriarcado.

Parte das mulheres do assentamento Ander R. Henrique decidem sozinhas quanto a distribuição dos serviços nos lotes. Os serviços são todas as atividades relacionadas com o lote (quem vai tirar o leite, quem vai plantar, colher, capinar, etc.). Essa evidência ajuda a

explicar o fato de que essas mulheres realizam atividades sozinhas, tais como ordenha, cuidados com animais e cuidados com a horta. Provavelmente quando da tomada da decisão, as mulheres desse assentamento escolhem realizar essas atividades devido ao maior poder de participação nessas questões e também porque algumas moram sozinhas no lote. As mulheres do Ander R. Henrique também opinam sobre a realização de financiamentos agrícolas.

Apesar de em ambos os assentamentos as mulheres participarem de forma semelhante quanto à decisão do plantio no lote. No entanto, as mulheres do Antonio Companheiro Tavares participam mais na compra e venda de culturas. Essas também possuem maior decisão quanto a quem compra e vende os animais, enquanto as mulheres de Ander Rodolfo Henrique decidem mais quanto à compra de insumos agrícolas.

Apesar do exposto, os homens são preponderantes nas tomadas de decisões, que são a distribuição de serviços, financiamento agrícola, compra e venda de culturas, insumos e animais. É muito pequena a participação individual das mulheres nessas decisões, no assentamento Ander (20%) e no assentamento Antonio Tavares (menos de 20%).

Sobre essa questão, Marli, argumenta que,

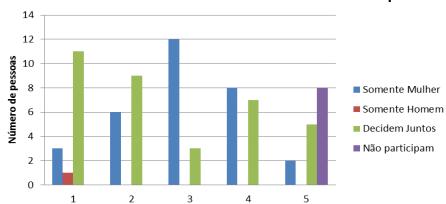
Nós dois trabalhamos com a produção de leite. Nós se ajudamos bastante, em casa, ele ajuda a fazer pão, lavar roupa e tudo né. Mas eu, que nem na roça, não vou. Que nem colher melancia que é pesado, ou mexer com galpão, estrutura pesada, não vou também. Nem comprar as coisas pras vacas eu não vou, prefiro corta o pasto, na hora de fazer os negócios da roça ele também se vira, mas a gente divide bastante as tarefas (Marli, moradora do assentamento Antônio Companheiro Tavares).

Através da fala de Marli, verifica-se que a mesma considera como divisão de tarefas a ajuda do homem em algumas atividades domésticas. Isto é importante, porém, aponta para uma consequente exclusão de sua participação nos domínios que envolvem decisões quanto à comercialização e/ou produção dos produtos, financiamentos, entre outras.

Melo; Cappellin; et al. (2008) relataram que o fato de a mulher trabalhar é extremamente importante para a renda familiar, mas as decisões quanto a definição das despesas (totais) são diretamente tomadas pelos homens em qualquer dos níveis de renda. Tanto os mais pobres quanto os mais abastados têm uma visão tradicional do papel feminino e a única concessão que fazem é admitir a parceria. Essa concessão é dada pela resposta de que "ambos" decidem o que plantar, sobre o pedido de financiamento e até sobre a educação dos filhos.

A (Figura 5) mostra a participação das mulheres em decisões no âmbito doméstico no assentamento Ander R. Henrique. Sozinhas decidem o que deve ser plantado no quintal

(80%) e quais produtos devem ficar para autoconsumo (53,3%). Tem menor participação no que será destinado ao PAA (13,3%) e quais animais serão criados (20,0%). São decididos com o marido, os animais a serem criados (73,3%), os gastos domésticos (60,0%) e os alimentos que ficarão para consumo (46,7%). A única decisão tomada sozinha pelo homem diz respeito a quais os animais que serão criados (6,7%). Apesar de realizada em conjunto, o que será destinado ao PAA também tem uma boa parcela de contribuição do homem.



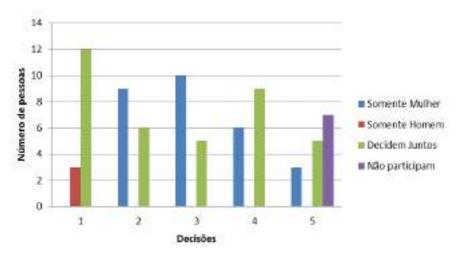
Decisões

Figura 5. Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito doméstico no assentamento Ander Rodolfo Henrique

- 1 Animais domésticos criados
- 4 O que deve ficar para autoconsumo
- 2 Gastos domésticos
- 5 O que será destinado ao PAA
- 3 O que deve ser plantado no quintal

Na (Figura 6) é apresentada a distribuição de decisões no âmbito doméstico realizadas pelos membros das famílias do assentamento Antônio Companheiro Tavares. Nenhuma mulher decide sozinha quais os animais que serão criados, decisão essa tomada em conjunto com os homens. O que deve ser plantado no quintal (66,7 %), os gastos domésticos a serem realizados (60,0 %) e o que deve ficar para autoconsumo (40,0 %) são as decisões mais realizadas sozinhas pelas mulheres. Decisões quanto aos animais a serem criados (80,0 %), os produtos para autoconsumo (60,0 %) e os gastos as serem realizados (40,0 %) são as decisões mais tomadas juntamente com os homens. Quanto no que será destinado ao PAA, (20%) das mulheres tomam essa decisão sozinha e outras (30,3 %) contam com a ajuda do homem.

Figura 6. Membros (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito doméstico no assentamento Antonio Companheiro Tavares



- 1 Animais domésticos criados
- 4 O que deve ficar para autoconsumo

2 - Gastos domésticos

- 5 O que será destinado ao PAA
- 3 O que deve ser plantado no quintal

Dentre todos os parâmetros analisados, a participação sozinha do homem acontece somente no momento de decidir quais os animais a serem criados, nos dois assentamentos estudados. Isso demonstra mais liderança da mulher nas decisões da esfera doméstica. As mulheres do Ander Rodolfo Henrique tomam mais decisões relacionadas com os gastos domésticos (alimentação, vestuário, compra de móveis), o que deve ser plantado no quintal e o que deve ficar para o autoconsumo, assim como as mulheres do Antonio C. Tavares.

Valenciano (2006) analisando as distribuições de tarefas vinculadas aos papéis sociais-sexuais deixa claro a hierarquização dos mesmos, isto é, da produção (trabalho assalariado, mantenedor da família) e da reprodução (trabalho doméstico, esfera do lar). Tanto pela origem simbólica, quanto pela forma de organização patriarcal da sociedade, a distribuição dos papéis obedece à relação mulher-mãe, homem-provedor.

A partir da fala de uma assentada, pode-se verificar essa relação de mulher-mãe: "eu, faço de tudo, mais se é para ir pra fora, eu não gosto não, prefiro ficar em casa, ainda mais que tenho os filhos para mandar pra escola, prefiro ficar por aqui, cuidando das vacas". (Terezinha, moradora do assentamento Ander Rodolfo Henrique).

Além desse papel socialmente atribuído de mulher-mãe, tem o fato de que a mulher tende a conservar a biodiversidade, pois enquanto os homens pensam em grande escala e preocupam-se mais com questões relacionadas à renda e ao comércio, as mulheres já são mais encarregadas da reprodução cotidiana da vida, pois conhecem a necessidade do lar e diversificam a produção de alimentos na propriedade. No mais, ainda possuem uma

preocupação especial com as sementes em geral e com as sementes crioulas, pois sempre estão procurando uma forma de guardá-las e conservá-las.

Para Carvalho (2005) ao mesmo tempo em que se resgatam sementes crioulas estão sendo recuperados saberes, espaços socioculturais, ritos, mitos e significados. A assentada Neusa, possui essa preocupação com o cuidado das sementes, "eu sempre guardo as sementinhas, tem semente aqui, que nem as de ervilha, que eu peguei com a vizinha, desde que a gente veio morar". (Neusa, moradora do assentamento Antônio Companheiro Tavares).

Quanto ao que será destinado ao PAA, as mulheres do Ander R. Henrique participam menos das decisões do que as do outro assentamento, mas em ambos os locais a questão é definida juntamente com os maridos. Siliprandi e Cintrão (2011), ao realizarem pesquisa sobre as mulheres agricultoras e sua participação no PAA, constataram que, em âmbito nacional, os resultados apontam para um baixo percentual de mulheres com os nomes nos contratos do PAA.

As referidas autoras, afirmam que parte do "anonimato" das mulheres no programa, foi atribuída à "questão cultural", que "esconde" as mulheres no espaço doméstico, sendo os homens os "representantes da família" nos espaços públicos. O argumento é que, apesar de estarem "anônimas" e "escondidas", as mulheres que participam do PAA têm poder de decisão no espaço privado, mas nos espaços públicos a autoridade é dos homens, que representam formalmente a família.

Em ambos os assentamentos aproximadamente 50% das entrevistadas não participam do PAA. Este fato está relacionado com problemas quanto a certificação do lote na rede de Agroecologia ECOVIDA e também com o atraso de pagamentos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa (Copercam) às famílias que já possuíam o PAA, o que acarretou a saída das mesmas desse programa.

Uma das vantagens que as assentadas relatam possuir por estarem associadas com o programa está no fato da aplicação de preços aos produtos produzidos no lote, onde no comércio normal, tal tarefa é complicada devido à dificuldade de estipulação de um preço que satisfaça tanto o produtor como o comerciante. Outra vantagem apontada pelos assentados está relacionada com o fato de poderem escoar a produção.

Mesmo com o PAA paralisado por algum tempo e com atrasos nos pagamentos, alguns assentados ainda continuam cadastrados no programa, assim como os que entregam produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA também possibilita mais autonomia para as mulheres que o aderem, por meio dele, elas conseguem obter renda e comercializar seus produtos. Geralmente essas mulheres destinam ao

programa, pães, polpas de frutas, frangos, hortaliças, frutas, ou seja, produtos provenientes das atividades que realizam no âmbito doméstico do lote.

Essas atividades muitas vezes são consideradas uma ajuda ao trabalho do homem, por não gerarem renda e sim o autoconsumo da família, entretanto com o PAA isso mudou, devido as tarefas anteriormente citadas, que são consideradas "típicas de mulheres", ganharem maior importância, pois podem ser comercializadas. Este processo garantiu mais visibilidade para o trabalho feminino, tanto que os homens não decidem sozinhos o que deve ser destinado ao programa. Segundo a assentada Maria, "a vantagem do PAA é que você pode plantar as coisas e tem facilidade para vender, porque na horta, com as frutas é mais fácil para a mulher trabalhar também" (Maria, moradora do assentamento Ander Rodolfo Henrique).

Diante dessas considerações, entendemos que a agricultura camponesa consiste na luta constante por autonomia, frente o avanço do capitalismo no campo e a terra, representa, igualmente, a base de sobrevivência para o camponês, não só no sentido material, mas também simbólico. O modo de vida camponês e em especial o trabalho das mulheres, constituem-se como indispensáveis para a sustentabilidade rural, para o desenvolvimento da agroecologia e para a resistência da família na terra. Embora ainda seja necessária a inclusão das mulheres em muitos espaços decisórios nos assentamentos pesquisados, as políticas públicas como o PAA, PNAE, a agroecologia e as diversas atividades que as mulheres realizam, tanto reprodutivas como as produtivas, lhes conferem um crescente empoderamento.

### Considerações Finais

Nos assentamentos pesquisados procuramos compreender as relações de gênero e quais são os espaços de subordinação e invisibilidade das mulheres e os espaços de empoderamento e valorização.

Foi possível verificar que os caminhos que as mulheres trilharam para conquistar as terras dos assentamentos foram marcados por inúmeras dificuldades, dentre elas, moradia, alimentação e renda. Essas situações ocorreram desde a época de acampadas, até os primeiros anos de assentadas. No entanto, o aprendizado adquirido no período de acampadas, principalmente, foi fundamental para constitui-las enquanto sujeitos políticos na luta pela terra.

Com relação aos dados apresentados sobre ambos os assentamentos foi possível verificar que, de modo geral, tratando-se da participação das mulheres no trabalho do lote, seu poder de decisão está mais relacionado com os serviços domésticos, horta, pomar, ordenha, processamento de produtos, animais domésticos e quintal. Já as atividades

comerciais, em ambos os assentamentos, são realizadas de forma expressiva pelos homens, principalmente as relacionadas com plantio e venda de culturas, compra de insumos, compra e venda de animais e decisão quanto aos financiamentos.

Isso permite compreender que as mulheres estão mais vinculadas às atividades reprodutivas, da esfera do lar e de seus arredores e que não têm poder de decisão nos espaços que envolvem renda e comercialização dos produtos.

Entretanto, entendemos que não são as mulheres que preferem ou querem ficar no espaço privado, são as relações de dominação patriarcal e machistas que as colocam como inferiores ou dependentes dos homens. Mesmo ficando em segundo plano na hora de decidir com relação às atividades comerciais, as mulheres trabalham muito, tanto em tarefas produtivas quanto nas reprodutivas e também são sujeitos do seu próprio espaço de produção, que é o quintal, a horta, o pomar, os animais domésticos e o processamento de alimentos para autoconsumo e comercialização. Essas são atividades de extrema importância para a complementação da renda familiar, garantem a segurança alimentar, além de não agredirem o meio ambiente, pois são pautadas na não utilização de agrotóxicos, o que ainda pode promover a transição para a agroecologia.

As mulheres, por meio de suas narrativas, reconhecem-se como parte fundamental para a organização do lote, do assentamento em geral, além de terem desempenhado papel de extrema importância nos acampamentos. Essas atitudes refletem no seu crescente empoderamento e seu relevante papel para a permanência da família na terra.

Mas, para que o processo de empoderamento continue é necessário criar medidas para conscientizar homens e mulheres, dentre elas, apontar que o sexismo, o machismo e a submissão são maneiras de pensar ou práticas culturais que foram naturalizadas, pela sociedade burguesa e patriarcal, por religiões, sistemas educacionais, dentre outros que colocam as mulheres como inferiores aos homens. Dessa forma, as medidas para conquistar o empoderamento, são várias, dentre elas, formação política destes sujeitos, mobilizações políticas, organizações de mulheres para promover trocas de experiências e enfrentamentos com as tradicionais estruturas sociais de dominação, dentre outas questões, como as apontadas por León (1997, apud SCHEFLER, 2013, p. 11), "(...) autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações".

Ainda segundo a referida autora a abordagem de empoderamento, representa um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de gênero e, por conseguinte, admite relações de poder, oposições e conflitos e seus desdobramentos os quais podem desencadear processos de mudança reveladores de outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Segundo esta visão, o empoderamento compreende um processo

da conquista da autonomia por parte das mulheres que tem aspectos tanto coletivos quanto individuais.

Também é necessário frisar, que no meio rural, ainda permanece a ideia de família nuclear, onde o homem é considerado o "chefe" da família e quando marido, na maioria dos casos, o responsável pelo lote, ficando o trabalho das mulheres, como já afirmado, uma ajuda. Essa reprodução de valores patriarcais deve ser desconstruída, pois promove a desvalorização do trabalho das mulheres, que muitas vezes, são encarregadas de atividades importantes, como as que são fonte de alimentação para a família. Dessa forma, é necessário tornar visível a participação das mulheres em todas as tarefas do lote, reprodutivas, produtivas, de liderança ou militância e que, políticas públicas destinadas às mulheres continuem sendo desenvolvidas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres, dentre outras.

### Referências

BONI, Valdete; BOSETTI, Cleber José. **Agricultura Familiar e Campesinato:** Qual desenvolvimento rural? In: Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. 2013, Santiago de Chile. Universidade de Santiago de Chile. p. 1-20.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura:** a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas, Florianópolis (SC), v. 12, n. 01, 2004.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: **Mulheres na Reforma Agrária**: A experiência recente no Brasil. LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. Brasília: MDA, 2008.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 12, n.1, 2004.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: Um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. (orgs.). **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos.**. Niterói. Alternativa, 2013.

GARCIA, Júnior, A. R. Terra de trabalho. RJ, Paz e Terra, 1993.

IBGE. Censo Demográfico. 2010.

PDA. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Antonio Companheiro Tavares. AMBIENSS, 2005.

LEÓN. Magdalena. Poder y empoderamiento de las mujeres. Región y Sociedad, v. XI, n. 18, 1999, Bogotá, Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer y Género de la Universidad de Colombia, 1997. Disponível em: <oficha.com/Project/etex/colzon/18/18\_8>. Acesso em: 23 jun. 2013. In: SCHEFLER. Maria de Lourdes N. (org.). **Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente:** Sistematização de processos de

investigação-ação e/ou de intervenção social. Revista Feminismos. Vol. 1, N.3 Set – Dez, 2013.

MEDEIROS. Leonilde. Servolo. Assentamentos rurais e gênero tema de reflexão e pesquisa. In.: In: LOPES, Adriana L; BUTTO, Andrea (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária:** A Experiência Recente no Brasil. Brasília: MDA, p. 81-151. 2008.

MELO, Hildete Pereira de; CAPPELIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, Adriana L; BUTTO, Andrea (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária:** A Experiência Recente no Brasil. Brasília: MDA, p. 81-151. 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1994.

PINTO, Céli. R. J. **Feminismo, História e Poder.** Revista Sociologia Política, Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-36, jun, 2010.

SARTRE, Xavier Arnauld de; FLORENTINO, Laurence, Granchamp. O "bom" casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das "tarefas" femininas em área de fronteira. In: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. (orgs.). **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói. Alternativa, 2013.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Dilemas e Conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO Maria Ignez (orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. São Paulo, UNESP, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul. /dez, p. 71- 99, 1995.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosangela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Org.). **Autonomia e cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A participação da mulher na luta pela terra:** discutindo relações de classe e gênero. 2006. 143 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP.

VANNUCHI. Maria Lúcia. **A construção das identidades de gênero.** Espaço Caderno Feminino, Uberlândia, v. 23, n. 1/2, p. 61-77, 2010.

WEDIG, Josiane, Carine; MENASCHE, Renata. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. (orgs.). **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói. Alternativa, 2013.

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2016.

Devolvido para a revisão em 24 de novembro de 2016.

Aceito para a publicação em 10 de janeiro de 2017.

# Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo<sup>1</sup>

### Camila Ferracini Origuéla

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

### Resumo

O objetivo deste artigo é compreender quem são os sujeitos que compõem as ocupações de terra organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de São Paulo nestes últimos anos, assim como a sua procedência (rural ou urbana), os aspectos socioeconômicos e as trajetórias no decorrer da luta pelo acesso a terra. A análise dos sujeitos da luta pela terra é imprescindível para a compreensão das características atuais das ocupações de terra, pois são estes sujeitos, organizados coletivamente em um movimento socioterritorial, que constroem os espaços de enfrentamento e resistência. A apreensão dos sujeitos e espaços por eles construídos é indissociável. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, sistematização dos dados sobre ocupações de terra e assentamentos rurais do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e entrevistas semi-estruturadas com famílias acampadas nas microrregiões de Andradina, Araçatuba, Marilia e Presidente Prudente.

Palavras-chave: Camponeses; proto-camponeses; luta pela terra; MST.

### Peasants and proto-peasants: the subjects of the struggle for land in the state of São Paulo

#### **Abstract**

The objective of this article is to understand who are the subjects that compose the land occupations organized by the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the state of São Paulo in recent years, as well as their origin (rural or urban), socioeconomic aspects and the trajectories in the course of the struggle for land. The analysis of the subjects of the struggle for land is essential for understanding the current characteristics of land occupations, since it is these subjects, organized collectively in a socio-territorial movement, that construct the spaces of confrontation and resistance. The apprehension of the subjects and spaces they construct is inseparable. The methodological procedures consisted of a bibliographic review, systematization of land occupations and rural settlements of the Land Struggle Database (DATALUTA) and semi-structured interviews with families camped in the microregions of Andradina, Araçatuba, Marília and Presidente Prudente.

**Keywords**: Peasants; proto-peasants; struggle for land; MST.

### Los campesinos y los proto-campesinos: los sujetos de la lucha por la tierra en el estado de Sao Paulo

### Resumen

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Este artigo é resultado de dissertação de mestrado defendida em 2014 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. A pesquisa foi financiada pelo CNPq.

Revista NERA Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 108-132	Jan-Abr./2017
----------------------------------	----------------	-------------	---------------

El propósito de este artículo es entender que son los sujetos que componen las ocupaciones de tierras organizadas por el Movimiento de los Sin Tierra (MST) en el estado de São Paulo en los últimos años, así como su origen (rural o urbano), los aspectos socioeconómicos y las trayectorias durante la lucha por el acceso a la tierra. El análisis del tema de la lucha por la tierra es esencial para la comprensión de las características actuales de las ocupaciones de tierras, ya que estos están sujetos organizados colectivamente en un movimiento socioterritorial, la creación de espacios de confrontación y resistencia. La captura de los sujetos y espacios construidos para ellos es inseparable. Los procedimientos metodológicos consistieron en revisión de la literatura, sistematización de datos sobre las ocupaciones de tierras y asentamientos rurales de base de datos de luchar por la Tierra (DATALUTA) y entrevistas semiestructuradas con familias acampadas en las regiones de Andradina, Araçatuba, Marília y el Presidente Prudente.

Palavras clave: Campesinos; proto-campesinos; lucha por la tierra; MST.

### Introdução

As lutas pela posse e uso da terra fazem parte do processo de formação do campesinato brasileiro que, desde a sua origem, (re)cria-se ocupando terras e/ou resistindo à expropriação (FERNANDES, 2001). Nesse contexto, sobressaem-se as lutas messiânicas, como a Guerra de Canudos (1893-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916), as lutas espontâneas, como a revolta de Trombas e Formoso (1950-1957), e as lutas organizadas com a formação de movimentos camponeses e sindicatos rurais, como as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a União de Lavradores Brasil (ULTAB) (MORISSAWA, Trabalhadores Agrícolas do 2001). contemporaneidade, um dos movimentos socioterritoriais que compõe essa extensa trajetória de lutas camponesas no campo é o MST. Seu surgimento oficial, em 1984, faz parte de um novo ciclo de lutas sociais que teve início no final de década de 1970, como as lutas pela democracia, contra o regime ditatorial, e as greves operárias na região metropolitana de São Paulo. Logo, a formação do MST representa a retomada da luta pela terra, interrompida pelo golpe militar de 1964 (TARROW, 1994).

Desde o seu surgimento e consolidação política, o MST possibilitou através de suas lutas, ocupações de terra e manifestações, a territorialização de cerca de 350 mil famílias camponesas, a criação de mais de 400 associações e cooperativas de produção, assistência técnica e crédito agropecuário, a implantação de 96 agroindústrias para o processamento mínimo de alimentos nos assentamentos rurais, a criação de mais de 100 cursos de graduação e, mais recentemente, de pós-graduação para camponeses assentados, além de organizar nestes últimos anos, aproximadamente, 90 mil famílias acampadas em quase todos os estados do país. Levando em consideração essas informações, podemos afirmar que o MST intervém, concomitantemente, na luta pelo acesso a terra e na luta pela permanência na terra e reprodução camponesa, constituindo-

se como um dos principais movimentos socioterritoriais do país e da rede transnacional de movimentos camponeses, a Via Campesina. Dada a sua importância na organização política de camponeses e proto-camponeses que, ao longo deste artigo, analisamos os sujeitos que constroem no âmbito das lutas, enfrentamentos e resistências, ou seja, da práxis, o MST.

O objetivo deste artigo é compreender quem são os sujeitos que compõem as ocupações de terra organizadas pelo MST no estado de São Paulo nestes últimos anos, comumente denominados sem-terra, assim como a sua procedência (rural ou urbana), alguns dos seus aspectos socioeconômicos, como escolaridade e renda, e as suas trajetórias espaciais no decorrer da luta pelo acesso a terra. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, levantamento e sistematização dos dados sobre ocupações de terra e assentamentos rurais do DATALUTA e entrevistas semiestruturadas com famílias acampadas nas microrregiões de Andradina, Araçatuba, Marilia e Presidente Prudente. A opção por essas microrregiões se deve ao fato de concentrarem um número expressivo de acampamentos e famílias acampadas no estado. Ao todo, foram realizadas cerca de vinte entrevistas semi-estruturadas, baseadas nos pressupostos de Colognese e Melo (1998) a respeito dessa técnica na pesquisa social. No que se refere às amostras, utilizamos a técnica da diversificação e saturação das informações construída no decorrer das entrevistas, conforme Camargo e Gelin (1974).

Nestes últimos anos, a temática abordada neste artigo tem sido insuficientemente explorada pela geografia agrária. Normalmente, os pesquisadores se dedicam aos processos que emergem após o acesso a terra e pouco se atentam aos conflitos por terra, sobretudo às ocupações de terra e acampamentos, por exemplo. Com a análise dos sujeitos que compõem as ocupações de terra organizadas pelo MST no estado de São Paulo, propõe-se contribuir com as discussões sobre a questão agrária, sobretudo no que diz respeito à luta pelo acesso a terra na contemporaneidade e os sujeitos que a protagonizam. Nesse sentido, a apreensão dos sujeitos e dos espaços de luta e resistência é inseparável. Além disso, os resultados deste artigo colaboram, até certo ponto, com as discussões construídas no âmbito dos movimentos socioterritoriais a respeito das estratégias de lutas pela e na terra. E, assim, compreender a diversidade do campesinato.

O artigo está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, analisamos os diferentes contextos histórico-geográficos da luta pela terra no estado de São Paulo. Nesse tópico, ressaltamos como os intensos conflitos por terra que ascenderam nas décadas de 1960, 1970 e 1980 corroboraram com o surgimento do MST. Além disso, apresentamos as mudanças que ocorreram nas estratégias de espacialização do Movimento ao longo das décadas de 1990 e 2000, assim como dos sujeitos que as protagonizaram, destacando a relação entre sujeitos e espaços no bojo da luta pela terra. Na segunda seção, analisamos a partir do referencial teórico e das

entrevistas semi-estruturadas quem são os sujeitos que compõem as ocupações de terra organizadas pelo MST nestes últimos anos, considerando a sua procedência (rural ou urbana), alguns aspectos socioeconômicos e, por fim, as trajetórias espaciais desses sujeitos no decorrer da luta pelo acesso a terra.

#### Questão agrária e luta pela terra no estado de São Paulo

A questão agrária é um problema estrutural desencadeado pelo desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista na agricultura (OLIVEIRA, 1991). No âmbito desse processo ocorre, concomitantemente, a expansão de relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado, e não capitalistas, como o trabalho familiar (MARTINS, 1995). A (re)criação do campesinato também ocorre por intermédio da luta pela terra, mais especificamente, das ocupações de terra (FERNANDES, 2000). Desde a década de 1980, as ocupações de terra se tornaram cada vez mais imprescindíveis para a (re)criação do campesinato através da conquista de assentamentos rurais, compreendidos como territórios camponeses. A ocupação da terra é uma estratégia não capitalista de (re)criação do campesinato construída a partir da organização, enfrentamento e resistência dos movimentos socioterritoriais. Após o acesso a terra, os camponeses são (re)criados subordinando-se ao modo de produção capitalista (MARTINS, 1995) ou, ao contrário, construindo estratégias de resistência e autonomia aos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008).

As ocupações de terra são a materialização da disputa territorial entre diferentes classes sociais, campesinato e latifundiário-capitalista, e modelos de desenvolvimento da agricultura, capitalista e camponês (FERNANDES, 2001; 2008). Os conflitos por terra não se restringem ao momento do enfrentamento, pois compõe a conflitualidade, um processo constante produzido pela territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capitalismo e campesinato<sup>2</sup>. A ocupação da terra não é alheia ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas é um dos resultados deste processo que, por sua vez, permite a construção de outro modelo de desenvolvimento da agricultura<sup>3</sup>. Ao organizar um grupo de camponeses e/ou proto-camponeses, ocupar uma porção de terra, montar um acampamento, construir uma escola itinerante, organizar uma manifestação, dialogar com o Estado, os movimentos socioterritoriais proporcionam a territorialização do campesinato e contribuem, concomitantemente, com o desenvolvimento da agricultura.

O camponês pode ser compreendido como um modo de vida e produção que se distingue do modo de produção capitalista, uma vez que seu propósito não é a reprodução

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Op. Cit.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Op. Cit.

ampliada de capital, mas sim a reprodução social da família (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 2005). Nos processos de enfrentamento e resistência ao modo de produção dominante, corporificado pelo agronegócio, o campesinato compõe uma classe social que se opõe ao latifundiário-capitalista (PAULINO, 2012; CARVALHO, 2012). O campesinato é uma classe que possui um caráter dúplice no processo social, pois é, ao mesmo tempo, proprietária da terra e dona da sua força de trabalho (ALMEIDA, 2008). Por sua vez, o proto-camponês corresponde aos trabalhadores assalariados do campo e da cidade, aos trabalhadores formais e informais, aos desempregados ou moradores de rua que lutam pelo acesso a terra, ocupando latifúndios, construindo acampamentos, organizando manifestações, compondo movimentos socioterritoriais. Logo, podem ser sujeitos que em algum momento de suas vidas foram camponeses, mas acabaram migrando para a cidade, assalariando-se, ou sujeitos que nunca tiveram contato com a terra, que em nenhuma circunstância foram camponeses, mas mesmo assim alimentam o desejo de conquistar um pedaço de terra, produzindo, desta forma, a sua ressocialização (BARTRA, 2013).

O processo de recriação, mas, sobretudo, de criação de camponeses é atual e ocorre, com maior ou menor intensidade, em diferentes países do mundo, como no Brasil, na Rússia, na Holanda, entre outros (FERNANDES, 2000; PLOEG, 2008; SHANIN, 2008; ORIGUÉLA, 2014). São fenômenos produzidos pela mobilização, organização e ação de camponeses e proto-camponeses, que reivindicam terras para a sua sobrevivência e reprodução social. De acordo com Ploeg (2008), a (re)criação do campesinato, ou como o próprio autor denomina, a recampesinização, ocorre por meio de um duplo movimento que implica, primeiro, o aumento do número de camponeses através de um influxo exterior e/ou de uma reconversão de agricultores empresariais em camponeses e, segundo, o aumento da autonomia do campesinato através do desenvolvimento de atividades produtivas que se distanciam cada vez mais dos mercados. Assim, o campesinato é a força de resistência mais dinâmica contra o desenvolvimento do capitalismo em sua fase mais recente (VELTMEYER e PETRAS, 2008), seja na luta pelo acesso a terra ou na luta pela autonomia.

No caso do estado de São Paulo, a partir da segunda metade do século XX, eclodiram inúmeras lutas pela posse e uso da terra. Nos anos 1950, os conflitos por terra no município de Santa Fé do Sul deram origem ao Movimento Arranca Capim (BOMBARDI, 2006). Por sua vez, entre 1965 e 1981, período de modernização (conservadora) da agricultura, ocorreu cerca de 130 conflitos por terra, com destaque para as regiões de Bauru (1), Sorocaba (3), Campinas (3), Marília (4), São José do Rio Preto (6), Araçatuba (9), Vale do Paraíba (10), Ribeirão Preto (14), Pontal do Paranapanema (24) e litoral (54) (FERNANDES, 1996). Nesse momento, os conflitos por terra eram espacialmente dispersos, politicamente fragmentados e protagonizados, essencialmente, por camponeses. As lutas camponesas, sobretudo na região Centro-Sul do país, assim como os movimentos pela

redemocratização do Brasil, as greves dos assalariados rurais no estado de São Paulo e no Nordeste e as greves operárias na região metropolitana de São Paulo contribuíram com a constituição de lugares sociais ou espaços de socialização política, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nos quais os camponeses sem-terra se organizavam em torno de um objetivo comum: o acesso a terra, dando origem, mais tarde, ao MST (FERNANDES e STÉDILE, 1999; COLETTI, 2005).

A articulação das lutas camponesas, pulverizadas nos estados do Centro-Sul do país, ocorreu através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada aos setores progressistas da Igreja Católica e Igreja Evangélica de Comissão Luterana do Brasil (COLETTI, 2005). Foi por intermédio da CPT que os encontros regionais dos sem-terra ocorreram no início dos anos 1980, rompendo com o isolamento das lutas pelo acesso e permanência na terra, até resultar no 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, que ocorreu em 1984 no Centro Diocesano de Formação do município de Cascavel-PR, com a presença de camponeses representando as lutas dos estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo (FERNANDES e STÉDILE, 1999; COLETTI, 2005). Foi nesse encontro que ocorreu a oficialização do MST enquanto movimento de luta pela terra e reforma agrária. A constituição do MST é resultado da organização e ação política dos camponeses sem-terra excluídos e expropriados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura.

A composição do MST no estado de São Paulo, especificamente, está associada ao surgimento de três movimentos de luta pela terra: o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré (FERNANDES, 1996). O primeiro movimento é resultado das lutas dos camponeses posseiros da fazenda Primavera, localizada nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, organizadas pela CPT e Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo (FETAESP)<sup>4</sup>. O segundo movimento era formado camponeses sem-terra, trabalhadores por desempregados, boias-frias que trabalhavam na destilaria Alcídia e ribeirinhos atingidos pela construção das usinas hidrelétricas Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu<sup>5</sup>. Por fim, o Movimento dos Sem Terra de Sumaré era composto por camponeses que migraram para a região metropolitana de São Paulo, em sua maioria desempregados<sup>6</sup>.

Os conflitos por terra assumem diferentes formas, pois expressam os nuances das contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Op. Cit.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Op. Cit.

Op. Cit.

(GRZYBOWSKI, 1990). Um exemplo disso são as diferentes formas de origem das lutas pela terra neste período. Em Andradina, os sem-terra que participaram dos conflitos pela fazenda Primavera eram camponeses posseiros, diferente dos sem-terra do Pontal do Paranapanema, que eram camponeses posseiros, mas também boias-frias, ribeirinhos e desempregados. Já em Sumaré, os sem-terra residiam na região metropolitana de São Paulo, embora a maior parte fosse de procedência rural (FERNANDES, 1996). Nesse período, a luta pela terra tanto no Pontal do Paranapanema como em Sumaré já apresentavam um dos elementos que caracteriza as lutas pelo acesso a terra na atualidade: o protagonismo dos proto-camponeses, conforme será apresentado no próximo tópico.

Nesse contexto, a ocupação da terra se destaca como a principal estratégia de luta pela terra, não só no estado de São Paulo, mas em outros estados do país, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul. O MST é resultado da ocupação da terra e esta é a sua principal forma de espacialização e, consequentemente, territorialização (FERNANDES, 2000). De acordo com Fernandes (1996), a espacialização do MST ocorre através do multidimensionamento do espaço de socialização política em: espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. Enquanto os dois primeiros espaços são construídos no âmbito das CEBs, o último espaço consiste na materialização da luta pela terra, o acampamento. Os espacos comunicativo e interativo são lugares em que os camponeses dialogam criticamente a respeito da realidade em que vivem, conscientizandose da possibilidade de transformá-la através da organização política e espacial (FERNANDES, 1996). Posteriormente aos processos de comunicação e interação, os semterra decidem ou não pela ocupação da terra, caso a decisão seja positiva, concretiza-se o acampamento. Esses processos, em conjunto, viabilizam o acesso a terra ou, em outras palavras, a conquista da terra e do território, possibilitando não só a territorialização dos camponeses, mas também do próprio MST, que passa a atuar em diferentes dimensões da luta na terra. Com a criação do assentamento rural, surgem novos desafios aos camponeses e ao próprio Movimento no que diz respeito à produção, educação, formação política, entre outros (FERNANDES, 1996). A atuação do MST em diferentes dimensões das lutas na terra é fundamental para a continuidade dos processos de espacialização e territorialização.

No trecho a seguir, podemos compreender a importância dos espaços comunicativo e interativo na espacialização do MST. Após participar de várias reuniões, uma família semterra que morava e trabalhava no município de Campinas, decidiu migrar para o município de Castilho com o objetivo de ocupar uma propriedade e de transformá-la em um território camponês:

A minha família migrou do estado do Paraná pra Campinas, aqui em São Paulo, em 1987. [...] Em 1989, meu pai trabalhava na construção civil [...], como servente de pedreiro. Na construção, meu pai foi informado que em Sumaré estava sendo organizado um grupo de sem-terra [...]. Essa era a conversa, conquistar uma terra da reforma agrária. Meu pai foi na primeira reunião, foi na segunda, ele ficou totalmente empolgado, a gente tinha saído da terra, nós vivíamos no Paraná através do arrendamento de terra, arrendava pequenos sítios e plantava. Agora a ideia era ter uma terra que fosse nossa. Ele foi às reuniões e ficou extremamente empolgado com essa ideia, ele convenceu a minha mãe a ir a algumas reuniões e em seguida eles nos convenceram. Nós éramos cinco filhos, hoje nós somos sete. [...] Nós concordamos, gostamos da ideia de voltar para a terra, de ter um sítio, de ter uma área que fosse nossa, porque a nossa experiência era viver na terra que era dos outros. Em seguida, uns quatro, cinco meses depois que começamos a participar das reuniões que aconteciam em Sumaré [...]. Em todas as regiões de Campinas estavam acontecendo reuniões. Na época a gente não participava de todas porque tinha reuniões em bairros e também tinha encontros centralizados. [...] Viemos de Campinas no ano de 1989 e ocupamos a fazenda Pendengo, no município de Castilho. [...] Nós viemos em quatro ônibus e cinco caminhões, todos vieram para a fazenda Pendenga, ocupada no dia 27 de janeiro de 1989, numa madrugada fria, não era tão fria, mas chuvosa. Naquele tempo não conseguimos essa área (Coordenador estadual do MST entrevistado em junho de 2013, grifo nosso).

No processo de espacialização do MST, os sem-terra estabelecem distintas metodologias de luta, resistência e negociação com o Estado e latifundiários-capitalistas (FERNANDES, 2001). Um exemplo disso é a constituição dos espaços de socialização política que podem acontecer em diferentes momentos da luta pela terra, com maior ou menor intensidade<sup>7</sup>. Enquanto na década de 1980, esses espaços eram produzidos no âmbito das CEBs, a partir dos anos 1990 passaram a ser estabelecidos a partir dos trabalhos de base realizados pelo setor de frente de massa do MST. Os trabalhos de base são realizados no campo e na cidade com o objetivo de organizar camponeses e protocamponeses interessados em lutar por terra. No campo, os trabalhos de base são realizados, principalmente, com posseiros, arrendatários ou trabalhadores rurais. Na cidade, os trabalhados de base podem ocorrer tanto nas áreas centrais como periféricas, arregimentando trabalhadores formais e informais, desempregados e, até mesmo, moradores de rua.

A espacialização do MST através do multidimensionamento do espaço de socialização política se refere a um período específico da luta pela terra, o de consolidação do Movimento (FELICIANO, 2003). Embora imprescindível para a compreensão da espacialização e territorialização do MST no estado, a interpretação desenvolvida por Fernandes (1996) não explica a complexidade espacial e territorial das ocupações de terra nestas últimas duas décadas. A partir de meados da década de 1990, sobretudo em virtude

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Op. Cit.

da massificação das ocupações de terra organizadas pelo MST, novas estratégias de enfrentamento e resistência são construídas, como a sobreposição dos espaços de socialização política em um único espaço, o de luta e resistência (FELICIANO, 2003). Ao organizar apenas um espaço, o acampamento, o MST massificou suas lutas, mas também prejudicou, de certa forma, a formação política dos sem-terra. Assim, as ocupações de terra não eram mais produtos da socialização política dos sem-terra, mas sim da decisão individual de romper ou não com as condições de precariedade em que se encontravam<sup>8</sup>.

A ocupação da terra é, portanto, "[...] uma ação que pode ser individual ou coletiva em questionar e reivindicar um espaço que estava até então em desuso". E "é justamente no momento em que ocorre uma ocupação, que o desuso da terra como produto de negócio é questionado, que ocorre o embate político com relação a sua legitimidade" (FELICIANO, 2003, p. 100). De acordo com este autor, a ocupação da terra determina a constituição de quatro espaços específicos: o político, o local, o legal e o simbólico. Ao ocupar uma propriedade rural, os sem-terra ocupam e lutam na esfera política, visto que a formação do acampamento é o primeiro passo para a negociação política entre Estado e movimento socioterritorial; na esfera local, pois as famílias acampadas reivindicam ao poder municipal o acesso à água, escola, transporte público, entre outros; na esfera legal quando a ordem de reintegração de posse é emitida; e, por último, na esfera simbólica, ao dialogar com a sociedade sobre a imprescindibilidade da reforma agrária.

Podemos observar a popularização das ocupações de terra nos gráficos a seguir. No primeiro gráfico, é possível notar que o número de ocupações de terra aumentou significativamente em meados dos anos 1990, assim como o número de camponeses e proto-camponeses envolvidos, conforme o gráfico 2. Na primeira metade dos anos 1990 foram registradas 115 ocupações de terra com aproximadamente 18.500 famílias. Por sua vez, na segunda metade da década de 1990 foram registradas 442 ocupações de terra com cerca de 85.000 famílias.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Op. Cit.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Op. Cit.

120
120
80
40
133
41
32
46
50
30
30
41
32
46
50
37
36
41
52
37
36
41
52
37
36
41
52
37
36
41
52

Gráfico 1: São Paulo - Número de Ocupações de Terra - 1998-2014

Fonte: DATALUTA, 2015.

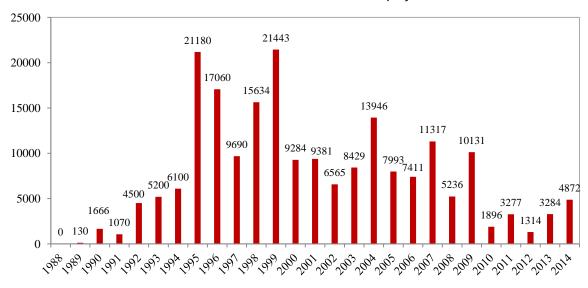


Gráfico 2: São Paulo - Número de Famílias em Ocupações de Terra - 1988-2014

Fonte: DATALUTA, 2015.

A partir de 1995, a massificação das lutas do MST só foi possível em virtude de um conjunto de fatores, dos quais se destacam o aparente diálogo entre o Movimento e o governo Fernando Henrique Cardoso no que se refere à implantação de assentamentos rurais e, ainda, os efeitos perversos das políticas neoliberais que provocaram a falências de pequenos produtores, a concentração de renda, o aumento da pobreza, a degradação das condições de trabalho e o aumento do desemprego rural e urbano, produzindo uma massa de marginalizados que passaram a ser arregimentados pelo MST e a compor a sua base social (COLETTI, 2005). Com a expansão e intensificação das lutas, o MST coloca a reforma agrária no centro do debate político deste período e se transforma no mais

importante movimento socioterritorial de resistência ao projeto neoliberal no governo Fernando Henrique Cardoso<sup>10</sup>.

Os resultados das ocupações de terra podem ser observados nos gráficos 3 e 4. De acordo com os gráficos, na primeira metade dos anos 1990 foram criados penas 2 assentamentos rurais com 302 famílias. Porém, antes disto, em 1988 foram criados 6 assentamentos rurais com 958 famílias. Já entre 1995 e 1999, foram criados 116 assentamentos rurais com 7.246 famílias. Podemos concluir que, com a intensificação das ocupações de terra, aumentou o número de assentamentos rurais, revelando que a espacialização das lutas é fundamental para a sua territorialização.

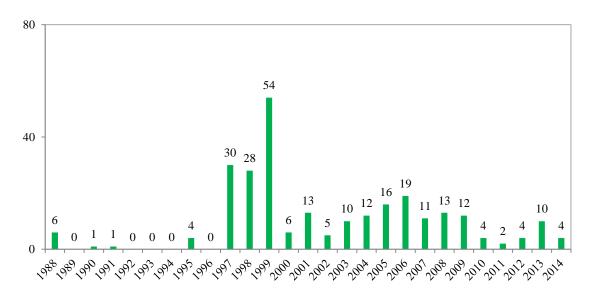


Gráfico 3: São Paulo - Número de Assentamentos Rurais - 1998-2014

Fonte: DATALUTA, 2016.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Op. Cit.

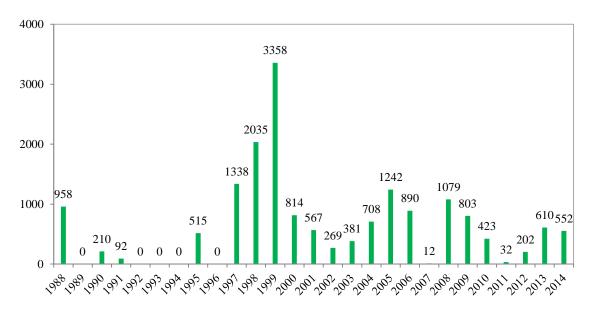


Gráfico 4: São Paulo - Número de Famílias Assentadas - 1988-2014

Fonte: DATALUTA, 2016.

Do ponto de vista geográfico, as ocupações de terra, principalmente aquelas organizadas pelo MST, concentram-se na região administrativa de Presidente Prudente (ver tabela 1). Isso se deve ao fato de uma parte das terras desta região pertencer ao Estado, são terras devolutas, historicamente griladas por fazendeiros. Logo, a intensidade dos conflitos agrários na região se deve à questão da titularidade das terras. Ademais, as outras regiões que se destacam são Sorocaba, Araçatuba e Bauru em função da existência de terras devolutas, mas, principalmente, de terras improdutivas, os latifúndios. Desde meados dos anos 2000, essas terras estão sendo destinadas para a produção de cana-de-açúcar, compondo o circuito produtivo dos agrocombustíveis, bloqueando a reforma agrária e, consequentemente, a luta pela terra no estado, conforme será abordado no próximo tópico.

**Tabela 1**: São Paulo - Número de Ocupações de Terra por Região Administrativa - 1988-2014

Região Administrativa	Número de Ocupações de Terra	
Presidente Prudente	935	
Sorocaba	121	
Araçatuba	117	
Bauru	114	
Marília	54	
São José dos Campos	49	
Campinas	41	
Ribeirão Preto	29	
Barretos	25	
Franca	24	
Central	19	
São José do Rio Preto	3	
São Paulo	22	
Total	1.553	

Fonte: DATALUTA, 2016.

A massificação das lutas do MST, imprescindível para a sua espacialização e territorialização em diferentes regiões do estado e do país, produziu contradições como o afastamento das lideranças da base social do Movimento, a limitada formação política dos camponeses e proto-camponeses acampados e a dissidência do MST, resultando na formação de outros movimentos socioterritoriais (FELICIANO, 2003; SOBREIRO FILHO, 2013; ORIGUÉLA, 2014). Ao unificar temporalidades distintas no âmbito de suas lutas, o MST se espacializa nessa permanente tensão entre a diversidade e a unidade, produzindo contradições (PORTO-GONÇALVES, 2005). Os conflitos e as afinidades estabelecidas no decorrer das lutas pelo acesso da terra ficam ainda mais evidentes nos assentamentos rurais (MARCOS e FABRINI, 2011). Quando as desavenças políticas, sobretudo entre os próprios sem terras, não são remediadas ou minimizadas nos acampamentos, emergem nos assentamentos rurais na formação de diversos grupos com afinidade política, geográfica, religiosa, de parentesco, entre outras<sup>11</sup>. As divergências, assim como as empatias, podem, na maioria dos casos, prejudicar a organização da luta na terra, seja na construção da agroecologia, no financiamento de máquinas agrícolas, nas práticas associativas e cooperativas, no acesso a políticas públicas, na construção de unidades de beneficiamento e, até mesmo, na comercialização dos produtos da reforma agrária.

A intensificação das ocupações de terra, o massacre de Corumbiara no estado de Rondônia, o massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará e a "Marcha Nacional

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Op. Cit.

por Reforma Agrária, Emprego e Justiça" que reuniu cerca de 1.300 camponeses e protocamponeses em 1996 induziu o governo Fernando Henrique Cardoso a tomar uma série de medidas para enfraquecer politicamente o Movimento (COLETTI, 2005). No segundo mandato (1999-2002), o governo criou a Medida Provisória nº 2.109-49 de 27 de fevereiro de 2001. De acordo com a MP, é proibida a vistoria de imóveis rurais públicos ou particulares que venham a ser objeto de esbulho possessório ou ocupação de terra motivada por conflito fundiário; os imóveis rurais não poderão ser avaliados por um prazo de dois anos, prorrogáveis por igual período caso o imóvel seja reocupado; os processos administrativos em tramitação serão suspensos enquanto não cessada a ocupação do imóvel; e os beneficiários da reforma agrária serão excluídos do programa caso participem de ocupações de terra. Ademais, os processos judiciais criminais movidos contra os militantes do MST aumentaram significativamente. Somente contra os militantes que atuam no Pontal do Paranapanema, acionaram-se, entre 1991 e 2010, 367 processos (SOUZA, 2012).

A criminalização das ocupações de terra, assim como repressão política aos movimentos socioterritoriais, principalmente o MST, é uma tentativa do Estado de se esquivar de um problema fundiário secular, que é a concentração de terras, e das mazelas socioeconômicas causadas pelo desenvolvimento do capitalismo, seja no campo ou na cidade (FERNANDES, 2001). Logo, o Estado opta por repreender as ações dos sem terra ao invés de investir cada vez mais na política de reforma agrária. Mesmo com a atuação repressiva do Estado, as ocupações de terras e os acampamentos não cessaram, como podemos observar no gráfico 1. Pelo contrário, novas estratégias de luta pelo acesso a terra foram construídas ou intensificadas. As ocupações de terra, por exemplo, passaram a ser realizadas, essencialmente, em propriedades limítrofes àquelas reivindicadas pelo MST, evitando assim que o INCRA suspenda a vistoria do imóvel reivindicado (FELICIANO, 2003), e a organização de manifestações reivindicando a aceleração dos processos de reforma agrária e a criação de políticas públicas para as famílias assentadas passaram a fazer cada vez mais parte das estratégias de luta do MST.

O número de ocupações de terra voltou a crescer significativamente no estado e em praticamente todo o país no ano de 2003. De acordo com os gráficos 1 e 2, na primeira metade dos anos 2000 ocorreram 268 ocupações de terra com 47.605 famílias em ocupações. Já na segunda metade, ocorreram 484 ocupações de terra com 42.088 famílias em ocupações. Enquanto o número de ocupações de terra quase dobrou no segundo período, o número de famílias em ocupações sofreu uma pequena diminuição. Conforme os gráficos 3 e 4, com relação às conquistas, entre 2000 e 2004 foram criados 46 assentamentos rurais com 2.739 famílias assentadas. Por sua vez, entre 2005 e 2009 foram criados 71 assentamentos rurais com 4.026 famílias assentadas. Nesse período, a

intensificação das ocupações de terra é resultado da eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva que, ao longo de sua campanha presidencial e no primeiro ano de seu mandato com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), prometeu realizar uma ampla reforma agrária no país.

O governo Luís Inácio Lula da Silva não realizou uma ampla reforma agrária, mas sim uma reforma agrária conservadora, em que as políticas de obtenção de terras se resumiram a regularização fundiária, sobretudo no Norte do país (FERNANDES, 2013). Ao priorizar a regularização fundiária, o governo Lula não alterou a estrutura fundiária brasileira, pelo contrário, contribuiu com a sua concentração ao impulsionar a produção de *commodities* em seus dois mandatos. No caso do estado de São Paulo, houve a expansão do cultivo da cana-de-açúcar para a obtenção de etanol, um agrocombustível. É nesse contexto de não realização de uma ampla reforma agrária e avanço do agronegócio canavieiro que a partir de 2010 o número de ocupações de terra, assim como o número de assentamentos rurais, retraiu significativamente e novas estratégias de luta pela terra ascenderam. Entre 2010 e 2014 ocorreram 233 ocupações de terra com 14.643 famílias em ocupações. Nesse mesmo período, foram criados apenas 24 assentamentos rurais com 1.819 famílias assentadas, números que só não são menores que os da primeira metade dos anos 1990, indicando o retrocesso da política de reforma agrária.

### Campesinato, proto-campesinato e as suas trajetórias na luta pela terra

Mesmo com a diminuição do número de ocupações de terra e assentamentos rurais nestes últimos anos, a luta pelo acesso a terra não cessou no estado de São Paulo. Pelo contrário, outras estratégias de enfrentamento e resistência emergiram, como o protagonismo dos proto-camponeses, a organização de diferentes tipos de acampamentos e a sistematização de circuitos de lutas regionais, conforme será abordado neste tópico. O protagonismo dos proto-camponeses faz parte do contexto atual dos conflitos por terra, no qual a luta pela terra também se caracteriza enquanto luta contra o desemprego, o trabalho informal, o trabalho precário, a marginalidade e a miséria nos espaços urbanos (GOLDFARB, 2011). Embora essa realidade seja a mesma nos espaços rurais. No bojo do processo de espoliação nas cidades, os proto-camponeses compreendem a luta pelo acesso a terra como uma maneira de melhorarem as suas condições socioeconômicas, circunstância que as cidades não oferecem para a maior parte da população<sup>12</sup>. Nesse contexto, a terra é apreendida como uma forma de romper com a subordinação, de obter liberdade. Assim, quando o assalariamento não é uma alternativa viável para os

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Op. Cit.

trabalhadores do campo e da cidade, a escolha é lutar por um pedaço de terra (COLETTI, 2005).

Os proto-camponeses lutam em prol da sua sobrevivência, mas, acima de tudo, pela liberdade e autonomia (relativa) que só os camponeses dispõem, pois são donos da sua força de trabalho, diferente dos assalariados. No trecho abaixo, um acampado narra o desejo de conquistar um lote de terra para a sua família e, assim, obter algo que seja seu, depois de anos trabalhando, sem nada conquistar:

Sonho antigo. A gente que é criado na lavoura, trabalhou, trabalhou, trabalhou e não teve grandes resultados [...]. Tem uma hora que você chega e fala "não, eu tenho que conseguir um negócio pra mim". A gente já foi acampado no Dandara há muitos anos e não deu certo para nós. Nós continuamos a luta agora, de 4 anos para cá. A gente vê as pessoas que se dão bem com um "pedacinho" de terra, então a gente fala "não, o caminho nosso é por aqui, vamos por aqui". Pensando futuramente, por que eu já estou nos meus 60 anos, mas eu tenho minha filha, tenho meus dois netos, meu sonho é colocar eles dentro da terra comigo, conseguir morar aqui juntos e continuar a vida juntos (Acampado entrevistado em agosto de 2013).

No processo de luta pela terra, os proto-camponeses migram constantemente de uma região para outra, no estado ou interestadual, e de um acampamento para outro, com o objetivo de sobreviver e, ao mesmo tempo, driblar o tempo de espera na conquista de um lote de terra. O tempo entre a ocupação, o acampamento e o assentamento rural é de, no mínimo, cinco anos. Em alguns casos, ultrapassa dez anos. Nesse ínterim, muitos proto-camponeses desistem, migram para outras regiões e acampamentos, depois de um tempo, retornam para os acampamentos e, assim, sobrevivem migrando, à procura de terra, emprego e melhores condições de vida. Essa é uma singularidade do campesinato brasileiro que, desde o período colonial, é um sujeito migrante (PAULINO, 2012). No trecho abaixo, um acampado narra a sua trajetória espacial no processo de luta pelo acesso a terra:

Eu vim do Nordeste, [estado de] Pernambuco. Vim para cá com três meses. Meu pai era lavrador, mexia com roça. Até hoje, eu lembro que em 1968, eu ainda era um moleque, meu pai adquiriu uma terra como meeiro lá no Segundo Aliança para plantar. Até hoje tem bastante gente assentado lá. [...] Naquela época, eu lembro que a situação era tão ruim que não tinha casa. Ele [o pai] cortava aqueles coqueiros para fazer a casa [...]. Eu lembro que teve uma época que minha mãe não tinha um fósforo para acender o fogo, nós acendíamos um toco e o largava queimando para no outro dia acender. Aí de lá, nós viemos para Araçatuba, fomos morar perto do aeroporto em uma fazenda. Meu pai plantava roça lá. Eu já comecei a ajudar. Aí de lá nos mudamos para a cidade. Eu trabalhei na Secretaria da Fazenda. Voltei a trabalhar no campo, colhendo tomate para o Ceasa [...]. Aí fui trabalhar em uma fazenda. Saí, vim para a cidade, trabalhei como mecânico. Fui para o Nordeste, voltei e continuei trabalhando numa coisa e outra. (Acampado entrevistado em agosto de 2013).

Os proto-camponeses são, em sua maioria, de procedência rural. São filhos de camponeses, nasceram e cresceram no campo, mas perderam as suas terras ou foram expulsos das terras em que viviam como meeiros ou arrendatários, migrando para as cidades em buscar de oportunidades. Depois de um longo período nas cidades, de vivenciarem a flexibilização e precarização do trabalho, os proto-camponeses encontram na luta pela terra a possibilidade de construir uma vida mais justa. No trecho a seguir, um acampado menciona a sua procedência rural e a migração para diferentes cidades, provavelmente à procura de um emprego digno:

Eu nasci em Peabiru, pra lá de Maringá [...]. Lá, nós éramos arrendatários. Naquele tempo, era aquele negócio de posse que nem eu entendo. Meu pai tinha 20 alqueires de terra lá, mas acho que era grilado [...]. Depois, com o tempo, meu pai vendeu e nós viemos para outro sítio, só que já era sítio arrendado, não era nosso. De Juranda eu vim direto para Porecatu [...]. E hoje eu estou morando em Itaguajé. (Acampado entrevistado em março de 2013).

A major parte dos proto-camponeses que luta por terra vive na cidade, mas, normalmente, trabalha no campo. Enquanto alguns trabalham em usinas de cana-de-açúcar como motoristas de caminhão, outros trabalham como diaristas em lavouras de diferentes tipos. Todavia, a maior parte sobrevive dos chamados "bicos", sejam eles no campo ou na cidade. Nesses casos, assim como no dos que trabalham como diaristas em lavouras, os proto-camponeses compõem uma fração dos trabalhadores informais, que não possuem registro em suas carteiras de trabalho. Esse cenário reflete a situação da classe trabalhadora, daqueles que não consequindo se inserir no mercado de trabalho formal, sobrevivem na informalidade, sem direitos trabalhistas. Ademais, alguns proto-camponeses são aposentados/pensionistas, outros estão desempregados e uma pequena parcela é beneficiária de programas sociais, como o Bolsa Família. Esse programa social é constantemente apontado como um dos fatores que explica o retrocesso da luta pela terra nestes últimos anos. Entretanto, alguns proto-camponeses só conseguem permanecer nos acampamentos, lutando pelo acesso a terra, por que recebem o benefício. Logo, o Bolsa Família, por um lado, inibe o processo de luta pela terra e, por outro lado, permite a resistência dos proto-camponeses na luta.

A renda mensal dos proto-camponeses varia de acordo com as funções que eles exercem. Os que trabalham nas usinas como motoristas possuem uma renda de cerca de R\$ 1.300,00. Os que trabalham como diaristas em lavouras ou que fazem "bicos" varia de R\$ 180,00 a R\$ 800,00. Os aposentados e pensionistas normalmente possuem renda de um salário mínimo. Os desempregados não possuem renda e sobrevivem com a ajuda de familiares ou dos próprios proto-camponeses. Para esses sujeitos, com renda praticamente

zero, que trabalham informalmente, o ingresso na terra significa ter, pelo menos, acesso a alimentos. No trecho abaixo, um acampado menciona que com o acesso a terra poderá cultivar o seu próprio alimento. Para ele, o fato de produzir aquilo que a sua família necessita para sobreviver, de obter segurança alimentar, já é ter uma condição socioeconômica melhor:

Eu optei pela luta porque eu amo mexer com a terra. Eu gosto de terra, de plantar, de colher, de tirar a minha alimentação da terra. Eu tomei conta de uma fazenda e eu ia para cidade e comprava coisas supérfluas, como açúcar, óleo, essas coisas enlatadas, porque o resto eu mesmo produzia na fazenda em que tomava conta. Eu produzia tudo lá, produzia feijão e, até mesmo, arroz. Eu tirava o meu sustento da fazenda, quer dizer, meu ordenado estava ali, porque eu tirava praticamente tudo da terra. Eu acho que hoje, pra quem tem 5 ou 6 alqueires de terra, se ele se dedicar a plantar, ele vive como se fosse rico. A alimentação está muito cara. Só que ele tem que trabalhar, tem que entender, não adianta ir para a terra se não entender no que está mexendo (Acampado entrevistado em agosto de 2013).

Embora os proto-camponeses sejam os protagonistas da luta pelo acesso a terra na atualidade, alguns camponeses também participam desse processo, sobretudo, aqueles que vivem como agregados nos lotes dos pais que já são assentados. Esse cenário não é tão comum como deveria ser, visto que uma parte significativa dos filhos dos assentados não tem oportunidades para continuar na terra, para se reproduzir enquanto camponês. E isso se deve a um conjunto de fatores, como a falta de políticas públicas para os jovens que vivem nos assentados rurais. No trecho a seguir, um coordenador estadual do MST menciona porque os filhos dos assentados não participam das lutas do Movimento com o intuito de conquistar um lote próprio:

[...] Aquelas pessoas que foram acampadas comigo na minha época de acampamento, que tinha filhos com 10 anos, hoje eles tem 30 anos de idade. O pai dele foi assentado e ele é um agregado [...]. Onde é que estão essas pessoas hoje? Essas pessoas estão na usina trabalhando. Os ônibus passam dentro dos assentamentos, pegam eles e levam para trabalhar na usina. Então a pergunta é, esse público estaria acampando, morando no acampamento e lutando pela terra? Não. Porque, talvez, a perspectiva que a família tinha na época em que foi assentada, de [conquistar] uma vida melhor... Eles não conseguiram. E não é porque eles não trabalharam, ou não tinham interesse em trabalhar, e sim por uma série de coisas erradas que fizemos lá atrás. Quando eu falo "fizemos lá atrás" eu estou me incluindo nisso aí. É porque quando eu fui assentado, eu tinha uma visão de prosperar rápido, então tombamos tudo, preparamos a terra, tudo, para perceber o seguinte, não é só isso, você tem que ter comercialização, você tem que ter transporte, uma série de coisas que estão além da sua vontade (Coordenador estadual do MST entrevistado em maio de 2013).

Para o coordenador do MST, as dificuldades enfrentadas pelos camponeses assentados no cultivo e na comercialização de alimentos acabam distanciando alguns

jovens das lutas do Movimento, principalmente, da luta pela terra. Isso nos leva a considerar que, o acesso a terra, embora imprescindível, por si só não garante a reprodução do campesinato. Por isso, a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa é fundamental. É nesse contexto que as lutas mais recentes do MST estão inseridas, especialmente, as manifestações. Através dessas ações, camponeses e protocamponeses lutam pelo desenvolvimento dos assentamentos rurais, desde infraestrutura básica até a comercialização dos produtos. Logo, as estratégias de luta do MST nestas últimas décadas vai além da luta pelo acesso a terra, exclusivamente. O Movimento propõe uma Reforma Agrária Popular por que sabe que é preciso lutar pela terra, mas também lutar para continuar na terra. E essa luta deve ser de toda a sociedade. Algumas políticas públicas já caminham nesse sentido, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), porém precisam ser cada vez mais aperfeiçoadas e ampliadas, garantindo o acesso de todos os camponeses.

A não participação dos jovens nas lutas pelo acesso a terra também repercute na formação de novos militantes. No que se refere ao setor de frente de massa do MST no estado, por exemplo, praticamente não houve uma renovação expressiva. Pelo contrário, alguns militantes se desdobram na organização das ocupações de terra e manifestações, na organização da produção agropecuária nos assentamentos rurais, nas estratégias de processamento de alimentos, na sistematização de canais de comercialização, entre outros. Observa-se a centralização das funções organizativas do Movimento. Ainda assim, o MST tem cada vez mais se dedicado à atribuição de funções políticas aos jovens e à formação deles, seja técnica ou universitária. Em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, por exemplo, os jovens estão nas cooperativas, nas agroindústrias, na loja da reforma agrária e nas feiras agroecológicas do Movimento. São os protagonistas do cultivo, processamento e comercialização de alimentos. Esses jovens se sentem inspirados a lutar pela terra, reforma agrária, agroecologia, soberania alimentar, ou seja, por outro modelo de desenvolvimento da agricultura. Esse talvez seja o caminho.

A formação educacional e técnica dos proto-camponeses também é essencial caso o MST queira construir um modelo de desenvolvimento da agricultura pautado na agroecologia. Primeiro, porque, a maior parte dos sujeitos que lutam pela terra não completaram o ensino fundamental e, alguns, inclusive, não sabem ler e escrever. Esse fator pode dificultar o acesso a políticas públicas, por exemplo. Segundo, porque esses sujeitos, que já trabalharam ou que trabalham no campo, estão acostumados a produzir a partir das técnicas introduzidas pela revolução verde. Isso fica claro no trecho a seguir, quando um acampado ressalta que sabe produzir utilizando máquinas e agrotóxicos:

Para mim é muito importante, principalmente, pra quem não tem um estudo, que trabalhou só de boia-fria cortando cana-de-açúcar. Meu trabalho é esse. [...] Para mim é importante porque a gente foi criado na roça, nós não temos, minha família mesmo, meus irmãos, não possuem estudo, é tudo da roça. Eles moram perto de Cascavel, mas trabalham na roça, eles estão lá e continuam trabalhando na roça. Eu vou fazer 51 anos, mas durante toda a vida eu lutei pela roça. Eu sei carpir, sei plantar com máquinas, sei jogar veneno. O que é importante da roça, eu faço tudo, graças a Deus (Acampado entrevistado em março de 2013, grifo do autor).

Além da não participação dos filhos dos assentados nas ocupações de terra, cerca de 90% dos proto-camponeses possuem mais de 50 anos de idade. Estamos diante do envelhecimento daqueles que compõem as lutas do MST. Talvez em outros períodos essa fosse a mesma realidade. A diferença é que em outros momentos, os filhos dos camponeses também estavam presentes nos acampamentos, nas lutas do Movimento. Hoje, não só os jovens, mas os próprios proto-camponeses raramente moram nos acampamentos, mesmo aqueles que trabalha no campo. Os acampamentos são, na maioria das vezes, frequentados nos finais de semana, dias em que os acampados se reúnem em reuniões de grupos e assembleias gerais para discutir o andamento das lutas. No trecho abaixo, um coordenador do MST relata essa questão:

[...] Esse público hoje, que está nos acampamentos, não tem mais condições de morar nos acampamentos. Não é uma cesta básica que o governo manda que vai resolver o problema. Não resolve [...]. A gente libera as pessoas para cuidarem da sua vida e no final de semana virem ao acampamento ou quando ocorrer uma jornada [de lutas] eles participarem. É a forma e o critério que estamos utilizando nesse momento na questão dos acampamentos. É evidente que depois tem os critérios do ITESP e INCRA para serem assentados [...]. A gente fazia ocupações antigamente com 2 mil pessoas, hoje você fazer com 200 é um [...] (Coordenador estadual do MST entrevistado em maio de 2013).

Contudo, nos dias das lutas do MST, como as ocupações de terra e as manifestações, os proto-camponeses devem estar presentes, compondo os espaços de enfrentamento, resistência e reivindicação.

[...] Um dos critérios fundamentais do Movimento é o seguinte: você não mora no acampamento, mas no fim de semana você tem que estar no acampamento. Nas jornadas [de lutas] que o Movimento fizer, não se discute, você tem que estar lá mesmo. A gente percebe que assim, não está sendo aquela [...] também não. Nas jornadas, as pessoas que deveriam estar lá, estar participando, têm certa limitação [...]. A gente não tem a resposta, então a gente tem que ser flexível nos momentos certos. E se tiver em algum momento endurecer, que endureça. Mas a flexibilidade hoje, eu diria que é pertinente, não pode perder de vista (Coordenador estadual do MST entrevistado em maio de 2013).

Mas nem sempre isso é possível, principalmente nas lutas que exigem um período mais longo, como os acampamentos nacionais. No trecho abaixo, um coordenador do MST relata essa dificuldade:

Nós temos poucas famílias acampadas e desse pouco que tem, raros têm disponibilidade de sair. Por exemplo, era para nós irmos a Brasília e levar 40 pessoas daqui para ficar lá três meses. A gente ralou muito pra ir e acho que foi umas 15 [pessoas] para ficar três meses. Então, são poucas pessoas com disponibilidade de ficar num processo de luta com período meio longo (Coordenador estadual do MST entrevistado em junho de 2013).

Esse cenário ocasiona uma série de problemas, como o escasso intercâmbio e comunicação entre os proto-camponeses e as dificuldades de formação política desses sujeitos, levando à constituição de espaços de enfrentamento e resistência cada vez mais precários do ponto de vista organizacional e político. Como os proto-camponeses praticamente não vivem nos acampamentos, assim como os jovens, não existe a necessidade de organizar alguns setores, como o de educação, saúde, transporte, entre outros. Assim, apesar de existir na teoria, na prática é bem diferente. Os setores que historicamente foram fundamentais para a organização dos acampamentos, não são mais oportunos. No trecho a seguir, um coordenador do MST narra essa realidade:

Altera, porque antes você tinha uma estrutura de um movimento social em que era fundamental estar organizado em vários setores. O setor da frente de massa para pensar a organização da luta, a mobilização. O setor de formação para preparar a formação política do pessoal. O setor de educação porque tinha muita criança, então tinha que pensar como essas crianças iam para escola, como elas voltavam, como a gente acompanha a educação que elas estão tendo na escola, como é que a gente trabalha o desenvolvimento da nossa proposta pedagógica com essas crianças, para desenvolver esse ser humano novo, que o movimento social sonha. O movimento social quer desenvolver a cultura. Como é que a gente evolui na formação dessas pessoas a partir de um desenvolvimento cultural, um pouco diferente do que existe no conjunto da sociedade. E quando essas famílias não estão no acampamento, ela não está mais nessa estrutura da família conforme era lá no início. Essa estrutura organizativa começa a perder o sentido, começa a desorganizar, começa a perder a necessidade, deixar de existir. E o Movimento perde um pouco essa força inicial (Coordenador estadual do MST entrevistado em junho de 2013).

O Movimento constrói dois tipos de acampamentos, aqueles estabelecidos na beira das estradas, bastante precários, pois os proto-camponeses os frequentam alguns dias da semana, e aqueles resultados de ocupações de terra nas propriedades reivindicadas pelo Movimento. Nesse último caso, os acampamentos são espaços de socialização política, onde os proto-camponeses podem interagir e dialogar a respeito da luta pela terra e reforma agrária no estado. Todavia, os acampamentos nas propriedades reivindicados são mantidos por um curto período de tempo, sendo desmontados logo que o pedido de reintegração de

posse é acionado pelo fazendeiro. Ainda assim, esses espaços são fundamentais para a integração e comunicação dos proto-camponeses. Momento em que esses sujeitos podem dialogar a respeito das suas experiências de vida e luta. Na maioria das vezes, esses acampamentos são construídos nos circuitos de lutas regionais do Movimento, também conhecidos como jornadas de lutas. Nesses momentos, os proto-camponeses participam de um conjunto de lutas na região onde estão acampados. Logo, esses sujeitos participam de diferentes ocupações de terra e manifestações em curto período de tempo. Os circuitos regionais são uma forma de massificação das lutas dos proto-camponeses.

Com o protagonismo dos proto-camponeses, os espaços de enfrentamento e resistência, assim como as estratégias de lutas do MST passaram por algumas modificações. Os sujeitos que lutam por terra e os espaços por eles construídos são complementares e indissociáveis. Faz-se necessário destacar que, os resultados apresentados correspondem às ocupações de terra em algumas regiões do estado de São Paulo. Isso não significa que em outras regiões ou estados encontraremos o mesmo conjunto de elementos tecendo a realidade. As lutas, as estratégias, os espaços e os sujeitos são efêmeros. Mudam constantemente. O que dificulta a construção de análises mais abrangentes. Provavelmente, se analisarmos a mesma realidade nos dias de hoje, encontraremos outros elementos para explicá-la, visto que ela é cotidianamente construída e transformada pelos sujeitos, assim como os espaços e territórios, numa relação dialética. A nossa contribuição se restringe a destacar quem são os sujeitos da luta no estado e quais as estratégias por eles construídas no âmbito da luta pelo acesso a terra, contribuindo, dessa forma, com os debates sobre a (re)criação do campesinato.

#### Considerações finais

Embora ocorra nuances nos números de ocupações de terra ao longo dos anos, essas ações são fundamentais para a (re)criação do campesinato, promovendo um elemento fundamental do processo de recampesinização, o acesso a terra. Enquanto na década de 1980, em virtude do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura, inúmeros camponeses foram excluídos e expropriados, compondo movimentos socioterritoriais de luta pela terra e reforma agrária. Nos dias atuais, os proto-camponeses são os protagonistas dos processos de luta pelo acesso a terra no estado. Eles são camponeses, ou filhos de camponeses, que migraram para as cidades, tornando-se assalariados. Todavia, com a precarização do trabalho no campo e na cidade, são trabalhadores informais, são desempregados, ou, até mesmo, trabalhadores formais, que encontram na luta pela terra uma forma de obter melhores condições de vida e, sobretudo, segurança alimentar. São sujeitos de diferentes estados do país, que migram

constantemente com o objetivo de conquistar um lote de terra. Do ponto de vista socioeconômico, sobrevivem com renda próxima a um salário mínimo, quando não com renda praticamente nula, dependendo de programas sociais ou doações. Normalmente, possuem mais de 50 anos de idade e baixa escolaridade. Uma parte significativa não sabe ler e escrever. Com o protagonismo dos proto-camponeses, modificou-se a estrutura organizativa nos acampamentos com a inexistência de alguns setores que ao longo das décadas de 1980 e 1990 eram comuns. A interação dos proto-camponeses é cada vez mais precária, visto que a maior parte não mora nos acampamentos, não convive, não dialoga.

#### Referências

ALMEIDA. Rosemeire Aparecida. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARVALHO. Horácio M. de. O Campesinato Contemporâneo como Modo de Produção e como Classe Social. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, 2012.

CHAYANOV, Alexander Von. La Organizaciónde La Unidad Econômica Campesina. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST:** da crise da ditadura ao período neoliberal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valeria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. 1ª Edição. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

FELICIANO, C. A. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:** Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. **Anais do 8 Encontro de Geógafos da América Latina**. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antonio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o Lula fez e a que pode ser feita. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. SADER, Emir (org.). São Paulo: Boitempo, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade**. Reforma agrária, movimento sociais e novas formas de assentamentos. São Paulo: Annablume, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A "não reforma agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. **CIRADR-FAO**, Porto Alegre-RS, 2006.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo - 1990-2013**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PORTO-GONÇALVES, 2005. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Geografias**, v.1, n.1, 2005.

PLOEG, Jan Von de. Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, n. 07, 2005.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOBREIRO FILHO, José. **Movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços:** Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2013.

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1990 a 2009. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2012.

TARROW, Sidney. **Power in movement:** social movements, collective action and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Recebido para publicação em 10 de agosto de 2016.

Aceito para a publicação em 03 de março de 2017.

# A necessidade da Reforma Agrária na região do Contestado Catarinense

#### Thiago da Silva Melo

Mestrando em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e-mail: thiago\_dasilvamelo@yahoo.com.br

#### Resumo

A Guerra do Contestado ocorreu entre os anos de 1912 e 1916 em uma área em litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina, em um momento em que também ocorreu a entrada do capital de forma violenta sobre o território caboclo camponês, através de empresas estrangeiras que exploraram as riquezas naturais e implementaram a colonização europeia na região. Passados mais de cem anos do início dos conflitos, esse território continua marcado pelos altos índices de pobreza e pelo não desenvolvimento que fora prometido pelos agentes do capital e o Estado. O objetivo do presente artigo é evidenciar os indicadores sociais nos municípios em estudo, analisar os impactos socioambientais do monocultivo de pinus nos latifúndios, enquanto barreira ao desenvolvimento e refletir sobre a necessidade da Reforma Agrária como caminho da superação da pobreza na região. Como metodologia foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema, levantamento de dados do Cadastro Único junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), informações da Produção Agrícola Municipal e do Censo Agropecuário no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados sobre os assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

**Palavras-chave:** Contestado catarinense; pobreza; agronegócio madeireiro; reforma agrária.

#### The need for Agrarian Reform in region of Contestado Catarinense

#### Abstract

The Contested War occurred between the years 1912 and 1916 in a disputed area between the states of Parana and Santa Catarina, in a time when there was also the entrance of quite capital violently over mestizo peasant, through companies Foreign who exploited the natural resources and implemented the European colonization in the region. After over a hundred years since the beginning of conflicts, this territory continues to be marked by high levels of poverty and by no development had been promised by the agents of capital and State. The purpose of this article is to highlight social indicators in the municipalities under study, analyze the environmental impacts of pine monoculture in estates, while barrier to the development and reflect on the need for agrarian reform as a way of overcoming poverty in the region. The methodology was carried out a literature review on the topic, Single Registry data collection at the Ministry of Social Development and Fight against Poverty (MDS), information from the Municipal Agricultural Production and Agricultural Census in the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and data on rural settlements of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA).

**Keywords:** Contestado catarinense; poverty; timber agribusiness; agrarian reform.

## La necesidad de la Reforma Agraria en la región del Contestado de Santa Catarina

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 133-152	Jan-Abr./2017
--------------	---------------------	----------------	-------------	---------------

### Resúmen

La guerra del Contestado se produjo entre los años 1912 y 1916 en una zona en disputa entre los estados de Paraná y Santa Catarina, en un momento en que se produjo también la entrada violenta del capital en lo territorio mestizo campesino, a través de empresas internacionales que aprovechara los recursos naturales e implementó la colonización europea en la región. Después de más de cien años desde el inicio de los conflictos, este territorio sigue marcado por altos niveles de pobreza y de ningún desarrollo había sido prometido por los agentes de lo capital y el Estado. El propósito de este artículo es poner de relieve los indicadores sociales en los municipios objeto de estudio, análisis de los impactos ambientales de los monocultivos de pinos en fincas, mientras barrera para el desarrollo y reflexionar sobre la necesidad de una Reforma Agraria como una forma de superar la pobreza en la región. La metodología se llevó a cabo una revisión de la literatura sobre el tema, la recogida de datos del Registro Único del Ministerio de Desarrollo Social y Lucha contra la Pobreza (MDS), la información de la Producción Agrícola y Censo Municipal en el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y datos sobre los asentamientos rurales del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA).

Palabras clave: Contestado catarinense; pobreza; agroindustria de la madera; reforma agraria.

#### Introdução

O presente artigo foi elaborado a partir de reflexões teóricas e empíricas da disciplina "Geografia, Território e Conflito" do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, ministrada pelo Professor Dr. Nilson Cesar Fraga, em dois momentos: no primeiro, entre agosto e setembro de 2015, foram realizadas aulas expositivas com o arcabouço conceitual da disciplina e, a apresentação da Guerra do Contestado e seus desdobramentos. No segundo momento, foi realizada uma viagem de campo para a região do Contestado Catarinense em novembro, onde evidenciamos as marcas do conflito que permanecem no território cem anos após o término oficial da guerra.

A Guerra do Contestado ocorreu no Paraná e em Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916, tendo sido ocasionada por vários fatores, dentre eles a disputa pela posse da terra entre os dois estados, uma competição econômica pela exploração da Floresta de Araucária, a expansão do capital internacional sobre o território caboclo e um movimento messiânico de grandes proporções, sendo por isso um episódio bastante complexo na História do Brasil:

A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa. Esses elementos são os responsáveis pela atual formação territorial das cidades envolvidas no conflito. (FRAGA; LUDKA, 2012, p. 3)

A atual configuração territorial dos municípios envolvidos na guerra foi em grande parte determinada pelo conflito e tem desdobramentos no presente, uma vez que as

estruturas de poder e mando sobre o território que foram implementadas naquele momento se consolidaram, conforme sinaliza Santos (1994, p.16): "o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural."

No caso da região do Contestado a herança material da guerra e da vitória do capital que permanece em seu território é reflexo da implementação de um projeto predatório de exploração, evidente nos altos índices de pobreza e concentração fundiária.

A construção do território passou a ser moldada conforme os interesses dos agentes do capital, o maior vencedor da guerra, que passaram a ditar as regras para a ordenação do espaço e sua máxima exploração:

Para a construção destes territórios, moldado por um jogo de relações de poder, impera as identidades construídas pelo vencedor, que será o ditador das regras que garantirão as novas formas e estruturas do espaço de acordo com os seus interesses. A região do Contestado demonstra um exemplo, de como o capital, aliado aos interesses do Estado, se tornaram os vencedores que ditaram as regras para a ordenação dos espaços contidos nessas áreas. (AQUINO JÚNIOR, 2009, p. 79)

Nesse caso, o agente do capital foi a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, conhecida como Lumber, empresa madeireira e colonizadora norte-americana a quem o Estado concedeu as terras e a exploração da madeira às margens da ferrovia São Paulo - Rio Grande, o que gerou grande conflito com os camponeses caboclos que já habitavam a região e possuíam o direito legítimo da posse da terra. Por ela e pela manutenção do seu modo de vida lutaram.

Tendo em vista a amplitude da área onde foi conflagrada a Guerra do Contestado, foi feito um recorte espacial de estudo para o presente artigo realizado levando em consideração os acontecimentos mais marcantes e os municípios percorridos na pesquisa de campo no estado de Santa Catarina, sendo eles: Irani, Caçador, Matos Costa, Porto União, Timbó Grande, Lebon Régis e Curitibanos, conforme mostra a Figura 1:

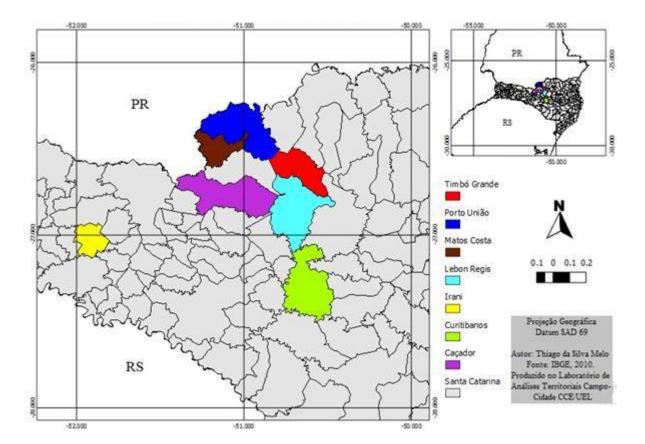


Figura 1: Localização dos municípios em estudo no Contestado Catarinense

Em Irani, foi travada a primeira batalha da Guerra do Contestado, conhecida como o "Combate do Irani", sendo o marco inicial de uma série de lutas entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e a República e os camponeses caboclos, onde está localizado o sítio histórico com a carneira do monge José Maria, a vala dos 21 e o cemitério do Contestado.

No município de Caçador está o mais importante acervo regional sobre a Guerra do Contestado, localizado no museu com melhor estrutura sobre o processo de formação socioespacial da região.

Em Matos Costa, antiga São João dos Pobres, ocorreu em 1914, o ataque que ocasionou a morte do capitão da República, João Teixeira de Matos Costa, onde os responsáveis pela emboscada, oficialmente, foram os caboclos, o que parece ser contraditório, por se tratar do único militar que, de certa forma, apresentava um posicionamento que considerava a situação dos caboclos no Contestado.

O então município de Porto União da Vitória foi dividido após a guerra, sendo que Porto União passou a pertencer ao estado de Santa Catarina e União da Vitória ao estado do Paraná, separados apenas pela linha férrea São Paulo - Rio Grande, simbolizando a disputa entre os dois estados.

Em Timbó Grande aconteceu aquela que ficaria conhecida como a Páscoa do Genocídio em 1915, no vale de Santa Maria, episódio marcado pelos bombardeios por parte do exército sem trégua sobre os caboclos durante a quinta-feira e sexta-feira santa e no sábado de aleluia, por fim, o Brasil e os estados de Santa Catarina e Paraná foram informados que os caboclos haviam sido exterminados, "venceu a República pela boca de seus canhões." (FRAGA, 2014, p. 1).

O município de Lebon Régis abriga a maior quantidade de crematórios, um dos vestígios de maior horror da guerra, que eram fornos utilizados para a incineração dos corpos daqueles que morriam durante os combates, dada a grande quantidade de cadáveres, em um local conhecido como Perdizinha, para onde os caboclos foram na fase final do conflito.

Em Curitibanos, os caboclos incendiaram toda a então vila em um ataque de grande repercussão, em 1914. No entanto, demonstrando os princípios morais que os conduziam na guerra, todas as casas que possuíam a foto do Monge João Maria foram poupadas e não houve assassinato de nenhum habitante da cidade.

Feitas essas primeiras considerações, a finalidade do artigo é interpretar os indicadores sociais nos municípios em estudo, evidenciar os impactos socioambientais do agronegócio madeireiro, enquanto obstáculo ao desenvolvimento, e promover a reflexão sobre a necessidade da Reforma Agrária como caminho da superação da pobreza na região.

Um dos momentos primordiais durante o processo de investigação científica é a metodologia empregada. Segundo Nossa (2005), esta etapa compreende-se como um processo interligado de procedimentos, convergidos na problemática do acesso, tratamento e emprego dos dados e informações. A metodologia deve ser construída tendo em vista alguns elementos como: a definição dos tipos de dados a serem utilizados, os meios como os coletamos, a exploração, análise e interpretação dos mesmos e por fim, a validação das hipóteses levantadas.

Como fontes da pesquisa foram utilizadas bibliografias, como livros publicados sobre a temática, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em periódicos sobre o assunto.

Foram levantados dados junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), referentes às famílias beneficiárias de programas sociais e pessoas no Cadastro Único, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram coletadas as informações do Censo Agropecuário e da Produção Agrícola Municipal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as informações sobre os assentamentos nos municípios em estudo.

#### O Contestado 100 anos em guerra

A região do Contestado que outrora era disputada entre os estados de Santa Catarina e Paraná por madeireiras e empresas colonizadoras de capital estrangeiro, hoje se encontra em situação de abandono por parte do poder público e com os maiores índices de pobreza de ambos os estados.

A apropriação privada do bem comum e da riqueza da Floresta de Araucárias, revela a verdadeira face do projeto que supostamente traria o progresso à população enquanto a expulsava de suas terras e promovia uma modernização incompleta que nunca se efetivou, terminando por provocar a desordem no território:

O poder econômico contestado revela o saque e a corrupção em que se converteu o projeto modernizador do sertão. O envolvimento escandaloso de agentes públicos com negócios privados e a imposição criminosa da ordem geral de expulsão dos habitantes de suas próprias terras demonstram que a modernização, que prometia tirar a população do atraso, produziu a desordem (MEIRINHO, 2012, p. 28 e 29).

O saque do bem comum e a corrupção dos agentes públicos e privados ficam claros quando observamos que o custo da ferrovia superou em quase três vezes o valor inicialmente previsto, devido ao alongamento da linha e curvas desnecessárias feitas propositalmente, uma vez que o contrato de concessão previa que as terras às margens da ferrovia seriam entregues à empresa com a finalidade de exploração da madeira e posterior venda a título de colonização, totalizando mais de 1,5 milhão de hectares, sendo que destes quase 670 mil estão na região do Contestado Catarinense.

Apesar da construção da ferrovia, não houve planejamento por parte do Estado e nem da empresa beneficiada sobre o que seria transportado por ela, por isso, findada a retirada da madeira da araucária, a ferrovia entrou em decadência até que, em 1998, a América Latina Logística, atual responsável por ela, decidiu suspender o tráfego de trens e desativar totalmente a linha por ser economicamente inviável.

A modernização incompleta que ocasionou a desordem no território fica evidente quando compreendemos que os lugares, que por séculos estão sob o domínio político e econômico de oligarquias que exercem poder através de vários tipos de violência e privilégios legitimados pelo Estado, são os mesmos com os maiores índices de pobreza.

Evidenciando como os interesses do capital e da elite coronelista se alinharam para a usurpação do bem comum e das riquezas (madeira, terra e dinheiro público), ato este que tem desdobramentos até os dias atuais, fazendo do Contestado um território maldito:

A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que dominam a região, em todas as escalas (FRAGA; LUDKA, 2012, p. 2).

A ineficiência das políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico da região do Contestado Catarinense fica clara quando interpretamos os dados relativos à pobreza da população dos municípios em estudo:

Tabela 1: Indicadores sociais do Cadastro Único¹ sobre a pobreza nos municípios em estudo

					Percentual
	População*	Famílias no Cadastro Único	Famílias beneficiárias do Bolsa Família	Pessoas no Cadastro Único	da população no Cadastro Único
Irani	10.118	1.600	307	4.794	47,4%
Caçador	75.812	6.708	1.638	20.219	26,7%
Matos Costa	2.690	752	171	2.380	88,8%
Porto União	34.882	3.170	818	9.042	25,9%
Timbó Grande	7.632	1.430	758	4.583	60%
Lebon Régis	12.105	2.566	1.112	7.959	65,7%
Curitibanos	39.231	4.810	1.335	13.967	35,6%
Total	182.470	21.036	6.139	62.944	34,5%
Santa Catarina	6.819.190	460.113	131.525	1.363.507	20%

<sup>\*</sup>Estimativa da população para 2015, segundo o IBGE

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

A penúltima e a última coluna mostram, respectivamente, o número e o percentual de pessoas em cada município que estão no Cadastro Único, ou seja, pessoas que compõem famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa.

Como podemos observar, todos os municípios em estudo apresentam índices superiores à média do estado de Santa Catarina e alguns apresentam números impressionantes como Matos Costa e Lebon Régis com mais da metade da população em famílias com renda de menos de meio salário mínimo por pessoa.

Devemos compreender que a situação de pobreza de um sujeito deve ser vista para além da insuficiência de renda, pois, a insuficiência de renda se desdobra em morte precoce, desemprego, desempenho insatisfatório na escola, marginalização social e, em última instância, privação da liberdade por não se poder fazer coisas vitais para qualquer ser humano. (LUDKA; FRAGA, 2015)

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> O Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza possui informações socioeconômicas das famílias consideradas de baixa renda, ou seja, aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa.

Os efeitos da fome e miséria de cada sujeito prejudica toda a sociedade, pois, o mau nutrido terá menor rendimento escolar, necessitará com maior frequência de serviços médicos públicos e de programas sociais como o Bolsa Família e cestas básicas.

Dessa forma, como apontou Fraga e Ludka (2012), podemos dizer que a Guerra do Contestado não terminou para as pessoas que vivem na região, ela continua tendo desdobramentos em suas vidas, gerando um território marcado pela pobreza, ineficiência do Estado e corrupção.

A pobreza persiste também pelo fato do projeto do Estado e do capital para o desenvolvimento da região do Contestado Catarinense continuar sendo a indústria e o agronegócio madeireiros, através da monocultura de *pinus*, que concentra as terras, a renda e deixa um rastro de destruição ambiental, como veremos adiante.

## O monocultivo de *pinus* como proposta do agronegócio madeireiro para o desenvolvimento

O plantio comercial de *pinus* sob o regime de silvicultura intensiva tem início entre os anos 1960-1970 e atualmente se encontra expandido em todas as regiões brasileiras com as mais variadas espécies de acordo com as características geográficas de cada lugar, preponderando no estado de Santa Catarina e nos municípios em estudo.

O monocultivo de *pinus* frequentemente é alardeado por políticos e empresários como projeto sustentável de reflorestamento que gera desenvolvimento nos lugares onde são plantados, sendo que a madeira após a retirada é utilizada, principalmente, pelas indústrias de papel e celulose, fábricas de móveis e siderúrgicas que utilizam carvão vegetal em sua produção.

No entanto, por trás do discurso do agronegócio madeireiro de reflorestamento, o que se verifica é uma monocultura como outra qualquer, pois, uma floresta abriga, necessariamente, grande diversidade de fauna e flora, o que não ocorre nas plantações de *pinus*, onde há o uso intensivo de agrotóxicos para matar gramíneas e outras espécies vegetais para viabilizar o plantio em larga escala comercial.

Havendo a perda da diversidade florestal e dos conhecimentos florestais locais que levam a degradação do meio ambiente e, por isso, não é possível existir sustentabilidade do ponto de vista ecológico e social:

A substituição dos conhecimentos florestais locais pela silvicultura "científica" correspondeu ao mesmo tempo uma perda da diversidade florestal e sua substituição por monoculturas uniformes. Como a produtividade biológica da floresta baseia-se ecologicamente em sua diversidade, a destruição do saber local e, com ele, da diversidade vegetal, levam à degradação da floresta e ao solapamento de sua sustentabilidade.

O aumento da produtividade do ponto de vista comercial destrói a produtividade do ponto de vista das comunidades locais. A uniformidade da floresta administrada tem por objetivo gerar "safras sustentáveis". No entanto, a uniformidade destrói as condições de renovação dos ecossistemas florestais e é ecologicamente insustentável. (SHIVA, 2003, p. 68)

Na verdade, há muito tempo, a expansão de indústrias madeireiras e de papel e celulose apoiadas nas monoculturas da silvicultura é motivo de grande crítica por parte de ambientalistas, movimentos sociais e mesmo procuradores do Ministério Público Federal, que denunciam os mais diversos abusos, como o avanço das plantações sobre os territórios camponeses, quilombolas e indígenas; impactos ambientais como a perda da biodiversidade e esgotamento dos solos e da água.

Os *pinus* e os eucaliptos plantados são de espécies de rápido crescimento para produzir mais biomassa e consequentemente aumentar o valor e a quantidade obtidos na produção. Para tanto, o consumo de água se comparado com a flora nativa e outras plantações de menor porte é bem maior, podendo ocasionar sua redução significativa.

Outro problema encontrado na região do Contestado Catarinense é o avanço das plantações sobre os sítios arqueológicos, antropológicos e geográficos da guerra, representando um risco à conservação dos registros da História do Brasil (FRAGA, 2010, p. 98).

Além dos impactos ambientais, os desdobramentos na esfera do trabalho também precisam ser destacados, pois, o monocultivo da silvicultura praticamente não gera empregos no campo, uma vez que para serem cortadas as árvores precisam crescer durante pelo menos entre seis e doze anos, sendo necessária mão de obra somente no momento do plantio e do corte.

Os períodos de plantio e corte do *pinus*, são marcados pela informalidade e sazonalidade nos contratos de trabalho, conforme aponta Gemelli (2015, p. 617), em sua pesquisa desenvolvida na região do Contestado:

No que tange o trabalho nas áreas de plantação de Pinus, que as relações de trabalho, são, em geral, marcadas pela informalidade e por contratos em que paga-se por produção. Trata-se de trabalhadores marcados pela sazonalidade do trabalho no Pinus, que vivem, por conta disso, ao longo de um mesmo ano, diversas experiências laborais, sendo, portanto, caracterizados pela plasticidade do trabalho.

O pagamento por produção exige do trabalhador o máximo de esforço, o que frequentemente termina por ocasionar acidentes de trabalho e também pelo fato do trabalhador não receber o treinamento necessário.

Em relato de pesquisa de campo no Contestado, Fraga (2010) entrevistou trabalhadores que relataram receber como pagamento no corte de *pinus* o valor de R\$ 12,00

por um dia inteiro de trabalho, segundo os mesmos, quando havia trabalho, pois, passavam a maior parte do ano desempregados.

Além disso, nos últimos anos tem aumentado as denúncias e os flagrantes da ocorrência de trabalho análogo à escravidão nas plantações de *pinus* e eucaliptos, na última edição da chamada "lista suja<sup>2</sup>" do Ministério do Trabalho, foram identificados 20 casos relacionados à silvicultura no Brasil:

Por fim, temos constatado combinado a degradação da natureza a superexploração do trabalho nas áreas de plantio, manutenção e colheita de Pinus, que vão desde a corrência de trabalho escravo à informalidade nas relações de trabalho, baixos salários, elevadas jornadas de trabalho e riscos de acidentes de trabalho. (GEMELLI, 2015, p. 613)

Apesar de toda a controvérsia que envolve o monocultivo da silvicultura nas questões ambientais e trabalhistas, o setor de papel e celulose tem recebido grandes investimentos do Estado via financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que sustenta e estimula sua expansão.

No caso da região do Contestado Catarinense, podemos observar na tabela 2 as indústrias de papel e celulose, vinculadas ao Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina, que possuem suas sedes localizadas nos municípios em estudo, e quais delas receberam financiamentos provenientes do BNDES:

Tabela 2: Indústrias de papel de celulose com sede nos municípios em estudo

Empresa	Município de localização	Financiamento
		proveniente do BNDES
Adami S/A Madeiras	Caçador	Sim
Primo Tedesco S/A	Caçador	Sim
Novacki Papel e	Matos Costa	Não
Embalagens S/A		
Abbaspel Indústria e	Porto União	Sim
Comercio de Papeis LTDA		
Bonet Madeiras e Papeis	Timbó Grande	Não
LTDA		
Marombas Ind. e Com. de	Curitibanos	Sim
Madeiras e Papelão LTDA		

Fontes: SINPESC e BNDES.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> A "lista suja" é relação atualizada a cada seis meses pelo Ministério do Trabalho e Emprego com os dados dos empregadores flagrados pelo Grupo Móvel de Fiscalização utilizando mão de obra escrava.

Podemos observar que a maioria das indústrias utilizam financiamentos do BNDES para dar suporte às suas atividades, situação que não é diferente no restante do país, onde os grandes grupos que controlam as maiores fatias do mercado são os mesmos que recebem os maiores volumes de dinheiro em financiamentos:

Por sua vez, a fonte de financiamento deste complexo é, em grande medida, o erário público via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) num cenário em que a disputa pelos recursos e pelo patrimônio fundiário tem sido vencida pelos mais fortes. (ALMEIDA, 2012, p. 4)

Mesmo com o desrespeito ao meio ambiente, precarização do trabalho e o recebimento de financiamentos do BNDES, o setor de papel e celulose através da monocultura do *pinus* e do eucalipto não demonstra nem mesmo eficiência econômica do ponto de vista do valor da produção por hectare arrecado pelo produtor no campo:

Tabela 3: Área ocupada, valor da produção e valor da produção por hectare das lavouras e silvicultura nos municípios em estudo no ano de 2014

	Lavouras/ Silvicultura	Área ocupada (ha)	Valor da produção (R\$)	Valor da produção por hectare (R\$/ha)
1°	Tomate	1.190	106.899.000,00	89.831,10
<b>2</b> °	Maçã	574	27.552.000,00	48.000,00
3°	Cebola	1.371	35.048.000,00	25.563,85
4°	Pera	11	264.000,00	24.000,00
5°	Pêssego	104	2.320.000,00	22.307,70
6°	Uva	410	6.650.000,00	16.219,51
<b>7</b> °	Batata	195	3.094.000,00	15.887,00
8°	Caqui	29	425.000,00	14.655,18
9°	Melancia	22	311.000,00	14.136,36
10°	Mandioca	15	210.000,00	14.000,00
11°	Fumo	562	6.124.000,00	10.896,80
12°	Alho	1.165	11.375.110,00	9.764,04
13°	Melão	2	16.000,00	8.000,00
14°	Erva Mate	675	4.563.000,00	6.760,00
15°	Soja	24.950	83.785.000,00	3.358,11
16°	Milho	20.800	63.273.000,00	3.041,97
17°	Feijão	6.310	18.871.000,00	2.990,65
18°	Tangerina	10	26.000,00	2.600,00
19°	Cana-de-açúcar	40	96.000,00	2.400,00
20°	Trigo	2.150	3.146.000,00	1.463,25
21°	Silvicultura*	90.851	118.093.000,00	1.299,85
22°	Laranja	30	37.000,00	1.234,00
23°	Aveia	710	432.000,00	608,45
24°	Arroz (com casca)	12	6.000,00	500,00

\*Integram a estatística plantações de *pinus* e eucaliptos.

Fonte: Produção Agrícola Municipal/IBGE

Podemos observar que do total dos 152.188 hectares destinados à plantação de lavouras ou silvicultura, nos municípios em estudo, quase 60% estão cobertos por *pinus* ou eucaliptos, cerca de 16% por soja e 14% por milho, que também são culturas preponderantes do agronegócio, e todas as demais culturas ocupam pouco mais de 10% da área.

No entanto, se levarmos em consideração o valor da produção por hectare, ou seja, o valor total da produção dividido pela área total ocupada, veremos que o *pinus* e o eucalipto que possuem de longe a maior área plantada, comparada aos demais, são contraditoriamente um dos menos eficientes do ponto de vista econômico para o produtor, ocupando apenas o 21º lugar em uma lista com 24 itens.

Entre as culturas que possuem maior rentabilidade de ganho monetário para o produtor, por hectare, estão aquelas historicamente cultivadas pela agricultura camponesa de base familiar, no entanto, estão entre as que ocupam menos área.

É partir da observação de que as maiores médias de rentabilidade estão nos cultivos da agricultura camponesa e de como o espaço tem sido predatoriamente apropriado pelo agronegócio madeireiro, que se insere a discussão que será apresentada adiante, de como a Reforma Agrária pode representar de fato um caminho para a superação da pobreza na região do Contestado Catarinense.

## A Reforma Agrária como um caminho para a superação da pobreza no Contestado Catarinense

Como vimos, a proposta do agronegócio madeireiro para o desenvolvimento da região do Contestado Catarinense não tem conseguido melhorar os índices socioeconômicos dos municípios, muito pelo contrário, os grupos madeireiros têm feito a apropriação privada do lucro e a socialização dos prejuízos, como nos impactos ambientais e na não geração de emprego e renda no campo.

É no sentido de verdadeiramente promover o desenvolvimento que se insere a luta pela Reforma Agrária como alternativa no campo para o abastecimento e dinamização do comércio nas cidades locais.

A Reforma Agrária é um processo amplo que tem como objetivo a modificação da estrutura fundiária, sendo o primeiro passo a redistribuição da propriedade da terra, conforme nos aponta Oliveira (2007, p. 68):

A reforma agrária constitui-se, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária

de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal.

Na região do Contestado, a Reforma Agrária também ganha o sentido de reparação por parte do Estado aos descendentes de caboclos que tiveram suas terras apropriadas indevidamente por empresas que contruíram a ferrovia e efetivaram a colonização.

A posse da terra pelos camponeses caboclos era legítima e juridicamente reconhecida pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei de Terras, que assim determina:

Art. 5º. Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente. (BRASIL, Lei 601, de 18 de setembro de 1850)

Claramente, a legislação foi descumprida quando o próprio Estado concedeu à Lumber (Brazil Lumber and Colonization Company) as terras que já pertenciam aos caboclos, o que terminou por ocasionar grandes conflitos e o extermínio de milhares de camponeses na Guerra do Contestado, fato este que nunca foi reconhecido e nem reparado pela República.

Outro aspecto que legitima a realização da desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária<sup>3</sup> é o descumprimento da Constituição de 1988 que determina que toda propriedade deve cumprir sua função social:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Agora vejamos o que a Constituição define como cumprimento da função social da propriedade:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

145

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> É importante ressaltar que segundo a Constituição são passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária apenas as grandes propriedades, ou seja, aquelas superiores a quinze módulos fiscais do INCRA.

- I aproveitamento racional e adequado;
- II utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

É importante destacar que para o cumprimento da função social da propriedade é necessário o atendimento a todos os requisitos simultaneamente, o que não ocorre, por exemplo, onde há o monocultivo de *pinus*, que como vimos, não utiliza adequadamente os recursos naturais disponíveis e não preserva o meio ambiente, uma vez que consome muita água e diminui a biodiversidade onde são plantados, e não favorece o bem-estar dos trabalhadores devido a informalidade e sazonalidade a que os mesmos são submetidos.

Apesar dos dispositivos legais que preveem a desapropriação de terras e os flagrantes descumprimentos na legislação, não existe e nunca existiu nenhuma política fundiária colocada em prática para a realização da Reforma Agrária em sua verdadeira acepção no Brasil, por se tratar de uma questão eminentemente política: "Naturalmente, a reforma agrária é uma decisão de política interna difícil de ser tomada e aplicada, pois ela suscita forçosamente violentas oposições." (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 545)

Essas violentas oposições provem principalmente de setores historicamente ligados às oligarquias rurais e latifundiários que detém inegável poder político e o exercem inclusive através do aparelho estatal, como a bancada ruralista presente no Congresso Nacional.

O que se tem na região do Contestado Catarinense e no restante do país, longe de ser a Reforma Agrária, é uma política de assentamentos rurais, como bem distinguiu Fernandes (2013, p. 117):

Embora alguns pesquisadores denominem essa política de assentamentos rurais como uma política de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra. Assim, pela inexistência da reforma agrária, as ocupações têm sido a principal forma de acesso à terra.

As ocupações de terra promovidas pelos movimentos socioterritoriais são mecanismos utilizados para pressionar o Estado e chamar a atenção da sociedade para os problemas na estrutura fundiária brasileira. A tabela 3 mostra o número de ocupações e o número de famílias acampadas no estado de Santa Catarina entre os anos de 1988 e 2013:

Tabela 4: Número de ocupações e de famílias no estado de Santa Catarina, 1988-2013

Número de ocupações	Número de famílias
182	24.323

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra.

Apesar da luta pela terra nos acampamentos, a criação de assentamentos segue em ritmo menor que a demanda dos movimentos sociais. A tabela 4 mostra os assentamentos rurais que foram criados nos municípios em estudo:

Tabela 5: Assentamentos rurais localizados nos municípios em estudo

Nome	Município	Famílias assentadas	Área (ha)	Data de criação	Situação
Hermínio G.S.	Caçador	110	1561	27/12/1996	Em consolidação
Eldorado dos Carajás	Lebon Régis	19	213	18/02/2003	Em instalação
Rio Água Azul	Lebon Régis	26	386	29/04/1993	Consolidado
Rio Timbó	Lebon Régis	43	718	01/04/1987	Em estruturação
Conquista dos Palmares	Lebon Régis	32	417	06/11/1996	Criado
Córrego Segredo I	Lebon Régis	15	228	28/07/1988	Consolidado
Córrego Segredo II	Lebon Régis	26	408	20/10/1988	Consolidado
São João	Matos Costa	35	618	09/12/1996	Em consolidação
Nova Esperança	Matos Costa	23	545	29/08/1989	Em instalação
13 de Outubro	Matos Costa	35	700	02/04/1991	Em estruturação
Santa Rita III	Matos Costa	15	262	28/01/1999	Em estruturação
São João II	Matos Costa	20	283	01/06/1999	Em estruturação
São Roque	Matos Costa	42	1007	10/01/1995	Criado
Perdiz Grande	Timbó Grande	38	552	10/10/1996	Em consolidação
Nova Cultura	Timbó Grande	32	491	20/08/1996	Em consolidação
Cristo Rei	Timbó Grande	32	513	09/11/1995	Em consolidação
Herdeiros do Contestado	Curitibanos	19	274	22/11/2001	Em consolidação
1 de Maio	Curitibanos	27	461	06/11/1997	Em consolidação
Índio Galdino	Curitibanos	49	865	11/11/2005	Criado

Fonte: INCRA

No total, são 19 assentamentos que abrigam 638 famílias em uma área de 10.502 ha, cada lote tendo em média de 16,5 ha, localizados em cinco dos sete municípios em estudo nas mais diversas situações informadas pelo INCRA.

A área total ocupada pelos assentamentos representa apenas 11,5% da área destinada à plantação de *pinus* ou eucalipto, 42% da área de soja e metade da área destinada à plantação de milho na região do Contestado Catarinense, cultivos que como vimos, são predominantemente monoculturas, os carros-chefes do agronegócio e estão entre os de pior rendimento para o proprietário por hectare, causam grandes impactos ambientais e geram poucos empregos diretos no campo.

Além disso, chama a atenção, a situação em que se encontram esses assentamentos, onde apenas dois dos dezenove aparecem como consolidados, mesmo com datas de criação que começam a partir de 1987, ou seja, 28 anos atrás.

A falta de estrutura e de investimentos nos assentamentos é uma realidade nos municípios em estudo e no restante do país, e ocorre principalmente devido ao que Almeida (2012, p. 6) chama de "morte por dentro do INCRA", onde a principal instituição destinada a realizar a Reforma Agrária, não coincidentemente, se encontra com grandes esvaziamentos como a diminuição drástica de servidores nas últimas décadas e o sucateamento de suas estruturas que se refletem na não realização de desapropriações e piora na qualidade dos assentamentos já existentes. (ALMEIDA, 2012)

Apenas para termos uma dimensão da questão, no ano de 2014, o governo federal destinou quase R\$ 1,4 bilhão para investimentos do INCRA, destes 527,9 milhões foram utilizados para desapropriações e aquisições de imóveis. No mesmo ano, a Klabin, indústria de papel e celulose, recebeu do BNDES o segundo maior financiamento do banco no ano, um valor de mais de R\$ 3,3 bilhões, ou seja, mais que o dobro da verba destinada ao INCRA.

Os discursos que legitimam a conceção de imensos empréstimos para grandes grupos agroindustriais, latinfundiários e os que procuram desqualificar a Reforma Agrária estão, frequentemente, na associação que se faz à geração de emprego, renda e eficiência produtiva de uma parte e de outra.

Sendo que os grupos agroindustriais na figura das grandes propriedades são tidos como os maiores geradores de emprego e renda, com a máxima eficiência produtiva e modernidade no campo, enquanto as pequenas propriedades são associadas à uma agricultura atrasada voltada exclusivamente para a subsistência familiar.

No entanto, os indicadores da agricultura por estratos de área, trazem à tona uma realidade bem diferente, deixando claro que a pequena propriedade é mais eficiente se comparada à grande em pessoal ocupado, valor da produção e valor da produção por

financiamento obtido, conforme mostra o gráfico 1, que apresenta os dados dos municípios em estudo do Contestado Catarinense.

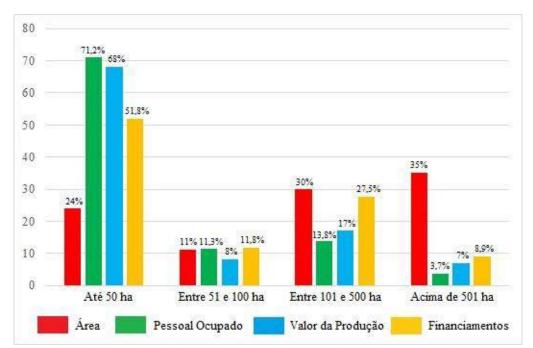


Gráfico 1: Indicadores da agricultura dos municípios em estudo por estratos de área

Fonte: Censo Agropecuário de 2006/IBGE Organização: Thiago da Silva Melo.

Podemos observar que, apesar de os estabelecimentos agropecuários<sup>4</sup> com até 50 ha ocuparem menos área, comparado às grandes e médias propriedades, são aqueles que indiscutivelmente geram mais ocupação no campo, valor da produção e rendimento do valor da produção por financiamento obtido.

As pequenas propriedades, ou seja, aquelas com até 50 hectares, tem 4.379 estabelecimentos, ocuparam 12.480 pessoas, obtiveram mais de R\$ 187 milhões no valor da produção com menos de R\$ 15 milhões em financiamentos bancários, ou seja, ampliaram em cerca de 12 vezes os valores que obtiveram junto às instituições financeiras.

As médias propriedades, aquelas com entre 51 e 100 hectares, têm 543 estabelecimentos, ocuparam 1288 pessoas, obtiveram mais de R\$ 22 milhões no valor da produção com cerca de R\$ 3 milhões em financiamentos bancários, aumentando em pouco mais de 7 vezes os valores financiados.

As médias e grandes propriedades, aquelas com entre 101 e 500 hectares, têm 525 estabelecimentos, ocuparam 1.155 pessoas, obtiveram menos de R\$ 49 milhões no valor da

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O estabelecimento agropecuário é entendido pelo IBGE como todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária.

produção com R\$ 7,5 milhões em financiamentos bancários, ou seja, aumentaram menos de 7 vezes os valores financiados.

As grandes propriedades, aquelas acima de 501 hectares, tem 104 estabelecimentos, ocuparam 247 pessoas, obtiveram menos de R\$ 20 milhões no valor da produção com mais de R\$ 2 milhões em financiamentos bancários aumentando em menos de 7 vezes os valores financiados.

Os dados apontam que a realização da Reforma Agrária é benéfica do ponto de vista social e também econômico, sendo estratégica para o aumento de pessoas ocupadas no campo, da produtividade e oferta de alimentos e do valor da produção, que de posse do agricultor gera receitas e empregos também na cidade através de seu consumo, dinamizando o comércio regional e contribuindo para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento socioeconômico da região do Contestado Catarinense.

### Conclusão

A Guerra do Contestado está longe de ser um episódio encerrado com o fim dos combates há cem anos, a guerra continua na luta do seu povo pela sobrevivência e por melhores condições de vida.

A disputa entre os estados de Santa Catarina e Paraná e dos coronéis ao lado do capital internacional contra os camponeses caboclos deixou marcas que ficam evidentes quando constatamos os altos índices de pobreza, superiores à média do estado de Santa Catarina, demonstrando a histórica ineficiência das políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico da região do Contestado.

Atualmente, os altos índices de pobreza e o subdesenvolvimento socioeconômico têm ligação direta com a concentração de terra e renda que tem como causa e efeito o monocultivo de *pinus* pelo agronegócio madeireiro, que combina degradação ambiental com superexploração do trabalho, informalidade, baixos salários associados à elevadas jornadas de trabalho até a ocorrência de trabalho escravo no campo.

Por isso, com base na reflexão teórica e nos dados que foram apresentados, um caminho apontado para a superação da pobreza na região do Contestado Catarinense é a realização da Reforma Agrária enquanto um conjunto de ações governamentais que visem modificar a estrutura fundiária para que haja melhorias sociais, culturais, políticas e econômicas por meio da distribuição da terra e da renda.

### Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A Nova Fronteira do Eucalipto e a Crise da Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, v. 1, p. 02-10, 2012.

AQUINO JÚNIOR, José. Região do Contestado (SC-PR): território e poder, marcas do passado ao presente. **Geoingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, v. 1, p. 75-91, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil">http://www.planalto.gov.br/ccivil</a> 03/constituicao/constituição.htm>.

BRASIL. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil">http://www.planalto.gov.br/ccivil</a> 03/LEIS/L0601-1850.htm>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. 2v. Tese (Livredocência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <a href="http://hdl.handle.net/11449/106708">http://hdl.handle.net/11449/106708</a>>.

FRAGA, Nilson César; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912-2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica - Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX., 2012, Bogotá, Colômbia. Anais do XII GeoCrítica. Barcelona, Espanha: Ed. da UB, 2012. v. 1. p. 1-22.

FRAGA, Nilson César; LUDKA, Vanessa Maria. Anulação do mundo livre do Contestado: o caso do território e da identidade no município de Bela Vista do Toldo, SC. **Revista GeoNorte**, v. 7, p. 651-663, 2013.

FRAGA, Nilson César. **Contestado em Guerra**: 100 anos do massacre insepulto do Brasil. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012. 550 p.

FRAGA, Nilson César. **Timbó Grande, o último reduto? Município planaltino do Contestado catarinense, cidade das Meninas de Lábios de Mel**. Rádio Destaque Regional - Web, Matos Costa, SC, p. 1 - 13, 25 jan. 2014.

FRAGA, Nilson César. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido. 1. ed. Blumenau, SC: Editora Hemisferio Sul, 2010. 155p.

GEMELLI, Diane Daniela. Degradação da Natureza e do Trabalho: o monocultivo de pinus e o APL das madeiras e das esquadrias. In: VIII - Seminário Estadual de Estudos Territoriais - II Jornada de Pesquisadores sobre Questão Agrária no Paraná - XXXI Semana de Geografia da UEL, 2015, Londrina. Anais do VIII - Seminário Estadual de Estudos Territoriais - II Jornada de Pesquisadores sobre Questão Agrária no Paraná - XXXI Semana de Geografia da UEL, 2015.

LUDKA, Vanessa Maria; FRAGA, Nilson César. Fome e Pobreza na região do Contestado catarinense: conflitos do desenvolvimento no sul do Brasil. In: **XI Encontro Nacional da ANPEGE** – A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação., 2015, Presidente Prudente. Anais do XI ENANPEGE, 2015. p. 1-12.

LUDKA, Vanessa Maria; FRAGA, Nilson César. Miséria e abandono: os baixos índices socioeconômicos do Planalto Norte Catarinense - da Guerra do Contestado ao século XXI (1912/16 E 2012/16). In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-**

**Graduandos e Pesquisa em Geografia**, 2013, Campinas-SP. Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais. Dourados: UFGD, 2013. v. 10.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.

MEIRINHO, Bruno César. Contestado, a modernização incompleta. In: FRAGA, Nilson César. (org.). **Contestado em Guerra**: 100 anos do massacre insepulto do Brasil. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012. p. 27-44.

NOSSA, Paulo Nuno Maia de Sousa. **Abordagem Geográfica da Oferta e Consumo de Cuidados de Saúde**. Tese (Doutorado em Geografia) – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

Recebido para publicação em 02 de outubro de 2016.

Devolvido para a revisão em 10 de fevereiro de 2017.

Aceito para a publicação em 18 de fevereiro de 2017.

# Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos nas ilhas do Pará

### **Rosane Oliveira Martins Maia**

Doutoranda em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)

e-mail: historiarosane@hotmail.com

### Nirvia Ravena

Docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)
e-mail: niravena@uol.com.br

#### Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA)

e-mail: ream30@hotmail.com

### Resumo

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo sobre a Política de Regularização Fundiária e Reforma Agrária na Região Amazônica, a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), cujo foco de análise é os projetos de assentamento em ilhas, realizados pela SPU e INCRA-SR01 (Superintendência do INCRA em Belém). A proposta de democratização do uso e posse da terra, a qual possibilita a seguridade fundiária às populações ribeirinhas, não foi priorizada e estrategicamente planejada pelas instituições públicas. Por conseguinte, mediante as análises do processo decisório e dos planos de ação das instituições, chegouse à conclusão de que os projetos de assentamento foram realizados de forma intensa e desordenada, a fim de responder positivamente a índices de reforma agrária do governo Lula.

Palavras-chave: Regularização fundiária; reforma agrária; governo Lula.

# Land reform of the Lula government: the land regularization and the settlements in the islands of Pará

### Abstract

The objective of this work is to execute a study about Land Regularization Policy and Land Reform in the Amazon region, based on the II National Plan for Agrarian Reform (IIPNRA), focusing on the island settlement projects carried out by SPU and INCRA-SR01 (INCRA Superintendence in Belém). The proposal of democratization of the use and possession of the land, that makes possible the land security to the riverside populations, was not prioritized and strategically planned by the public institutions. Through analysis of the decision making process and of the institutions' action plans. It was concluded that the settlement projects were carried out in an intense and disorderly manner, in order to respond positively to the rates of land reform of the Lula government.

**Keywords**: Land regularization; land reform; Lula government.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 153-173	Jan-Abr./2017

# Reforma agraria del gobierno Lula: la regularización agraria y los asentamientos en las islas del Pará

### Resumen

El objetivo de este trabajo es ejecutar un estudio sobre la política de Regularización de Tierras y la Reforma agraria en la región amazónica desde el II Plan Nacional de Reforma Agraria (IIPNRA), con el foco en análisis de proyectos de asentamiento en las islas, hecho por la SPU y por el INCRA-SR01 (Superintendencia del INCRA en Belém). La propuesta de democratizar el uso y la propiedad de la tierra, lo que permite la seguridad agraria para las comunidades costeras, no fue priorizada y estratégicamente planificada por las instituciones públicas. Mediante las análisis del proceso decisorio y de los planos de acción de las instituciones. Llegamos a la conclusión de que los proyectos de asentamiento se llevaron a cabo de manera intensa y desordenada, para responder positivamente a los índices de reforma agraria del gobierno Lula.

Palabras clave: Regularización de tierras; reforma agraria; gobierno Lula.

# Introdução

O presente artigo estuda a política agrária elaborada no Pará durante o governo Lula, instrumentalizada conjuntamente pela SPU (Secretaria do Patrimônio da União) e INCRA-SR01 (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Superintendência de Belém-PA) consolidadas nos PAE¹ (projetos de assentamentos agroextrativistas) nas ilhas estuarinas, que por meio de (TAUS) Termos de Autorização de Uso, os Terrenos de Marinha foram regularizados e disponibilizados aos assentamentos do INCRA.

Nessa perspectiva, pretende-se apresentar o desenho institucional da política de Regularização Fundiária da SPU e Reforma Agrária do INCRA-SR01 adotada nas ilhas e várzeas do Pará e averiguar as irregularidades que comprometem a proposta de democratização de uso da terra, como também, o amplo acesso aos recursos naturais. Bem como, sustenta ideia de que as articulações da política de regularização fundiária da terra das ilhas do Pará tiveram o objetivo prioritário de atingir as metas propostas pelo II PNRA do governo Lula, massificando os seus resultados sem a preocupação com sua sustentabilidade.

O II PNRA (BRASIL, 2003) do governo Lula ampliou o público beneficiário da política de reforma agrária às comunidades tradicionais ribeirinhas. E no período de 2004 a 2010 foram criados 253 assentamentos em ilhas estuarinas do Pará. Somente na Microrregião do Baixo Tocantins e no Marajó foram assentados 34. 320 mil famílias no período de 2003 a 2010.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Projetos de Assentamento Agro-Extrativista é "uma modalidade de assentamento destinado às populações tradicionais, para exploração de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às necessidades agro-extrativistas" (Portaria INCRA nº 268, de 23 de outubro de 1996).

Esta pesquisa, não busca suscitar a reflexão apenas sob o viés da política pública como manifestação de mudança partindo exclusivamente do governo. Não obstante, reflete pressões de grupos de interesses e movimentos sociais possuintes do espaço próprio de atuação, que buscam na captura de políticas públicas responderem suas demandas (FREY, 2000; FARIA, 2003; SOUZA, 2006).

O estudo partiu da percepção do quantitativo e da uniformidade desses assentamentos em tão curto espaço de tempo, assim como, o questionamento de que a presença secular das comunidades ribeirinhas das ilhas era fato. Senão também, perceber até que ponto esta política de reforma agrária poderia melhorar a sua realidade social e o perigo que todo este aparelho institucional se transforme apenas em casas fechadas.

Neste sentido, busca-se compreender as *razões* da Política Pública de Regularização Fundiária e Reforma Agrária nas ilhas dos municípios sob a jurisdição da Superintendência Regional de Belém-SR01.

Temos como objetivo geral compreender a política de regularização fundiária nas ilhas do Pará e suas contribuições nos resultados do programa de reforma agrária adotado pela INCRA-SR01. E os objetivos específicos são: a) apresentar o desenho do programa de regulamentação fundiária e de reforma agrária para os assentamentos nas comunidades ribeirinhas; b) identificar a política de regularização fundiária e reforma agrária adotada nas ilhas do Pará em relação à resposta das demandas sociais das populações ribeirinhas e seus impactos nos índices de reforma agraria do governo Lula.

# O II PNRA e as comunidades ribeirinhas do Pará

Na Coligação Lula Presidente, para as eleições de 2002, no documento denominado *Vida digna no campo: desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar,* da Coligação Lula Presidente (2002, p. 9), havia um compromisso de superar o "imobilismo com base em assentamento celular do governo FHC". Logo após a posse, Lula designou *Plínio de Arruda Sampaio* para coordenar a elaboração de uma Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, cujo objetivo era apresentar ao governo uma política de potencial significativo na desconcentração fundiária do País, para confrontar as forças do latifúndio. Esta proposta apresenta a meta principal de "dotar um milhão de famílias de trabalhadores pobres do campo com uma área de terra suficiente para obter, com seu trabalho, uma renda compatível com uma existência digna"<sup>2</sup>.

Essa proposta autônoma, cujo objetivo era realizar uma Reforma Agrária de fato no Brasil visando à desapropriação como instrumento principal, sugeriu estratégias de geração

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> PROPOSTA DE PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Org. SAMPAIO, Plinio Arruda. Apresentada ao MDA. Brasília. Outubro de 2003.

de renda aos produtores agrícolas inseridos ao programa de reforma agrária. Oferecia também uma proposta real de desconcentração fundiária baseada na desapropriação das terras improdutivas, tendo como referência o valor da terra no mercado local e não financeiro que premiava o latifúndio improdutivo. Em vista disso, esta proposta organizada por Plinio Arruda foi rejeitada pelo governo, que logo em seguida apresentou o II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Todavia, as alianças políticas formadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e setores conservadores ligados a partidos de direita como, por exemplo, o Partido Liberal (PL), manteve a correlação de forças verificada durante o governo FHC. [...] O governo capitulou frente às pressões do setor ruralista e rejeitou o documento, substituindo-o por uma proposta mais tímida, de formulação teórico-conceitual alinhada com princípios liberais. Elaborado por técnicos do próprio governo, foi publicado oficialmente em novembro de 2003 e intitula-se II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural (II PNRA). Diante da derrota imposta pelo governo, restou aos movimentos sociais intensificar a mobilização e pressão para exigir o cumprimento das metas previstas no referido plano (RAMOS FILHO, 2008, p. 226)

O texto do II Plano de Reforma Agrária apesar de afirmar ser fruto das discussões dos movimentos sociais do campo, e que apresentava corresponder a "oportunidade histórica", traça a meta tímida de assentar 400 mil famílias e recuperar os assentamentos existentes. Não especificando como ocorreriam as políticas de desapropriações, as políticas de fomento, crédito e geração de renda aos beneficiários da reforma agrária. Para Carvalho Filho (2004) este plano representa a submissão do governo superávit primário dos organismos internacionais.

O Plano de Reforma Agrária de Lula sofreu duras críticas dos movimentos dos sem terras, pois não respondeu às demandas de famílias a esperar por assentamentos. E criticavam também as indefinições dos processos de desapropriação das terras improdutivas a ser destinada a reforma agrária, assim como, o alinhamento do governo aos interesses políticos e financeiros do agronegócio. Os movimentos sociais acusavam o governo de não implementar uma reforma agrária que de fato transformasse a estrutura fundiária do país e fortalecesse política e economicamente os trabalhadores beneficiados por ela (Pereira & Alentejano, 2014, 103).

Com o Plano de Reforma Agrária do governo Lula, o Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão, por meio da Secretaria do Patrimônio da União organizou políticas de regulamentação fundiária atreladas aos projetos de assentamentos nas terras de ilhas e várzeas ocupadas por comunidades tradicionais ribeirinhas. A SPU e o INCRA, por meio de um Termo de Cooperação Técnica³, organizaram uma força tarefa com o objetivo de regularização fundiária dessas terras, determinando legalmente, através do Termo de

156

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Publicado no Diário Oficial da União, de 22 de novembro de 2005, Seção 3, página 107.

Autorização de Uso<sup>4</sup>, o acesso e a posse de recursos de bens comuns às populações ribeirinhas.

A política de regularização fundiária nas terras da União localizadas nas Ilhas atrelou-se aos PAE (Projetos de Assentamentos Agroextrativistas). A SPU disponibilizava terras ao Ministério de Desenvolvimento Agrária para realizar o maior Plano Nacional de Reforma Agrária do Brasil. Somente no Pará foram regularizadas terras de 23 municípios localizados na Região Metropolitana de Belém, Ilha do Marajó, Nordeste Paraense e Baixo Tocantins, que estão a jurisdição do INCRA-SR01.

Os movimentos sociais em Gurupá, articulados com instituições acadêmicas, ONG (FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, e IEB-Instituto Internacional de Educação do Brasil) recorreram à Gerência Regional do Patrimônio da União (GRU) com a proposta e solicitação de instrumentos legais à regularização fundiária nas terras de ilhas e várzeas. Em 2002, assinou-se o termo de concessão de direito real de uso para a Associação dos Trabalhadores Rurais da Ilha de Santa Bárbara- Gurupá-PA, beneficiando 15 famílias (IEB, 2006).

A partir desta experiência de Gurupá, em 2003, realizou-se um Seminário sobre a Regularização Fundiária na Região das Ilhas, com objetivo de debater a insegurança fundiária da população ribeirinha e criar alternativa de planos de desenvolvimento em seus territórios. No final, foi escrita uma carta com propostas a serem incorporadas à política de desenvolvimento regional. Nesse Seminário realizado em Belém, estiveram presentes a CPT-Guajarina, IEB e GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), lideranças de Breves, Afuá, São Sebastião de Boa Vista, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Bagre, Salvaterra, Gurupá, Portel, Barcarena, Abaetetuba, Belém e Ananindeua.

Na Microrregião do Baixo Tocantins<sup>5</sup> debates sobre a questão fundiária foram intensas após a década de 1990 (SOUSA, 2002), e os discursos ambientalistas expõem uma abertura para a regularização fundiária dos povos da floresta, e posteriormente a discussão se estende às comunidades ribeirinhas da região das ilhas. Desde 2003 com a apresentação do II PNRA (2003), as mobilizações ribeirinhas se intensificaram por meio da CPT, FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará), a FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Colônia dos Pescadores e MORIVA (Movimentos de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba), iniciaram as discussões junto ao ITERPA e INCRA sobre a regularização de suas terras e a implantação de projetos de assentamentos.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O Termo de Autorização de Uso permite o reconhecimento do direito à ocupação e à exploração sustentável das áreas de várzea, a comprovação oficial de residência e também assegura o acesso a linhas de crédito e a programas sociais do governo federal com a regularização (BRASIL, 2008).

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Formada pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Possui 32.365 agricultores familiares e 23.505 famílias assentadas em ilhas pelo PAE (Projeto de Assentamentos Agroextrativistas).

Em 2004 foram inaugurados os primeiros PAE em ilhas no Pará, no município de Abaetetuba nas ilhas de Sapopema e Jarumã. A partir de então os PAE são realidades em quase a totalidade das ilhas dos municípios, sob a jurisdição do INCRA-SR01. A regularização fundiária possibilitou à população tradicional uma posse autorizada dos recursos naturais e o uso coletivo da terra, mas não a sua propriedade por definitivo.

As comunidades ribeirinhas na Amazônia possuem relações de produção diferenciadas, como o acesso e uso coletivo dos recursos naturais, pois a maioria de seus moradores é sustentada pela extração dos recursos advindos de suas florestas e rios. Por isso não há uma limitação de espaço para a sua reprodução social, portanto, as territorialidades são específicas, não devendo ser pensadas por lógicas de assentamentos de reforma agrária. O conceito de "territorialidades específicas" é usado "para nomear as delimitações físicas" de determinadas unidades sociais em territórios etnicamente configurados, resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo (ALMEIDA, 2008).

Apesar dos planos de utilização exigidos pelos Projetos de Assentamentos afirmarem o uso coletivo dos recursos, muitos destes foram realizados de forma processual e padrão como documentos exigidos para a implantação do PAE. As existências de associação são uma exigência do projeto, tendo o associativismo como condição e fundamento na gestão dos recursos destinados ao projeto. E as associações dos moradores das ilhas, organizaram-se com o objetivo da captura da política pública, atreladas aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a FETAGRI, FETRAF e MORIVA.

Em suas territorialidades prevalece o uso coletivo dos rios e das florestas, requerendo assim, que a gestão desses recursos seja construída por meio de ações coletivas e fortalecimento do seu capital social. Somente assim os projetos de assentamento e os planos de utilização poderão ser efetivados de maneira bem sucedida. O capital social são construções sociais pré-existentes e culturalmente na comunidade cívica, ou uma construção processual dos grupos envolvidos por meio da necessidade de ações coletivas (PUTNAM, 1996; OSTROM, 1997; 2002).

A participação em associações voluntárias é uma variável usada como análise do capital social. Estudos reforçam a importância do associativismo para o fortalecimento de reciprocidade e cooperação (ROCHA-TRINDADE, 1986; POTIGUAR JUNIOR; GALVÃO & TAL, 2006). E o mecanismo de diminuição das desigualdades sociais, desenvolvimento da cultura e participação política (AVRITZER, 1997; CORADINI, 2007, GANANÇA, 2006). Mas corre que em muitas comunidades ribeirinhas há presença de associações, sem haver de fato associativismo, visto que muitas das ações condicionantes do PAE tornaram-se apenas uma etapa burocrática para o cumprimento dos prazos e agilidade nos processos.

Os projetos de assentamentos nas comunidades ribeirinhas envolvem interesses

dos grupos políticos estaduais, que procuram arregimentar a sua clientela (MAIA, 2011). Mas também interesses econômicos, pois as verbas liberadas para construção de casas e fomento eram negociadas pelos envolvidos.

Essas informações foram cedidas em entrevistas concedidas às lideranças do STR de Cametá (dezembro de 2010), da CPT- Região Guajarina (Agosto de 2010) e da Colônia de Pescadores Z-14 de Abaetetuba (DEZ-2010), referentes às porcentagens destinadas aos presidentes das associações, STRs, aos donos de Casas de Construção e Barqueiros dos municípios e a supervalorização da mão de obra local. Vale ressaltar que essas falas são reforçadas com as denúncias de casas mal feitas e indícios de desvios de dinheiro público, que serviram de debate na Assembleia Legislativa do Estado<sup>6</sup> e do Senado Federal<sup>7</sup>.

# A SPU e a regularização fundiária em comunidades ribeirinhas

Uma nova visão sobre a SPU é desenhada a partir de 2003 com a Política Nacional de Gestão do Patrimônio Imobiliário da União (PNGPU). Esta política inaugura na SPU uma atuação mais ousada na participação de projetos de inclusão territorial, por meio de regularização fundiária, cujo foco é as terras da União ocupadas por comunidades tradicionais, entre elas as ribeirinhas. Neste sentido entre as ações da SPU no período de 2003 a 2010, destaca-se o Projeto Nossa Várzea responsável pelo reconhecimento da posse tradicional das comunidades ribeirinhas das ilhas e várzeas da Amazônia.

A regularização dos territórios de Ilhas e Várzeas ocupados pela população ribeirinha foi supervalorizada pela SPU entre o período de 2003 e 2010, demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1 - Resultados da regularização fundiária na Amazônia 2003-201089\*

Regularização	Famílias	Famílias
fundiária de	Cadastradas	tituladas*
interesse social		
Urbano**	38. 553	12.798
Ribeirinho/rural	61. 930	31. 729
Total	100.869	44. 527

Fonte: SPU; GIAPU (2010)

<sup>6</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Notícias do Legislativo. MP e Policia Federal receberam denúncias contra o INCRA apresentadas na ALEPA, em 15/06/2009.

Ver. Senado Federal. Portal Atividade Legislativa. Pronunciamentos Detalhamentos. Autor: Flexa Ribeiro (PSDB), de 12.11.2009. Disponível: em: http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/ Detalhes.asp?d=382133.. Acesso em: 25 maio 2010.

<sup>8</sup> Título de Concessão de uso para fins de moradia (CUEM), Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), Termos de Autorização de Uso (TAU) e Doação.

Na Tabela 2, com referência ao tema específico regularização fundiária em várzeas federais, há uma supervalorização do ribeirinho do Pará, que corresponde destes 32.494 de TAUS entregues.

Tabela 2 - Regularização fundiária em várzeas federais: ribeirinhos

Estados da Amazônia	Municípios	Famílias	TAU
Legal		cadastradas	entregues
Pará	47	57.524	32.494
Amazonas	13	2. 803	491
Maranhão	5	942	238
Acre	5	484	78
Amapá	1	294	179
Tocantins	2	52	46
TOTAL	73	62.099	33.526

Fonte: SPU; GIAPU (2010)

A política de regularização das terras de ilhas e várzea na Amazônia iniciou no Pará em 2003, intensificou-se a partir de 2005 com o Projeto Nossa Várzea: Cidadania e Sustentabilidade na Amazônia com regularização das ocupações ribeirinhas no Marajó, em 2009 o projeto foi estendido para Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão e Tocantins. A grande questão encontra-se no fato de que os instrumentos de regularização, realizadas por meio de Termo de Concessão de Uso, não retira a condição de posseiros da terra e de seus recursos. Sendo posto também em questão a possibilidade deste instrumento de efetivar a seguridade fundiária dos ribeirinhos, que possuem uma realidade fundiária tão complexa (Gonçalves & Cornetta, 2014).

Segundo AZEVEDO (2002), a regularização fundiária no sentido adotado pelo direito agrário consiste na definição das situações dominiais e possessórias de imóveis rurais situados em determinado espaço territorial. Os TAUS em pouco altera a condição dominial dos territórios, sendo apenas posse e uso autorizado às comunidades que possuem sua presença secular nos territórios em questão.

A regularização fundiária do Projeto Nossa Várzea instrumentalizada pela TAUS, representou apenas a condição legal da implantação de projetos de Assentamentos nos

<sup>\*</sup> Título de Concessão de uso para fins de moradia (CUEM), Concessão de Direito Real de Uso(CDRU), Termos de Autorização de Uso(TAU) e Doação.

<sup>\*\*</sup> Moradia da população de menor renda familiar que não ultrapasse 3 salários mínimos.

territórios de comunidades tradicionais ribeirinhas, visto que segundo a Lei nº 8.629/1993<sup>10</sup> no Artigo 18, a distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos.

A SPU (2005) reconhece que os TAUS, possibilita às famílias ribeirinhas ter acesso a programas sociais do governo federal e governo estadual, inclusive ao Programa de Reforma Agrária. O próprio sentido da política e de seu desenho institucional tem diferenciado regularização fundiária e assentamentos agroextrativistas, e somente o título de programa de reforma agrária é de responsabilidade do INCRA. Por meio da TAUS foi quantificada e materializada uma política agrária em assentamentos, que supervalorizou as metas de reforma agrária do governo Lula.

Neste sentido a Política Nacional de Gestão do Patrimônio Imobiliário da União (PNGPU) tem intenção prioritária de contribuir com as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária, destinando as Terras da União de Várzea e Ilhas Federais aos projetos assentamentos do INCRA. Marques & Malcher (2009) afirma se referir o assentamento federal a terras particulares que foram desapropriadas e destinadas à reforma agrária, o que transforma a estrutura fundiária, de latifúndio improdutivo em pequena propriedade familiar. Mas, o PAE do INCRA é um assentamento pré-existente, não altera a estrutura fundiária, e só promove o reconhecimento de posse da terra às comunidades ribeirinhas.

Para Oliveira (2006), a Regularização Fundiária é o reconhecimento do direito das famílias de populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores e posseiros, já existentes nas áreas objeto da ação (Resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos etc.) E a Reforma Agrária trata dos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas.

José Juliano de Carvalho (2004, p.339-340) analisando o Plano Nacional de Reforma Agrária do Lula, afirma que a ênfase dada às ações de regularização e crédito fundiário, não se constitui instrumento básico de reforma agrária. A regularização constitui um instrumento para justificar políticas denominadas de reforma agrária, que nada resolveram, mantendo-se a mesma estrutura agrária.

No período de 2003 a 2010, em 80.885 hectares de terras da União foi introduzido mais de 500 Projetos de Assentamento Agroextrativista em ilhas no Pará. Tornou-se uma política distributiva de crédito de material de construção, apoio e fomento para os assentados ribeirinhos, que tiveram casas construídas, cestas básicas e rabetas<sup>11</sup>. São mais de 50 mil famílias de moradores ribeirinhos que vivem por gerações nas ilhas e várzeas, a

Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Pequeno barco movido a motor, usado para transporte e escoar a produção agrícola das ilhas.

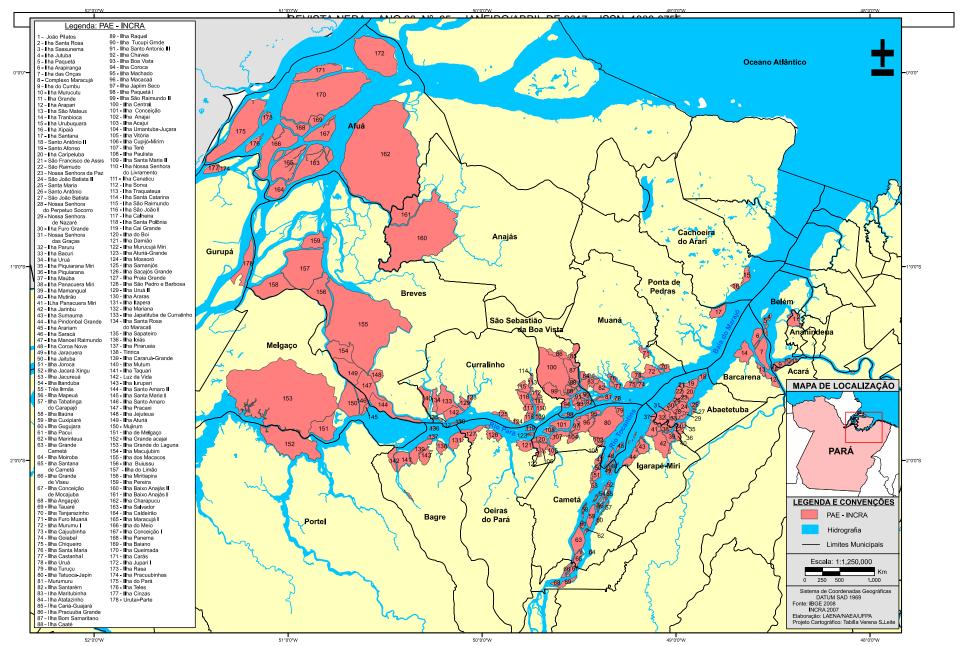
sua condição de assentados impactaram os índices de reforma agrária do governo Lula e ao mesmo tempo tornou cativa uma clientela eleitoral (MAIA, 2011).

# O INCRA-SR01 e o PAE em ilhas

A Superintendência Regional do INCRA no Pará (SR01), assentou 67.864 famílias no meio rural e ribeirinho<sup>12</sup>, em 23 municípios localizados nas regiões do Nordeste Paraense, Baixo Tocantins, Região Metropolitana de Belém e Arquipélago do Marajó. Entre os anos de 2003 e 2008, foram criados 180 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) nas ilhas estuarinas sob sua jurisdição.

No Mapa número 1 abaixo, podemos visualizar os assentamentos, em modalidade PAE, em ilhas na área de jurisdição do INCRA-01.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> De acordo com o documento "Ação da Superintendência Regional do INCRA no Pará 2003-2008",



Mapa 1 - Projetos de Assentamento Agroextrativista em ilhas sob a jurisdição do INCRA-SR01. Fonte: Maia(2011)

Analisando a política de reforma agrária na jurisdição de SR-01/PA e o MAPA1, podemos concluir que a maioria dos assentamentos na área de abrangência desta pesquisa são da modalidade PAE, provenientes dos territórios de comunidades ribeirinhas regularizadas pela SPU, por meio dos TAUS.

A Tabela 3 é uma demonstração do quantitativo de assentamentos realizados no período de 2003-2008, conforme o domínio de terras. O que possibilita perceber que grande parte dos assentamentos, realizou-se em terras públicas, provavelmente nas ilhas estuarinas da União, regularizados pela SPU. Os dados desta tabela sinalizam a importância das comunidades ribeirinhas nos programas de reforma agrária.

Tabela 3 - Assentamentos de família de trabalhadores-INCRA/SR01 - conforme o domínio das terras

Ano	Terras desapropriadas	Terras públicas	Total de famílias
2003	2.430	1.416	3.846
2004	3.146	4.275	7.421
2005	1.293	13.545	14.838
2006	2.544	17.528	20.072
2007	882	5.531	6.413
2008	299	14.975	15.274
TOTAL	10.594	57.270	67.864.

Fonte: Relatório de Gestão da SR01. (2003-/2007) e monitoramento (2008).

O PAE em ilhas tornou-se uma realidade para 178 ilhas espalhadas na área de atuação da SR-01. Percebemos que no período de 2003 a 2007, a política de reforma agrária havia atingido metas nunca antes alcançadas em tão curto tempo. Os dados contribuem como demonstração do impacto que o PAE em ilhas exerceu para o trabalho bem sucedido da SR-01/PA, em termos numéricos de assentamentos e não chegando ainda no mérito de sua qualidade.

A Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária, cuja Fonte é DT/Gab. Monitoria-SIPRA, 02.06.2009, entre os anos de 2003 e 2008 a SR-01/PA realizou 224 assentamentos, superando a SR-27/MB (Superintendência Regional do INCRA-SR-27, Sede Marabá), que no mesmo período realizou apenas 139, e a SR-30/SM (Superintendência Regional do INCRA-SR-30, Sede Santarém) fez 152 assentamentos. Pelos dados citados no período de 2003 a 2008 ocorreram no Pará 515 assentamentos.

No ano de 2007, o gráfico é decrescente devido à mudança de governo do Estado do Pará e às negociações com o ITERPA sobre a definição das ilhas estuarinas em rios federais e estaduais, que impediram o andamento progressivo dos assentamentos. Foi um

período de decrescimento dos programas de reforma agrária em quase todos os Estados<sup>13</sup>, devido as eleições federais e estaduais que provocaram mudanças no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e nos governos estaduais.

Comparando a criação do PAE no Marajó e no Baixo Tocantins, percebe-se que as famílias assentadas pelo PAE nos municípios do Baixo Tocantins chegam ao total de aproximadamente de 21.312 no período entre 2004 e 2009 em 93 PAE, ocupando aproximadamente 206.686 hectares. Enquanto que no Arquipélago do Marajó, em 103 PAE criados entre 2006 e 2009 foram assentadas 13.008 famílias, ocupando 1.271.537 hectares.

# Os resultados dos assentamentos em ilhas e as considerações sobre o II PNRA

O TCU- Tribunal de Contas da União (2009, 2010) aponta algumas irregularidades da reforma agrária, a partir do II PNRA, tais como: excessiva ingerência de organizações sociais e grupos políticos na estratégia de obtenção de imóveis e formação da lista de beneficiários; descontinuidade de ações/investimentos principalmente em infraestrutura para escoamento de produção, assistência técnica em outras áreas; impropriedades na aplicação dos créditos; e os índices de emancipação de Projetos de Assentamento insignificantes, o que tornam questionáveis os resultados da PNRA.

São percebidas nas informações contidas nas ações do INCRA-SR01, em relação às irregularidades de descontinuidades de ações e investimento em infraestrutura, entre 2003 a 2008, quando comparados os investimentos de apoio e fomento em comparação às obras de infraestrutura, demonstram as ações do INCRA-SR01 em assentar famílias precariamente.

Tabela 4 - Famílias beneficiadas pelo crédito fomento

Ano	Crédito	Aquisição mat. de
	apoio/fomento	construção
2003	1. 957	2.311
2004	2.915	3.116
2005	8.130	5.539
2006	11.242	9.267
2007	6.816	7.879
2008	6.492	5.672
TOTAL	37.552	33.784

Fonte: Relatório de Gestão da SR-01 (2003-2007) e monitoramento (2008).

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária. DT/Gab-Monitoria-SIPRA. 02.06.2009.

Tabela 5 - Investimentos em infraestrutura dos assentamentos.

Ano	Estradas vicinais (km)	Rede de energia (km)	Microssistema de abastecimento	Micro- estações de tratamento
			d'agua	d'agua*
2003	148,00	65,90	7	-
2004	296,00	15,00	15	-
2005	208,66	18,00	9	85
2006	305,48	-	11	85
2007	250,80	-	19	427
2008	159,50	-	14	-
TOTAL	1.368,44	98,90	75	597

Fonte: Relatório de Gestão da SR-01 (2003-2007) e monitoramento (2008).

A preocupação com o quantitativo da política, em massificar os PAE em ilhas, coloca em detrimento as obras de infraestrutura e assistência técnica dos projetos que são fundamentais para o efetivação do plano de utilização. Passados dez anos após a implantação dos primeiros PAE no município de Abaetetuba, no primeiro semestre de 2014<sup>14</sup> as lideranças do MORIVA ainda esperavam uma assistência técnica aos seus assentamentos. E nas informações mais atualizadas sobre os Projetos de Reforma Agrária conforme fases de Implantação do INCRA-SR01<sup>15</sup>, os PAE ainda estão na Fase 3 (Assentamento Criado) e Fase 4 (Assentamento em Criação), nenhum encontra-se consolidado, confirmando o mesmo dado que fora apurado em 2010.

Os dados computados pela reforma agrária, percebidos nos dados da DT/Gab-Monitoria-SIPRA (02.06.2009), nos índices de assentamentos na região Norte no período de 2003 a 2006 (primeiro mandato do governo Lula), em relação ao período de 1999 a 2002 (segundo mandato do governo FHC), demonstrada pelo Gráfico 1.

<sup>\*</sup> Micro-estações de tratamento de água para unidades habitacionais em Projetos de Assentamento Agroextrativista na região.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Conforme entrevista em 29 de Abril de 2014.

Ver http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao\_de\_projetos\_de\_reforma\_agraria.pdf

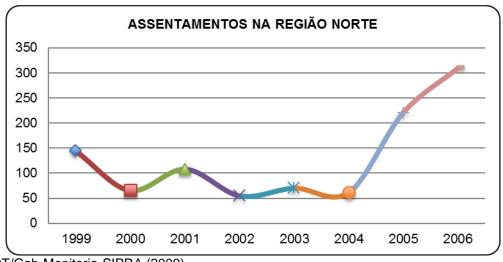


Gráfico 1 - Assentamentos na Região Norte.

Fonte: DT/Gab-Monitoria-SIPRA (2009)

A sua condução é uma clara demonstração de que a sustentabilidade socioambiental dos projetos não é prioritária, mas sim a viabilidade do compromisso político assumido do governo com a Reforma Agrária. O modo como foram conduzidos resultaram em abandono de assentamentos por parte do governo devido aos elevados custos para prosseguir a sua consolidação com obras de infraestrutura e assistência técnica; além das irregularidades no uso dos recursos. Tornou-se mais uma política que se transforma em desperdício de dinheiro público resultante de casas mal construídas e projetos inacabados.

No município de Abaetetuba-PA, os projetos de assentamento agroextrativista foram criados entre 2004 e 2006. Os projetos encontram-se na sua maioria na fase 4 (criação), totalizando 7.155 famílias assentadas nos 20 PAE coordenados pela Associação dos Moradores vinculada a Conselho do Assentamento Agroextrativista, Várzea, Quilombola e Grupos Afins das Ilhas de Várzea de Abaetetuba (CAGROQUIVAIA) e pelo STR-Abaetetuba, intermediários entre associações e INCRA-SR01.

No município de Cametá-PA foram assentadas, em 2006 e 2008, cerca de 5.095 famílias em 24 PAE. A coordenação dos projetos é feita pelas associações de forma dispersa e desmobilizada. O STR assina os acordos com o INCRA, mas não tem conhecimento sobre o andamento do PAE, não sabendo quais regras e etapas já foram implantadas.

Em Igarapé-Miri-PA os assentamentos foram criados em 2006 e 2008, com 4.413 famílias em 10 PAE. Os assentamentos estiveram suspensos<sup>16</sup> devido às denúncias de irregularidade na construção das casas, com materiais de baixa qualidade e superfaturados.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Segundo informações cedidas por Romildo Fonseca (Dez, 2010) Secretário de Política Agrícola do STR.

Essas denúncias foram oficialmente apresentadas na Assembleia Legislativa e encaminhadas ao Ministério Público.

Podemos considerar que a política de regularização fundiária adotada pela SPU entre 2003 e 2010 foi relevante no sentido de promover uma possessão autorizada, para assegurar às comunidades ribeirinhas, instrumentos mais viáveis nas disputas por recursos naturais e território com os demais agentes socais que fazem parte do universo ribeirinho. Mas por outro lado, à medida que foi acompanhada por políticas de assentamentos, com os créditos de moradia e fomento, deixa as associações e as demais organizações políticas vulneráveis ao jogo político das lideranças estaduais responsáveis pela captura da política (MAIA, 2011).

O II PNRA do governo Lula representou um esvaziamento da reforma agrária (CARVALHO FILHO, 2007) virando em uma política compensatória e distributiva de recursos de forma desordenada e não planejada. Influenciando para a construção da concepção de reforma agraria esvaziada.

[...] Um exame da documentação produzida pelo governo e pelo PT até 2006 mostrou como, progressivamente, a própria concepção de reforma agrária foi sendo esvaziada do ponto de vista conceitual e programático até figurar como ação residual e periférica de compensação social, na medida em que: a) deixaram de estabelecer metas anuais de assentamento; b) o conceito de áreas reformadas perdeu importância; c) a desapropriação deixou de ser considerada como o instrumento principal de obtenção de terras; d) o crédito fundiário ganhou destaque como instrumento inovador; e) desapareceu a menção à atualização dos índices de produtividade como medida indispensável para ampliar o estoque de terras para a reforma agrária. (PEREIRA & ALENTEJANO, 2014, p. 104.)

Sobre o resultado do II PNRA, Oliveira (2006) afirma durante o primeiro mandato do governo Lula, da meta 1 estabelecida pelo plano, que somente 163 mil famílias são referentes aos assentamentos novos - o que denomina a *verdadeira reforma agrária*, 113 mil famílias foram referentes a regularização fundiária, 171 mil referente a reordenação fundiária e 2 mil referente a reassentamentos de atingidos por barragens.

A política agrária do governo lula não provocou mudança na estrutura agrária, sendo apontada como retrógada e vinculada aos grupos capitalistas controladores do agronegócio no Brasil (ARRUDA & RESENDE, 2004; OLIVEIRA, 2006,2009).

Assim, como tenho afirmado, a política de reforma agrária do governo de Luís Inácio da Silva está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa "ajudar" o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está, definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo finge que faz a reforma agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar (OLIVEIRA, 2009, p. 7).

O II Plano Nacional de Reforma Agrária se constituiu reforma agrária no sentido de promover mais regularização e reordenação fundiária do que a desapropriação de terras improdutivas destinadas aos novos assentamentos. E também pelo fato de ter disponibilizado terras devolutas aos grandes latifundiários ligados aos agronegócios. A regularização das terras de ilhas e várzeas da Amazônia tornou-se mecanismo de efetivação desta política esvaziada e mascarada de Reforma Agrária.

O fim das expectativas da realização da reforma agrária efetiva com democratização do acesso e propriedade da terra no Brasil, assim como, o rompimento com o latifúndio foi ressaltado por Plinio de Arruda Sampaio Jr. em seu artigo *Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agraria*<sup>17</sup>, quando afirma que no governo de Lula, os trabalhadores do campo e os movimentos sociais não conseguiram acumular forças para enfrentar o latifúndio, e suas mobilizações não constituíram uma unidade de força devido a repressão e cooptação. E mais uma vez não houve qualquer alteração ou ameaça ao domínio absoluto do latifúndio sobre o campo.

## Considerações Finais

A reforma agrária do governo no Pará teve como instrumento principal os assentamentos em ilha implantados principalmente pela INCRA-SR01. Apesar da proposta de sustentabilidade e desenvolvimento pautada no associativismo e capital social na elaboração dos projetos e nos seus planos de utilização, as ações de infraestrutura e assistência técnica não foram priorizados. O Projeto constitui-se apenas de créditos para apoio/fomento e para material de construção, transformando-se apenas em uma política distributiva de casas, rabetas e cestas básicas.

Há uma demanda pela propriedade da terra e seus recursos pelas comunidades tradicionais ribeirinhas, que foram sempre desconsideradas pelas políticas de fundiária no Brasil. E no caso das comunidades ribeirinhas que possuem a sua presença secular nos territórios, as margens de rios e várzeas, com sua organização social específica baseada no uso coletivo dos recursos naturais. A territorialidade específica exige políticas de acesso e uso de recursos diferenciadas, que os assentamentos de reforma agrária não podem garantir a sua reprodução social, econômica e cultural.

A política de regularização fundiária feita pela SPU e os PAE instalados pelo INCRA/SR em ilhas e várzea no Pará promoveu a posse autorizada da terra e nada muda a condição de posseiro ao ribeirinho. A emissão dos TAUS tem mais a finalidade de oferecer a legalidade às ações do INCRA, que influenciou positivamente nos números de assentados

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> SAMPAIO JUNIOR, 2013, p. 230.

pelo II PNRA, contribuindo para mascarar a ação efetiva de reforma agrária por meio de desapropriação.

A política de regularização fundiária se confunde e ao mesmo tempo se funde em política de reforma agrária. Configuradas em PAE, displicentemente se encontra com irregularidades averiguadas e demora da assistência técnica necessária à sua sustentabilidade. A prioridade da política de reforma agrária estudada era os interesses políticos imediatos de elevar o índice de beneficiados de Reforma Agrária e de criação de clientes eleitorais (MAIA, 2011), tendo em vista o elevado número dos projetos de assentamentos em ilhas, somado com seu atual descaso e abandono.

A proposta do II Plano Nacional da Reforma Agrária de promover a seguridade fundiária, a democratização do acesso a terra às populações ribeirinhas, constitui-se ainda inviável, pois, somente o termo de autorização acompanhado pela construção de casas e pelo crédito de fomento, não garante o desenvolvimento local. O que pode ser previsto, até o momento, é que essa política interpretada pelo mau uso do dinheiro público em nada tem contribuído para mudar as condições de vida de seus assentados.

### Referências

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Revista Lua Nova**. n. 39, 1997.

Azevedo, S. Regularização fundiária: a experiência do Ministério da Reforma Agrária. In: Milano, M. S. (Org.). *Unidades de conservação*: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário, 2002. p. 31-39.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal; 2002.

. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Il Plano nacional de reforma agrária.

Brasília, 2003.	9	3
·	Ação da Superintendência Regional do INCRA no	Pará 2003-2008.
Brasília, 2009.		
•	. Projetos de reforma agrária conforme prazo de imp	olantação: período
da criação do	projeto: 01.01.2001 até 30.06.2010. Brasília, jun. 201	0. Disponível em:
<a href="http://pfdc.pgr.">http://pfdc.pgr.</a>	mpf. gov.br/atuação-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/	reforma-agraria/
questao-fundiar	ia/assentamentos 2001 a 2010.pdf>. Acesso em: 27 iul.	2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_. Secretaria do Patrimônio da União. **Balanço de Gestão 2003 a 2010**. Brasília, DF: dez. 2010. Disponível em: <a href="http://patrimoniodetodos.gov.br/">http://patrimoniodetodos.gov.br/</a> pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/BalancodeGestaoSPU31jan11.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Medida provisória Nº 458, de 10 de fevereiro de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, fev. 2009.

Presidência da República. <b>Lei dos bens imóveis da União</b> : decreto-lei 9760/46. 5 de setembro de 1946. Disponível em: <a href="http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/107132/lei-dos-bens-imoveis-da-uniao-decreto-lei-9760-46">http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/107132/lei-dos-bens-imoveis-da-uniao-decreto-lei-9760-46</a> . Acesso em: 3 out 2010.
Secretaria do Patrimônio da União e Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Termo de Cooperação Técnica para implementação de ação e de regularização fundiária ou criação de projetos de assentamentos no ecossistema amazônico. <b>Diário Oficial da União</b> , Brasília, 22 nov. 2005. Seção 3, p. 107.
Secretaria do Patrimônio da União. Manual de Regulamentação Fundiária em Terras da União. Portaria n° 284, de 14 de Outubro de 2005. <b>Diário Oficial da União</b> , Brasília, 17 out. 2005.
Secretaria do Patrimônio da União. Gerência Regional do Patrimônio da União do Estado do Pará. <b>Relatório de Gestão – Ano 2008</b> . Brasília, 2008. Disponível em: <a href="http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo_contas/2008/08_PC_GRPUPA_relatorioGestao.pdf">GRPUPA_relatorioGestao.pdf</a> >. Acesso em: 24 maio 2011.
Relatório de Gestão – Ano 2007. Brasília, 2001. Disponível em: <a href="http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo_contas/2007/07_PC_GRPUPA_RelatorioGestao.pdf.">http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo_contas/2007/07_PC_GRPUPA_RelatorioGestao.pdf.</a> Acesso em: 24 maio 2011.
Secretaria do Patrimônio da União. <b>Balanço de Governo (2003/2010)</b> : ação da SPU na Amazônia Legal — Ano 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <a href="http://patrimoniodetodos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/BalançodeGestão SPU31jan11.pdf">http://patrimoniodetodos.gov.br/pastaarquivo.2009-07-09.3759851862/BalançodeGestão SPU31jan11.pdf</a> . Acesso em: 15 jun. 2011.
Tribunal de Contas da União. <b>Versão Simplificada das Contas do Governo da República - Exercício de 2009</b> . Brasília, 2010. Disponível em: <a href="http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/contas_09/Textos/Ficha%204%20-20Arrecadacao%20de%20Multas.pdf">http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/contas_09/Textos/Ficha%204%20-20Arrecadacao%20de%20Multas.pdf</a> >. Acesso em: 30 jun. 2011.

CARVALHO FILHO J. J. **REFORMA AGRÁRIA: A PROPOSTA É UMA COISA, O PLANO DO GOVERNO É OUTRA**. *ENTREVISTA DE JOSÉ JULIANO DE CARVALHO*. Revista Estudos Avançados. Numero 22, jan/fev18, 2004.

CARVALHO FILHO, J. J. O Governo Lula e o Esvaziamento da Reforma Agrária. **Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 95-102, jul./dez, 2007.

CORADINI, O. L. Engajamento Associativo-Sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista Sociologia Política**. Curitiba. n. 28, p. 181-203, jun. 2007.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, 2003.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, 2000.

GALVÃO, C. A. et al. Análise de algumas experiências de Associações Rurais sob a ótica do Capital Social: Discussão teórica e algumas evidências empíricas na Área Rural. **Núcleo de Estudos Agrários**. n. 23, jan. 2006.

GANANÇA, A.C. **Associativismo no Brasil**: característica e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Ciências Política, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2006.

GONÇALVES. A; CORNETTA. A. Sobreposições Territoriais: Uma análise geográfica sobre áreas de Varzea no Arquipélago de Mosqueiro, Belém – Pa. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória- ES. 10 a 16 de Agosto de 2014.

INCRA. Conceito e metodologia para implantação dos projetos de assentamento agroextativistas. Brasília, set. 2006.

Inst	rução Norm	ativa nº 15	, de	30 de	março d	e 2004.	Disp	õe sobre	o proce	esso de
implantação	e desenvo	lvimento d	e pro	jetos d	de asser	ntamento	de	reforma	agrária.	Diário
Oficial [da]	República	<b>Federativ</b>	a do	Brasi	I: Poder	Executi	vo, E	Brasília,	05 abr.	2004a.
Seção 1, p. 1	148.									

	Norma	de	Execuçã	ão nº	63,	de	14	de	setembro	de	2007.	Estabel	ece	fluxo
operacio	nal para	con	cessão,	aplica	ção e	e pre	esta	ção	de contas	dos	crédito	s do Pro	gram	na de
Crédito I	Instalaçã	io, n	ambito	dos	Proje	etos	de	Ásse	entamento	inte	grantes	do Pro	gram	a de
Reforma	Agrária	. Diá	rio Ofic	cial [c	la] Ŕ	Repú	blic	a F	ederativa	do	Ĕrasil∶	Poder I	Ĕxec	utivo.
Brasília,	•			_	-	•								

\_\_\_\_\_. Portaria nº 268, de 23 de outubro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** Poder Executivo, Brasília, 25 out. 1996.

MAIA, O. M. M. A Política de Regularização Fundiária e Reforma Agrária: o PAE nas ilhas do Pará. Orientadora, Nírvia Ravena de Sousa. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

MARQUES. J. A.; MALCHER, M. A (Org.). Regularização fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra. Belém: ITERPA, 2009. Disponível em: <a href="http://www.iterpa.pa.gov.br/">http://www.iterpa.pa.gov.br/</a>. Acesso em: 22 maio 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A "não reforma agrária" do MDA/INCRA no governo Lula**. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO. Porto Alegre, mar. 2006.

\_\_\_\_\_\_. "A política de reforma agrária no Brasil". In: *Direitos Humanos no Brasil 2009*. Relatório Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009. Acessado em 02.01.2017. Disponível www.landaction.org/IMG/rtf/ariovaldo-umbelino.rtf

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. **American Polítical Science Reviem**. v. 92, 1997.

PEREIRA, J.M.M.; ALENTEJANO, P. Terra, Poder e Lutas Sociais no Campo Brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio(1964-2014). Tempos Históricos. Volume 18. 1º Semestre de 2014. p. 73 - 111

PROPOSTA DE PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Org. SAMPAIO, Plinio Arruda. Apresentada ao MDA. Brasília. Outubro de 2003. In Revista "Reforma Agrária" p. 169. Volume 32. Nº 1. AGO/DEZ-2005.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAMOS FILHO, E.S. Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das Políticas de Reforma Agráramos ria e Reforma Agrária de Mercado (2003 – 2006). Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Orientador Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Universidade Estadual Paulista-UNESP. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente- São Paulo, 2008.

ROCHA-TRINDADE, M.B. **Do Rural ao Urbano**: o associativismo como estratégia de sobrevivência. In: Análise Social. v. XXII, 1986.

SAMPAIO JUNIOR. Plinio Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In **A Questão Agrária no Brasil, debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. Org. STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. Editora Expressão Popular, 1ª Edição. São Paulo, 2013.p.189-240.

Disponível <u>www.mstemdados.org/sites/default/files/a%20questao%20agraria%208.pdf</u>. Acessado em 03 jan. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, jul./dez. 2006.

SOUSA, R. V. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém: NAEA. 2002.

Recebido para publicação em 11 de março de 2016.

Devolvido para a revisão em 20 de dezembro de 2017.

Aceito para a publicação em 11 de janeiro de 2017.

# Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências

### **Claudia Janet Cataño Hoyos**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
e-mail: claudiajanetcatano@yahoo.com.ar

# Adriana D'Agostini

Docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e-mail: d.agostini@ufsc.br

#### Resumo

Este artigo tem como propósito apresentar as convergências e divergências entre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar a partir da análise das declarações e dos relatórios da Cúpula Mundial de Alimentação e do Fórum Mundial para a Soberania Alimentar, no período de 1996-2007, no que diz respeito à origem, aos propósitos, aos princípios políticos, às condições de materialização e às estratégias. Concluiu-se que a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar são propostas que respondem a interesses historicamente antagônicos. A Soberania Alimentar é a proposta dos trabalhadores do campo e da cidade; já a Segurança Alimentar é a proposta dos Organismos Multilaterais. Foram encontradas convergências no propósito geral e nos pressupostos políticos de caráter formal, assim como profundas divergências em relação ao papel do Estado, à propriedade dos meios de produção de alimentos, às características do sistema de produção agrícola, à organização do trabalho e às características do processo de comercialização dos alimentos produzidos.

Palavras-chave: Segurança alimentar; soberania alimentar; produção e distribuição de alimentos.

### Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences

### **Abstract**

The purpose of this article is to present the convergences and divergences between Food Security and Food Sovereignty based on the analysis of the declarations and reports of the World Food Summit and the World Forum for Food Sovereignty in the 1996-2007 period, regarding the origins, the purposes, the political principles and the conditions of materialization. It was concluded that Food Sovereignty and Food Security are proposals that respond to historically antagonistic interests. Food Sovereignty is the proposal of the of the workers from the countryside and the city; Food Security is the proposal of Multilateral Organizations. There were convergences in the general purpose and formal political assumptions, as well as deep divergences regarding the role of the State, ownership of the means of food production, the characteristics of the agricultural production system, the organization of labor and the characteristics of the process of trading the food produced.

**Keywords**: Food security; food sovereignty; food production and distribution.

### Seguridad Alimentaria e Soberanía Alimentaria: convergencias y divergencias

### Resumen

Revista NERA Pre	esidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 174-198	Jan-Abr./2017
------------------	-------------------	----------------	-------------	---------------

El artículo tiene como propósito presentar las convergencias y divergencias entre Seguridad Alimentaria y Soberanía Alimentaria a partir del análisis de las declaraciones y los informes de la Cúpula Mundial de Alimentación y del Foro Mundial para a Soberanía Alimentaria en el período de 1996-2007 en relación a la origen, los propósitos, los principios políticos, las condiciones de materialización y las estrategias. Se concluye que la Seguridad Alimentaria y la Soberanía Alimentaria son propuestas que responden a intereses históricamente antagónicos. La Soberanía Alimentar es la propuesta de producción y distribución de alimentos de los trabajadores del campo y de la ciudad en cuanto que la Seguridad Alimentaria es la propuesta de los organismos multilaterales. Fueron encontradas convergencias en el propósito de proteger del hambre y en presupuestos políticos de carácter formal así como profundas divergencias en relación al papel del Estado, la propiedad de los medios de producción, las características del sistema de producción agrícola, la organización del trabajo y las características del proceso comercialización de los alimentos producidos.

**Palabras claves:** Seguridad alimentaria, soberanía alimentaria, producción y distribución de alimentos.

# Introdução

A fome é um problema social estrutural que afeta principalmente a classe trabalhadora, porém as estratégias para a sua eliminação tem sido de cunho conjuntural e não estrutural, como será possível constar na análise que segue.

A crise de alimentos ocorrida no ano de 2007 teve diferentes interpretações quanto aos fatores que lhe deram origem e, portanto, também foram feitas diferentes propostas para enfrentá-la. Por exemplo, para o relator especial do direito à alimentação das Nações Unidas, Olivier De Shutter (2008), a crise de alimentos foi consequência, principalmente, do consumo excessivo e do desperdício de alimentos, bem como o impasse entre a oferta e a procura, decorrente do déficit de reservas de alimentos, gerando aumento exponencial dos preços dos alimentos básicos no mercado internacional e tendo maiores efeitos negativos nos países sem "redes de segurança social" e nas famílias sem capacidade aquisitiva. O autor ainda acrescenta que "devemos nos acostumar não só com o aumento dos preços acima da média ou que se desacelere sua baixa, mas também com a sua volatilidade" (p. 9, tradução nossa), e afirma também que a crise é uma oportunidade para que os pequenos produtores agrícolas aumentem sua produtividade para que, assim, possam vender seus produtos a um preço melhor.

Para solucionar o problema, De Shutter (2008) sugere ao Conselho de Direitos Humanos da ONU: definir políticas para evitar o desperdício de alimentos; determinar explicitamente quem vai produzir e comprar os alimentos; aumentar o volume na produção de alimentos; criar redes de Segurança Social para diminuir os efeitos da volatilidade dos preços dos alimentos em crises futuras, por meio do estabelecimento de um "Fundo Mundial de Segurança que proteja os países pobres frente a crises repentinas" (p. 23). Sugere ainda fazer uma reforma aprofundada do sistema agroalimentar mundial, concretizado numa "Nova

Aliança Mundial para a Agricultura e a Alimentação", na qual a cooperação internacional, o enfoque dos direitos humanos, o comércio agrícola internacional e o "Sistema Virtual Internacional de Reservas de Cereais para Fins Humanitários<sup>1</sup>", fomentado pelo Grupo dos Oito (G8), sejam componentes estruturantes.

De outro lado, os movimentos sociais e as organizações camponesas que integravam a Vía Campesina, na Carta de Maputo (2008), interpretaram a crise alimentar do ano de 2007 como um processo com um contexto histórico anterior e não apenas como um assunto conjuntural. Contrariamente às compreensões da crise expostas no informe do Relator Especial sobre o direito à alimentação e nas resoluções da ONU, naquela época, os movimentos sociais entenderam a crise alimentar como parte de uma crise geral no coração do sistema capitalista, a qual integra a crise climática, a crise energética e a crise financeira. Identificaram que a crise financeira e a crise de alimentos faziam parte de um mesmo processo, ou seja, estavam vinculadas, tendo em vista o processo de especulação do capital financeiro internacional com relação aos alimentos e a terra.

Na Carta de Maputo, afirma-se também que a origem da crise estava nas estratégias associadas ao monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos, tais como a privatização de sementes, da terra, da água, da biodiversidade e dos recursos da natureza em geral, assim como à concentração internacional de produtores e distribuidores de alimentos, ao monopólio dos insumos para produção agrícola, à imposição de regimes alimentares internacionais, ao fomento da produção e do consumo de biocombustíveis, segundo o documento, para o desenvolvimento de uma nova matriz no setor dos transportes mas cujo cultivo gera fome, pobreza no campo e problemas ambientais.

A Vía Campesina (2008), na V Conferência Internacional, também afirmou que a crise tinha evidenciado a incapacidade das empresas transnacionais para alimentar o planeta e eliminar a fome. Além disso, que as políticas neoliberais de livre comércio e o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) são as instituições responsáveis pela crise, gerando um profundo descontentamento e perda da legitimidade diante da opinião pública.

Compreende-se que tanto a Segurança Alimentar como a Soberania Alimentar são propostas que compartilham o propósito geral de garantir o direito à alimentação. O Estado é o único que tem instrumentos políticos e jurídicos específicos para a exigibilidade de ações imediatas para a proteção contra a fome. No entanto, como propostas políticas que

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Segundo o informe do Relator, "el principal objetivo de esta reserva estratégica mundial virtual sería garantizar a los Estados que se encuentran ante una emergencia, por ejemplo un conflicto o catástrofes causadas por fenómenos meteorológicos, que podrán adquirir alimentos a un precio razonable y, sobre todo, previsible ya que se basará en el compromiso de los Estados que participen en ella de vender a un precio preestablecido." (DE SHUTTER, 2008, p. 22).

representam interesses de classe diferentes, também têm interpretações divergentes do direito a estar protegido contra a fome e da ação do Estado.

# Origem e propósitos da Segurança Alimentar

A finalização do Primer Regímen Alimentar (1870-1914), como consequência da depressão econômica e da Primeira Guerra Mundial, apresentou a necessidade da Segurança Alimentar nos países capitalistas industriais entendida como proteção da agricultura (BERNSTEIN, 2011) mas só no contexto da configuração do Terceiro Regime Alimentar Internacional², a Segurança Alimentar se concretiza, como estratégia com propósitos e ações definidas para a conquista do monopólio internacional de produção de alimentos, na Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (DUEFD), produto da Conferência Mundial da Alimentação de 1974 (CMA, 1974). Nesse momento, no contexto da revolução verde, da crise do petróleo e do colapso do segundo regime alimentar internacional, caracterizado pela diminuição da produção mundial de cereais e pela instabilidade de seus preços, a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a primeira Conferência Mundial da Alimentação, que aprovou a referida Declaração e se cunhou concretamente a Segurança Alimentar como proposta no âmbito internacional.

A problemática em que se concentrou este encontro internacional foi a da fome dos "países em desenvolvimento" no marco da crise alimentar. O documento inicia reconhecendo a grave crise alimentar da época, que afeta especialmente os "países em desenvolvimento" e que compromete a concretização dos princípios e propósitos fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Afirma que muitos destes países ainda não se encontram em condições de satisfazer suas próprias necessidades de alimentos e por isso solicitam ações urgentes de ajuda internacional.

A CMA desse ano não associou a fome com o modo de produção de alimentos no capitalismo. Ela identifica como causa principal da fome as desigualdades sociais geradas pelo colonialismo e pela discriminação racial, e como causa secundária e temporal, mas que agrava o panorama, a crise da economia mundial que, segundo a Declaração, é decorrente da deterioração do sistema monetário internacional, da dívida externa dos países em desenvolvimento e da insuficiência da oferta de alimentos causada pelo aumento

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Segundo Bernstein (2011), o Terceiro Regime Alimentar Internacional é o regime alimentar corporativo de comércio multilateral caracterizado pela neoliberalização da agricultura, concentração global da indústria de insumos agrícolas e de alimentos, pelo desenvolvimento de novas tecnologias no âmbito da engenharia genética, pela regulamentação corporativa da economia global dos alimentos, representada no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e na criação da OMC, e pelo controle corporativo dos meios de produção na agricultura e do processamento e distribuição de produtos agrícolas. O autor sugere que a inflação global de 2008 nos preços dos grãos seja o sinal do começo do fim do terceiro regime alimentar.

demográfico, pelo aumento nos custos de produção, especialmente fertilizantes, e pelo aumento no custo das importações de alimentos.

Esta Declaração de 1974 explicita que tem como propósito ser um "instrumento eficaz para a criação de novas relações econômicas internacionais baseadas em princípios de equidade e justiça" (CMA, 1974, s.p.), assim como definir estratégias para promover o aumento da produção de alimentos nos países em desenvolvimento; porém, as ações propostas nessa conferência evidenciam que, na verdade, a Declaração foi um instrumento internacional que legitimou e promoveu a revolução verde e as respectivas ações para o aumento da produtividade agrícola, criando a plataforma base para o monopólio internacional de produção de alimentos.

Desde a DUEFD, a Segurança Alimentar já aparece como uma estratégia de índole internacional que enlaça as economias locais e centra-se em relações de compra e venda dos alimentos e que, ademais, é independente da soberania dos Estados. A Segurança Alimentar sempre promoveu o controle corporativo internacional da alimentação e a conotação do termo tem estado restrita ao âmbito do consumo, ou seja, vem sendo entendida como possibilidade e capacidade de compra dos alimentos, mas tem havido modificações no que diz respeito ao papel do Estado como garantidor do direito à alimentação e aos critérios orientadores das ações. O documento afirma que o bem-estar de todos os povos do mundo encontra-se condicionado a uma adequada produção e distribuição dos alimentos e ao estabelecimento de um "Sistema Mundial de Segurança Alimentar" que, sem pressões políticas e econômicas garanta, em todo momento, a disponibilidade suficiente de alimentos, a preços razoáveis, mesmo que se apresentem problemas climáticos nos "países em desenvolvimento." O texto original faz a definição de Segurança Alimentar nos seguintes termos:

El bienestar de todos los pueblos del mundo depende en buena parte de la producción y distribución adecuadas de los alimentos tanto como del establecimiento de un **sistema mundial de seguridad alimentaria** que asegure la disponibilidad suficiente de alimentos **a precios razonables** en todo momento, independientemente de las fluctuaciones y caprichos periódicos del clima y sin ninguna presión política ni económica, y facilite así, entre otras cosas, el proceso de desarrollo de los países en vías de alcanzarlo;[...].(CMA,1974, s.p., grifo nosso).

Algum tempo depois, esta perspectiva de Segurança Alimentar como abastecimento nacional constante atrelado à capacidade de compra dos países importadores de alimentos é substituída por uma concepção centrada no acesso e consumo dos alimentos no âmbito do indivíduo, o que, agora, faz a Segurança Alimentar depender da capacidade de compra das pessoas e dá importância às características nutricionais dos alimentos.

Também desde a CMA de 1974 se reconhece que a sociedade já tinha a capacidade tecnológica, organizativa e financeira para eliminar a fome no mundo e se afirma

explicitamente que a erradicação da fome faz parte dos propósitos dos "países desenvolvidos". Segundo a Declaração, para conquistar com celeridade a Segurança Alimentar nos "países em desenvolvimento" é indispensável que os "países desenvolvidos" contribuam com a implementação de sistemas de produção agrícola dependentes de insumos químicos, como fertilizantes e "sementes de alta qualidade", e incentiva a que se transfira tecnologia e se concedam créditos aos países com insegurança Alimentar.

Como princípios ou critérios orientadores das ações de Segurança Alimentar presentes na Declaração, que ainda permanecem, destacam-se: o reconhecimento da capacidade produtiva dos camponeses, das organizações populares e dos trabalhadores Sem Terra; o reconhecimento do papel da mulher na produção agrícola e economia rural; assim como a reivindicação do direito à alimentação e a convicção de que a fome pode ser eliminada. A Declaração também promoveu outros critérios norteadores das ações de Segurança Alimentar, como a cooperação internacional e pacífica entre os Estados e o respeito pela independência e soberania nacionais; além disso, recomenda aplicar o princípio de não ingerência nos assuntos internos dos Estados e não usar os alimentos como instrumentos de pressão no âmbito dos problemas alimentares mundiais e do comércio internacional.

Quanto às premissas políticas e econômicas, tendo presente que a crise alimentar da época foi interpretada como um problema de oferta e demanda e que, em consequência, o alvo a ser atingido foi o aumento da produção de alimentos, a Declaração estabeleceu que a Segurança Alimentar dos países depende de sua capacidade de importação de alimentos e destacou como elementos determinantes para a sua concretização a implementação do sistema de produção agrícola industrial e a abertura das fronteiras comerciais, reduzindo ou suprimindo as barreiras alfandegárias para aceder aos mercados locais.

Partindo da afirmação de que existe uma correlação entre o problema alimentar mundial e o comércio internacional, dentre os argumentos do monopólio internacional de produção de alimentos que a Declaração reforça destaca-se que o livre comércio garante a Segurança Alimentar e por isso é necessário realizar acordos internacionais que permitam "melhorar o acesso aos mercados reduzindo ou suprimindo as barreiras alfandegárias e não alfandegárias contra os produtos que interessam aos "países em desenvolvimento" e aumentar substancialmente os ingressos por conceito de exportações" (DMA, 1974, sp). Segundo a DUEFD (1974), para solucionar o problema alimentar de desabastecimento de alimentos era necessário concretizar uma "nova ordem econômica internacional" que permitisse estabelecer relações justas e equitativas na cooperação econômica internacional e eliminar as brechas entre os "países desenvolvidos" e os "países em desenvolvimento".

A estratégia principal proposta na CMA foi o estabelecimento de um "Sistema Mundial de Seguranca Alimentar" que estaria articulado a um "Sistema Mundial de Alerta e Informação

em matéria de Agricultura e Alimentação" e ao Plano Internacional da FAO de Distribuição de Fertilizantes, assim como ajuda financeira para o pagamento das importações nos países com dificuldades para pagar e ajuda humanitária internacional em casos de emergência. No plano das relações políticas e econômicas entre os "países desenvolvidos" e "países em desenvolvimento", definem-se como ações estratégicas para promover a produção de alimentos, entre outras, a celebração de acordos bilaterais e multilaterais para assistência técnica e financeira; e a transmissão, adaptação e difusão de tecnologia para a produção de alimentos.

No plano das ações no interior dos países, esta Conferência recomenda aos governos: conquistar a Segurança Alimentar e superar a crise; promover nos Estados a reforma agrária, o crédito, a política de inversões e a organização das estruturas rurais, as cooperativas de produtores e consumidores; fomentar o emprego rural; formular políticas de alimentos fundamentadas na análise dos recursos disponíveis e potenciais para a produção de alimentos e integradas aos planos de desenvolvimento socioeconômico e agrícola; eliminar barreiras na produção de alimentos; conceder incentivos aos produtores agrícolas, destacando, inclusive, a importância da participação e contribuição dos pequenos agricultores, pescadores e trabalhadores Sem Terra na conquista dos objetivos de produção de alimentos e emprego.

A DUEFD de 1974 evidencia que a forma como se apresentou a crise alimentar dos anos setenta foi uma das justificativas para impulsionar e fortalecer a indústria agroalimentar internacional, expandir a revolução verde com financiamento da ONU e entrelaçar as economias por meio de uma "nova ordem econômica internacional" em que os "países em desenvolvimento" pudessem participar.

Em 1996, vinte e dois anos depois que esta proposta foi oficialmente colocada em execução, com o aparente propósito de responder às situações de emergência alimentar, foi necessário promover, num novo cenário, a Cúpula Mundial Sobre Alimentação, a fim de reinventar mecanismos que permitissem afrontar as consequências da estratégia anterior: aumento da pobreza rural e da fome, migração do campo para a cidade e migração internacional que, segundo a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, já tinha alcançado uma dimensão tal que "ameaçava a estabilidade política, econômica e social de muitos países e regiões e inclusive a paz mundial". (CMA, 1996, s.p., tradução nossa).

No que diz respeito aos propósitos da Segurança Alimentar, na origem da proposta, foi o de "erradicar a fome e a desnutrição" por meio da "criação de novas relações econômicas internacionais baseadas nos princípios de equidade e justiça" (CMA, 1974, s.p.). Logo na Primeira Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, a diretriz oficial continuou sendo "erradicar a fome em todos os países", só que desta vez foi construído um plano de ação com o objetivo específico de "reduzir à metade o número de pessoas com desnutrição no ano de 2015" (s.p.)

e que concentrou seus esforços no aumento da produção de alimentos básicos, na criação de um "sistema de comércio mundial" e no desenvolvimento de programas de cooperação internacional.

Conforme a primeira Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996,

Existe Segurança Alimentar quando todas as pessoas têm em todo momento acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências quanto aos alimentos a fim de levar uma vida ativa e sadia. (s.p., tradução nossa).

Cinco anos mais tarde, na segunda Cúpula Mundial de Alimentação, no ano de 2002, como o alvo da cúpula anterior não foi atingido, pelo contrário, as cifras de pessoas com fome haviam aumentado exponencialmente, o mesmo propósito específico foi reeditado e anunciou-se que se intensificaria o plano de ação anterior. Isto quer dizer que, segundo a Cúpula, o problema estava na falta de difusão e força na aplicação do plano e não na implementação de uma estratégia errada. Destaca-se também que nos documentos produzidos nesse encontro a saúde, a educação, o saneamento básico e o acesso à água potável foram integrados como dimensões constituintes da Segurança Alimentar, mas também na lógica de garantir a oferta de serviços a serem comprados e o acesso, também pago, à água potável.

Assim, a Segurança Alimentar não é nada diferente de uma interpretação distorcida do direito à alimentação e da forma como ele deveria ser garantido, com a intenção de abrir o caminho e justificar o monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos, interpretação que tem sido criticada e pressionada pelos problemas que suas estratégias têm causado e pela reação dos movimentos e das organizações de trabalhadores rurais no mundo.

#### Origem e propósitos da Soberania Alimentar

Os fundamentos iniciais da proposta de Soberania Alimentar foram divulgados cinco dias depois do Massacre de Eldorado de Carajás, no Brasil, por meio da declaração de Tlaxcala, produto da II Conferência Internacional da Vía Campesina (II CIVC), no México, em abril de 1996. Nesse momento histórico, o contexto caracterizava-se pela implementação das políticas de ajuste estrutural do BM e do FMI, e pelo incremento escandaloso da dívida externa, as corporações transnacionais concentravam terras, bosques, e fontes de água. Estes fatos, por sua vez, provocaram aumento da pobreza rural, maior destruição da natureza, expulsão de povos indígenas de seus territórios, migração forçada e massiva de famílias de agricultores para as cidades, além da repressão a que foram submetidos os movimentos camponeses de diferentes lugares da América Latina.

Nessa conferência, as organizações camponesas, indígenas e de pequenos agricultores se propunham a desafiar, de forma coletiva, as condições econômicas e as políticas neoliberais das quais estavam sendo reféns e, em contrapartida, pretendiam criar uma nova economia rural, fundamentada no respeito dos que habitam e trabalham na terra, fundamentada na reforma agrária, na Soberania Alimentar, no comércio justo e no controle da terra por parte dos camponeses. (II CIVC, 1996).

A declaração da Via Campesina identificou, categoricamente, como principais obstáculos da materialização do direito à alimentação, o sistema econômico capitalista em sua modalidade de capitalismo financeiro, os tratados de livre comércio que o circundam, as instituições multilaterais e as medidas de ajuste estrutural. A declaração denunciou que estas políticas, além de serem responsáveis pela "globalização da fome e da pobreza", eram também responsáveis pelo desaparecimento das comunidades camponesas e de sua capacidade de produção de alimentos. Para reverter esta situação, propôs, então, a Soberania Alimentar, entendida como a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola. Nas palavras da Via Campesina (1996):

Soberanía alimentaria es el derecho de cada nación para mantener y desarrollar su propia capacidad para producir los alimentos básicos de los pueblos, respetando la diversidad productiva y cultural. Tenemos el derecho a producir nuestros propios alimentos en nuestro propio territorio de manera autónoma. La soberanía alimentaria es una precondición para la seguridad alimentaria genuina. (s.p.).

No que diz respeito ao contexto político e econômico, na primeira declaração responsabilizam-se as políticas econômicas da OMC, o FMI e o BM de socavarem a autonomia dos países para produzir seus próprios alimentos. Assinala-se ainda que a liberalização do comércio e as políticas de ajuste estrutural, além de globalizar a fome e a pobreza no mundo, têm conseguido destruir a capacidade de produção local de alimentos, impedindo que os pequenos produtores tenham acesso e controle da terra, da água, das sementes e dos recursos naturais e favorecendo as empresas transnacionais (Vía Campesina, 1996).

Alguns meses após a II CIVC, a proposta de Soberania Alimentar foi acolhida e fortalecida no encontro de 1200 movimentos sociais e organizações camponesas de 80 países, no Fórum paralelo à primeira Cúpula Mundial de Alimentos realizada em Roma, Itália, no ano de 1996. No cenário deste Fórum, foram produzidas duas declarações que ainda hoje são consideradas como ponto de partida e fundamentos da concepção da Soberania

Alimentar. A primeira declaração foi o documento escrito pela Vía Campesina: Soberania Alimentar um Futuro sem Fome, no qual foi aprimorada a concepção exposta na declaração de Tlaxcala, e a segunda foi a declaração final do fórum: Ganhos para uns quantos ou alimentos para todos. Soberania e Segurança Alimentar para eliminar a globalização da fome, a qual representa o posicionamento de todas as organizações e de todos os movimentos que participaram. Ambas apresentaram sua compreensão a respeito do problema da fome e rejeitaram soluções que foram construídas na Cúpula Mundial de Alimentação.

Os debates no interior do Fórum de 1996 constituíram o primeiro passo na estruturação de uma proposta contra o monopólio internacional da produção de alimentos. Houve um esforço para explicar o contexto político e econômico do momento e definir a Soberania Alimentar e suas implicações. De modo contrário à Segurança Alimentar, que teve como problema de partida a fome nos "países em desenvolvimento" e o obstáculo que esta representava para a globalização da economia, a Soberania Alimentar teve como problema de partida o monopólio internacional da produção de alimentos.

A declaração do Fórum para a Soberania Alimentar (1996) parte da reivindicação do direito à alimentação e afirma que é o sistema econômico capitalista, com suas atuais características, o responsável pelos problemas da fome, da insegurança alimentar e da pobreza no mundo. Igualmente destaca o papel determinante das políticas do BM e do FMI no aumento da insegurança alimentar e o enfraquecimento da pequena agricultura familiar e da autonomia dos governos nacionais para a produção e distribuição interna de alimentos, fortalecendo a dependência alimentar internacional.

Em consequência, com esta interpretação do contexto, a declaração opõe-se explicitamente à globalização da economia, às políticas do livre comércio, aos embargos, às sanções econômicas e à ajuda humanitária; por sua vez, rejeita os sistemas agroindustriais de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos na produção dos alimentos, as relações de exploração, a privatização dos recursos naturais e seu material genético e, em contraste, reivindica o fomento da agricultura familiar e de sistemas alimentares locais e regionais; exige a concretização de reformas agrárias e o acesso popular a recursos hídricos, sementes, informação e tecnologia; propõe a implementação de sistemas agroecológicos de produção de alimentos; destaca a importância de mulheres, povos indígenas e jovens na produção de alimentos e a necessidade de espaços de participação das comunidades na formulação das políticas econômicas no âmbito nacional, regional e internacional.

Pronunciando-se a respeito da Soberania Alimentar e suas implicações, a declaração final do Fórum paralelo de 1996 a define como "uma proposta de um novo modelo de ação para conquistar a Segurança Alimentar sem que isso implique concentração da riqueza e poder e sem tratar os alimentos como mercadorias e sem ameaçar o equilíbrio dos ecossistemas" (s.p., tradução nossa). Os elementos fundamentais desse "novo modelo" são:

fortalecimento dos pequenos produtores e dos sistemas alimentares locais e regionais; promoção de reformas agrárias em favor dos Sem Terra; rejeição à propriedade intelectual dos recursos genéticos da natureza; troca do modo de produção agroindustrial por um modo de produção agroecológico; fortalecimento do Estado e dos governos para que possam garantir o direito à alimentação e os direitos políticos e econômicos em geral; suspensão dos programas de ajuste estrutural do FMI e do BM; ampliação da participação e do controle exercido pelas organizações populares e ONGs; e independência nacional para definir as políticas alimentares.

A declaração é contundente ao defender que os alimentos não podem obedecer às dinâmicas da oferta e da procura caso se tenha como verdadeiro desejo a garantia do direito à alimentação de toda a humanidade e, portanto, exige que os alimentos fiquem fora das dinâmicas do mercado e tenham prevalência sobre os interesses e as políticas da OMC e outros convênios macroeconômicos.

Em relação aos propósitos da Soberania Alimentar, conforme a Vía Campesina (1996), o objetivo geral foi construir uma alternativa de produção e comercialização de alimentos em que os povos indígenas e os trabalhadores do campo recuperassem o controle da terra e das sementes e tivessem relações produtivas de não exploração. Logo, no Fórum paralelo à Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, a intenção era "abolir as verdadeiras causas da fome", bloqueando as ações que promoviam a Segurança Alimentar através do comércio e reivindicando a soberania nacional na definição de políticas para proteger o direito à alimentação, pois, no seu modo de ver, "as forças do mercado não resolverão por si mesmas o problema da insegurança alimentar, nem no âmbito nacional nem internacional" (Fórum de ONG/OSC, 1996, s.p., tradução nossa). Desde então, o caráter de oposição às políticas do BM, do FMI, da OMC e às estratégias desenvolvidas em torno da proposta de segurança no seio da Cúpula Mundial de Alimentação, assim como o propósito de "definir ações estratégicas para eliminar realmente a fome" se mantiveram no centro da proposta de Soberania Alimentar.

Depois a declaração do Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar (2001) coloca ênfase no modo de produção de alimentos, estabelecendo que a Soberania Alimentar se conquista com sistema de produção agrícola de pequena e mediana escala e exige conservação da diversidade de estratégias não somente de produção, mas também de comercialização e gestão do espaço utilizado pelos campesinos e indígenas, e esclarece que, mesmo se opondo às políticas e aos tratados de livre comércio promovidos pelo FMI, BM e pela OMC, a Soberania Alimentar não implica o desaparecimento do comércio internacional de alimentos.

Do mesmo modo que declaração escrita em Roma, em 1996, a declaração do Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar, de 2001, também responsabiliza de forma específica as políticas do BM e do FMI pelo aumento da insegurança alimentar, só que inclui a OMC e as

corporações transnacionais; este pronunciamento também identifica como principal obstáculo da materialização do direito à alimentação e à Segurança Alimentar no mundo o sistema econômico capitalista em sua modalidade de capitalismo financeiro e os tratados de livre comércio, com a diferença de que, desta vez, incorpora ao contexto da produção de alimentos do capitalismo o fortalecimento da hegemonia econômica, as políticas neoliberais do campo, o enfraquecimento sistemático dos Estados e a promoção de falsas democracias.

Mais tarde, durante no Fórum Mundial de Soberania Alimentar (FMSA, 2007), realizado em Mali, foi escrita a *Declaración de Nyéléni*, com o propósito de fortalecer o movimento global pela Soberania Alimentar. Segundo afirma o mesmo documento, o encontro permitiu aprofundar o conceito de Soberania Alimentar e avançar na compreensão coletiva das estratégias de trabalho a partir do intercâmbio das experiências dos mais de 500 movimentos e organizações que estavam presentes.

No que diz respeito à interpretação do direito a estar protegido argumenta-se que a Soberania Alimentar propende para a recuperação do pleno controle local da produção de alimentos em mãos dos trabalhadores do campo, o desenvolvimento das capacidades produtivas, a proteção e regulação da produção agropecuária nacional e do comércio, assim como para a autonomia local e regional na definição dos processos de produção, distribuição e consumo que permitam a cada país a construção e implementação de seu próprio sistema alimentar e produtivo.

Também esclarece que a proposta de Soberania Alimentar faz parte de um projeto político maior que entrelaça ações e estratégias conjuntas de produção e consumo em todos os níveis (FMSA,2007b, p. 3). Em palavras textuais, a Soberania Alimentar

Oferece uma estratégia para resistir e desmantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentar atual e para encaminhar os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para que passem a ser administrados pelos produtores e produtoras locais. (FMSA, 2007a, s.p., tradução nossa).

De acordo com a agenda de ação para a Soberania Alimentar elaborada em Nyéléni, a proposta de Soberania Alimentar tem como propósito geral conquistar a autonomia das nações para desenhar e dinamizar seus próprios sistemas alimentares e suas políticas de produção e distribuição de alimentos, assim como para conseguir que a Soberania Alimentar adquira o status de direito humano fundamental que leve ao desmonte do sistema de produção agrícola industrial. Também foram reivindicados propósitos intermediários, tais como: reforma agrária integral; garantia de direitos laborais para os trabalhadores no campo; preços justos para os produtores de alimentos; desenvolvimento de infra-estrutura em saúde e educação na zona rural; disponibilização de recursos para as populações pobres das zonas urbanas a fim de que possam produzir sua própria comida; proteção das formas de

organização social e cultural dos povos originários; conservação ambiental e reabilitação dos ambientes rurais; assim como uso racional de solo, água, sementes, gado e biodiversidade.

A compreensão que oferece o FMSA do ano de 2007 incluiu, com mais detalhes, a dimensão do acesso aos meios de produção e também as características da produção, comercialização e consumo dos alimentos. No âmbito do acesso aos meios para produzir alimentos, estabelece como assunto fundamental que os trabalhadores do campo tenham, além do acesso, o controle da gestão dos territórios agrícolas, da terra, da água, das sementes, do gado e da biodiversidade. No âmbito das características da produção dos alimentos, determina que esta deva ser realizada exclusivamente através de sistemas de produção agrícola ecológica e sem relações de exploração. No âmbito da distribuição, afirma que a soberania alimentar não nega o comércio internacional, mas dá prioridade aos mercados locais e nacionais. No âmbito do consumo, determina que se deve garantir o direito dos consumidores de conhecer a origem e a forma como são produzidos os alimentos e de decidir de quem querem comprar e qual tipo de produtos querem adquirir, assim como de ter acesso a "alimentos nutritivos e culturalmente adequados".

Na Agenda de Ação para a Soberania Alimentar, elaborada no Fórum Mundial do ano de 2007, diz-se textualmente:

La Soberanía Alimentaria representa una agenda contrapuesta a las políticas neoliberales del comercio globalizado y la "seguridad alimentaria" actualmente definidas por el régimen alimentario establecido por las corporaciones y sus modelos de producción agro-industrial. Ofrece tanto una estrategia para resistir y desmantelar dicho régimen, como también ofrece direcciones para mejorar los sistemas alimentarios, agrícolas, pastorales/pastoralistas, y pesqueros. (FMSA, 2007b, p. 2).

Dessa forma, conforme com as declarações dos Fóruns Internacionais para a Soberania Alimentar, no período de 1996-2007, a Soberania Alimentar, mais do que uma categoria conceitual, configura-se como uma estratégia política de resistência aos mecanismos de produção de alimentos no contexto da concentração internacional da produção e distribuição de alimentos, que visa à propriedade coletiva dos meios de produção na agricultura. Trata-se de uma proposta, ainda inacabada, dos movimentos sociais e das organizações camponesas, que identifica as causas estruturais da fome no passado e no momento atual e propõe ações no presente, com um alvo a ser concretizado plenamente no futuro, e cuja interpretação do direito a estar protegido da fome integra a produção, a comercialização e o consumo dos alimentos de acordo com a autonomia e soberania dos povos.

As propostas de Segurança Alimentar e de Soberania Alimentar compartilham princípios políticos que orientam suas respectivas ações. As duas propostas partem do pressuposto de que a fome mundial pode ser eliminada e destacam como critérios orientadores de suas ações: o reconhecimento do papel relevante da mulher na produção, distribuição e no consumo dos alimentos; o reconhecimento da capacidade produtiva dos camponeses, das organizações populares e dos trabalhadores Sem Terra; e a proteção do meio ambiente. Também ressaltam como elemento determinante na implementação de suas estratégias e na consequente concretização de seus propósitos a necessidade de um ambiente pacífico e estável, onde os alimentos não sejam utilizados como arma de pressão política.

Tanto a proposta de Segurança Alimentar como a proposta de Soberania Alimentar destacaram como problemática de partida a feminização da fome e da pobreza e a discriminação da mulher, e reivindicaram a necessidade de adotar a perspectiva de gênero nas políticas e estratégias. Ambas consideram que a eliminação da discriminação da mulher em todos os âmbitos é uma condição prévia, tanto para a conquista de Segurança Alimentar e nutricional das famílias quanto para a Soberania Alimentar dos territórios e a construção de uma nova sociedade.

Vale destacar que na proposta do capital para a produção e comercialização de alimentos consta o reconhecimento do papel da mulher na produção, distribuição e consumo dos alimentos, a necessidade de garantir o acesso igualitário de homens e mulheres à educação e à capacitação em temas referentes à produção e comercialização de alimentos, bem como o acesso das mulheres a recursos produtivos, como crédito, tecnologia, terra e água. Tanto é assim que faz parte dos objetivos intermediários do Plano de Ação elaborado na Cúpula Mundial de Alimentos de 1996 para garantir o entorno político, social e econômico propício à conquista da Segurança Alimentar. Do mesmo modo, o reconhecimento do papel da mulher na agricultura, na pesca, na distribuição e no consumo dos alimentos, e ainda o acesso e controle dos recursos produtivos e a adoção da perspectiva de equidade de gênero são os princípios mais defendidos na proposta dos movimentos sociais para a concretização da Soberania Alimentar.

Também há convergência entre as duas propostas no que diz respeito ao reconhecimento da capacidade produtiva dos pequenos agricultores, pescadores artesanais, de comunidades indígenas e de trabalhadores Sem Terra, e da importância de sua contribuição na solução do problema da fome. Contrariando o argumento do monopólio internacional da produção de alimentos, o qual defende que a agricultura camponesa é ineficiente e não satisfaz à demanda local e mundial de alimentos, a proposta de Segurança Alimentar apresentada na declaração de 1974 incentiva os Estados a eliminar os obstáculos

que atrapalham a produção de alimentos, realizar reforma agrária, conceder créditos e promover a criação de cooperativas de produtores e consumidores, afirmando que sua participação é determinante no propósito de aumentar a produção de alimentos e a oferta de empregos para satisfazer as necessidades alimentares do mundo.

Em relação à proteção do meio ambiente, este é um princípio político que, com o nome de "sustentabilidade ambiental", se encontra presente desde as origens da proposta de Segurança e Soberania Alimentar, com a diferença de que nesta última este princípio tem relação direta com o sistema de produção agrícola promovido, e na primeira não se estabelece este tipo de relação. De acordo com a Vía Campesina (1996), para manter uma sustentabilidade ambiental precisa-se de "sistemas diversificados, naturais e equilibrados" que substituam modos de produção concentrados nos monocultivos de exportação e dependentes de insumos químicos. Já para a proposta de Segurança Alimentar os problemas ambientais são consequências da fragilidade da infraestrutura e das instituições rurais, do desperdiço de insumos e produtos, da implantação de tecnologias de produção inapropriadas e do uso ineficiente da água e de outros recursos naturais que não se encontram vinculados ao sistema de produção agrícola industrial difundido por eles.

Por sua vez, ter um contexto político pacífico e estável, em que os alimentos não sejam utilizados como arma de pressão política, é condição prévia para a conquista dos propósitos de ambas as propostas. Para a Segurança Alimentar, é um imperativo fundamental que significa garantir um entorno político, social e econômico propício para os investimentos da iniciativa privada na produção de alimentos. Desde 1996, a proposta de Segurança Alimentar defende que os alimentos não devem ser usados como instrumento de pressão política e econômica, e reafirma "a importância da cooperação e solidariedade internacional, assim como a necessidade de evitar implantar medidas unilaterais que não sejam coerentes com o direito internacional, com a carta das Nações Unidas e que não ponha em risco a Segurança Alimentar". (CMA, 1996, s.p., tradução nossa). Este princípio foi reiterado posteriormente em todos os documentos relacionados ao direito à alimentação.

Em síntese, as convergências nos critérios orientadores das ações na proposta de Segurança Alimentar e de Soberania Alimentar referem-se a assuntos formais do contexto e não a assuntos estruturais, uma vez que as convergências não estão relacionadas com o controle dos meios de produção, as características dos processos produtivos ou com as diretrizes para a comercialização dos alimentos e produtos agrícolas.

# Condições Prévias para a Materialização da Segurança Alimentar e da Soberania Alimentar

As propostas de Segurança e Soberania Alimentar exigem, de forma diferenciada, condições políticas e econômicas prévias para a sua conquista. Estas condições prévias encontram-se associadas a critérios orientadores das ações promovidas por cada uma das propostas para garantir, desde sua interpretação, também diferenciada, o direito a estar protegido contra a fome. Na análise do conteúdo das declarações dos encontros internacionais de ambas as propostas foram encontradas divergências em relação ao papel outorgado ao Estado, à propriedade dos meios de produção de alimentos, ao tipo de sistema de produção agrícola, à forma de organização do trabalho e às características da comercialização dos alimentos produzidos.

Em relação ao papel do Estado, a proposta de Segurança Alimentar defende um Estado que se encarregue de prover aqueles serviços que o mercado não tem interesse de fornecer, que formule políticas focais para grupos populacionais específicos, assim como programas sociais somente em caso de emergências ou situações transitórias; um Estado que garanta a liberdade total do mercado, em que a concorrência seja o meio de organização e regulação. Dizendo de outra forma, as políticas e ações que a Segurança Alimentar promove são coerentes com a concepção de Estado Mínimo de Friedrich Hayek. Em contraste, os critérios orientadores e as premissas da Soberania Alimentar defendem um Estado intervencionista na economia, que controle o equilíbrio entre a oferta e a procura, que implemente políticas e programas sociais para a garantia de direitos civis, políticos e sociais e vise criar as condições para o pleno emprego da população e o bem estar dos trabalhadores.

No discurso da proposta de Soberania Alimentar, o Estado deve ser o garantidor do direito à alimentação e dos diretos dos trabalhadores e das famílias do campo, o protetor da produção interna de alimentos e o regulador da economia, já que, desde este enfoque, a conquista do direito à alimentação depende da capacidade de produção da agricultura familiar campesina e indígena no interior dos Estados. Nesta posposta, é fundamental que o Estado estabeleça políticas de restituição e reivindicação dos direitos sociais da população que habita a zona rural, faça investimento público para o fortalecimento da produção de pequena escala e controle a oferta dos alimentos para que os preços estejam vinculados aos custos de produção, evite o *dumping* e priorize os mercados locais e nacionais.

Em contraste, no discurso da Segurança Alimentar, o mercado e a cooperação internacional são os responsáveis pela garantia do direito à alimentação, uma vez que a conquista da garantia deste direito depende da capacidade de compra dos países importadores de alimentos. Os defensores desta proposta falam da impossibilidade de controlar os preços dos alimentos, recomendam aos Estados não adotar medidas protecionistas que obstaculizem o livre comércio e defendem a importância do investimento público e privado na agroindústria para garantir o direito à alimentação no âmbito internacional; também apontam a importância de levar serviços de educação, saúde e

saneamento básico às zonas rurais e não se pronunciam sobre os direitos políticos e econômicos dos trabalhadores e das famílias do campo.

A Soberania Alimentar está fundamentada na premissa do respeito pela soberania das diferentes nações na formulação de suas políticas econômicas e sociais de produção, distribuição e consumo de alimentos, em que é indispensável a participação dos trabalhadores rurais. Reivindica autonomia para resolver o problema da fome e da pobreza sem a ingerência das políticas e dos programas do BM, do FMI e da OMC, portanto, rejeita os programas de ajuda humanitária e denuncia seus efeitos nocivos na agricultura e na economia interna. Por sua vez, a Segurança Alimentar constrói políticas, metas e estratégias internacionais para diminuir o número de famintos, articuladas às diretrizes do BM, do FMI e da OMC, preconizando que as políticas nacionais de produção e distribuição de alimentos devem guardar coerência com as diretrizes dos organismos multilaterais e contar com a participação do setor privado em sua formulação e na sua implementação, logo, os programas de ajuda humanitária constituem uma de suas principais estratégias.

No âmbito da propriedade dos meios de produção de alimentos, a Segurança Alimentar difunde o acesso à terra, à água, às sementes, ao crédito e à tecnologia, mediado por relações comerciais de compra e venda, especialmente por meio de empréstimos com os Bancos; afirma que é necessário privatizar os recursos naturais para melhorar a eficiência em seu uso e aumentar a produtividade na produção dos alimentos e produtos agrícolas; como estratégia de acesso, propõe aos Estados realizar reformas agrárias de mercado, bancos e titulações de terras e patrocinar a empresa privada para o desenvolvimento da agroindústria e a prestação de serviço de água potável e coleta de lixo no campo; e além disso, assevera que a manipulação genética de sementes e animais é a possibilidade de alimentar o mundo e melhorar a qualidade dos alimentos e que se deve fomentar a pesquisa no setor agroindustrial, garantindo os direitos de propriedade intelectual.

Já a Soberania Alimentar reivindica a propriedade coletiva da terra, das sementes, fontes de água e dos conhecimentos associados à produção dos alimentos; fomenta o acesso ao crédito e à tecnologia por meio de políticas sociais; defende a autonomia nacional da gestão de terras e recursos naturais (água, biodiversidade, fonte de energia, minérios); e propõe o controle comunitário desses recursos. Exige, como condição prévia para a materialização do direito a estar protegido contra a fome, a realização de reformas agrárias que se caracterizem por "devolver os territórios aos povos indígenas, e outorgar aos camponeses Sem Terra e aos pequenos agricultores a propriedade e controle das terras que trabalham" (II CIVC, 1996, s.p., tradução nossa); e também exige a custódia e conservação das sementes crioulas como patrimônio coletivo, opondo-se ao uso das sementes geneticamente modificadas e ao processo de patentes, e promovendo a pesquisa das práticas artesanais campesinas, pesqueiras e indígenas de produção agropecuária.

No que diz respeito à tecnologia para a produção de alimentos, a Segurança Alimentar afirma que, para assegurar o aprovisionamento de alimentos suficientes e seguros para a saúde humana, combater as pragas, a seca e a desertificação nos países pobres, é imprescindível modernizar os métodos de produção local, facilitando a assistência técnica e a transferência de tecnologia por meio de programas da cooperação internacional, especialmente nas zonas rurais e desfavorecidas.

Para conquistar os propósitos da Soberania Alimentar, também é determinante o crédito e a transferência de tecnologia, mas as características das tecnologias se contrapõem às das tecnologias promovidas pela proposta de Segurança Alimentar. No Foro Mundial de Soberania Alimentar, (2007d), o tipo de tecnologias foi caracterizado como "ecologicamente sustentáveis", associadas de forma exclusiva a sistemas de produção agroecológicos e indígenas.

Na forma de organização do trabalho, a Soberania Alimentar incentiva a organização local do trabalho e da produção, o planejamento coletivo do território e de seu sistema agroalimentar, a cultura do trabalho coletivo e a criação de cooperativas de pequenos agricultores e pescadores, com produção comunitária e compartilhada. Recomenda ainda o controle coletivo dos recursos produtivos e as relações produtivas de ajuda e respeito mútuo, livres de opressão e desigualdades, segundo o Foro Mundial para Soberania Alimentar (2007b), com o propósito de reativar e fortalecer as economias locais, assegurar que as comunidades rurais tenham os recursos necessários para serem auto-suficientes e que os jovens rurais tenham trabalho digno e bem remunerado no campo, além de participação nas instâncias de tomada de decisões.

De outro lado, a Segurança Alimentar cria as condições para a concentração internacional de produtores e distribuidores de alimentos; também incentiva a conformação de cooperativas de produtores e, inclusive, promove a criação de instituições financeiras e mutualistas para agricultores e pescadores, mas com finalidades diferentes. De acordo com o Plano de Ação da CMA de 1996, os propósitos são os de: melhorar a capacidade produtiva local dos agricultores, pescadores, silvicultores, grupos vulneráveis e desfavorecidos, mulheres e população indígena; acelerar a cooperação internacional entre as organizações representativas de agricultores, pescadores e silvicultores dos "países em desenvolvimento, industrializados e com economias em transição" (s.p.); e assegurar sua participação efetiva nas decisões e na avaliação dos programas de desenvolvimento rural.

Quanto às características da comercialização dos alimentos, a diferença principal é que a Segurança Alimentar centra-se na liberalização do comércio agrícola internacional e trabalha pela implementação das diretrizes da OMC, ao passo que a Soberania Alimentar prioriza os circuitos curtos e opõe-se às políticas de livre comércio da OMC, mas não à internacionalização dos mercados agrícolas. A estratégia de Segurança Alimentar prioriza a

produção de produtos de exportação direcionados aos mercados internacionais e rejeita a regulação do mercado por parte do Estado; já a Soberania Alimentar prioriza a produção de alimentos para o autoconsumo e o mercado direto local e regional e defende a intervenção do Estado como regulador da economia; além disso, trabalha pela proteção do direito dos consumidores de decidirem sobre a origem e as características dos alimentos que querem consumir.

O princípio que vincula a Segurança Alimentar com o comércio internacional de alimentos e com as diretrizes da OMC foi ratificado na Cúpula Mundial de Alimentação de 1996 como um dos objetivos principais do Plano de Ação. A declaração diz textualmente que os países se comprometem a "assegurar que as políticas de comércio alimentar e agrícola e de comércio em geral contribuam para o fomento da Segurança Alimentar para todos através de um sistema de comércio mundial leal e orientado ao mercado." (CMA, item 37, 1996, s.p., tradução nossa). E ainda acrescenta que os países membros terão que respeitar e cumprir a totalidade dos compromissos da Ronda de Uruguai e, em consequência, deverão se abster de aplicar medidas unilaterais que não estejam em consonância com as obrigações da OMC, entre elas, "deverão abster-se de aplicar restrições à exportação." (CMA, item 40, letra f, 1996, s.p., tradução nossa).

O Plano de Ação, inclusive, atribuiu à FAO a tarefa de "ajudar aos países em desenvolvimento na preparação para as negociações comerciais multilaterais, incluídas aquelas sobre agricultura, pesca e silvicultura, entre outras coisas, mediante pesquisas, análises e capacitação." (CMA, item 41, letra c, 1996, s.p., tradução nossa). Indubitavelmente, a Cúpula Mundial de Alimentos, desde seu nascimento, esteve atrelada às diretrizes da OMC. Nos objetivos do Plano de Ação, se compromete explicitamente a promover a difusão e implementação do "novo marco comercial internacional" inaugurado pela Primeira Conferência Ministerial da OMC, no mesmo ano, em Singapura, de modo que essa relação simbiótica entre a OMC e a CMA se materializa na proposta de Segurança Alimentar. Tal relação continuou presente nos documentos posteriores, mas de uma forma menos explícita.

Para a Segurança Alimentar, o direito à alimentação encontra-se garantido mediante a criação de um mercado que disponibilize alimentos inócuos e ajuda humanitária em casos de emergências. Nesta perspectiva, o comércio é a estratégia principal, dado que sua ativação conduz ao crescimento econômico do qual, supostamente, os pobres também serão beneficiados, ao aumentar a capacidade de compra das pessoas com o aumento do emprego e os ingressos.

Em consequência, a Segurança Alimentar é conquistada no âmbito do comércio e não no âmbito da produção. A preocupação central é satisfazer as necessidades de importação de alimentos de todos os países num contexto de interdependência das economias e de flutuação do preço dos insumos e dos alimentos. Caso algum país ou grupo

populacional específico não tenha as condições econômicas para comprar os alimentos e as pessoas famintas estejam no limite da inanição, a proposta de produção e distribuição de alimentos dos Organismos Multilaterais se compromete com a assistência das emergências alimentares mediante os programas de ajuda humanitária, financiados pela cooperação internacional.

Por sua vez, a Soberania Alimentar considera uma falácia o argumento de que a liberalização do comércio agrícola e pesqueiro internacional garante o direito à alimentação das pessoas e por isso defende a intervenção do Estado como regulador da economia e protetor do mercado nacional, mediante o controle direto das exportações e importações de alimentos, os juros, o capital circulante e os preços dos alimentos, evitando a especulação e permitindo que as famílias de trabalhadores rurais recebam pagamentos justos na venda de seus produtos.

Segundo a perspectiva da Soberania Alimentar, os produtos agroalimentares de exportação não devem afetar a produção local nem ser subsidiados pelas políticas agrícolas nacionais, pois as decisões de produção e comercialização não podem continuar sendo determinadas pela necessidade de divisas para pagar a dívida externa dos países, porque isso somente fortalece a situação de dependência. Em relação aos programas de ajuda humanitária, a proposta de produção e distribuição de alimentos dos movimentos e das organizações sociais de trabalhadores da terra questiona a natureza das guerras e dos desastres naturais que originam as emergências alimentares, desconfia dos programas de ajuda humanitária e assinala que estes programas são uma afronta à Soberania Alimentar.

Diante das sórdidas evidências dos efeitos nocivos das diretrizes e práticas de comércio internacional, orientadas pela OMC e por outros organismos multilaterais, a Soberania Alimentar exige um sistema de comércio orientado por outros princípios e por outras práticas, mas não está contra o comércio de alimentos. Ela reivindica o vínculo direto entre produtores e consumidores, a proteção dos pequenos produtores rurais, pastores, pescadores e povos indígenas, e o controle comunitário do sistema agroalimentar em seu conjunto. Dessa forma: "Não nega os mercados, mas tenta preservar o controle comunitário/social dos mercados." (FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007b, p. 12, tradução nossa). Ela rejeita a política internacional de comércio agrícola e a produção e comercialização de alimentos dirigida pelas grandes corporações.

A Soberania Alimentar opõe-se às políticas de livre comércio da OMC, mas não à internacionalização dos mercados agrícolas. A proposta de Soberania Alimentar luta pela mudança nas atuais regras internacionais de comércio de produtos agrícolas e pesqueiros. Denuncia os efeitos negativos dos tratados de livre comércio na economia nacional, no meio

ambiente e no bem-estar das famílias que trabalham na agricultura<sup>3</sup>. Relaciona diretamente a implantação das políticas e dos convênios da OMC com a instauração de monopólios internacionais de produção e distribuição de alimentos na figura do agronegócio, das corporações e empresas multinacionais extrativistas. Em contrapartida, além de exigir a intervenção do Estado como regulador da economia e protetor do mercado nacional e a participação de organizações de trabalhadores do campo e organizações indígenas na formulação de políticas agrícolas, pesqueiras e alimentares de produção e comércio, propõe priorizar os mercados locais e nacionais e incentivar relações locais e regionais de comercialização de alimentos e produtos agroindustriais.

A proposta de Soberania Alimentar não somente centra sua atenção nos produtores de alimentos, mas também trabalha pela proteção do direito dos consumidores de decidirem sobre a origem e as características dos alimentos que querem consumir. Por exemplo, a declaração final do Foro Mundial Sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana, exige a construção de mecanismos para que os consumidores tenham a informação suficiente para decidir e controlar sua própria alimentação e nutrição.

Constata-se também que, para a Soberania Alimentar, o que importa são as características nutricionais dos alimentos e a conservação da diversidade das culturas alimentares. A declaração alerta ainda sobre a imposição de regimes alimentares internacionais, padronização da dieta, e incentiva campanhas de difusão e valorização da história agrícola de cada país.

#### Considerações Finais

Recapitulando, ainda que a Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar sejam propostas que compartilhem o propósito geral de garantir o "direito fundamental de todas as pessoas a estarem ao abrigo da fome", consagrado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e reiterado no artigo 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, elas interpretam o direito e suas implicações de formas diferentes. Para a proposta de Segurança Alimentar, a conquista da garantia do direito à alimentação depende da capacidade de compra dos países importadores de alimentos e

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup>Inclusive, o mesmo relator das Nações Unidas constatou os efeitos nocivos da subvenção das exportações e dos tratados de livre comércio na proteção do direito à alimentação nos "países em desenvolvimento", afirmando que: "Las grandes disparidades de poder económico entre los Estados significan que los Estados poderosos negocian normas comerciales que no son justas ni libres. Esas normas afectan gravemente a los pequeños campesinos y amenazan la seguridad alimentaria, especialmente en los países en desarrollo a los que se ha exigido la liberalización de la agricultura en mucha mayor medida que a los países desarrollados.(...) En México se calcula que no menos de 15 millones de agricultores mexicanos y sus familias (pertenecientes en su mayoría a comunidades indígenas) tendrán que recurrir a medios de subsistencia diferentes como resultado del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) y de la competencia con el maíz subvencionado de los Estados Unidos". (ZIEGLER, 2008, p 13-14).

dos consumidores finais, de modo que é fundamental a liberalização do comércio agrícola internacional, a obtenção dos créditos junto ao BM e ao FMI e os programas de ajuda humanitária; o mercado e a cooperação internacional são os responsáveis pela proteção do direito. Entretanto, na proposta de Soberania Alimentar, a conquista do direito à alimentação depende da capacidade de produção de cada país e do fortalecimento da agricultura familiar campesina e indígena no interior dos Estados, de modo que é fundamental ativar o papel do Estado como regulador da economia, priorizar e proteger os mercados locais e nacionais, além de promover a produção de alimentos para o consumo doméstico; neste caso, o Estado é o responsável pela proteção contra a fome.

A Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar são propostas que nasceram em contextos políticos diferentes, representam interesses de classes historicamente em disputa; que a partir de interpretações opostas do direito a estar protegido contra a fome construíram propósitos e estratégias de ação divergentes e em constante embate; que se diferenciam radicalmente na concepção do Estado, da propriedade dos meios de produção de alimentos, do sistema de produção agrícola e das características da comercialização dos alimentos, mas que compartilham o pressuposto de que a fome no mundo pode ser eliminada por meio de critérios orientadores de ações, tais como: restituição e proteção dos direitos da mulher; preservação do meio ambiente; promoção de entornos pacíficos e estáveis em que os alimentos não sejam utilizados como arma de pressão política, além do reconhecimento e da integração da capacidade produtiva dos trabalhadores rurais e suas famílias, das organizações populares e cooperativas de trabalho, assim como dos trabalhadores sem terra.

Os documentos dos encontros internacionais de Soberania Alimentar do período de 1996-2007 que foram estudados não fizeram referência à educação das pessoas que, na perspectiva dos movimentos sociais do campo, devem produzir os alimentos. A formação política e a capacitação técnica dos trabalhadores rurais não aparecem nem como objetivo, nem como critério orientador das ações e tampouco como condição política ou econômica previa.

Os documentos analisados não fazem referência às condições de trabalho no campo, à exploração dos trabalhadores rurais e suas famílias por parte do agronegócio; não denunciam o trabalho escravo, o trabalho infantil, o trabalho sazonal, as condições de trabalho dos migrantes. Também não foram definidas táticas e estratégias de luta, nem projetos de transição a outras formas de organização social. Em outras palavras, a proposta de Soberania Alimentar construída no espaço dos Fóruns Internacionais que aconteceram entre 1996 e 2007 não questiona as atuais relações de produção nem a exploração que lhe é inerente, portanto, não é uma proposta revolucionária. Questões como a propriedade privada dos meios de produção, o trabalhado assalariado, a venda da força de trabalho, a produção de valores de troca e o processo de produção, reprodução e concentração do capital ficaram fora da

pauta das discussões, da construção da proposta e dos encaminhamentos. A proposta de Soberania Alimentar tem como alvo a concentração internacional de produtores e distribuidores de alimentos e a configuração do Estado Mínimo.

Porém a proposta de Soberania Alimentar necessita avançar e incluir entre suas estratégias um tipo de formação política permanente que articule dialeticamente o trabalho e a educação e permita aos trabalhadores rurais analisar a natureza, a história, as estratégias e os argumentos do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos e atuar consequentemente. Além disso, a proposta de Soberania Alimentar necessita construir estratégias fundamentadas em experiências concretas de trabalho que ajudem a visualizar as possibilidades e os limites na configuração de um sistema de produção agrícola favorável à coletivização dos meios de produção, dos recursos naturais, do conhecimento e da riqueza, um sistema protetor do equilíbrio da natureza, produtor de alimentos sadios, sem relações sociais de exploração, nas quais os trabalhadores recuperem o controle da produção dos alimentos.

#### Referências

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ALIMENTAÃO, 1974, Roma. **Declaración Universal Sobre la Erradicación del Hambre y la Malnutrición**. Roma: ONU,1974. RES 3348 (XXIX). Disponível em: <a href="http://www2.ohchr.org/spanish/law/malnutricion.htm">http://www2.ohchr.org/spanish/law/malnutricion.htm</a>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE LA VÍA CAMPESINA, 2., 1996, Tlaxcala. **Declaración de Tlaxcala**. Tlaxcala, México, 1996. Disponível em: <a href="http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/2-tlaxcala-1996-mainmenu-48/374-ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996>. Acesso em: 25 out. 2015.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA, 5., 2008, Maputo. **Carta de Maputo:** Agricultura Campesina y Soberania Alimentaria Frente a la Crisis Global. Maputo, Moçambique, 2008. Disponível em: <a href="http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/590-carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina">http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencia-internacional-de-la-vcampesina</a>>. Acesso em: 25 out. 2015.

CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1996, Roma. **Declaración de Roma:** Sobre la seguridad alimentaria mundial y plan de acción. Roma: ONU, 1996. (WFS/96/3). Disponível em: <a href="http://www.fao.org/docrep/003/w3613s/w3613s00.HTM">http://www.fao.org/docrep/003/w3613s/w3613s00.HTM</a> >. Acesso em: 7 ago. 2014.

CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 2002, Roma. **Informe de la Cumbre Mundial Sobre Alimentación: cinco años después**. Roma: ONU, 2002. (WFS:fy1/2002/REP). Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/005/y7106s.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2014.

DE SHUTTER. Oliver. Mayor Capacidad de Respuesta: un marco de derechos humanos para la seguridad alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación. Nova York: ONU, 2008. (A/HRC/9/23). Disponível em: <a href="http://daccess-dds-rep-en-alimentaria">http://daccess-dds-rep-en-alimentaria</a> y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación. Nova York: ONU, 2008. (A/HRC/9/23). Disponível em: <a href="http://daccess-dds-rep-en-alimentaria">http://daccess-dds-rep-en-alimentaria</a> y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación. Nova York: ONU, 2008. (A/HRC/9/23). Disponível em: <a href="http://daccess-dds-rep-en-alimentaria">http://daccess-dds-rep-en-alimentaria</a> y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación. Nova York: ONU, 2008. (A/HRC/9/23). Disponível em: <a href="http://daccess-dds-rep-en-alimentaria">http://daccess-dds-rep-en-alimentaria</a> y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación. Nova York: ONU, 2008. (A/HRC/9/23). Disponível em: <a href="http://daccess-dds-rep-en-alimentaria">http://daccess-dds-rep-en-alimentaria</a> y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentaria y nutricional mund

ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/155/11/PDF/G0815511.pdf?OpenElement>. Acesso em: 07 ago. 2014.

FORO DE ONG PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 1996, Roma: **Declaración dirigida a la Cumbre Mundial de la Alimentación**: Ganancias para unos cuantos o alimentos para todos. Soberanía y Seguridad Alimentaria para eliminar la globalización del hambre. Roma, Itália: 1996. Disponível em: <a href="http://www.treatycouncil.org/new\_page\_524122.htm">http://www.treatycouncil.org/new\_page\_524122.htm</a>. Acesso em: 25 jun. 2014.

FORO DE ONG/OSC PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2002, Roma. **Soberanía Alimentar:** Un derecho de todos. Roma, Itália, 2002. Disponível em: <a href="http://nyeleni.org/spip.php?article178">http://nyeleni.org/spip.php?article178</a>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001, Havana. **Declaración Final:** Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <a href="http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cubapdf">http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cubapdf</a>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007, Nyéléni. **Declaración de Nyéléni**. Nyéléni, Selingue, Malí, 2007a. Disponível em: <a href="http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal21/Nyeleni.pdf">http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal21/Nyeleni.pdf</a>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007, Nyéléni. **Hacia una agenda de acción para la soberanía alimentaria**. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007b. Disponível em: <a href="http://www.nyeleni.org/spip.php?article136&var\_recherche=%20Declaraci%C3%B3n%20de%20la%20conferencia%20especial%20por%20la%20sob>. Acesso em: 26 set. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007, Nyéléni. Las políticas de Comercio Internacional y los Mercados Locales. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007c. (Apuntes para guiar las discusiones). Disponível em: <a href="http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Politicas-comercio-internacional-mercados.pdf">http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Politicas-comercio-internacional-mercados.pdf</a>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007. La Soberanía Alimentar, el conocimiento Local y la Tecnología. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007d. (Apuntes para guiar las discusiones). Disponível em: <a href="http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Soberania-Alimentaria-Conocimiento-Tecnologia.pdf">http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Soberania-Alimentaria-Conocimiento-Tecnologia.pdf</a>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007. El acceso y control de los Recursos Naturales para la Soberanía Alimentar. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007e. (Apuntes para guiar las discusiones). Disponível em: <a href="http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Acceso-Control-Recursos-Naturales.pdf">http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Acceso-Control-Recursos-Naturales.pdf</a>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007. Modelos de Producción: Los impactos sociales en la soberanía alimentar, las personas, sus medios de subsistencia y el medio ambiente. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007f. (Apuntes para guiar las discusiones). Disponível em: <a href="http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Modelos-Produccion.pdf">http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Modelos-Produccion.pdf</a>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORÚM TERRA, TERRITORIO E DIGNIDADE, 2006. **Declaração Fina**l. Porto Alegre, Brasil: 6-9 mar. 2006. Disponível em: <a href="http://www.ecoportal.net/Eco-Noticias/Foro\_Tierra\_Territorio\_y\_Dignidad\_.\_Declaracion\_Final.\_Porto\_Alegre\_6-\_\_9\_de\_marzo\_de\_2006">http://www.ecoportal.net/Eco-Noticias/Foro\_Tierra\_Territorio\_y\_Dignidad\_.\_Declaracion\_Final.\_Porto\_Alegre\_6-\_\_9\_de\_marzo\_de\_2006</a>. Aceso em: 28 set. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: 1948. (Resolução 217 A (III)). Disponível em: <a href="http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf">http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf</a>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova York: 1966. (Resolução 2200 A (XXI)). Disponível em: <a href="http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha\_Informativa\_2.pdf">http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha\_Informativa\_2.pdf</a>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **El Derecho a la Alimentación**. Nova York: 2005. (Resolução A/RES/60/165). Disponível em: <a href="http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/497/53/PDF/N0549753.pdf">http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/497/53/PDF/N0549753.pdf</a>?OpenElement>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DA AGRICULTURA E ALIMENTACÃO. FAO. **EI Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación**. In: CONFERENCIA MUNDIAL DE LA ALIMENTACIÓN, 1974, Roma, Itália, 1974. (64 período de sesiones). Disponível em: <a href="http://www.fao.org/docrep/meeting/007/F5340S/F5340S03.htm">http://www.fao.org/docrep/meeting/007/F5340S/F5340S03.htm</a>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇOES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil:** Um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília: 2014. Disponível em: <a href="https://www.fao.org.br/download/SOFI\_p.pdf">https://www.fao.org.br/download/SOFI\_p.pdf</a>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇOES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo. Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación con el hambre: balance de los desiguales progresos. Roma, 2015. Disponível em: <a href="http://www.fao.org/3/aa5ef7f6-edc8-4423-aae3-88bf73b3c77c/i4646s.pdf">http://www.fao.org/3/aa5ef7f6-edc8-4423-aae3-88bf73b3c77c/i4646s.pdf</a>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

VÍA CAMPESINA. Soberanía alimentaria un futuro sin hambre. In: FÓRUM DE ONG PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 1996, Roma. **Declaración dirigida a la Cumbre Mundial de la Alimentación**. Roma, Itália, 1996. Disponível em: <a href="http://nyeleni.org/spip.php?article38">http://nyeleni.org/spip.php?article38</a>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

ZIEGLER, Jean. El derecho a la alimentación, Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación. Nova York: ONU, 2007. (A/62/289). Disponível em: <a href="http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>">http://www.un.org/es/ga/documents/view\_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=Buscar&Lan

ZIEGLER, Jean. Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación. Nova York: ONU, 2008. (A/HCR/7/5). Disponível em: <a href="http://observatoriopoliticasocial.org/sitioAnterior/images/PDF/Biblioteca/biblioteca\_2010/ONU\_docs/Informes\_relatores/Alimentacion/2008-informe%20del%20relator%20especial%20sobre%20el%20derecho%20a%20la%20alimentacin.pdf">http://observatoriopoliticasocial.org/sitioAnterior/images/PDF/Biblioteca/biblioteca\_2010/ONU\_docs/Informes\_relatores/Alimentacion/2008-informe%20del%20relator%20especial%20sobre%20el%20derecho%20a%20la%20alimentacin.pdf</a>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

Recebido para publicação em 13 de dezembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 21 de dezembro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de janeiro de 2017.

## A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil

## Margarida Cássia Campos

Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e-mail: mcassiacampos@hotmail.com

#### Tainara Sussai Gallinari

Graduação em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e-mail: ta.gallinari@hotmail.com

#### Resumo

Este artigo tem por objetivo dialogar sobre a educação formal das populações negras, com destaque para a Educação Escolar Quilombola, além de apontar e discutir sua espacialidade no Brasil. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca dessa temática, bem como uma pesquisa baseada nos dados do censo Data Escola Brasil feito pelo INEP em 2014. Tal pesquisa configurou-se pelo caráter quantitativo - número de escolas quilombolas no país - e também qualitativo, levando-se em conta a interpretação e a compreensão dos dados diante da atualidade. Com isso, foi possível obter a quantidade de escolas quilombolas brasileiras de acordo com sua localização, seja no campo ou na cidade, analisar ensino ofertado e os órgãos que mantêm essas instituições de ensino. Conclui-se que tais escolas têm potencial para promover a emancipação das populações negras, ainda que apresentem inúmeras dificuldades, as quais serão apontadas no decorrer do presente texto.

Palavras-chave: Educação escolar quilombola; Brasil.

#### Quilombola school education and quilombola schools in Brazil

#### Abstract

This article aims to discuss the formal education of the black population, with emphasis on the Quilombola School Education, esides pointing out and discussing its spatiality in Brazil. For that, a bibliographic survey was carried out about this theme, as well as a survey based on data from the Data Escola Brazil census conducted by INEP in 2014. This research was configured by the quantitative character - number of quilombola schools in the country - and also qualitative, Taking into account the interpretation and understanding of the data in the present time. With this, it was possible to obtain the number of Brazilian quilombola schools according to their location, whether in the countryside or in the city, to analyze offered education and the institutions that maintain these educational institutions. It is concluded that such schools have the potential to promote the emancipation of black populations, even though they present numerous difficulties, which will be pointed out in the course of this text.

**Keywords:** Quilombola school education; Brazil.

### L'éducation quilombola à l'école et les écoles quilombolas au Brésil

#### Résumé

Cet articlé a comme objectif dialoguer a propos de l'éducation formel des populations noires, avec emphase pour l'éducation quilombola à l'école, en plus de montrer et discuter sa spatialité au Brésil. Pour ce motif, on a realisé une recherche bibliographique sur ce thème,

D 1 4 NED 4			nn 100 017	L . AL . /0047
Revista NERA	Presidente Prudente	l Ano 20. nº. 35	l pp. 199-217	I Jan-Abr./2017

bien comme une recherche basée sur les donnes du recensement Data Escola Brasil accompli par l'INEP en 2014. Tel recherche s'est configurée par une méthodologie quantitative – numéro d'écoles quilombolas dans le pays – et, aussi qualitative en tenant compte l'interpretation et la compreension des donnes devant l'actualité. Avec ça, a été possible obtenir la quantité d'écoles quilombolas brésiliennes en relation à leurs localizations, soit à la campagne ou en ville, analyser l'enseignement offert et les organes qui maintiennent ces instituitions d'enseignement. À la fin on conclut que ces écoles ont le potentiel pour promouvoir l'independance des populations noires, ainsi qu'il aye beaucoup de difficultés, lequelles seront traités pendant le texte suivant.

Palavras-chave: L'éducation quilombola à l'école; Brésil,

#### Introdução

As escolas quilombolas foram regulamentadas com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012; o referido documento foi fruto de uma série de discussões realizadas no campo educacional a partir década de 1980. Determinou-se, assim, que a Educação Escolar Quilombola ocorresse em escolas inseridas nas próprias comunidades, tendo no currículo temas relacionados à cultura e à especificidade étnico-cultural de cada uma delas.

Diante desse contexto, buscou-se neste artigo discutir a educação formal das populações negras, com destaque para a Educação Escolar Quilombola, além de apontar e discutir sua espacialidade no Brasil. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico a fim de discorrer acerca do histórico da educação formal ofertada aos negros e o alijamento dessa população aos bancos escolares, do surgimento e atuação do movimento negro em busca de garantia de direitos para as populações negras, das conquistas no campo educacional e a luta por ações afirmativas, além da criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Utilizou-se como procedimentos metodológicos: consulta a dados referentes às escolas quilombolas no território brasileiro no censo Data Escola Brasil (INEP, 2014); este serviu como base de pesquisa quantitativa que obtivesse o número de escolas quilombolas nos estados brasileiros; em seguida, uma análise qualitativa foi feita para que os dados fossem interpretados, e, segundo Pessôa (2012), esta interpretação se torna necessária para a compreensão da realidade e que haja posicionamento crítico frente a ela.

Pode-se obter, dessa forma, o número de escolas quilombolas de acordo com as unidades federativas e sua localização, o órgão que as mantém e a modalidade de ensino que ofertam, buscando compreender a espacialização dessas escolas e sob quais circunstâncias a Educação Escolar Quilombola está inserida.

Conclui-se, portanto, que uma escola quilombola de qualidade pode garantir o empoderamento de suas crianças e jovens, garantindo a continuidade da luta de seus

ancestrais. A consequência não pode ser outra que não a melhoria das condições do povo negro dessas comunidades.

## Educação formal das populações negras no Brasil

O Brasil escravocrata negava aos negros a prática da educação formal e a presença dos escravos na escola era considerada uma ameaça à estabilidade da social da época. Pode-se entender, assim, que a exclusão negra do espaço escolar era entendida tanto como garantia de "ordem social", como já mencionado, quanto pela ameaça de influência negativa que os escravos poderiam exercer nesses espaços (FONSECA, 2001).

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores (BRASIL, 2004, p. 7).

Segundo Fonseca (2001), com a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, que previa a libertação das crianças nascidas de escravas, a educação e a liberdade passaram a ser discutidas de maneira articulada. Essa articulação, entretanto, não visava à proteção e emancipação das crianças, mas sim à minimização do impacto que o fim do trabalho escravo geraria no perfil da sociedade brasileira, que passava a receber um grande número de negros na condição de cidadãos livres. O mesmo autor afirma, ainda, que aqueles que escravizavam as mães seriam responsáveis pela educação de seus filhos, porém a instrução elementar ocorreria sempre que possível, tornando-se uma determinação vaga, sem garantia dos direitos dessas crianças à educação.

Com isso, entende-se que a criação da Lei do Ventre Livre representava os interesses dos senhores de escravos, pois visava apenas à liberdade das crianças nascidas após a data de sua aprovação, e não a uma mudança de posição social que pudesse ocorrer por meio de oportunidades de educação e emancipação intelectual. Outro elemento que apontava o desinteresse dos senhores em proporcionar instrução para os filhos dos escravizados diz respeito à possibilidade de saída das crianças do processo produtivo para estudar o que, consequentemente, afetaria os lucros da propriedade (FONSECA, 2001).

Ainda com base em Fonseca (2001), a lei indicava na redação final que as crianças nascidas após o dia 28 de setembro de 1871 seriam livres, porém os senhores de escravos as teriam como posse até os oito anos de idade, posteriormente podendo escolher entre ficar com elas até que completassem 21 anos e utilizá-las como trabalhadoras em sua fazenda ou entregá-las ao Estado mediante indenização. Teriam a obrigação, portanto, de "cuidar" das crianças.

Sendo assim, o processo de exclusão dos negros na sociedade brasileira foi reforçado com a Lei do Ventre Livre, tornando impossível a quem nascesse liberto receber educação formal.

Tendo em vista tal panorama, os primeiros filhos de escravos passaram a ser considerados livres em 1879, em conformidade com os interesses dos senhores. Os negros sob custódia do Estado passariam, a partir de então, a ter a educação como um direito, assim como as demais crianças brancas já a tinham. No ano anterior àquele em que as crianças negras completariam oito anos, contudo, foi aprovado o decreto de número 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, que "estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares" (BRASIL, 2004, p. 7).

Tal decreto agravou a segregação entre brancos e negros no campo da educação, ainda mais se somado o fato de que poucos filhos de escravos foram entregues ao Estado. De acordo com Fonseca (2001), havia um total de 113 crianças no período de 1871 a 1884, entretanto, para pleno entendimento, cabe ressaltar que "apenas 21 encontravam-se na província do Rio de Janeiro, onde havia um total de 82.566 crianças nascidas livres de escravas" (FONSECA, 2001, p. 21). Os números aqui apontados tornam possível compreender os interesses dos senhores de escravos e as parcas oportunidades geradas aos negros que nasciam livres, por consequência. Estes, crianças ou jovens, permaneciam nas fazendas, sendo escravizados e alijados do direito à educação formal.

Os decretos citados e as ações realizadas pelos senhores de escravos não proporcionaram ao negro o acesso à escola, porém a população negra teve oportunidade de se aproximar do saber escolar na medida em que surgia a necessidade de ser liberto ou de usufruir da cidadania quando livre, de modo que essa aproximação apenas se tornou possível a partir da organização dos próprios negros.

Portanto, mesmo que não ocorresse de maneira massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução a partir do momento em que formavam suas próprias escolas, seja sendo instruídas por pessoas já escolarizadas ou adentrando a rede pública. Sendo assim, o esforço em se apropriar dos saberes formais exigidos socialmente, mesmo que não houvesse políticas públicas que os contemplassem, tornou-se possível a partir da criação de escolas pelos próprios negros, tanto nas cidades quanto nas comunidades quilombolas (CRUZ, 2005).

#### O movimento negro e a luta pelos direitos das populações negras

No sentido de questionar a extrema exclusão dos negros na sociedade brasileira, o movimento negro surgiu tendo em vista:

A luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (PINTO, 1993 apud DOMINGUES, 2007, p. 101).

Os ativistas do movimento sempre tiveram como questão central a luta pela escolarização dessa população - historicamente alijada dos bancos escolares - mesmo reconhecendo não ser a única solução para todos os problemas sociais. Torna-se importante pontuar, no entanto, que a educação ocupa um lugar importante na produção de conhecimento sobre si e sobre os outros, além de contribuir para a formação de quadros intelectuais e políticos. Sem contar que o nível de instrução é usado como critério de seleção e/ou exclusão quando o assunto é o preenchimento de vagas de emprego (GOMES, 2011).

Domingues (2007) afirma que o movimento negro teve sua primeira fase no período entre 1889 e 1937, tendo como marco a proclamação da República, porém, mesmo após um ano da abolição da escravidão, esse sistema político não assegurou ganhos materiais e simbólicos para a população negra, de modo com que os libertos - ex-escravos e seus descentes - permaneceram marginalizados na sociedade. Com o objetivo de lutar contra a marginalização, diversos movimentos de mobilização racial foram criados em alguns estados do país, como grêmios, clubes ou associações.

Ao mesmo tempo surgiu também o que ficou denominado como "imprensa negra", jornais produzidos por negros e que tinham por objetivo tratar de suas questões, enfocando as mazelas que a população negra enfrentava em áreas como trabalho, habitação, educação e saúde, buscando soluções concretas para o racismo na sociedade brasileira (DOMINGUES, 2007).

O movimento negro evoluiu consideravelmente no ano de 1931 com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo, uma organização com reivindicações políticas deliberadas, constituindo-se como a mais importante do país. A FBN possuía grupos homônimos em diversos estados e transformou o movimento negro em uma organização de massa, com mais de 20 mil associados. Devido a sua grande importância e alto nível de organização, estabelecia aparatos financeiros para que se pudesse manter escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviços médico e odontológico, cursos de formação política, artes e ofícios, mais o jornal *A Voz da Raça*. Em 1936 a FBN transformou-se em partido político, objetivando a participação nas próximas eleições, no entanto com a instauração da ditadura do Estado Novo, no ano seguinte, ela e demais organizações políticas foram extintas (DOMINGUES, 2007).

O segundo período ocorreu, de acordo com Domingues (2007), de 1937 a 1964. É importante ressaltar que durante o Estado Novo qualquer movimento contrário ao governo era tratado com violenta repressão política, de modo que o movimento negro ressurgiu apenas após a queda de Getúlio Vargas. No entanto o movimento não teve o mesmo poder de aglutinação da fase anterior e tinha como principais agrupamentos a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). A UHC foi fundada em Porto Alegre em 1943 com o objetivo de elevar o nível econômico e intelectual dos negros em todo o Brasil. Expandiu-se para dez estados do país, atuando por meio da "promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais" (Domingues, 2007, p. 108). Já o TEN surgiu no Rio de Janeiro em 1944 sob a liderança de Abdias do Nascimento e com a proposta de formar um grupo teatral composto apenas por atores negros. Por consequinte, o grupo adquiriu um caráter mais amplo, tendo como principais atuações: publicação do jornal "Quilombo", oferta de cursos de alfabetização, corte e costura, fundação do Instituto Nacional do Negro e do Museu do Negro, além da organização do I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950.

A terceira fase do movimento negro diz respeito aos anos entre 1978 e 2000, com a reorganização política e ascensão dos movimentos populares, sindical e estudantil e a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Posteriormente foi criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), visando à realização de eventos políticos para lutar contra a opressão racial, a violência, o desemprego e o subemprego e a marginalização da população negra (DOMINGUES, 2007).

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Fortalecido, o movimento passou a atuar no plano educacional, revisando os conteúdos preconceituosos presentes nos livros didáticos, capacitando professores para a prática do acesso à internet, reavaliando o papel do negro no Brasil e buscando a inclusão do ensino da história da África nas escolas. Buscou-se, também, o resgate das culturas ancestrais por meio da incorporação do padrão de beleza, de vestimentas e da culinária, assim como a utilização de nomes africanos, principalmente de origem ioruba, além de priorizar as religiões de matriz africana (DOMINGUES, 2007).

Gomes (2011) afirma que a partir dos anos 2000 o movimento negro passa a ter como consenso a necessidade da implantação de ações afirmativas no Brasil, em especial na educação básica, no ensino superior e no mercado de trabalho. Sendo assim, as

discussões acerca do direito à educação como um componente para a construção da igualdade racial passam a ser realizadas também pelo movimento negro. Com isso, por meio da distensão do movimento, em especial a partir de 2003, as discussões estiveram mais presentes, vide a progressiva implantação da política de cotas nas universidades e a criação da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Podemos concluir até aqui que todos os movimentos e entidades surgidos após a abolição da escravatura sempre lutaram contra as discriminações raciais, assim como ainda visam ao fortalecimento da identidade negra, sem contar os questionamentos acerca das más condições a que os negros continuam a ser submetidos na sociedade brasileira, sempre em busca da igualdade racial. Para tanto, Piovesan (2007) assevera que para haver de fato a implantação do direito à igualdade no Brasil - no exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais – é necessário adotar medidas que eliminem a exclusão étnica-racial.

## A busca pelas ações afirmativas

No contexto de luta, explanado acima, surge no cenário nacional a busca por ações afirmativas que possam superar as graves desigualdades raciais. Cabe aqui ressaltar o significado do termo "ação afirmativa", que:

[...] refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando (OLIVEN, 2007, p. 30).

A primeira proposta legislativa de ação afirmativa para a população negra é de 1983, apresentada por Abdias do Nascimento, deputado federal pelo Rio de Janeiro. Nela, buscava-se a isonomia social do negro, abrangendo áreas como emprego público e privado, educação, Forças Armadas, reserva de bolsas de estudos concedidas pelo Ministério e secretarias de Educação para os negros, garantia de vagas no Instituto Rio Branco e modificações nos currículos escolares e acadêmicos em todos os níveis, retratando as contribuições positivas dos africanos e seus descendentes. A proposta não foi apreciada, mas serviu para abrir caminhos para futuras discussões e lutas a favor da implantação de ações afirmativas, e, de certa maneira, para a criação da lei 10.639, vinte anos depois (MEDEIROS, 2007).

Ainda de acordo com Medeiros (2007), a luta pela existência de cotas para negros tanto nas universidades como em posto de empregos públicos visava à reelaboração do critério "mérito" para a admissão, de modo com que haja uma avaliação mais justa e eficiente, levando em consideração "filiação racial, origem, renda, local de moradia e outros, juntamente com a capacidade de superar obstáculos" (MEDEIROS, 2007, p. 128).

No Brasil, o debate acerca de políticas de ações afirmativas ganhou destaque em 2001, a partir da participação do país na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, na qual o Brasil se posicionou a favor de políticas públicas que favoreçam os grupos historicamente discriminados (OLIVEN, 2007). Após a conferência, o governo brasileiro definiu um programa de cotas, cuja discussão a respeito de sua implantação esteve presente também nos âmbitos estadual e municipal. A primeira universidade a destinar uma porcentagem de vagas a negros foi uma estadual, a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), ainda em 2002, enquanto a primeira instituição federal a adotar o sistema de cotas foi a Universidade de Brasília (UNB) em 2003, demonstrando como o debate acerca da implantação das cotas foi se difundindo (MAIO; SANTOS, 2005). Cabe também ressaltar que a Universidade Estadual de Londrina (UEL) instituiu a política de cotas a partir da realização do vestibular referente ao ano letivo de 2005, configurando-se como uma das pioneiras na implantação de uma ação afirmativa para as populações negras no Paraná.

Outra conquista do movimento negro, mesmo tendo ocorrido muitos anos após o início de sua reivindicação por Abdias do Nascimento, diz respeito à obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com a criação da lei 10.639 em 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. A 10.639 determina que os conteúdos acerca da História da África e dos africanos, assim como a luta dos negros no Brasil e sua cultura e atuação na formação da sociedade brasileira, sejam trabalhados nas escolas de ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003), de modo a população negra possa ser vista e compreendida por meio dos aspectos positivos de sua história na composição da sociedade brasileira e não apenas pela perspectiva do processo de escravidão. Outro ponto substancial a discutir diz respeito às desigualdades e discriminações que os negros sofreram e sofrem, servindo como instrumento de empoderamento para a desconstrução do racismo presente na sociedade brasileira.

## A Educação Escolar Quilombola

A partir da criação de políticas públicas de ação afirmativa, pode-se compreender a organização recente de leis que normatizam a educação quilombola no Brasil. A educação, em seu sentido mais amplo, de acordo com Höflig (2001), é entendida como uma política

pública social, de responsabilidade do Estado, mas não pensada apenas por ele. O modelo de educação adotado, com isso, está situado no interior de um tipo particular de Estado, sendo:

Formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem 'feições' diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo (HÖFLIG, 2001, p. 31-32).

A Educação Escolar Quilombola foi implantada a partir de discussões no campo educacional iniciadas na década de 1980, dotada de forte mobilização e visando à reconstrução da função social das escolas que atendem essas comunidades. Por consequência, os problemas relativos à garantia do acesso à educação pública e da horizontalidade das relações no interior da escola foram expostos; os movimentos sociais identitários passaram a denunciar o papel que a escola apresentava na expressão, repercussão e reprodução do racismo, além das discriminações presentes na organização curricular e nos livros didáticos, entre outros materiais (MIRANDA, 2012).

Mediante o tensionamento do Movimento Negro é possível entender a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no ano de 2012 - durante o governo da presidente Dilma Rousseff. Sua elaboração seguiu as orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, determinando que a Educação Escolar Quilombola seja desenvolvida em unidades educacionais inseridas em suas próprias terras, baseada na cultura de seus ancestrais, com uma pedagogia própria e de acordo com a especificidade étnico-cultural de cada comunidade, reconhecendo-a e valorizando-a (BRASIL, 2013).

Sendo assim, as políticas públicas voltadas a esses povos tradicionais devem considerar a inter-relação que possuem com as dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais, remetendo ao período inicial da instalação dos quilombos no Brasil. A Educação Escolar Quilombola, portanto, foi pensada para os povos negros e sua implementação é acompanhada pela consulta prévia do poder público às comunidades envolvidas e suas organizações, de maneira a não levar em conta somente os aspectos normativos, burocráticos e institucionais que configuram as políticas educativas (BRASIL, 2013).

O movimento negro passou a lutar pelos direitos dos quilombolas, fazendo com que as demandas das comunidades se integrassem à cena pública e política do país, denunciando situações de desigualdade e discriminação, além de promover uma educação escolar quilombola capaz de ser realizada em todo o território brasileiro - e contemplando a realidade de seu povo, algo que permaneceu invisível durante toda a história da política

educacional. Papel fundamental no processo teve a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ¹), sendo responsável, em conjunto com inúmeras organizações locais, por pressionar o Estado na busca do atendimento educacional de acordo com a realidade quilombola (BRASIL, 2013).

Com o processo de luta das comunidades, diversos avanços ocorreram a respeito da consciência de direito dos quilombolas, entre eles: direito às identidades étnico-raciais, à terra, ao território e à educação.

Tratando das identidades étnico-raciais, seu processo de construção é baseado na luta dos povos quilombolas, que envolve suas memórias, sua ancestralidade e seus conhecimentos tradicionais; também está ligado ao histórico de resistência, variando de acordo com as especificidades de cada comunidade. Aliado a isso, temos as situações de violência, como a discriminação e o preconceito racial, o que faz com que a identidade quilombola seja entendida pela sua dinamicidade e mutabilidade (BRASIL, 2013).

Quanto ao direito à terra, este sempre se configurou como uma questão central. Os negros (escravizados e posteriores ex-escravos) estiveram alijados dos direitos à propriedade e titulação de terras no Brasil. Os quilombos, combatidos por governo e senhores de escravos, caracterizam, portanto, como a luta pela manutenção de seus territórios há muito é intensa e frequente (BRASIL, 2013).

No que diz respeito ao direito à territorialidade quilombola, é importante ressaltar que o termo é entendido como a vivência de uma comunidade em determinado território, este delimitado e existindo a partir de uma ação coletiva, possuindo também isolamento e manifestação de poder em espaço específico (RAFFESTIN, 1993). Torna-se possível compreender, portanto, que a territorialidade tem ação direta para a manutenção da identidade quilombola. Outro fator importante: segundo Brasil (2013), para os quilombolas a terra representa o sustento, o resgate da memória de seus ancestrais, as tradições, os valores e a luta para garantia da sua territorialidade, assim como o direito de ser diferente.

Na política educacional, a educação escolar quilombola vinha sendo negada enquanto um direito:

A oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação; porém, o histórico de desigualdades, violência e discriminações que recai sobre esses coletivos afeta a garantia do seu direito à educação, à saúde, ao trabalho e à terra (BRASIL, 2013, p. 440).

De acordo com Miranda (2012), contudo, é possível compreender que a implantação da educação quilombola desestabilizou os estigmas sociais de inserção subalterna da população negra na sociedade - e no sistema escolar. Apesar de sua

208

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Organizada em 1996 e formada pelos próprios quilombolas, caracterizou-se como a entidade de representação máxima de suas comunidades, com representação em diferentes Estados brasileiros e que tinha como propósito mobilizá-las por todo o Brasil em defesa de seus direitos (BRASIL, 2013).

existência e regulamentação, ainda assim encontra-se em situação adversa, pois não há escolas em todas as comunidades, e, quando lá estão, as condições são extremamente precárias, tanto no funcionamento quanto na estrutura.

Mediante ao contexto apresentado, cabe salientar que, de acordo com os dados do Censo Data Escola Brasil, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2014, o Brasil contava com 2.248 escolas localizadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ), como podemos observar na Figura 1.

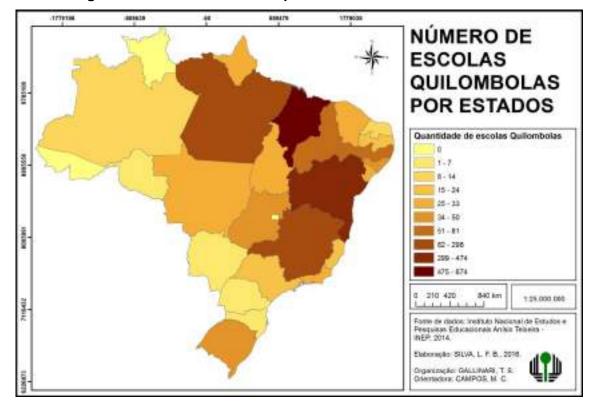


Figura 1: Número de escolas quilombolas em atividade no Brasil

Fonte: INEP, 2014.

Por meio do mapa, observa-se a inexistência de escolas quilombolas no Acre e em Roraima, fato que decorre da ausência de comunidades nesses estados. Para que se compreenda tal ausência, cabe relevar seus respectivos processos de ocupação: o Acre passou a ser habitado por populações não indígenas somente a partir de 1869; somando-se a este fato, tem-se a intensa ocupação em 1877, proveniente da grande seca que atingiu o Nordeste brasileiro, ou seja, quase no final da escravidão. Os proprietários de seringais, com isso, passaram a recrutar retirantes, que seriam empregados na extração da borracha para exportação. O território, no entanto, passou a ser disputado por Brasil e Bolívia, nação a qual o Acre pertencia. A solução se deu em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do

Tratado de Petrópolis entre os dois países, em que a atual Unidade Federativa foi anexada ao território brasileiro (BANDEIRA, 2000).

Já o processo de colonização de Roraima tornou-se mais efetivo a partir de 1750, com o objetivo de formação e/ou consolidação de núcleos populacionais constituídos por povos nativos. Muitos povoamentos surgiram com os missionários, a fim de aldear os indígenas sob influência religiosa e promover o desenvolvimento da economia agrícola e pesqueira utilizando sua mão-de-obra, mantida em regime de escravidão (BARBOSA, 1993).

Compreende-se, a partir do panorama ilustrado, que nos dois estados não houve necessidade de utilizar mão-de-obra escrava negra, o que de certa maneira explica a ausência de comunidades e - por consequência - escolas quilombolas.

A respeito dos estados com um pequeno número de escolas quilombolas, destacam-se Rondônia (três), Santa Catarina (quatro), Mato Grosso do Sul (seis), Paraná (sete) e Amazonas (nove), quantidade que pode ser associada ao número de CRQs. Com exceção do Paraná, os demais são os que possuem o menor número de comunidades no país. O quadro abaixo apresenta os estados brasileiros e o número de CRQs presentes em cada um.

Quadro 1: Número de Comunidades Remanescentes de Quilombos presentes no Brasil no ano de 2016.

Número de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ)							
Estado	Nº de CRQs	Estado	Nº de CRQs				
Acre	0	Paraíba	38				
Alagoas	68	Paraná	37				
Amazonas	8	Pernambuco	138				
Amapá	40	Piauí	86				
Bahia	718	Rio de Janeiro	35				
Ceará	46	Rio Grande do Norte	22				
Distrito Federal	0	Rio Grande do Sul	122				
Espírito Santo	38	Rondônia	8				
Goiás	33	Roraima	0				
Maranhão	653	Santa Catarina	13				
Mato Grosso	69	São Paulo	54				
Mato Grosso do Sul	22	Sergipe	35				
Minas Gerais	275	Tocantins	44				
Pará	245	Total	2847				

Fonte: PALMARES, 2016.

Org.: Autoras.

Pode-se perceber acima que os números mais expressivos aparecem no Maranhão (679), na Bahia (474), no Pará (298) e em Minas Gerais (168), dados que se explicam, assim como nos estados de menor destaque positivo, pela quantidade de CRQs. Neste quesito, no entanto, a ordem não permanece a mesma, sendo que a Bahia possui a maior quantidade, seguida do Maranhão, de Minas Gerais e do Pará. Tais dados podem ser explicados pelo grande número de escravos presentes à época nessas regiões, pois no final do século XVII, com a expansão das áreas destinadas à agricultura para exportação, o tráfico negreiro se intensificou. Com isso, os negros passaram a resistir contra o regime de escravidão e suas condições de vida - o que gerou, consequentemente, os quilombos (REIS, 1995/1996).

Com base no número total de escolas quilombolas no Brasil, cabe frisar que estão divididas entre as que ofertam o ensino fundamental, totalizando 2.174, enquanto o ensino médio é oferecido em 74; esses dados estão detalhados no quadro 2, bem como a unidade federativa que os mantém, além do meio em que estão inseridas, seja no campo ou na cidade.

Quadro 2: Escolas em atividade, localizadas em Comunidade Remanescente Quilombola no ano de 2014.

Núme	ro de e	escolas lo	calizad	as em Comi	unidade F	Reman	escente c	le Quilo	mbo	
	Ensino Fundamental				Ensino Médio					
Estado	Total	Urbana	Rural	Municipal	Estadual	Total	Urbana	Rural	Municipal	Estadual
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alagoas	41	3	38	41	0	1	0	1	0	1
Amazonas	9	0	9	9	0	0	0	0	0	0
Amapá	28	0	28	8	20	6	0	6	0	6
Bahia	460	17	443	457	3	17	12	5	4	13
Ceará	27	0	27	27	0	0	0	0	0	0
Distrito Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Espírito Santo	23	2	21	23	0	0	0	0	0	0
Goiás	45	5	40	39	6	1	0	1	0	1
Maranhão	666	3	663	666	0	13	1	12	0	13
Mato Grosso	33	2	31	28	5	5	1	4	0	5
Mato Grosso do Sul	6	2	4	4	2	1	0	1	0	1
Minas Gerais	168	17	151	145	23	14	6	8	0	14
Pará	298	0	298	298	0	0	0	0	0	0
Paraíba	24	2	22	23	1	0	0	0	0	0
Paraná	7	4	3	4	3	3	1	2	0	3
Pernambuco	90	4	86	87	3	3	2	1	0	3
Piauí	71	1	70	71	0	2	2	0	0	2
Rio de Janeiro	27	8	19	27	0	1	1	0	1	0
Rio Grande do Norte	14	0	14	14	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	50	5	45	48	2	1	0	1	1	0
Rondônia	3	0	3	2	1	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina	4	0	4	4	0	0	0	0	0	0
São Paulo	21	1	20	18	3	1	0	1	0	1
Sergipe	31	2	29	26	5	2	0	2	0	2
Tocantins	28	7	21	22	6	3	3	0	0	3

Fonte: INEP, 2014. Org.: Autoras.

Todos os estados que possuem escolas em território quilombola ofertam o Ensino Fundamental; localizam-se, em sua maioria, nas comunidades rurais e são mantidas com recursos municipais, embora haja um número considerável de escolas mantidas pelo governo estadual, em especial no Amapá - aqui, o número de estaduais é maior do que de municipais. A representatividade das escolas rurais diz respeito à maior ocorrência de comunidades quilombolas no campo, já que os quilombos surgiram em territórios isolados, distantes das cidades.

Em relação ao ensino médio, o número de escolas que o ofertam em território quilombola é drasticamente menor, sendo zero nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rondônia; Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo possuem uma única instituição de ensino com essa especificidade. Tal levantamento releva os inúmeros obstáculos enfrentados pelos estudantes, que já são difíceis de transpor, somados à descontinuidade do ensino nas comunidades quilombolas, podendo levar à maior evasão escolar. Isso gera

outros fatores, como o desinteresse dos discentes por uma escola que não aborde sua realidade e cultura e que não discuta acerca de seus costumes e vivências; por fim, estarão ainda mais expostos às inúmeras formas de racismo, tendo que estudar em uma escola fora de sua comunidade.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE (2009) e analisada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2010, a média de anos de estudo da população com 15 anos ou mais é diferente entre brancos e negros: enquanto os primeiros estudam cerca de 8,4 anos, a média da população negra cai para 6,7. Aliado a isso, ainda segundo os dados fornecidos pelo IPEA (2010), a taxa de frequência - que representa a parcela da população no nível de ensino adequado - também mostra disparidades, já que a frequência da população branca é de 60,3%, ao mesmo tempo em que, para os negros, os números ficam em 43,5%.

Os números apresentados, portanto, se relacionam com a baixa quantidade de escolas quilombolas que ofertam o ensino médio em território brasileiro e contribuem para a manutenção dessa realidade. Os estudantes quilombolas, sem ter como e onde continuar seus estudos, passam a frequentar menos as escolas e, consequentemente, faz com que os anos de estudo dessa parcela da população negra tenda a ser muito baixa.

No Brasil, em números gerais e de acordo com os dados - de 2016 - da Fundação Cultural Palmares, existem 2.847 CRQs e 2.248 instituições de ensino localizadas em comunidades quilombolas. Tomando tais dados como base, totaliza-se que as escolas estão presentes em aproximadamente 79% dos territórios quilombolas brasileiros, entretanto a sua presença não assegura que a Educação Escolar Quilombola seja baseada nas Diretrizes Curriculares e que a escola tenha um espaço físico satisfatório. Miranda (2012) afirma que os piores indicadores da educação em nível nacional fazem referência às escolas quilombolas; estas são, em geral, muito pequenas - uma média de duas salas - e funcionam em regime multisseriado. Normalmente as construções são de pau a pique, não possuindo energia elétrica, água encanada e saneamento básico.

Cabe ressaltar as pesquisas indicando como as escolas do campo, se comparadas às da cidade, possuem estruturas mais precárias, o que explica as condições em que as escolas quilombolas estão inseridas.

A escola é uma instituição que atua na construção de uma sociedade menos injusta e excludente, possibilitando que as diferenças culturais sejam expressas e respeitadas. Para tanto, ensinam-se diversos valores, há envolvimento de toda a comunidade - quando os aspectos históricos e culturais da sociedade são discutidos -, auxiliando na construção e/ou fortalecimento da identidade dos estudantes (SOARES, 2008). A precariedade das escolas quilombolas, entretanto, pode interferir na realização desse processo. Com a ausência de boas condições e de espaço físico, é possível que prevaleçam somente as visões negativas

dos educandos - de parte deles - a respeito da escola, o que, consequentemente, acaba por prejudicar o processo de ensino-aprendizagem oferecido.

No campo das identidades, Soares (2008) relata que as crianças moradoras de uma CRQ, mesmo se reconhecendo enquanto tal, não se dizem quilombolas e negam morar no quilombo.

O fato de poucos sujeitos dizerem que moram num Quilombo parece advir de um dolorido esforço para encontrar, tateando quase no invisível, os retalhos de uma identidade esfarrapada, na tentativa de costurá-los, mostrando ao final uma colcha de retalhos, com aqueles considerados suficientes para garantir o reconhecimento (SOARES, 2008, p. 68).

Diante disso, tona-se compreensível tanta contrariedade em se assumir como pertencente de uma CRQ, visto que é difícil para as crianças e jovens que a habitam assumir uma identidade tão estigmatizada pela sociedade. Surge daí a importância da Educação Escolar Quilombola, pois é por meio dela que a cultura negra é trabalhada: a partir da valorização e da afirmação e do diálogo sobre a realidade história e social dos jovens quilombolas; fomentando o empoderamento dos estudantes, para que se construa uma identidade positiva de seu povo; consequentemente, por meio de tudo que foi dito acima, torna-se possível desconstruir a noção de inferioridade relegada aos negros.

## Considerações finais

O movimento negro tem como uma de suas lutas a discussão dos problemas relativos aos preconceitos e discriminações raciais presentes na sociedade, englobando a busca por acesso à educação formal. Isso ocorre porque a produção do conhecimento é de grande valia para a vida em sociedade, além de ser usada como critério de seleção e/ou exclusão no mercado de trabalho.

Os movimentos iniciados em 1980 fomentaram as discussões a respeito da Educação Escolar Quilombola, já que a escola possui papel de destaque na reprodução do racismo, algo que pode ocorrer de acordo com a organização da estrutura escolar (no conteúdo de um livro didático, por exemplo). As escolas quilombolas, portanto surgem para quebrar o contexto em vigência, pois, valorizando a cultura da população negra e o empoderamento de seus estudantes, a propagação do racismo tende a ser menor.

O livro didático, em sua maioria, apresenta em sua composição a história a partir do ponto de vista do homem branco, tornando invisíveis as demais populações, negras ou indígenas. Essa invisibilidade faz com que os povos não representados sejam inferiorizados em suas páginas, cria e reforça diversos estereótipos, acarretando na negação de seus valores culturais, o que, consequentemente, acaba por dar preferência aos grupos sociais de culturas exaltadas como superiores.

Para barrar um processo tão exclusivo, em 2012 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, de modo com que as Comunidades Remanescentes de Quilombos tivessem o direito à educação nos seus próprios territórios, a fim de reconhecer e valorizar a especificidade étnico-cultural de cada comunidade, possibilitando o fortalecimento da identidade quilombola.

Embora a implantação da Educação Escolar Quilombola seja recente, há um número significativo de escolas presentes em seus respectivos territórios totalizando 2.248 instituições de ensino. Cabe ressaltar, no entanto, que pautar-se apenas por algarismos não é suficiente para compreender sob quais condições a Educação Escolar Quilombola está inserida, bem como se há, de fato, prática efetiva em todos os locais enumerados.

A educação quilombola, portanto, torna-se eficiente e necessária a seu povo na medida em que suas condições estruturais e pedagógicas possam proporcionar uma prática educacional condizente com aquilo que é previsto nas Diretrizes Curriculares. A sua eficiência é o que contribui para o empoderamento das crianças e jovens quilombolas, algo fundamental para continuarem na luta pela garantia de permanência em seu território, o que, consequentemente, contribui na melhoria das condições de vida e ensino dessas comunidades.

#### Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, jul./dez. 2000.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação em Roraima. I. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 9, n. 1, 1993.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da República**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília. DF. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-34.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007, p. 100-122.

FONSECA, Marcus Vinícius. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. In: CAMPOS, Maria Machado Malta et al. (Org.). **Negro e educação:** presença do negro no sistema educacional brasileiro. São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2001. p. 11-36.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE**, Goiânia, v. 7, n. 1, jan./abr. 2011, p. 109-121.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, a. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

INEP. **Data Escola Brasil.** 2014. Disponível em: <a href="http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/">http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/</a>. Acesso em: 17 jun. 2016.

IPEA. **PNAD 2009 –** Primeiras análises: situação da educação brasileira – avanços e problemas.

Oisponível

em: <a href="http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118\_comunicadoipea66">http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118\_comunicadoipea66</a>. pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun.2005.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. In: SANTOS, Sales Augusto (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. p. 121-139.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012. Disponível em: <a href="http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27523620007">http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27523620007</a>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, a. 30, n. 1(61), p. 29-51, jan./abr. 2007.

PALMARES. Quadro geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs). 2016. Disponível em: <a href="http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/QUADRO-RESUMO.pdf">http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/QUADRO-RESUMO.pdf</a>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

PESSÔA, Vera Lucia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 4-18, 2012.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. p. 35-46.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Tradução de: Pour uma géographie du pouvoir.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev. 1995/1996.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Do quilombo à escola:** os efeitos nefastos das violências sociais silenciadas. 2008. 130 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

Recebido para publicação em 04 de janeiro de 2017.

Devolvido para a revisão em 25 de janeiro de 2017.

Aceito para a publicação em 29 de janeiro de 2017.

# Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental - ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiricá - BA

## André Santos de Oliveira

Mestrando na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e-mail: andreagro835@gmail.com

#### Rafael Guimarães Farias

Mestrando em extensão Rural (UFV), Bacharel em Engenharia Agronômica (UFRB)

#### Alicia Ruiz Olalde

Professora adjunta (UNIPAMPA), doutora em Ciência Econômica (Unicamp), Mestre em Política Científica e Tecnológica (Unicamp), Bacharel em Agronomia (Universidad de La República - Uruguai)

#### Resumo

Este trabalho teve como objetivo identificar os avanços e desafios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER através da implementação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES com foco na atuação da equipe técnica. O recorte de estudo são os Projetos de Assentamento - PA's nas comunidades do Jequiriçá e Rancho Alegre, localizados nos municípios de Santa Inês e Ubaíra - BA. Para esta pesquisa, foram utilizados dados secundários do site oficial do governo federal e realizadas entrevistas com a equipe técnica de ATES e os assentados, além disso, foram realizados diagnósticos participativos. Neste sentido, os resultados desse trabalho podem contribuir e possibilitar uma reflexão sobre possíveis mudanças na política de ATES e também na adequação das estratégias de desenvolvimento para os PA's nas comunidades do Jequiriçá e Rancho Alegre.

Palavras-chave: Extensão rural; desenvolvimento rural; reforma agrária.

Advances and challenges of Program of Technical assistance, Social and Environmental - ATES in settlement projects in the Vale of Jequiriçá - BA

# **Abstract**

This work aimed to identify the advances and challenges of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension - PNATER, Through the implementation of the Program of Technical assistance, Social and Environmental - ATES focusing on the performance of the technical team. The study cut is the Settlement Projects - PA's, in the communities of Jequiriçá and Rancho Alegre, located in the municipalities of Santa Inês and Ubaíra - BA. For this research, were used secondary data from the official website of the federal government and interviews were carried out with the technical team of ATES and the settlers, besides that, participatory diagnosis were performed. In this sense, the results of this work can contribute and allow a reflection on possible changes in the policy of ATES and also on the adequacy of development strategies for PAs in the communities of Jequiriçá and Rancho Alegre.

**Keywords:** Rural extension; rural development; agrarian reform.

# Avances y desafíos del programa de asesoramiento técnico, proyectos sociales y ambientales en asentamientos en el Valle de Jequiriçá - BA

#### Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo, identificar los avances y desafíos de la Política Nacional De Asistencia Técnica y Extensión Rural - PNATER, a través de la implementación del Programa de Asesoría Técnica, Social y Ambiental - ATES, enfocado en la actuación del equipo técnico. El área de estudio son los proyectos de asentamiento - PA's en las comunidades de Jequiriçá y Rancho Alegre, localizados en los municipios de Santa Inês y Ubaíra - BA. Para esta investigación, fueron utilizados datos secundarios de la pagina oficial del Gobierno Federal, realización de entrevistas con el equipo técnico de ATES y los asentados, además de la realización de diagnósticos participativos. En este sentido, los resultados de este trabajo pueden contribuir y posibilitar una reflexión sobre posibles cambios en la política de ATES y también en la adecuación de las estrategias de desarrollo para los PA's en las comunidades de Jequiricá y Rancho Alegre.

Palabras clave: Extensión rural, desarrollo rural, reforma agraria.

# Introdução

Ao longo da história, o Estado brasileiro não conseguiu implementar uma política de Reforma Agrária que atenda às necessidades dos assentamentos rurais, isto, porque o predomínio das elites agrárias e a ausência de interesse econômicos e políticos do país contribuem de forma significativa para a ineficácia no desenvolvimento dessas políticas. Ao longo do tempo os assentados através de movimentos e organizações sociais, pressionam o poder público objetivando avançar na elaboração de uma agenda para construção de uma política de reforma agrária que garanta o desenvolvimento econômico e social.

A remitente opção do Estado pela concentração de terras coloca o Brasil como o segundo país de maior concentração da propriedade da terra do mundo, perdendo apenas para o Paraguai. Um dos resultados dessa opção é a má distribuição de renda como é apontada pelo índice de *Gini*<sup>1</sup>, segundo os dados da ONU envolvendo 187 países, apenas sete deste apresentam distribuição pior do que a do Brasil 53,9: Colômbia, Bolívia, Honduras, África do Sul, Angola, Haiti e Comores.

Segundo Stedile (2012), no Brasil nunca se efetivou um programa de reforma agrária verdadeiro e o que houve depois da redemocratização foram desapropriações pontuais de alguns latifúndios e um programa mais amplo de colonização de terras públicas na Amazônia que não afetaram a estrutura da propriedade da terra. Ainda para o autor, as desapropriações de latifúndios oscilam a cada governo muito mais como fruto da pressão

219

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Mede a desigualdade na distribuição de renda numa escala que varia de 0 a 100, sendo 100 o índice de maior concentração.

social dos movimentos e organizações sociais do que de um amplo programa de reforma agrária estruturado pelo Estado.

A demanda atual da reforma agrária é operacionalizada pelo Estado através do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES amparado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e visando prover assessoria técnica, social e ambiental para as famílias dos Projetos de assentamento - PA's reconhecidos pelo INCRA. Deste modo, o INCRA é o órgão que coordena o programa de ATES nacionalmente por meio da Diretoria de Desenvolvimento de PA's e regionalmente através de suas superintendências.

A proposta metodológica do programa de ATES traz embutida uma concepção inovadora e desafiadora com intenção de romper com o modelo convencional de produção difusionista e mitigar as consequências da intensa perturbação nos agroecossistemas oriundos de desmatamentos, perda da biodiversidade, erosão dos solos, poluição, contaminação ambiental, endividamento, êxodo rural, marginalização, inchamento das cidades, desemprego e prostituição.

São inúmeros os desafios para implementar esse modelo proposto pelo programa de ATES, desde a formação dos técnicos até a falta de infraestrutura nos assentamentos. Diante desse cenário cabem alguns questionamentos fundamentais deste artigo: Há avanços na implementação do programa de ATES? Como os profissionais estão contrapondo o modelo de produção difusionista? Como os assentados avaliam o desenvolvimento dessa proposta? Essas questões foram analisadas no período de 2008 a 2012, início dos trabalhos de ATES na região, no núcleo operacional do município de Santa Inês-BA².

# Metodologia

Para a avaliação de uma política pública o estudo de Patton (1987) aponta para uma pesquisa qualitativa, pois possuem vantagens aplicadas à análise de políticas sociais ou organizacionais. A pesquisa qualitativa apresenta-se com diversas características que permite abordar o objeto com garantia de sensibilidade nos resultados (MAJCHRZAK, 1984).

O presente estudo visa observar a atuação da equipe de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES nos Projetos de assentamentos - PA's em 2009. Para subsidiar

220

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Os projetos de assentamentos - PA's estudados estão localizados no município de Santa Inês - BA, sendo que o Jequiriçá apresenta uma parte de sua área no município de Ubaíra.

essa observação, realizou-se um Diagnóstico Rápido Participativo - DRP no intuito de perceber um retrato da situação dos PA's em Jequiriça e Rancho Alegre. O DRP foi desenvolvido a partir da divisão dos assentados em grupos incumbidos de identificar com grãos de milho no mapeamento desenhado em papel parede, na perspectiva da construção de indicadores, através das seguintes técnicas:

Calendário sazonal - Foi possível verificar como estão distribuídas as atividades dos assentados durante os meses do ano, permitindo verificar as seguintes indagações: Quais são os fatores que contribuem para que a ocupação se acentue nos meses de maior concentração de atividades? Quais atividades alternativas poderiam ser desenvolvidas para preencher o tempo ocioso?

Matriz de conflitos - Nesta matriz verificou-se os fatores de conflitos (nas relações entre membros) e os tipos de conflitos (são os fatores que levam aos conflitos dentro das relações). Nesta matriz existiu um espaço, caso surgisse alguma outra sugestão de atores e/ou tipos de conflitos. Em seguida os assentados marcaram cada um com um grão de milho as áreas em que eles consideraram existir conflitos. Posteriormente, fez-se uma comparação entre as matrizes de conflito aplicadas nos PA's. Ao final obteve-se um diagrama dos conflitos que existem nos assentamentos.

Da qualidade de vida - Nesta atividade, o grupo de assentados identificou as alterações que ocorreram na qualidade de vida; antes de vir para os PAs e depois de vir para os PAs. Isso possibilitou visualizar as ocorrências de melhorias na qualidade de vida dos assentados após começarem habitar no assentamento. Com os resultados adquiridos analisaram-se quais fatores levaram a melhoria nos pontos mais citados.

Assim, em 2012 foi possível retornar aos PA's e fazer uma comparação *Ex post*<sup>3</sup> com o objetivo central de compreender os avanços e desafios na implementação do programa de ATES no município de Santa Inês-BA. Para tanto o instrumento de coleta de dados foi à aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturada com intenção de correlacionar as informações obtidas pelo DRP em 2009, no início do trabalho, com a realidade dos PA's em 2012. As entrevistas foram realizadas com roteiros específicos para: os núcleos operacionais de Assistência Técnica Social e Ambiental - ATES, assentados e diretoria dos PAs. Para obter as informações gerais foram realizadas pesquisas secundárias em sites oficiais.

# Aspectos gerais sobre os PA's e o programa de ATES no Brasil

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Quer dizer, depois da sua execução, com vista a determinar possíveis desvios e a atualizar a avaliação.

Os PAs, objeto deste estudo, são oriundos de desapropriações para fins de reforma agrária, localizados na região semiárida no município de Santa Inês e estão vinculados ao INCRA pela Política Nacional de Reforma Agrária, o PA Jiquiriçá desde 23/04/2004 e o PA Rancho Alegre desde 05/05/2005. Sendo o PA Jiquiriçá com capacidade de assentar 61 famílias, sendo o número real de assentados 59. O PA Rancho Alegre tem capacidade de assentar 60 e estão todas as vagas preenchidas.

No decorrer dos anos, a luta pela terra e trabalho foi um confronto entre os que não possuem terras e estão ligados aos movimentos e organizações sociais em conflito com a elite brasileira que fundamentalmente tem característica latifundiária e oligárquica. Apesar da luta pela terra ser um tema que surge desde a colonização do Brasil, o primeiro movimento organizado de luta pela Reforma Agrária surgiu em 1955, com a 1º Liga Camponesa em Pernambuco, sendo constituída de um movimento formado por trabalhadores rurais, religiosos, sindicalistas, militantes de partidos políticos e intelectuais da academia. Um ano antes, foi criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Pouco a pouco foram nascendo os sindicatos rurais. As Ligas resistiram poucos anos após a instalação da ditadura militar, mas serviram de incentivo para vários movimentos de luta pela terra. Nesta configuração se constituirão os movimentos sociais do campo que se consolidam com o processo de redemocratização (MEDEIROS e LEITE, 1999).

Como resultados da exclusão e das duras condições impostas aos trabalhadores rurais, surgiram diversas associações com o objetivo de representar e defender os interesses deste segmento social. Passado décadas desde que se findaram as ligas camponesas, ainda encontra-se presente a necessidade de se refletir acerca das relações e da concentração fundiária no cenário rural brasileiro, observado como grandes obstáculos a serem superados, e para tanto, demanda ações de pressões sociais que desencadeiem políticas públicas estruturais (SILVA, 2009).

Para Sodré (2002), o cumprimento dos objetivos da reforma agrária passaria pela criação de novas unidades de produção através do reordenamento da terra e o acesso a políticas de infraestrutura agrícola e social. Esses fatores favorecem a continuidade dos trabalhadores rurais no campo através da geração de emprego e renda. Além disso, a autora afirma que as políticas devem condicionar a promoção de justiça social e a cidadania através de incentivos à vida comunitária melhorando a qualidade de vida. Em seus resultados, ela descreve que a noção de projeto de assentamento rural envolve a continuidade do homem e da mulher no campo, no entanto, esse envolvimento deve estar associado à oferta de condições básicas para sobrevivência.

Uma importante consideração acerca dos assentamentos é destacada por

Albuquerque (2004), na perspectiva de integrar os assentados às comunidades vizinhas e proporcionar que eles possam produzir para a sua subsistência e comercialização. Essa perspectiva da produção nos assentamentos tem se agravada pela ausência de assessoria técnica e planejamento produtivo para adequação da atividade agrícola nessas comunidades. Em última análise, os projetos de assentamento muitas vezes não levam em consideração os comportamentos socioculturais das famílias assentadas.

Pesquisas realizadas por Mello, (2012) com PA's consolidados na Bahia, mostraram que os assentados do Sul da Bahia (região com maiores pluviosidades e melhores condições de renda) não apresentaram rendas maiores em relação aos assentados do Semiárido (região de baixa pluviosidade e condições de renda), justo onde a distribuição das chuvas são mais uniformes durante o ano, associado a isto os bons solos, além de culturas relativamente mais rentáveis, em especial, o cacau. Essa contradição poderá ter como referência a visão assistencialista e não emancipatória, também compartilhada pelos assentados e o associativismo forçado pelas políticas públicas que comprometem os resultados dos PA's. Segundo Cardel et al. (2013) cada caso representa do ponto de vista antropológico um conjunto de fatores inter-relacionados com a condição humana para sobrevivência, daí a necessidade de instrumentalizar diversas formas de relacionamento por parte dos indivíduos, sendo estas, possivelmente desconsideradas quando se pensa metodologias para o desenvolvimento e implantação das políticas públicas para os assentamentos.

Os assentamentos rurais brasileiros representam, sob o ponto de vista das famílias hoje assentadas, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. Daí as dificuldades de apreender esta realidade que é dinâmica (BERGAMASCO, 1997).

Sob muita discussão e pressão social dos movimentos e organizações sociais o poder público põe na agenda a proposta, em tese, de atender essas demandas contemporâneas dos agricultores familiares em suas diversas tipologias, dentre elas o assentado. Diante deste cenário, em 2004 constituiu-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER de forma participativa com articulação de diversas esferas do governo Federal, unidades federativas, segmentos da sociedade civil, representantes dos agricultores familiares e movimentos sociais. Esta, propõe contribuir em uma ação institucional que possibilite a implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável com estímulo para geração de renda e de novas oportunidades de trabalho, para isto propuseram potencializar atividades de produção que

possibilitem oferta de alimentos saudáveis e, também apoiar a construção de redes de comercialização regional e internacional, estimulando setores para implantação de agroindústrias assim como atividades rurais não agrícolas, mas, sobretudo, o elemento central da PNATER é enfatizar a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre (MDA, 2004).

A PNATER serve como base para diversos programas e projetos de extensão rural. Envolvido nesta política e conveniente ao estudo deste artigo destaca-se o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES. Este programa propõe uma metodologia inovadora e de caráter educativo, buscando promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. No aspecto institucional, o Programa é executado em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária. (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

O programa de ATES contribui para o desenvolvimento rural na perspectiva da sustentabilidade, buscando ações que prezam pela qualidade de vida dos assentados, focado em indicadores do desenvolvimento socioambiental, também econômico e produtivo. Demandando uma assistência técnica diferenciada superando as barreiras convencionais de intervenção difusionista, tendo em vista que há necessidade de maior envolvimento dos técnicos com as questões. Essa abordagem desafiadora requer profissionais que sejam capazes de entender o papel educativo reflexivo da extensão rural, agindo como educador, problematizando a situação em que está inserido e se aproximando do local de atuação, ou seja, uma visão de extensão citada por Freire.

(...) não pode, em termos concretos, reduzir o seu que fazer a esta neutralidade inexistente: a do técnico que estivesse isolado do universo mais amplo em que se encontra como homem. Assim é que, desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homemnatureza, seu trabalho assume este aspecto amplo em que a capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma. Esta indeclinável responsabilidade do agrônomo, que o situa como um verdadeiro educador faz com que ele seja um (entre outros) dos agentes da mudança. Esta responsabilidade não é exclusiva do agrônomo-educador nem dos educadores em geral, mas sim de todos quantos, de uma ou de outra maneira, estão dando sua contribuição ao esforço de reforma agrária. (FREIRE, 1983, p. 37).

As equipes técnicas são constituídas por profissionais das ciências agrárias, sociais, ambientais e econômicas. A intervenção destes nos PA's tem adotado metodologias

participativas de ação por meio de um enfoque pedagógico construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Esta metodologia deve permitir, também, a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas, para situações semelhantes em diferentes contextos.

## Resultados e discussão

A estrutura e o funcionamento da ATES busca coerência entre a concepção de uma extensão rural democrática, assessoria técnica, social e ambiental e as políticas voltadas para reforma agrária com o objetivo de proporcionar, para as famílias assentada, condições para o seu pleno desenvolvimento. A ATES é considerado como uma política pública de fundamental importância para o desenvolvimento dos PA's, colaborando com a transformação da realidade das famílias assentadas e fortalecendo o elo entre os assentados e o meio onde estão inseridos (INCRA, 2010).

Embora reconhecendo que o período de atuação do Programa de ATES é ainda pequeno para avaliar os impactos do mesmo, foi possível constatar alguns avanços e desafios que a implantação desse programa apresenta nos referidos PA's.

A rotação dos profissionais da equipe técnica aconteceu duas vezes: (i) a primeira foi à saída do agrônomo que segundo a equipe de ATES em entrevista justificou a dificuldade em conseguir situar-se na dinâmica dos assentamentos, além disso, haviam outros motivos pessoais que o levaram a solicitar destituição; (ii) a segunda foi um técnico agrícola que encontrou uma proposta de trabalho que, segundo ele, foi melhor e optou por sair. Segundo depoimentos dos atuais componentes, outro fator que leva os profissionais a sair do quadro da equipe é a falta de segurança de continuidade do trabalho, ou seja, a instabilidade laboral faz com que muitos profissionais procurem outros locais para trabalhar.

No PA Jequiriçá através dos DRP's e entrevistas com a diretoria do assentamento verificamos que os assentados manifestaram dificuldades em romper com a cultura individualista principalmente na manutenção e desenvolvimento das áreas coletivas que estão em condições de abandono.

A cultura assistencialista internalizada no assentamento dificulta o desenvolvimento de trabalhos pela equipe de ATES, voltados para emancipação e autogestão do assentamento.

As mulheres do PA Jequiriçá apresentam dificuldades em desenvolver atividades independentes dos maridos. Isto porque, a rotina diária (cuidar das crianças, casa, alimentação e ajudar o marido na roça) lhe consome a maior parte do tempo, dificultando o surgimento de atividades econômicas independentes desse contexto. A relação de domínio

e opressão que o homem da família realiza na construção da sua relação conjugal prende a mulher nos seus fazeres domésticos, impossibilitando-a o desenvolver outras atividades de agregação de renda e valor.

Pela proximidade com a zona urbana o PA Jequiriça apresenta uma categoria de assentados "diurnos" e outra de assentados "moradores", de acordo com as famílias a percepção de identidade para o assentado, está relacionada com a correlação de atividades que compreendem o espaço urbano e do campo.

Nos DRP's e entrevistas com os assentados e diretores do PA Rancho Alegre ficou evidente que o desenvolvimento do projeto depende principalmente da implementação das condições estruturais como acesso a crédito, água potável e condição de sobrevivência no campo.

Mesmo com a dificuldade em romper com a cultura individualista os assentados conseguiram construir mecanismos de divisão do trabalho que possibilitou ao assentamento desenvolver as atividades nas áreas consideradas coletivas. Isto representa do ponto de vista organizacional uma nova forma de construir as relações de trabalho. Mesmo que o individualismo ainda seja fator preponderante.

Diferente do PA Jequiriçá, no PA Rancho Alegre possui uma predisposição das mulheres em construir ações de desenvolvimento alternativo para complementar a renda da família. As principais formas citadas foram beneficiamento caseiro de produtos oriundo da mandioca, milho e leite. A forma de trabalhar o potencial do grupo de mulheres nesse PA é diferente em relação ao Jequiriçá, pois a forma de organização interna foi estabelecida de maneira diferente, em que as mulheres no PA Rancho Alegre, além de cumprirem atividades dentro do lar e ajudarem seus cônjuges no campo, estabeleceram um cronograma de reuniões para discutir assuntos relacionados ao desenvolvimento produtivo das mulheres. Caso que não acontece no PA Jequiriçá que não tem nenhum calendário de reunião e as mulheres executam atividades dentro do lar e nas roças com os maridos.

O PA Rancho Alegre apresenta uma distância considerável do centro urbano. Isto possibilita aos assentados um maior contato diário entre eles, estabelecendo desta forma maiores condições para ampliar relações de confiança entre assentados. Principalmente pelo fato da concepção dos grupos dentro do PA girarem em torno das condições materiais de produção, por exemplo, a troca de diárias - um dia o agricultor "A" trabalha na área do agricultor "B" e no dia seguinte inverte, possibilitando desta forma o desenvolvimento de relações associativistas.

Nos serviços de ATES a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER pelo caráter de correções estruturais nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER vem encontrando uma série de barreiras. Dentre elas, destacamos a necessidade de materialização de um Sistema Nacional de ATER para possibilitar condições de articulação das entidades que atuam com a ATER em todo território nacional. Também, percebe-se que os recursos destinados ao desenvolvimento da ATER no país ainda não são suficientes para atender toda a demanda do território nacional. Como exemplo, observa-se na relação dos assentamentos para acesso aos financiamentos e implantação da infraestrutura básica. Segundo os entrevistados a questão do acesso ao crédito não é pela falta de recursos senão pela morosidade do INCRA em fazer a delimitação das áreas de reserva, o licenciamento ambiental e o parcelamento, que são prévios ao crédito.

Devido à implementação da ATES, os PA's tiveram mudanças internas similares e progressivas. Nos dois casos estudados foram formalizadas comissões internas para fiscalizar e tomar medidas coletivas acerca dos problemas ambientais. Construíram comissões de negociação com o poder público municipal para resolverem problemas como falta de água e transporte escolar. Ambos tiveram um avanço no número de produtores com a Declaração de aptidão ao PRONAF.

Uma dificuldade latente apresentada pelos profissionais (agrônomos e técnicos) nos PA's consiste na tentativa de estabelecer um plano estratégico para cada realidade dos assentamentos. Há grande insatisfação dos assentados em relação a dificuldade em melhorar os sistemas de produção e criação.

Também ficou registrado através dos relatos e entrevistas que há um desafio de impulsionar a construção de um profissionalismo diferenciado. Isto exige a continuidade e ampliação do processo de formação de Agentes de ATER. Também está posta a necessidade de mudança nos conteúdos e grades curriculares das Instituições de ensino médio, técnico e superior. Desta forma, acredita-se que poderá permitir condições para formar profissionais capazes de atender a atual demanda do meio rural com base nos princípios da PNATER.

A participação das Organizações Não Governamentais também representa um desafio, pois, exercendo papéis que é dos órgãos públicos se vêem sempre dependente de submissão de propostas de projetos de execução em curto prazo para ter acesso aos recursos, desta forma um problema se instala na implantação de infraestrutura e contratação de profissionais técnicos, por conta de não ter garantia de continuidade dos recursos. Com isso, existe a necessidade de consolidar parcerias que permitam a continuidade dos serviços por mais tempo e com qualidade.

#### Conclusões

Apesar dos PA's apresentarem avanços no que se refere às questões relacionadas à organização e problemas sociais, verificou-se uma lacuna no desenvolvimento das forças produtivas onde não houve mudanças no aumento da produtividade agropecuária das famílias.

Evidencia-se que para ambos os PA's faz-se necessário a construção de estratégias de desenvolvimento de maneira diferenciada devido ao avanço organizacional interno de um em relação ao outro e o envolvimento dos assentados é decisivo para que se consiga êxito nas ações desenvolvidas.

Há dificuldade dos profissionais em aplicar as metodologias de extensão que foi pensada para o programa de ATES. Com isso, verifica-se a necessidade de ajustar a proposta teórica com as especificidades dos PA's em consonância com a realidade prática dos profissionais que implementam o programa.

É necessário consolidar parcerias que garantam a continuidade dos serviços de ATES por um tempo maior de maneira que possibilite a obtenção de resultados mais conclusivos acerca da viabilidade desta política pública no processo de desenvolvimento dos PA's.

#### Referências

ALBUQUERQUE, F. et al. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Psicologia em estudo**, Maringá-PR, v. 9, nº 1, 2004; p. 81-88.

BERGAMASCO, S. M. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números, **Estudos Avançados**, São Paulo-SP, v. 11, n° 31, 1997; p. 37-49.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. MDA versão final, 25/05/2004.

	<b>Desenvolvimento agrário como estratégia</b> . NEAD, Porto Alegre - RS, 2006.						
	Manual de Assessoria técnica social e ambiental - ATES. INCRA, Brasília						
2008	<del></del>						

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio: Jacques. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 65p.

INCRA, Instituto nacional de colonização e reforma agrária. **Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros da reforma-agraria/file/1152-pesquisa-qualidade-de-vida-nos-assentamentos-2010. Acesso em: 11/11/2012.

MAJCHRZAK, A. Methods for Policy Research. Beverly Hills (California): Sage, 1984.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS/CPDA, 1999, 286p.

MELLO P. F.; BISPO L. D. Compreendendo os assentamentos da Bahia. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - VII. SOBER - Nordeste, **Anais**, Ilhéus-BA, 2012, (CD ROM).

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P. Reforma agrária e a atuação do estado na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural para assentados. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Orgs.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional**: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 83 -104.

PATTON, M. Q. How to use qualitative methods in evaluation. Newbury Park (Califórnia): Sage, 1987.

SILVA, T. M. M. A presença das ligas camponesas na região Nordeste. **Anais** do XIX Encontro nacional de geografia agrária, São Paulo - SP, 2009.

SODRÉ, M. L. Reforma agrária e qualidade de vida o caso do projeto de assentamento **Nova Palmares**, Dissertação (Mestrado) - Escola de Agronomia - Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas - BA, 2002.

STEDILE, J. P. **Cadê a reforma agrária?** Disponível em: <a href="http://www.mst.org.br/Cade-a-Reforma-Agraria">http://www.mst.org.br/Cade-a-Reforma-Agraria</a> Acesso em 20/12/2012.

VARGAS, D. L. de. Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS, **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 16, nº 22, 2013; p. 127-132.

CARDEL, L. M. P. S. et al. Práticas e contradições: em estudo de caso sobre camponeses assentados no Médio São Francisco. **Revista Economia e Sociologia Rural.** Brasília-DF, v. 51, nº 4, 2013; p. 625-644.

Recebido para publicação em 04 de maio de 2016.

Devolvido para a revisão em 02 de dezembro de 2016.

Aceito para a publicação em 28 de janeiro de 2017.

# Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo

# Jéssica Silva Moreira Camargo

Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito e-mail: viviaplanta@gmail.com

#### **Rafael Navas**

Docente na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e-mail: rafael.navas@ceca.ufal.br

#### Resumo

O objetivo desse trabalho foi avaliar os impactos dos Programas Institucionais de Compra da Agricultura Familiar na diversificação de cultivos e sua contribuição para a alimentação de agricultores familiares de Ribeirão Grande/SP. Foram realizadas entrevistadas semiestruturadas com 22 famílias. Os Programas proporcionaram melhorias econômicas, porém tem ocasionado a especialização de cultivos e aumento do consumo de itens industrializados e redução da produção para autoconsumo.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar; sistemas agroalimentares.

# Buying institutional programs of family farming in the municipality of Ribeirão Grande/SP: an analysis from the production and consumption

#### Abstract

The objective of this work was to evaluate the impacts of the Institutional Programs of Purchase of Family Agriculture on the diversification of crops and their contribution to the feeding of family farmers of Ribeirão Grande/SP. Semistructured interviewees were conducted with 22 families. The Programs have provided economic improvements, but have led to specialization of crops and increased consumption of industrialized items and reduced production for self-consumption.

**Keywords:** Food Acquisition Program; National School Feeding Programme; agrifood systems.

# Programas institucionales de compra de la agricultura familiar en el municipio de Ribeirão Grande/SP: una análisis de la producción y consumo

### Resumen

El objetivo de este estudio fue evaluar el impacto de los Programas Institucionales de compra de la agricultura familiar en la diversificación de cultivos y la contribución a la alimentación de los agricultores familiares en Ribeirão Grande/SP. El trabajo se realizo com encuestas semiestructurada con 22 familias. Los programas proporcionarán mejoras económicas, pero ha dado lugar a la especialización de los cultivos y el aumento del consumo de productos industriales y la reducción de la producción al consumo.

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 230-245	Jan-Abr./2017
--------------	---------------------	----------------	-------------	---------------

**Palavras claves:** Programa de aquisición de alimentos; programa nacional de alimentación escolar; sistemas agroalimentarios.

# Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.696/2003 como uma das ações do Programa Fome Zero, com objetivo de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de contribuir para formação de estoques, fortalecer a agricultura familiar e abastecer o mercado institucional de alimentos (HESPANHOL, 2013).

Os produtos de origem da agricultura familiar são adquiridos pelo Governo Federal sem a necessidade de licitação e o Programa possui seis modalidades, sendo a Compra com Doação Simultânea a mais acessada pelos agricultores.

O PAA representou um grande avanço para os primeiros alicerces das aquisições institucionais de produtos pela agricultura familiar e vem contribuindo para o fortalecimento do setor. O programa tem promovido o fortalecimento das organizações de produtores e o desenvolvimento sustentável (SAMBUICHI et al., 2014) e tem conseguido cada vez mais legitimidade social nos espaços político-institucionais (GRISA et al., 2011).

A modalidade Compra com Doação Simultânea tem incitado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares, notadamente no que concerne à diversificação produtiva, restaurando a policultura, que era comum na agricultura familiar e com a modernização acabou conduzindo os agricultores à especialização produtiva, monoculturas e produção de *commodities*, expondo os mesmos à vulnerabilidade social. Nessas situações, o PAA tem se destacado por incentivar a diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção a uma demanda diversificada. Muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar produtos locais que até então eram depreciados ou não tinham seu valor comercial reconhecido (GRISA et al., 2011).

Segundo Leal (2015) o PAA vem como um importante instrumento de política pública, contribuindo para a segurança alimentar, mas ainda não é uma política consolidada, pois são poucas famílias beneficiadas e os recursos ainda não atendem a demanda. Coca (2015) relatou que o PAA tem contribuído para maior autonomia dos camponeses no Paraná, sendo uma política emancipatória, mesmo ocorrendo problemas, como dificuldades de comercialização de produtos de origem animal e o baixo valor da cota anual. O autor cita também que o Programa tem exercido importante papel na dinamização das unidades de produção, com incentivo à formação de cooperativas e associações, diversificação produtiva, garantia de renda e valorização do trabalho feminino. Para Vinha e Schiavinatto

(2015) essa política tem potencializado a soberania alimentar e criado alternativas à agricultura capitalista, com defesa da produção de alimentos sadios.

Outro Programa que tem contribuído para o fortalecimento da Agricultura Familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora existente desde a década de 1950, a partir de 2009, de acordo com a Lei nº 11.947/2009 passou a ter a obrigatoriedade de compra de no mínimo 30% de produtos adquiridos diretamente da agricultura familiar e ampliou as exigências alimentares e nutricionais relativas à alimentação servida nas escolas públicas.

De acordo com Sambuichi et al. (2014) o PNAE tem incentivado a compra de produtos agroecológicos e orgânicos, com acréscimo de preço nas compras e tem proporcionado maior diversificação produtiva, sendo uma estratégia importante para o fortalecimento da produção familiar, pois garante mais segurança da renda e conservação ambiental. Os autores citam também que esse Programa tem promovido o fortalecimento das organizações dos produtores, permitindo mais condições de competitividade e estrutura para agregar valor aos produtos, além da aproximação de produtores e consumidores e o fortalecimento dos mercados locais.

A conexão entre a agricultura familiar e alimentação escolar garante o emprego de alimentos variados, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais, o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (PNATER, 2007).

Segundo Turpin (2009) o PNAE tem promovido o fortalecimento da economia local pela retenção do capital gasto pelo Poder Público dentro da própria região, além do aumento e diversificação da produção, fortalecimento institucional, garantia de renda e aumento da qualidade de vida, sendo um propulsor do desenvolvimento local. Para Ribeiro et al. (2013) o PNAE proporcionou incentivo e desenvolvimento da pequena propriedade rural, com criação de mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, além da formação de hábitos alimentares saudáveis e desenvolvimento local nos municípios brasileiros.

Pesquisas vêm sendo desenvolvidas evidenciando os impactos socioeconômicos dessas políticas para a agricultura familiar, porém, pouco se tem detalhado sobre seus impactos na alimentação dos agricultores. Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar os impactos dos Programas Institucionais de Compra da Agricultura Familiar, sob o aspecto de diversificação de cultivos entre agricultores familiares de Ribeirão Grande/SP e sua contribuição para o consumo e alimentação dos mesmos.

# A produção e o autoconsumo

Um dos pioneiros no estudo da produção para autoconsumo foi Chayanov (1974), que considera a unidade econômica camponesa como uma unidade de trabalho e consumo familiar. Para o autor, o camponês executa as tarefas e trabalhos produtivos visando o equilíbrio entre o consumo e o trabalho da família, levando em conta a composição e o tamanho da mesma.

Para Chayanov (1974) as ações e lógicas do campesinato eram direcionadas para o bem estar da família e as estratégias tinham como objetivo a obtenção do consumo, sendo essa a condição básica de bem estar do grupo doméstico. Segundo o autor, as unidades que possuem o consumo necessário dos seus membros possuem também maior autonomia frente à sociedade envolvente.

Chayanov (1974) ainda considera que o mercado é o principal determinante da organização da unidade camponesa, definindo as mercadorias que o agricultor vai produzir, fazendo com que o mesmo empregue sua força de trabalho nessas atividades, visando obter as melhores remunerações e nesse contexto, o mercado faz com que o equilíbrio consumo/trabalho comece a ser desestruturado no interior da família.

Outros autores, como Gazolla (2004) considera a produção para autoconsumo como característica própria da agricultura familiar, cumprindo internamente à unidade familiar a função de manter a satisfação das necessidades básicas, como a alimentação (MALUF, 2002).

Essa produção confere às unidades maior controle sobre o processo produtivo e sobre sua reprodução social (PLOEG, 2006).

De acordo com Maluf (2002) a viabilização das atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias do meio rural, como fonte direta de renda e de alimentos para o autoconsumo.

Segundo Gazolla (2004) a produção para autoconsumo não tem apenas a função de alimentar a família, mas está relacionada à esfera cultural dos agricultores, ao seu modo de vida e à autonomia reprodutiva frente ao contexto socioeconômico.

A segurança alimentar apareceu mais explicitamente no cenário das políticas públicas brasileiras somente a partir dos anos 1980. No bojo desses debates a respeito da segurança alimentar é observado que essa aponta para além do aspecto da qualidade nutricional do alimento, mas também ao respeito aos hábitos culturais e aos modos de produção ecologicamente sustentáveis.

Numa perspectiva antropológica, a alimentação deve ser vista como uma dimensão da cultura em interação dinâmica com o meio ambiente, a economia e os valores de cada grupo social.

Para se alcançar a segurança alimentar é preciso pensar na qualidade nutricional dos alimentos, nos hábitos alimentares de cada grupo social e na contínua produção e presença de alimentos (MALUF e MENEZES, 2000).

Silva e Costabeber (2013) destacam que a produção de alimentos praticada pelas sociedades rurais sempre esteve fortemente ligada às estratégias de segurança alimentar, caracterizadas pela ligação direta com a natureza e pelas formas com que o homem se relaciona com ela. Atualmente para os autores, observa-se uma ruptura desse processo, em razão da inserção do modelo de desenvolvimento capitalista na agricultura e pela aproximação dos universos urbano e rural, levando os agricultores a atender o mercado, em substituição às necessidades alimentares da família e ao aumento e diversificação dos níveis de renda, através da priorização em atender os mercados.

Para Menasche et al. (2008) na atual agricultura familiar, coexiste os cultivos e criações realizadas com as modernas tecnologias, com as técnicas tradicionais de produção de alimentos voltada ao autoconsumo das famílias, contribuindo para sua segurança alimentar e suas estratégias de reprodução social.

# Metodologia

O Município de Ribeirão Grande (24º05'57" S 48º21'55" O) localiza-se no Vale do Alto Paranapanema, na região sudoeste do Estado de São Paulo. A área do município com mata atlântica corresponde a cerca de 40% da sua área territorial e possui população de 7.419 habitantes.

O grupo de agricultores dessa pesquisa é formado por 59 pessoas participantes do PAA, das quais apenas 12 participam também do PNAE, pois a demanda de merenda do município é baixa. Do total de agricultores participantes dos programas, foram selecionados 22 famílias para a realização das entrevistas, que se concentram em quatro bairros rurais: Ferreira dos Matos, Rodrigues, Capoeira Alta e Machado e foram escolhidos aleatoriamente.

No bairro Ferreira dos Matos concentra-se o maior número de agricultores inseridos nas políticas públicas e também é um dos bairros mais populosos da cidade, onde a maioria dos moradores possui algum tipo de parentesco, constituindo a família Ferreira. Atualmente o bairro possui pavimentação asfáltica, uma escola municipal, mercado local, uma pequena padaria e uma igreja, onde acontecem festas durante todo o ano. O bairro dos Rodrigues localiza-se a 5 km do centro da cidade e não possui comércio local. Dos quatro bairros percorridos, Capoeira Alta é o bairro mais distante do centro de Ribeirão Grande, localizando-se em torno de 9 km da cidade. O bairro não possui nenhum comércio local, mas os moradores informaram que semanalmente passam vendedores de pães, queijos, peixes, entre outros produtos. O bairro Machado possui apenas um agricultor inserido nos

programas PAA e PNAE. Não possui nenhum comércio local, apenas uma pequena igreja e um campo de futebol, onde a maioria dos moradores do bairro e visitantes realizam atividades nos finais de semana.

As entrevistas tiveram duração média de 4 horas, sendo parcialmente estruturadas, em que alguns tópicos foram fixados e outros redefinidos conforme o andamento da entrevista e dessa forma permitiu maior controle da situação pelo entrevistado (VIERTLER, 1988), ficando mais livre para a conversa. Nessa ocasião, as entrevistas buscaram identificar o sistema de produção animal e vegetal e os hábitos alimentares das famílias e ocorreram no segundo semestre de 2014.

## Resultados e discussão

A diversidade de cultivos vegetais e criação animal podem ser observados nos Gráficos 1 e 2 respectivamente. Observa-se que a diversidade entre o grupo é alta, porém nas propriedades a diversidade é relativamente baixa em relação ao grupo. As espécies mais cultivadas pelos agricultores são as de ciclo curto, por ser de fácil cultivo e rápida comercialização. Esse fato é reflexo da especialização em determinados cultivos, considerando que o grupo de agricultores se reúne uma vez ao mês para definição das culturas a serem entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos, sendo limitado até cinco produtos diferentes por agricultor. Esse fato foi definido pelo grupo visando proporcionar melhor logística para o projeto no município. Diferentemente de outras pesquisas que evidenciam o aumento na diversidade de culturas com a inserção do PAA e PNAE (COCA, 2015; VINHA e SCHIAVINATTO, 2015; LEAL, 2015; SAMBUICHI et al., 2014; GRISA et al., 2011), no município de Ribeirão Grande a venda para os Programas Públicos tem proporcionado o cultivo de poucas espécies, visando facilitar o manejo pelo agricultor e a logística da execução do PAA.

Observa-se que poucas propriedades possuem criação animal, sendo a mais frequente a criação de aves, que tem a finalidade principal o abastecimento da família em ovos e carne. Segundo os entrevistados, a partir do ingresso dos produtores no PAA e PNAE, a criação animal foi reduzida em razão da maior dedicação do tempo para os cultivos vegetais, considerando que sua entrega se realiza semanalmente, possuem ciclo rápido de produção, com rápido retorno econômico, além da necessidade de obtenção de certificados de inspeção para venda dos produtos animais, o que inviabiliza sua venda para os agricultores de Ribeirão Grande que não possuem a infraestrutura necessária.

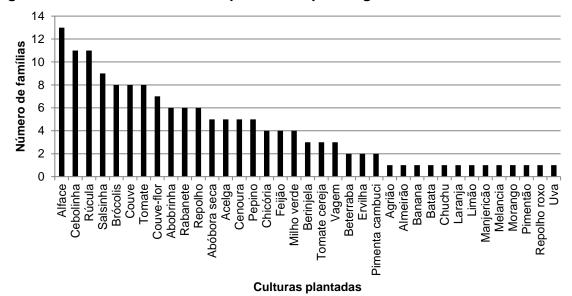


Figura 1. Diversidade de culturas produzidas pelos agricultores de Ribeirão Grande

Organização: Autores

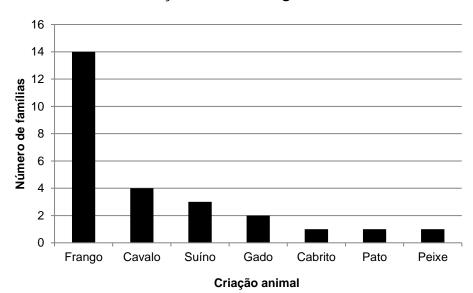


Gráfico 2. Diversidade de criação animal dos agricultores de Ribeirão Grande

Organização: Autores

Esta redução da criação animal pode ter impacto na menor disponibilidade de insumos para uso na produção vegetal, como esterco, levando os agricultores à maior dependência do mercado de insumos e de adubos sintéticos, reduzindo sua autonomia e elevando os custos de produção.

Embora todos os agricultores atendam a demanda de venda anual estipulada pelo Programa, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), contribuindo para a geração de renda, a especialização na produção pode proporcionar menor oferta de alimentos para consumo familiar. Destaca-se que a diversidade é considerada a premissa

básica para alcançar o manejo sustentável dos agroecossistemas (GLIESSMAN, 2000), minimizando a necessidade de insumos e vêm se mostrando viável do ponto de vista econômico e ecológico, pois mantém a capacidade produtiva (PALUDO e COSTABEBER, 2012), além de garantir a segurança alimentar das famílias (VIEIRA et al., 2009).

Com relação ao consumo de proteína animal observa-se que as principais fontes são as aves, ovos e carne bovina (Gráfico 3), sendo que as famílias que apresentam maior diversidade de consumo, incluindo carne suína e peixe, são aquelas que possuem maior diversidade de criações. Na maioria das famílias esses produtos são comprados em mercados locais e supermercados. O maior consumo de frango vem sendo observado em várias pesquisas sobre alimentação em diferentes grupos rurais, principalmente pelo menor custo de aquisição e facilidade de comprar em supermercados, evidenciando maior dependência da aquisição de produtos nesses locais, que antes eram produzidos localmente (SILVA et al., 2015; NAVAS et al., 2015; CAMBUY, 2006).

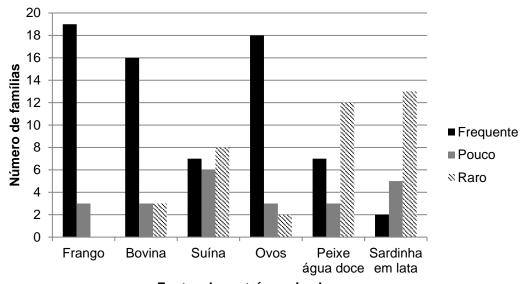


Gráfico 3. Frequência alimentar de proteínas entre agricultores de Ribeirão Grande

Fontes de proteína animal

Organização: Autores

Entre os produtos industrializados, em todos os bairros é frequente o consumo de leite, margarina, biscoitos, doces e sucos artificiais, como observado no Gráfico 4. Esta mudança nos hábitos alimentares, com maior consumo de produtos a base de óleos vegetais e açúcares vêm sendo observada entre vários grupos rurais no Brasil (CAMBUY, 2006; SOUZA E SOARES, 2011), sendo decorrência do aumento de renda e facilidade de compra, pois a maioria dos bairros possuem mercados locais. Segundo Pollan (2008) devido à expansão da economia de mercado e à globalização mundial, os hábitos alimentares têm se transformado, substituindo as produções locais por produtos industrializados e

processados, como óleos vegetais e gorduras. Segundo Silva et al. (2015) atualmente há um processo de inserção do modo de vida urbanizado nas comunidades rurais, fruto do maior acesso ao meio urbano e compra de itens industrializados para alimentação, impactando na produção agrícola de autoconsumo e nos usos dos recursos naturais.

Septimental policy of the poli

Gráfico 4. Frequência alimentar de produtos industrializados, laticínios e embutidos entre agricultores de Ribeirão Grande

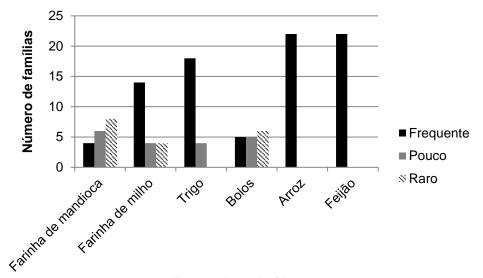
Fontes de alimentos processados/embutidos

Organização: Autores

Com relação às fontes de carboidratos, prevalece o consumo de arroz e feijão (Gráfico 5), mas há a introdução da farinha de trigo, principalmente pelo consumo de pães. Somente dois agricultores produzem feijão, sendo que os demais adquirem em supermercados, em decorrência da especialização de cultivos para a venda, em detrimento da produção para autoconsumo. A farinha de milho apresentou consumo frequente entre as famílias e sua preferência se deve à influência dos hábitos alimentares dos campesinos sulistas, onde o milho é uma cultura típica e se faz bastante presente na dieta alimentar, porém atualmente todas as famílias adquirem esse produto em supermercados.

O consumo de produtos vegetais são os mais frequentes na alimentação de todos os agricultores entrevistados (Gráfico 6) em razão da produção para a venda desses alimentos. Isso reflete a relação entre a produção de consumo e venda, contribuindo para uma alimentação mais diversificada. É importante ressaltar, que a entrega de apenas cinco produtos por agricultor, definido nas reuniões do grupo, pode ter um reflexo na redução da diversidade de cultivo e consequentemente de consumo ou a compra desse grupo de alimentos em mercados locais.

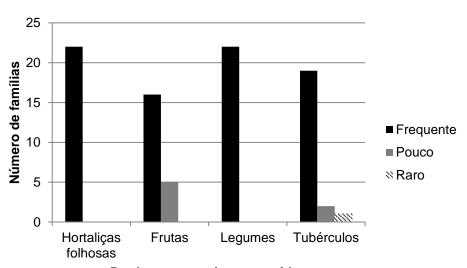
Gráfico 5. Frequência alimentar de fontes de carboidratos, amido e grãos entre agricultores de Ribeirão Grande



Fontes de carboidratos

Organização: Autores

Gráfico 6. Frequência alimentar de frutas e verduras entre agricultores de Ribeirão Grande



Produtos vegetais consumidos

Organização: Autores

Com relação às bebidas (Gráfico 7) prevalece o café com açúcar e sucos naturais, porém as famílias também consomem sucos artificias, principalmente pelo baixo custo e fácil aquisição.

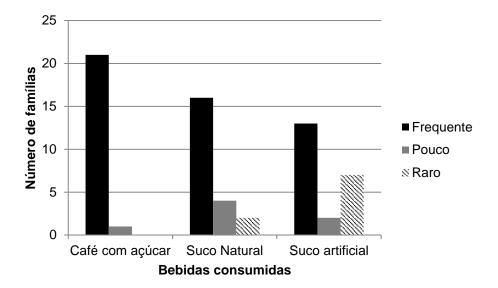


Gráfico 7. Bebidas consumidas entre agricultores de Ribeirão Grande

Organização: Autores

Por um lado, os Programas de compra da agricultura familiar aumentaram a renda das famílias¹ e a valorização do trabalho rural, porém pela perspectiva agroecológica esses Programas tiveram como foco apenas o aumento de renda, não trabalhando os hábitos alimentares e modos de produção sustentáveis. Segundo Silva e Garavello (2012) por meio de intervenções desenvolvimentistas que desconsideram as características locais, reforçase uma perspectiva de progresso que estimula um estilo de vida cada vez mais ocidentalizado, descaracterizando as disposições socioculturais locais que propiciam uma dieta mais saudável. Para os autores, deve-se pensar o desenvolvimento sob o viés da alimentação, por considerar o seu poder de abrangência para o entendimento das relações de uso dos recursos naturais de produção e suas consequências para o consumo humano.

De acordo com Menashe et al. (2008) as práticas alimentares, embora tenham sofrido modificações, em função da modernização da agricultura e da incorporação de produtos industrializados, ainda guardam especificidades locais e estão relacionadas a diversas expressões de sociabilidade, como a circulação de alimentos e a realização de festas comunitárias e a redução dessa produção local pode afetar esses processos.

Durante as entrevistas, foi clara a não adoção de práticas sustentáveis de produção, como compostagem, uso de extratos naturais para o controle de pragas e doenças, com predominância pelo uso de produtos sintéticos, incluindo fertilizantes. Esse fato se deve principalmente pelo aumento da renda e garantia de venda para os Programas Públicos, que tem proporcionado meios para aquisição de insumos sintéticos para uso na produção. O Conselho Alimentar Escolar, que fiscaliza o PNAE, prioriza a aquisição de

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A renda obtida pelas famílias não foi informada no trabalho a pedido dos agricultores, porém todos relataram o aumento da mesma a partir da venda para os Programas Públicos.

produtos orgânicos/agroecológicos, porém, esse fato é desconhecido pelos agricultores entrevistados, o que poderia estimular a produção orgânica entre os produtores. Segundo Menasche et al. (2008) entre os aspectos que evidenciam as transformações do meio rural, os mais evidentes são o emprego intensivo de insumos e maquinários na produção agropecuária e o aprofundamento da integração dessa produção ao setor agroindustrial, assim como a redução do tamanho das famílias e as facilidades de acesso a bens e valores urbanos decorrentes da melhoria do sistema de transportes e das tecnologias de comunicação.

O processo de especialização da produção visando à venda é citado por Gazolla (2004), que considera a produção para consumo uma característica típica das unidades de produção familiar e vem passando por um processo de mercantilização, incluindo o plantio de *commodities* e uso cada vez mais intenso de tecnologias em larga escala, além da perda do conhecimento acumulado dos agricultores. Com a mercantilização da produção de alimentos que se destinam ao consumo, as famílias se tornam vulneráveis em relação à produção de alimentos básicos e o abastecimento alimentar passa a ocorrer mediante compras nos mercados locais, ocorrendo situações de pobreza e de insegurança alimentar no meio rural (GAZOLLA, 2004).

Segundo Gazolla e Schneider (2007) em pesquisa no Rio Grande do Sul, a produção para autoconsumo na agricultura familiar se modificou muito a partir dos anos 1970, que antes da modernização se caracterizava pelo policultivo, diversificação e voltada ao abastecimento do grupo familiar, com a venda dos excedentes. A partir da modernização, a agricultura familiar passou a ser reconhecida por sistemas produtivos especializados, por produzir menor diversidade de produtos e estar voltada para o mercado, em detrimento da produção para autoconsumo familiar.

A produção para autoconsumo também é responsável por uma maior autonomia das famílias frente ao contexto social e econômico que circunda as unidades de produção, ficando menos dependentes do mercado e às flutuações de preços. Além disso, essa produção propicia as principais dimensões da segurança alimentar (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007), que na definição de Maluf e Menezes (2006) são a qualidade nutricional dos alimentos; os hábitos/cultura alimentar de cada comunidade; e a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a contínua produção e presença de alimentos. A qualidade e sanidade estão relacionadas ao acesso a alimentos de boa qualidade nutricional e que sejam isentos de componentes químicos que possam prejudicar a saúde, sendo de grande importância no contexto atual que favorece o desbalanceamento nutricional das dietas alimentares, bem como o envenenamento dos alimentos, em nome de uma maior produtividade agrícola, com uso de tecnologias cujos efeitos sobre a saúde humana permanecem desconhecidos (MALUF e MENEZES, 2006). Nesse aspecto, o

acesso às políticas públicas vem contribuindo para a substituição de práticas agroecológicas pelo uso de tecnologias com uso de insumos sintéticos, que podem comprometer a qualidade e sanidade dos alimentos e a saúde do trabalhador rural. O respeito aos hábitos e à cultura alimentar implica considerar o patrimônio cultural que está intrínseco nas preferências alimentares das comunidades locais e nas suas práticas de preparo e consumo (MALUF e MENEZES, 2006). Assim, o aumento no consumo de itens industrializados, normalmente ricos em açúcares e gorduras, como observado entre os agricultores, pode impactar esse aspecto, por meio da substituição das práticas de produção e consumo e deveria ser considerado nas intervenções e políticas públicas, reduzindo (talvez em parte) o progresso que estimula um estilo de vida cada vez mais ocidentalizado, descaracterizando as disposições socioculturais locais que propiciam uma dieta mais saudável (SILVA e GARAVELLO, 2012).

Como terceiro ponto abordado por Maluf e Menezes (2006) está na sustentabilidade do sistema alimentar, que depende da existência de um sistema que garanta a produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas no presente, sem comprometer sua capacidade futura de produção, distribuição e consumo. Dessa forma, a adoção das práticas de produção com uso de insumos sintéticos pode comprometer a segurança alimentar no futuro.

Para Gazolla (2004) as políticas públicas para agricultura familiar não estão conseguindo intervir e estimular os agricultores familiares a retomar a produção para autoconsumo e acabam reforçando o padrão produtivista, não permitindo que os agricultores familiares possam diversificar as suas estratégias de vivência e de desenvolvimento rural.

Todos os agricultores entrevistados relataram que houve melhoria da renda após o ingresso nos programas de compra e informaram que os valores pagos pelo PAA e PNAE são satisfatórios, e a partir dessas políticas houve aumento nos preços pagos pelos feirantes e atravessadores, considerando que atualmente os produtores possuem alternativas e garantia de venda para as compras institucionais, e antes dependiam apenas dos intermediários para a comercialização.

# Considerações finais

Os Programas de compra da Agricultura Familiar no município de Ribeirão Grande proporcionaram melhorias do ponto de vista econômico e valorização do agricultor, porém do ponto de vista das práticas de produção, as políticas públicas tem ocasionado a especialização de cultivos, o crescimento do uso de insumos sintéticos para a produção, o

aumento do consumo de itens industrializados na alimentação das famílias e redução da produção para autoconsumo, podendo comprometer a segurança alimentar e nutricional.

Repensar as Políticas Públicas sob a perspectiva da alimentação e produção para autoconsumo se torna importante visando manter a autonomia dos produtores e a segurança alimentar, bem como há necessidade de incorporar os sistemas agroecológicos de produção, reduzindo os impactos negativos das tecnologias da agricultura convencional.

### Referências

CAMBUY, A.O.S. **Perfil alimentar da comunidade quilombola João Surá: um estudo etnográfico**. 2006. 57 f. Projeto de Conclusão de Graduação (Nutrição) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CHAYANOV, A. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974. 342 p.

COCA, E.L.F. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu – PR. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 165-182, 2015.

GRISA, C.; SCHMITT, C.J.; MATTEI, L.F.; MALUF, R.S., LEITE, S.P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Rev. Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GAZOLLA, M. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. 653 p.

HESPANHOL, R.A.M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Rev. Soc. Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.

LEAL, S.C.T. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 147-164, 2015.

MALUF, R.S.; MENEZES, F. Caderno 'segurança alimentar'. Disponível em: < http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaldeias/1391606568Caderno\_Seguranca\_Aliment ar.pdf >. Acesso em: 10 dez. 2015.

MALUF, R.S. Produtos agroalimentares, agricultura, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MORREIRA, R.J.; COSTA, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 241-262.

MENASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2007.134 p.

- MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Rev. Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 145-158, 2008.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Soc. Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.
- NAVAS, R.; KANIKADAN, A.Y.S.; GARAVELLO, M.E.P.E. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 26, n. 19, p. 40-56, 2015.
- PALUDO, R.; COSTABEBER, J.A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Rev. Bras. Agroecologia**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.
- PLOEG, J.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p.13-54.
- PNATER Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2007.
- POLLAN, M. Em defesa da comida: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. 272 p.
- RAMOS, M.O. A comida da roça ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de Maquiné (RS). 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.
- RIBEIRO, A.L.P.; CERATTI, S.; BROCH, DT. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Rev. Gestão Des. em Contexto**, Cruz Alta, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.
- SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E.P.; OLIVEIRA, M.A.C.; MOURA, A.M.M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M.; OLIVEIRA, M.A.C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: Ipea, 2014. p. 75-104.
- SANTOS, I.P.; FERRANTE, V.L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio**: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação ITESP, 2003. 105 p.
- SILVA, R.J.; GARAVELLO, M.E.P.E. Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia. **Seg. Alim. Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2012.
- SILVA, R.J.; GARAVELLO, M.E.P.; NAVAS, R.; NARDOTO, G.B.; MAZZI, E.A.; MARTINELLI, L.A. Transição agroalimentar em comunidades tradicionais rurais: o caso dos remanescentes de quilombo Kalunga GO. **Seg. Alim. Nutricional**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 591-607, 2015.
- SILVA, T.P.; COSTABEBER, J. A. A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó(RS). **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 16, n. 23, p. 131-149, 2013.
- SOUZA, A.S.; SOARES, L.F. Análise das práticas alimentares das comunidades quilombolas do estado do Piauí. In: **11 Congresso Nacional da SBAN**. 2011. Fortaleza CE. p. 55-70.

TURPIN, M.E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Seg. Alim. Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VIEIRA, D.L.M.; HOLL, K.D.; PENEIREIRO, F.M. Agro-Successional Restoration as a Strategy to Facilitate Tropical Forest Recovery. **Rest. Ecology**, Washington, v. 17, n. 4, p. 451–459, 2009.

VIERTLER, R.B. **Ecologia cultural**: uma antropologia da mudança. São Paulo: Ática, 1988. 61 p.

VINHA, J.F.S.C.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 183-203, 2015.

Recebido para publicação em 23 de junho de 2016.

Devolvido para a revisão em 20 de dezembro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de janeiro de 2017.

# Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos

# **Adalberto Floriano Greco Martins**

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG)

e-mail: pardal.greco@gmail.com

#### Resumo

Há mais de dezoito anos, as famílias assentadas na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) desenvolvem a produção ecológica de arroz, embasada na participação direta e efetiva daqueles que produzem na gestão do conglomerado; na cooperação e na entre ajuda dos grupos como base de relacionamento econômico e ético; e com a geração de diversos conhecimentos técnico-científicos. Coordenado pelo Grupo Gestor, composto por representantes dos grupos de produtores e pelas cooperativas coletivas, a experiência reúne mais de 560 famílias, produzindo aproximadamente 513 mil sacos de arroz, em 5.100 hectares. O objetivo deste artigo é compreender como ocorre o processo de gestão deste conglomerado cooperativo e destacar alguns dos principais conhecimentos gerados pelas famílias assentadas ao longo deste processo. Conclui-se que esta experiência é portadora de relações emancipatórias, numa perspectiva de territórios dissidentes, como forma de resistência política, econômica e cultural dos camponeses brasileiros.

**Palavras-chave:** Reforma agrária; assentamentos; território; gestão participativa; agroecologia.

Ecological rice production in settlements of the metropolitan region of Porto Alegre: a case of participatory management and generation of knowledge

#### Abstract

For more than 18 years families settled in the metropolitan region of Porto Alegre develop the ecological rice production, based on direct and effective participation of those who produce at the conglomerate management; Additionally, produce through cooperation and mutual assistance with the participation of base groups based in ethical and economic relations; engendering technical and scientific knowledge. This experience, coordinated by a Steering Group, is composed by representatives of producer groups and cooperatives collective, of which participate 560 families, producing about 513 thousand bags of rice, in 5100 hectares. This article aims to comprehend the management process of this conglomerate cooperative and highlight main knowledges engendered by the families of these settlements. As result of this research, it is concluded that this experience carries emancipatory relations, in a perspective of dissidents territories, as a form of political, economic and cultural resistance of Brazilian peasants.

**Keywords:** Agrarian reform; settlements; territory; participatory management; agroecology.

Producción ecológica de arroz de los asentamientos de la región metropolitana de Porto Alegre: un caso de gestión participativa y de generación de conocimientos

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 35	pp. 246-265	Jan-Abr./2017
--------------	---------------------	----------------	-------------	---------------

#### Resumen

Hace más de dieciocho años que las familias asentadas en la Región Metropolitana de Porto Alegre desarrollan la producción ecológica de arroz, basada en la participación directa y efectiva de aquellos que producen en la gestión del conglomerado; en la cooperación y entre-ayuda de los grupos como base de relacionamiento económico y ético; y con la generación de diversos conocimientos técnico-científicos. Coordenado por el Grupo Gestor, compuesto por representantes de los grupos de productores y por las cooperativas colectivas, la experiencia reúne mas de 560 familias, produciendo aproximadamente 513 mil sacas de arroz, en 5100 hectáreas. El objetivo de este artículo es comprender como ocurre el proceso de gestión de este conglomerado cooperativo y destacar algunos de los principales conocimientos generados por las familias asentadas a lo largo de ese tiempo. Se concluye que esta experiencia es portadora de relaciones emancipatorias, en una perspectiva de territorios disidentes, como forma de resistencia política, económica y cultural de los campesinos brasileños.

**Palabras claves:** Reforma agraria; asentamientos; territorio; gestión participativa; agroecología.

# Introdução

Desde o final dos anos 1980, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), passa a contar com assentamentos da reforma agrária. Em boa medida, os assentamentos nesta região estão inseridos num contexto de "terras baixas" (várzeas).

As várzeas em sua estrutura são ecossistemas complexos, com rica e diversa biodiversidade, estando a RMPA em região de transição ou de tensão ecológica, tendo como dinâmica e funcionamento o hidromorfismo, determinando para estas áreas sistemas ecológicos altamente produtivos (DIEL, 2011).

Quanto a sua hidrografia, a RMPA esta sob influência da *Região Hidrográfica do Guaíba*. Esta região é composta por nove bacias hidrográficas, mas no tocante a composição das várzeas na região metropolitana, destaca-se a bacia do Lagoa Guaíba, a bacia do Rio Caí, a bacia do Rio do Sinos, a bacia do Gravataí e a bacia do Baixo Jacui (REINART, 2007).

Do ponto de vista das regiões fisiográficas gaúchas, consideradas as condições de relevo, clima e geologia, a região em estudo encontra-se na região da Depressão Central, sendo predominantes solos de classe Planossolos Hidromórficos, Gleissolos, Chernossolos, Plintossolos e os NeossolosFlúvicos (KLAMT et al, 1985; PINTO et al, 2004).

Profundamente vinculado à estas condições ambientais locais, as experiências de gestão sócio ambiental geradas pelas famílias assentadas na RMPA produziram tecnologia, conhecimento, renda e novas formas de cooperação produtiva indicando possibilidades de outro caminho de desenvolvimento ao atualmente implementado pelo capital

Baseado na produção agroecológica e sustentado numa profunda rede de cooperação e ajuda mútua, as famílias assentadas na região metropolitana estão há 18 anos produzindo arroz irrigado, tendo obtido na Safra 2015/16 mais de 513 mil sacos de arroz em casca, em 5.100 hectares, envolvendo 562 famílias.

A pesquisa apoiou-se numa metodologia participativa, tendo por base a participação em diversas reuniões do Grupo Gestor, dias de campo, encontros e seminários. Contou também com entrevistas não estruturadas com base em roteiro de questões, dirigidas aos assentados coordenadores dos grupos de produtores, à dirigentes das cooperativas coletivas, aos dirigentes da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), Grupo Gestor e dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região. Também foram entrevistados técnicos da COOTAP e da certificadora Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

A pesquisa contou também com o estudo de diversas dissertações e teses que analisaram esta experiência, além de outros estudos publicados pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), referentes ao arroz irrigado. A pesquisa contou também com dados primários coletados na COOTAP.

Este artigo buscará refletir sobre os processos de gestão deste conglomerado cooperativo e sobre as inovações tecnológicas geradas nestes processos participativos entre as famílias assentadas.

# Espaço, território e poder

Em face da amplitude que o conceito território sugere e das possibilidades de dicotomizá-lo, caberia, pois, defini-lo em vista da análise dos assentamentos gerados no processo de luta pela terra.

Desta forma, os elementos desenvolvidos pela geógrafa Bertha Becker, sobre espaço e território contribuem na compreensão conceitual sobre os assentamentos.

Com base numa concepção materialista do espaço, Becker (1983, p.07) sugere que "o espaço não é uma instância, nem representação ou produto, e sim constituinte da realidade social. Ele é a dimensão material concreta das relações sociais. Deve-se assim afirmar a potência social e a especificidade social dos dispositivos espaciais [...]".

Enfocando as relações de poder, e nelas as práticas espaciais "[...] o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos

diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa" (BECKER,1983, p.07-08). Assim,

(...) o território é um produto "produzido" pela prática social, e também um produto consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social [isto] implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço (BECKER, 1983, p.08).

Para Milton Santos, será "o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social" (SANTOS, 1994, p.15). Para este autor,

[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana isto é, o trabalho e a política (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.247).

Próximo à abordagem de Becker, situa-se também as contribuições de Claude Raffestin (2011), para o qual espaço e território não são termos equivalentes. Raffestin propõe que seja:

Essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator territorializa o espaço. [...] O território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que por consequência revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 2011, p.143-144).

Compreendendo o poder como relação, Raffestin estabelecerá a noção de campo do poder.

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder" (RAFFESTIN, 2011, p.53).

Para Marcelo Lopes de Souza (2009), é o poder que em primeiro lugar define o território, sendo as relações de poder, o seu delimitador. O território é compreendido como um instrumento de exercício de poder.

Para este autor, numa primeira aproximação "[...] um espaço é definido e delimitado por e a partir de relações de poder" e numa segunda aproximação "[...] territórios são, no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos" (SOUZA, 2009, p.63).

Compartilhando da análise de Raffestin, Souza (2009, p.65) compreenderá o território "[...] como um campo de forças, ou mais precisamente relações de poder espacialmente delimitadas e operando, sobre um substrato referencial".

Ao comparar o território a um campo de força, Souza, quer afirmar que o território é:

[...] um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social [...] e o território é a expressão espacial disso (SOUZA, 2009, p.66).

Para Souza, as práticas espaciais de vários movimentos sociais geram ações de territorialização. Verá neles territórios dissidentes, como "[...] expressões de práticas espaciais insurgentes [...]" (SOUZA, 2009, p.67).

Será este autor que indicará a possibilidade de se estabelecer processos sociais de autonomia em contraposição ao processo de dominação política evidenciada nas relações assimétricas de poder onde se estabelecem normas que devem ser cumpridas sob pena de sanções. Autonomia como sendo:

[...] a capacidade de um grupo de dar a si próprio a lei (em outras palavras, de autogerir-se e autogestionar-se, livre de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais de poder e da atribuição da legalidade do poder a alguma fonte transcendental e externa ao grupo) [...] (SOUZA, 2009, p.68).

Busca-se no conceito de territorialidade, de Bertha Becker uma síntese das possibilidades postas aos assentamentos:

Territorialidade é pois um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes: é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. A territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. [...] Representa relações mais simétricas do poder, pela busca de uma nova compartimentação do espaço, de uma malha territorial vivida, que possa permitir o exercício do poder pelas coletividades, malha concreta que se opõem a malha abstrata, concebida e imposta pelo poder do Estado. (BECKER, 1983, p.08).

## Resistência camponesa e a formatação de forças produtivas emancipatórias

Ainda que submetida às relações sociais capitalistas, os movimentos camponeses em sua luta de resistência à expropriação e à exploração praticadas pelo capital, desenvolvem lutas anti-capitalistas e geram diversas práticas sociais que sinalizam alguns pilares de uma nova forma de organização societária, sendo a agroecologia um destes exemplos.

Cabe ressaltar que o conceito aqui estabelecido sobre a agroecologia, remete a compreensão que ela é mais do que conhecimentos úteis aplicados à agricultura. A agroecológica é maior do que os manejos técnicos ecológicos. Aqui a agroecologia é compreendida como práticas sociais, estabelecidas na relação homem-natureza e na relação entre os seres humanos em sociedade. A partir destas práticas sociais que se permite apropriar, conhecer os ciclos naturais e as legalidades da natureza, bem como desenvolver uma compreensão sobre as relações sociais de produção. O conceito de agroecologia aqui estabelecido, esta mirada, vinculada à afirmação do campesinato enquanto classe social, negando objetivamente o agronegócio, requerendo luta, organização e consciência (CALDART et al, 2012).

Como indica Fernandes,

O campesinato é um grupo social que historicamente tem resistido a desterritorialização. Mas é um grupo social singular, porque sua subordinação ao capital não é total, como é a do assalariado [...]. No caso do campesinato, a terra de trabalho é um território de resistência (FERNANDES, s/d, p.08).

Mesmo na condição de subalternidade, o campesinato tem resistido, lutado e enfrentado o processo de territorialização do capital. Estas lutas e formas de resistência também ganham radicalidade visto a condição social do camponês. De acordo com Ploeg,

Os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura. Da mesma forma, os camponeses formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas. Finalmente, eles moldam e desenvolvem seus recursos, tanto materiais como sociais, de modos distintos (PLOEG, 2008, p. 37).

Isto ocorre, pois o processo decisório das atividades camponesas tem em sua centralidade as necessidades reprodutivas de suas famílias, onde a esfera da produção e a esfera do consumo são uma única unidade. Desta forma, as expectativas reprodutivas da família vem em primeiro lugar e se elas forem atendidas, ainda que sucessivamente se obtenha pequenos ganhos, a unidade produtiva camponesa continuará em funcionamento. Este traço da unidade produtiva camponesa lhe difere essencialmente da unidade capitalista, a qual busca em seu esforço, maximizar o seu lucro, tendo nele a sua centralidade, enquanto todo o esforço da família camponesa está mirada na eficiência de sua reprodução enquanto unidade familiar (CARVALHO, 2005).

A dimensão ecológica vem sendo incorporada ao longo das duas últimas décadas pelos movimentos de luta e resistência camponesa. Como sugere Michel Lowy,

Um exemplo impressionante dessa integração "orgânica" das questões ecológicas por outros movimentos é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [...] Hostil, desde sua origem, ao capitalismo e à sua expressão rural (o agronegócio), o MST integrou cada vez mais a dimensão ecológica no combate por uma reforma agrária radical e um outro modelo de agricultura (LOWY, 2010, p. 41).

Para este autor, "as cooperativas agrícolas do MST desenvolvem, cada vez mais, uma agricultura biologicamente preocupada com a biodiversidade e com o meio ambiente em geral, constituindo assim exemplos concretos de uma forma de produção alternativa" (LOWY, 2010, p. 41).

Estas práticas sociais dos movimentos camponeses geram conhecimentos novos, com profundo conteúdo emancipatório, como visto nos processos de defesa das sementes crioulas e na contraposição às sementes geneticamente modificadas, bem como, na produção de alimentos saudáveis, na campanha contra o uso dos agrotóxicos e na luta pela soberania alimentar.

Estas experiências, também já indicam a possibilidade da construção de uma base técnico científica distinta da matriz produtivista do capital. Sem abrir mão daquilo que a humanidade já avançou do ponto de vista de aliviar a penosidade do trabalho, a produção agroecológica, introduz novos elementos técnico-científico, como reincorpora práticas anteriores que foram abandonadas pela ciência do capital.

Sem querer regressar à formas anteriores de sociabilidade, numa visão idílica ou bucólica do campo, as experiências praticadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), permite abrir uma avaliação sobre o desenvolvimento das capacidades humanas e disto debater sobre o desenvolvimento das forças produtivas.

O desenvolvimento de um novo sistema social, tem como ponto de partida as capacidades humanas desenvolvidas e acumuladas e não necessariamente a forma social ou o arranjo técnico produtivo que as forças produtivas ganharam a cada período histórico.

As formas histórico-sociais, tem influência em como as capacidades humanas se objetivam em forças produtivas. Ainda que nossas capacidades humanas são condicionadas pelas formas sociais, elas vão além destas formas. Para continuar realizando as capacidades humanas requer mudar a forma social, mas com ela mudar a formatação das forças produtivas (MARTINS, 2016).

As capacidades humanas, na forma social burguesa, estão freadas, mas as forças produtivas seguem se desenvolvendo como forças de dominação, como forças destrutivas. Em outras palavras, a força social capitalista aprisionou o desenvolvimento das forças produtivas a uma força destrutiva (LESSA, 2012).

A ciência atual ganhou esta formatação das forças produtivas para o desenvolvimento do capital. Esta formatação era uma possibilidade e foi determinada pela

forma social existente, não sendo obra da própria ciência. Ao ser formatada pelo capitalismo, o conhecimento foi exaurido do seu elemento emancipador. E sob esta relação social, não se conseguiu imaginar outra forma de desenvolvimento e outra forma de ver a relação Homem-Natureza.

As experiências do MST, indicam que os novos conhecimento serão produzidos contra esta forma social capitalista. A ciência necessária será desenvolvida pela fração consciente do campesinato, para a emancipação do conjunto da sociedade. Muitos dos atuais conhecimentos serão abandonados, sendo necessário a realização de um inventário deste conjunto de técnicas e tecnologias, bem como o resgate de tantos outros conhecimentos suprimidos pela ordem burguesa. Estas experiências estão dando um outro sentido para as capacidades humanas em vistas do seu uso.

O MST, ao indicar em sua estratégia a *Reforma Agrária Popular*, abriu caminho para que nos assentamentos, a produção de alimentos de base agroecológica permita a soberania alimentar, bem como, impulsione uma aliança de classes mais consistentes com os demais trabalhadores brasileiros, remetendo-o ao fortalecimento de um projeto societário que supere revolucionariamente o capitalismo criando condições para a efetiva emancipação humana.

Para o MST, a Reforma Agrária Popular, é um programa político produto da análise e compreensão da nova correlação de forças que se estabeleceu no campo brasileiro a partir da década de 2.000, com a composição do agronegócio e com ele o novo pacto de poder no agrário brasileiro.

Para o MST, o programa da Reforma Agrária Popular,

(...) sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõem um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro. Para isso precisaremos lutar e fortalecer nossa organização e a qualificação das nossas lutas para promovermos, junto com toda a classe trabalhadora, as mudanças estruturais da sociedade capitalista (MST, 2013, p. 39).

# O processo de gestão e a tomada de decisões dentro do grupo gestor do arroz ecológico

Num contexto nacional de pleno avanço do Agronegócio, as famílias assentadas na RMPA, organizadas no MST, conseguiram ao longo da década de 2000 edificar um conglomerado cooperativo, de base ecológica, solidário, democrático e de resistência,

indicando a sociedade gaúcha e brasileira possibilidades de organização societária distinta em seus princípios ao modo de produção capitalista.

Agronegócio, é aqui compreendido como a expressão material do modelo do capital financeiro na agricultura, proporcionando uma nova aliança de classes no campo brasileiro, contando com total apoio das políticas públicas, compondo um novo pacto de economia política no agrário brasileiro permitindo novo ciclo de concentração de terras no Brasil (DELGADO, 2012 e 2016; TEIXEIRA, 2016).

O primeiro aspecto desta experiência¹ é que ela esta sendo organizada por uma força política social-popular, o MST, que garantiu ao longo destes anos a unidade interna ao processo. Mais do que uma rede articulada de pequenos grupos de cooperação ou familiares, a experiência se edifica como um conglomerado cooperativo, orientado por aspectos políticos-ideológicos e organizativos, que marcam a condução das ações econômicas. É a dimensão política orientando a esfera econômica.

Destaca-se a identidade política de todos os participantes do processo. Ainda que a dimensão corporativa se manifeste nos grupos de base do conglomerado em seu cotidiano, todos participantes identificam-se como membros do MST. Mais do que estar no Grupo Gestor do Arroz Ecológicos, todos se compreendem como "Sem Terra" do MST, sendo esta identidade de caráter político um elemento chave na unidade interna do processo.

Outra aspecto essencial é considerar dentro do seu método organizativo a pressão social e a luta política como um dos seus atributos constituintes.

Por estar na região metropolitana e próximo da capital, onde se localizam a maioria dos órgãos governamentais, as famílias assentadas nesta região sempre estiveram presentes nos diversos momentos de luta política do MST e da Via Campesina.

Compreendem que a reforma agrária, e as políticas públicas necessárias para sua plena realização, nascem desta intensa disputa de classes. As famílias participantes do Grupo Gestor sabem que a luta e a pressão social podem viabilizar políticas de apoio as iniciativas dos camponeses.

No final dos anos 90, a crise econômica do setor rizícola, abriu espaço para o debate de outra matriz tecnológica para as várzeas. E esta perspectiva crítica se colocou naquele momento pois também o MST, nacionalmente, já formulava sua crítica ao modelo produtivo e tecnológica da agricultura capitalista, centrada no tripé químico-genético-mecânico, inspirando o debate local.

A base material desta virada da matriz tecnológica deveu-se a existência na RMPA, de algumas cooperativas coletivas e de alguns assentados ganhos para a agroecologia

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Os processos organizativos nos assentamentos desta região não se resume às atividades produtivas do arroz ecológico. Há um amplo processo de participação das mulheres e jovens, através de seus grupos. Cabe destacar também, os processos agroecológico desenvolvidos pelo *Grupo Gestor das Hortas e Frutas*.

envolvidos com as hortas ecológicas. A introdução da técnica do arroz pré-germinado e com ela a sistematização de algumas áreas de várzeas, promovido pelos arrendatários "catarinas", geraram as condições de infraestrutura nos assentamentos para colocar em curso as experiências ecológicas.

A partir de pequenas áreas, sobretudo em áreas marginais, aquelas mais próximas dos leitos dos rios, com maior possibilidade de enchentes, a experiência ecológica do arroz se iniciou e com elas fez-se surgir um novo mecanismo organizativo: o Grupo Gestor (LINDNER e MEDEIROS, 2014).

Inicialmente composto pelos agricultores que plantavam o arroz em suas várzeas e pelas cooperativas coletivas, Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda (COPAC), Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda (COPAN), Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados em Tapes Ltda (COPAT), trataram de discutir as dificuldades técnicas enfrentadas nos processos produtivos, bem como se ajudarem na busca de equipamentos e recursos.

Em 2002, realizam o primeiro *Seminário do Arroz Ecológico*, reorientando o trabalho da COOTAP, focando-a para a ação da secagem/armazenagem e para a comercialização. Em 2004, no terceiro Seminário do Arroz, constituem o *Grupo Gestor do Arroz Ecológico* da região metropolitana (LINDNER e MEDEIROS, 2014).

Atualmente o Grupo Gestor é composto pelos representantes dos grupos de produtores existentes nos assentamentos e por representantes das cooperativas de base presentes no conglomerado. Participam também os coordenadores da COOTAP e seu departamento técnico, além dos representantes dos Núcleos Operacionais da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COPTEC) e a Equipe de Certificação, totalizando aproximadamente 60 pessoas. Este grupo, se reúnem em média quatro vezes ao longo do ciclo agrícola.

Nestas reuniões debatem aspectos essenciais da vida do grupo gestor, orientando a condução do conglomerado. Discutem temas como, a finalização do *"Levantamento da Intenção de Plantio"*, os custos dos serviços realizados pelas cooperativas, os preços a serem praticados para o arroz recebido. Define-se e convoca-se os Dias de Campo e Capacitações em cada momento do ciclo agrícola. Coordena-se reuniões com as Cooperativas que secam e armazenam a safra e identifica-se os estrangulamentos existentes no conglomerado, em cada momento de seu desenvolvimento.

Além desta coordenação, o Grupo Gestor, nos momentos de avaliação da safra e do planejamento da nova safra, recorre a realização de seminários nas Micro Regiões<sup>2</sup> onde participam todas as famílias envolvidas nos Grupos de Produção, tendo no Encontro

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Micro Regiões de Eldorado do Sul/Tapes; Nova Santa Rita; Viamão; Manoel Viana; São Gabriel (estas duas últimas regiões ficam fora da RMPA).

Estadual do Arroz Ecológico a finalização do processo avaliativo e de planejamento da nova safra. Com base nas linhas gerais estabelecidas nestes Encontros, o Grupo Gestor, delega a uma Direção Operacional para desenvolver e acompanhar as atividades.

O Grupo Gestor, para dar conta de todo os momentos da cadeia produtiva do arroz, coordena outras ações, constituindo outros coletivos operacionais, tais como:

# a) O Coletivo de Produção de Sementes de Arroz

O Grupo Gestor delega a algumas famílias a produção de sementes de arroz para todo o conglomerado. Pelo grau de exigência que estas lavouras requerem, apenas algumas famílias adaptaram-se ao rigoroso acompanhamento a campo, necessitando dedicação, capricho e atenção, sendo estes alguns dos atributos requeridos para ser produtor de semente.

Atualmente a produção interna supre 75% da demanda do conglomerado, destacando-se a produção das variedades IRGA 417, 426, e EPAGRI 108 (COOTAP, 2015).

Na safra 2014/15, foram plantados 250 ha de campos de semente, envolvendo 37 famílias, em oito assentamentos, obtendo 29.868 sacos, sobretudo das variedades EPAGRI 108, IRGA 417 e 426 (COOTAP, 2015).

### b) Coletivo das Cooperativas que Secam e Armazenam a Produção

Também sob coordenação do Grupo Gestor, estão às unidades de secagem e armazenagem pertencentes às cooperativas COPAN, COPAT, COOTAP e COPERAV (Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão Ltda).

Estas cooperativas se reúnem para discutir o processo de recebimento da safra e as estratégias a serem utilizadas para armazenar o arroz a ser colhido.

Atualmente, a capacidade estática de secagem e armazenagem do Grupo Gestor é de 200.000 sacos, distribuída nas unidades da COPAN (4.740 t.), COPAT (2.750 t.), COOTAP, seja no assentamento Apolônio de Carvalho (4.000 t), seja no assentamento Lanceiros Negros (5.000 t.), seja na Unidade do assentamento São Pedro (500 t), todos localizados no município de Eldorado do Sul (COOTAP, 2015)<sup>3</sup>.

Já a capacidade de beneficiamento é de 210.000 sacos, com engenhos na COPAN (155.000 sacos) e na COPAT (55.000 sacos) (COOTAP, 2015)<sup>4</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Os números revelam que o Grupo Gestor, precisa recorrer aos serviços de terceiros, para armazenar sua produção. Assim o Grupo recorre a COPERAV, que aluga um Silo Secador, no distrito de Águas Claras em Viamão e recorre à Cerealista Girasol, de Viamão.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O beneficiamento é complementado por serviços realizados pela Indústria de Arroz Parboilizado - AGROPAR, localizado em Tapes, bem como pela Cerealista Girasol de Viamão que beneficia arroz branco polido.

# c) Coletivo de Comercialização

O Grupo Gestor, busca debater estratégias comerciais com as cooperativas que possuem os Engenhos de Beneficiamento, no caso a COPAN e a COPAT, bem como com a COOTAP que realiza a maior parte da comercialização da produção, através da marca comercial *Terra Livre*.

Este coletivo, com apoio do Escritório Nacional de Comercialização da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda), em São Paulo, participam de diversas chamadas públicas para o fornecimento de alimentação escolar, sobretudo das prefeituras nos estados de SP, MG, RS e SC.

De acordo com as informações fornecidas pela COOTAP, ela comercializou em 2014, quatro mil e novecentas toneladas de arroz ecológico, sobretudo para os programas públicos de aquisição de alimentos. Esta concentração das vendas junto aos programas públicos, tornam bastante frágil sua política comercial, visto a instabilidade política destes programas.

# d) O Funcionamento dos Grupos de Produção

Na base deste conglomerado cooperativo, estão os grupos de produção, onde se encontram as famílias assentadas. Estes grupos apresentam distintos graus de organização e de cooperação entre as famílias e por isto distinto níveis de envolvimento das famílias na condução das lavouras de arroz.

Tem-se as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), que são cooperativas coletivas como é o caso da COPAN, COPAT, COPAC, onde todas as atividades são distribuídas em setores, conduzidas pelos seus associados, sendo a rizicultura um deste setores. Nas CPAs, há uma plena auto-organização das famílias e uma divisão racional e técnica do trabalho, contando com a mecanização necessária às atividades desenvolvidas. Ainda que desenvolvida por alguns associados, vinculados ao setor do arroz ecológico, todas as famílias da cooperativa participam tanto do planejamento de todas as atividades das cooperativas, como participam diretamente do trabalho, em seus respectivos setores produtivos e administrativos. Todo resultado do ano agrícola, extraído o conjunto de custos da produção, é distribuído conforme as horas trabalhadas de cada associado.

Outro grau de cooperação dos grupos de base, referem-se às *Associações de Produtores*, onde os associados se reúnem entorno de maquinários e seus serviços para desenvolverem a rizicultura. O que pode diferenciar é o grau de envolvimento das famílias na condução das lavouras de arroz ecológico.

No caso da *Associação 15 de Abril*, no assentamento 30 de Maio, no município de Charqueadas, presente desde o início do Grupo Gestor, a Associação reuni vinte e quatro

(24) famílias assentadas, das quais onze (11) plantam arroz ecológico e as demais estão envolvidas na produção leiteira.

Atualmente plantam 74 ha, sendo 17 ha campo de sementes de arroz. Todas as onze famílias dedicam-se à condução das lavouras em seus lotes, tendo apoio da Associação para os serviços de máquinas, nas várias fases do ciclo agrícola, tendo dois coordenadores do arroz.

Para a condução das lavouras do arroz, a cada três meses as onze famílias envolvidas se encontram para avaliar o andamento das lavouras e estas remuneram dois assentados, conforme as horas trabalhadas, para a coordenação dos manejos requeridos no arroz. Já o custo do operador da máquina esta embutido no valor do serviço prestado.

Ao longo da safra, as famílias envolvidas nas lavouras de arroz, desenvolvem quando necessário algumas formas de entre ajuda, como no período do plantio (e no replantio, quando se constatam falhas na semeadura), ou quando da aplicação do biofertilizante, onde as famílias trocam dias de trabalho, apoiando-se.

# e) Os Distritos de Irrigação

Ao longo do tempo, o Grupo Gestor do Arroz, compreendeu que o controle da água era determinante na disputa política do modelo produtivo. Quem controla a água, controla o destino da produção de arroz e seu respectivos manejos técnicos. Por isto, para avançar a experiência do arroz ecológico, era necessário organizar os *Distritos de Irrigação* nos assentamentos e com ele controlar e coordenar o uso da água.

O Distrito de Irrigação é um modelo de gestão dos recursos hídricos, vinculados a uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, combinando a gestão comunitária com o interesse público.

Atualmente o Grupo Gestor, articula cinco Distritos de Irrigação, nos assentamentos: Filhos de Sepé (Viamão); Apolônio de Carvalho (Eldorado do Sul); Santa Rita de Cassia II, Itapuí e Capela, estes três localizados em Nova Santa Rita.

### f) A Relação entre o Grupo Gestor, COOTAP e Direção do MST

O Grupo Gestor, tem sua base organizada via os grupos de produção, tendo eles autonomia para desenvolver suas parcerias e estratégias de cooperação, estando orientados por um Planejamento Geral do Grupo, validados nos Encontros das Micro-Regiões e no Encontro Estadual do Arroz Ecológico.

Operacionalmente, o Grupo, delega tarefas para coletivos específicos, nos quais tem participação efetivas a COOTAP e as Cooperativas Coletivas que beneficiam o arroz. E ao longo da safra o Grupo Gestor reúne-se com sua coordenação avaliando o processo em curso.

Nestes vários momentos da vida do Grupo Gestor, a COOTAP, tem participação efetiva como membra dos diversos coletivos executando tarefas, sejam de natureza técnica como são os casos da supervisão da produção de sementes e de co-coordenação da Certificação Orgânica das COCEARGS, seja na execução de atividades econômicas como o fornecimento de insumos e horas máquinas aos grupos de produção, bem como a ação comercial.

Assim, a COOTAP, tem uma contribuição decisiva na vida do Grupo Gestor, mas não se confunde com ele. Ela faz parte do Grupo, em pé de igualdade com as demais cooperativas e grupos de produção. Portanto, o Grupo Gestor do Arroz não se confunde com a COOTAP, não esta submetida a ela, ainda que a COOTAP, tenha tarefas essenciais na vida do Grupo. Ao mesmo tempo o Grupo Gestor não faz parte das instâncias da COOTAP, mas está vinculados a estrutura organizativa do MST na região metropolitana.

Quanto a relação entre a COOTAP e a Direção Regional do MST, existem instâncias distintas entre estas duas dimensões macrorregionais. A COOTAP, possui sua dinâmica organizativa e operacional, com dirigentes próprios liberados para o trabalho e a Direção Regional do MST, também possui suas instâncias e coletivos próprios.

Ainda que a forma organizativa das famílias assentadas na RMPA, tenha-se alterado, ganhando força os Grupos de Produção, o MST, ainda busca estabelecer uma coordenação em cada assentamento e com base nela compõem-se a Coordenação Regional do MST, que pelo menos uma vez ao ano é reunida para o debate da conjuntura político do Movimento, orientações da luta e das conquistas obtidas. A cada ano também realiza-se o Encontro Regional, envolvendo o conjunto de militantes, lideranças e estruturas econômicas da região, sendo um Encontro massivo.

O que de fato apresenta maior dinâmica é a Direção Regional (Executiva), composta por militantes que estão liberados em tempo integral ou parcial para as atividades de direção do MST.

Nesta Direção Regional, participa também a COOTAP, os coordenadores dos Grupos Gestores e os coordenadores dos Núcleos Operacionais da ATES e os coordenadores dos coletivos mais atuantes na região (coletivo de gênero e de educação), buscando dar unidade no conjunto de ações desenvolvidas na RMPA. É neste espaço que congregam os interesses comuns mas sobretudo onde se analisa a região do ponto de vista do seu desenvolvimento político, ideológico e econômico, buscando equacionar as ações dos diversos instrumentos econômicos e políticos da região, construindo assim a unidade política necessária para a condução do MST.

# A produção do conhecimento e o controle técnico das lavouras de arroz

Outro elemento importante na constituição deste conglomerado econômico cooperativo refere-se à produção de conhecimentos gerados ao longo do tempo, permitindo o controle dos processos técnico-produtivo das lavouras de arroz ecológica.

Como indicado por Gutiérrez (2012), o Grupo Gestor, pode ser considerado um Sistema Local de Conhecimento e Inovação Sociotécnica Agroecologica, que com base em um coletivo de agricultores experimentadores e nos dias de campo e intercâmbios, produziram nestes dezoito anos um longo e rico conhecimento, materializado no Itinerário da Lavoura do Arroz Ecológico. Este itinerário técnico expressa a grande síntese coletiva dos conhecimentos gerados pelos camponeses assentados no Grupo Gestor. Mas cabe destacar alguns aspectos desta intensa produção intelectual:

### a) A Fertilidade do Sistema Produtivo

A partir de muito observação de campo e dialogo no Grupo Gestor, compreendeuse que a incorporação dos manejos da resteva do arroz ecológico era essencial no processo de manutenção da fertilidade do sistema produtivo.

Compreendeu-se que a safra do arroz não deveria ser encarada como um processo que se iniciava com o preparo dos solos ao final do inverno, mas que as famílias produtoras do arroz deveriam incorporar todo o ciclo biológico tendo como ponto de partida justamente o manejo da resteva.

A resteva é considerada como,

Material orgânico da cultura que fica na lavoura após a colheita (palha picada, parte da planta ancorada no solo, raízes, etc.). Sendo a principal fonte de alimento para o desenvolvimento da biocenose do solo. A quantidade de matéria orgânica da resteva depende da biomassa da cultivar, capacidade de rebrote, época de colheita e da vitalidade da terra/solo (CADORE, 2015, p. 30)

Passou-se a compreender que o primeiro momento das lavouras de arroz ecológico, seria justamente o período da "entre safra", zelando pelas boas práticas de manejo da resteva.

Estes manejos já iniciam-se com a colheita da safra, equipando as colheitadeiras com picadores de palhas na saída das máquinas.

Outra inovação essencial foi a introdução dos animais no sistema produtivo.

De maneira geral, as famílias colocam sobretudo o Gado de Corte nas áreas menos úmidas das várzeas. Nas áreas mais próximas das moradias também é colocado o Gado de Leite. Além da fertilização desenvolvida pelo esterco e urina gerado, o pisoteio dos animais

permitem com que as plantas espontâneas e os grãos de arroz caídos, brotem e se desenvolvam sendo posteriormente eliminados pela alimentação dos animais ou esta biomassa gerada passa a ser incorporada ao solo no momento do preparo da várzea.

Na busca de novos manejos que ampliassem a fertilidade do sistema, o Grupo Gestor, introduziu outras duas inovações técnicas, aprendidas pela troca de experiência, dialogo e observação de campo. Trata-se do uso de *Biofertilizantes* e de *Compostos Biodinâmicos*.

Quanto aos *Biofertilizantes*, tornou-se prática comum ao conjunto das famílias que produzem arroz ecológicos. Além de um excelente fertilizante foliar, ele contribui como fito protetor natural reduzindo a incidência de insetos e doenças, bem como estimula o crescimento vegetativo do arroz e a sua floração.

Também é de uso corrente nos grupos de produtores a utilização de *Urina de Vaca*, como fonte de nitrogênio, sendo aplicada entre o 27º ao 34º dia, podendo ser feita outra aplicação após o 45º dia (CADORE, 2015).

Quanto aos *Preparados Biodinâmicos*, são práticas mais recentes estando em fase de avaliação, sendo por isto adotado por alguns grupos de produtores. Em especial, o Grupo Gestor, avalia dois tipos de preparados: o *Chifre de Sílica (501)* e o *Chifre de Esterco (500)* (CADORE, 2015). O primeiro, preparado no verão, permite que o arroz metabolize melhor a energia solar e o segundo, preparado no inverno, favorece a planta metabolize melhor os minerais através do fortalecimento do sistema radicular.

Outro manejo desenvolvido pelo Grupo Gestor, a partir de troca de experiências, intercâmbios e observação em campo, refere-se ao controle e condução das águas na lavoura.

A condução das águas é fundamental no processo produtivo, pois se mau realizada durante o processo de drenagem das áreas alagadas poderá levar o solo e com ele boa parte da fertilidade adquirida ao longo das safras. Esta prática torna-se um elemento essencial para manutenção da fertilidade do sistema. E isto, só se adquiri com a vivencia prática e com a troca de experiências, objeto permanente de capacitação dentro do Grupo Gestor, sobretudo a partir dos *Dias de Campo*.

### b) O Controle de Plantas Espontâneas e de Insetos

O Grupo Gestor consolidou em seus manejos técnicos a preparação antecipada do solos e a inundação prévia, como mecanismos essenciais para o controle das plantas espontâneas sobretudo, o Arroz Vermelho (*Oryza sativa L.*), a Grama Boiadeira (*Luziolaperuviana*) e o controle de insetos, em especial o gorgulho aquático, conhecido por "bicheira da raiz" (*Oryzophagusoryzae*).

Com o solo inundado por longo período induz as diversas sementes existentes no solo a entrarem em estágio de dormência, reduzindo portanto a possibilidade de competição com o arroz.

A inundação prévia das áreas de plantio só é possível se elas estiverem sistematizadas conforme a topografia do terreno. Bem como, se a infra-estrutura de canais de irrigação e drenagem estiverem limpas e em condições de uso. Estas condições são consideradas estruturais para o bom manejo das lavouras de arroz ecológico, preocupação sempre presente no Grupo Gestor.

Este processo de inundação é muito importante para o sistema de produção pois as mudanças bioquímicas ocorridas nos solos encharcados e nas plantas determinam um melhor aproveitamento dos minerais e ajusta o PH (Potencial Hidrogeniônico) dos solos, bem como estimula a dormência das sementes.

Com o alagamento cessa o metabolismo aeróbico e inicia o anaeróbico, instituindo a fermentação, conhecido popularmente como a fase do "banhado azedo". Com esta fermentação aumenta-se a concentração de ácidos orgânicos (acético, láctio, butírico, entre outros) nos primeiros 20 a 30 dias, gerando um ambiente desfavorável a germinação das plantas e ao seu desenvolvimento. Este processo atingirá o seu equilíbrio entre o 30º ao 40º dia após o alagamento, reduzindo o PH do solo, girando entorno de 6,5 e disponibilizando nutrientes, tornando-se prontamente absorvível pelas plantas (COOTAP, 2014).

Desta forma o controle da água foi outro manejo objeto de muito debate, intercâmbio e troca de experiência dentro do Grupo Gestor, visto sua importância no controle das plantas espontâneas e no controle de insetos.

## c) A Armazenagem e o Beneficiamento

Com a evolução da produção e o início das primeiras experiências de armazenagem e beneficiamento pela COPAN e COOTAP, motivou o Grupo Gestor, a debater assuntos que não se restringiam ao processo produtivo, surgindo a necessidade de estudar, debater e construir orientações sobre temas como Classificação do Arroz, Rendimento dos Engenhos, Rotulagem, Laudos Técnicos, gerando também as capacitações técnicas.

Na safra 2014/15, o Grupo Gestor, colocou como desafio qualificar o processo de armazenagem, tendo por início o desenvolvimento do *Vazio Sanitário*. Este processo ocorreu nos Silos da COOTAP (nos assentamentos Apolônio de Carvalho e São Pedro, ambos em Eldorado do Sul), da COPAN e da COPAT.

Posterior a limpeza, todos os Silos foram pulverizados com "Terra de Diatomácea", necessário ao controle orgânico fitossanitário do gorgulho (*Sitophilusoryzae*), do besourinho

de cereais (*Ryzoperthadominica*) e da traça (*Sitotrogacerealella*), principais insetos que danificam os grãos estocados.

Ainda que se chame popularmente de "Terra" de Diatomácea, este produto tem por base uma alga marinha, que desidratada vira um "cal" (dióxido de sílica). Este pó no corpo do inseto desidrata-o, levando-o a morte. Ela controla todas os insetos que atuam na armazenagem, seja em sua fase adulta como na fase larval, não atuando sobre os ovos dos insetos. Muito eficiente e com baixo custo, a "Terra de Diatomácea" também é aplicada em todo o grão seco estocado, além da sua aplicação nas estruturas físicas dos silos.

Quanto a fase do beneficiamento, o Grupo Gestor, buscou desenvolver pesquisas sobre como conservar o produto beneficiado já que no processo não são aplicado venenos para o expurgo dos grãos.

Por sugestão da CONAB/RS, o Grupo Gestor, foi visitar empresas que trabalhavam com o beneficiamento de alimentos a vácuo e concluíram que esta técnica seria uma saída para manter o arroz processado sem a presença do gorgulho (caruncho). Na medida que se retira o ar da embalagem, evita-se a eclosão dos possíveis ovos deste inseto, garantindo durabilidade ao produto na comercialização e no armazenamento pelo consumidor.

Esta foi mais uma técnica pesquisada, testada e incorporada pelo Grupo Gestor, fazendo parte do seu repertório tecnológico.

## Conclusão

Os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, ao conquistarem a terra, geram territórios portadores de intensa disputa política onde se desenvolvem práticas sócio-territoriais que podem gerar indicativos de novas bases produtivas e societárias.

A experiência da produção ecológica nos assentamentos da região metropolitana, sobretudo a do arroz, é um destes casos que indicam padrões distintos de desenvolvimento.

Embasada na participação direta e efetiva daqueles que produzem na gestão do conglomerado; na cooperação e na entre ajuda dos grupos como base de relacionamento econômico e ético; na produção agroecológica e portanto sustentável com imensa geração de conhecimentos técnico-científicos, a experiência do arroz ecológico revela princípios que podem ser considerados insurgentes, indicando que a organização da produção na sociedade pode ser edificada em base de relações de poder simétrica, com autonomia e autogoverno daqueles que trabalham e produzem.

Conclui-se que de forma potencial a experiência do arroz ecológico nos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul, pode ser considerada como uma

experiência portadora de relações emancipatórias, que geram assentamentos numa perspectiva de territórios dissidentes, como forma de resistência política, econômica e cultural dos camponeses brasileiros.

### Referências

BECKER, Bertha K. Uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. B. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

CADORE, Edson Almir. **A produção de arroz agroecológico na COOTAP/MST**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistema) - Centro de Ciências Agrária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CALDART, Roseli Salete, et al (org). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins. O campesinato no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2005.

COOTAP. Itinerário Técnico das Lavouras de Arroz Ecológicas. Eldorado do Sul, 2014.

Levantamento de Safra 2014-15. Mimeo 8 p	p., 2015
--	----------

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do Agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

Questão agrária ho	io 2016 15	n Palestra no X	CSRSP
. Questao agraria no	<b>JC</b> . 2010. 13	p. raitsiia iiu /	NI CODOF.

DIEL, Ricardo. **Gerenciamento de recursos hídricos:** um estudo de caso no assentamento Filhos de Sepé, Viamão. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistema) - Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrária da UFSC, Florianópolis, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MARTIN, Jean-Yves. **Movimento socioterritorial e** "**globalização**": algumas reflexões a partir do caso do MST. Mimeo 14 p., s/d.

GUTIERREZ, Luiz Alejandro Lasso. Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de Porto Alegre. 2012. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KLAMT, Egon et al. Solos de várzea no Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Técnico** n 4. UFRGS, Faculdade de Agronomia, 1985.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho agrícola. São Paulo: MST, 2016.

MST. **Programa agrário do MST**: texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional, 2013.

PINTO, Luiz Fernando Spinelli et al. Solos de várzea do Sul do Brasil cultivados com arroz irrigado. In.: **Arroz Irrigado no sul do Brasil**. GOMES, Algenor da Silva e MAGALHÃES JUNIOR, Ariano Martins. Brasilia: Editora EMBRAPA, 2004.

LESSA, Sergio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LINDNER, Michele e MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. *Transformações sócio territoriais na Região Metropolitana de Porto Alegre:* a experiência da produção do arroz ecológico em assentamentos rurais. XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). Natal: Novembro, 2014. p. 1.159 à 1.169.

LOWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. In: **Margem a Esquerda**: ensaios marxistas, nº 14. São Paulo: Boitempo, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 2011.

REINERT, Dalvan José, et al. **Principais solos da depressão central e campanha do Rio Grande do Sul**: guia de excursão. Santa Maria: Departamento de Solos – UFSM, 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: sociedade e território no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (Org). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TEIXEIRA, Gerson. Os preços de terras no Brasil. 2016. 3 p. Mimeografado.

Recebido para publicação em 11 de novembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 02 de janeiro de 2017.

Aceito para a publicação em 11 de abril de 2017.

# Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern amazon region of Ecuador

### **Oswaldo Viteri Salazar**

Doctor en Ciencia y Tecnología Ambientales, Profesor Titular de la Escuela Politécnica Nacional, Facultad de Ciencias Administrativas, Departamento de Estudios Organizacionales y Desarrollo Humano

e-mail: hector.viteri@epn.edu.ec

## Jesús Ramos-Martín

Reitor da Universidad Regional Amazónica – IKIAM e-mail: http://www.jesusramos.org

### Abstract

The cultivation of coffee and cocoa is the main source of income for small farmers in the northern Amazon region in Ecuador. As border area, they have been beneficiaries of multiple public and private institutions, principality designed to reactivate the production of coffee and cocoa. The goal was to improve the quality of life of local population threatened by poverty and characterised by high level of immigration from Colombia. The current study was carried out to outline the main obstacles faced by producer associations in order to identify policy measures to address these. This study show data of organisational structure, initiatives for marketing under partnerships, and storage infrastructure with an estimate for the production of coffee and cocoa, based on primary and secondary information. It also implies that the government could play a bigger role supporting peasant organisations in different aspects like: capture of added value by peasants; associative commercialisation with a focus on a popular and solidary economy; and offering flexible credit. All of this would encourage participatory, sustainable rural business ventures. Finally, we present different alternatives for improve the implementation of public agricultural policies, about of organisational structure of the producers, commercialisation processes and environmental concerns.

**Keywords:** Amazon Region; associative commercialization; coffee-cocoa production; public policy.

# Estrutura organizacional e comercialização de café e cacau na região norte amazônica do Equador

#### Resumo

<sup>1</sup> We would like to thank: i) the former Instituto Nacional de Capacitación Campesina for allowing access to information essential to this study; ii) the Ministry of Agriculture, Livestock, Aquaculture, and Fisheries (MAGAP), for the valuable collaboration of their field technicians; and iii) the Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, and iv) the Secretaría Nacional de Educación Superior, Ciencia, y Tecnología (SENESCYT), for funding this research. Likewise, we are very grateful to the producer organizations, and especially to the coffee and cocoa farmers of the northern Amazon region in Ecuador. Also acknowledge financial support to this research by the

Republic of Ecuador by means of the Project "Centro de Prospectiva Estratégica, CUP00101819", and acknowledges the Project HAR2013-47182-C2-1-P from the Spanish Ministry of Science and Innovation.

Revista NERA   Presidente Prudente   Ano 20, nº. 35   pp. 266-287   Jan-Abr./2017
---

O cultivo de café e cacau é a principal fonte de renda para agricultores da região amazônica no Equador. Como a área de fronteira, tais agricultores foram beneficiários de múltiplas instituições, principalmente para reativar a produção de café e cacau. O objetivo era melhorar e aumentar a qualidade de vida da população ameaçada pela pobreza e caracterizada pelo alto nível de imigração. O presente estudo foi realizado para delinear os principais obstáculos encontrados pelas associações de produtores com o propósito de identificar as medidas de políticas para enfrentá-los. Este estudo mostra os dados da estrutura organizacional, iniciativas de marketing, e infraestrutura de armazenamento com uma estimativa para a produção de café e cacau, com base em informações primárias e secundárias. Também implica que o governo poderia desempenhar um papel maior apoiando organizações campesinas em diferentes aspectos, tais como: capturar o valor agregado pelos campesinos; comercialização por meio de cooperativa; e oferecendo crédito flexible. Tudo isso encorajaria ações participativas, empreendimentos rurais sustentáveis. Finalmente, apresentamos alternativas para melhorar a implementação de políticas públicas agrícolas, no que diz respeito à estrutura organizacional, comercialização de processos e aspectos ambientais.

Palavras-chave: Amazônia; cooperativa comercial; produção de café-cacau; políticas públicas.

# Estructura organizativa y de comercialización del café y cacao en la Amazonía norte de Ecuador

### Resumen

El cultivo del café y cacao es la principal fuente de ingresos para los agricultores de la Amazonía norte del Ecuador. Como zona fronteriza, ha sido beneficiada de múltiples instituciones, con proyectos diseñados para reactivar la producción agrícola. El objetivo fue mejorar la calidad de vida de la población amenazada por la pobreza y caracterizada por un alto nivel de inmigración. El presente estudio se realizó para analizar los principales obstáculos que enfrentan las asociaciones de productores, con el fin de identificar posibles políticas de mejora. Este estudio muestra datos de la estructura organizacional, iniciativas de comercialización asociativa e infraestructura de almacenamiento disponible, con una estimación de producción de café y cacao, basada en información primaria y secundaria. También sugiere que el gobierno podría desempeñar un papel más importante de apoyo a las organizaciones campesinas en diferentes aspectos como: la captura de valor agregado por los agricultores; La comercialización asociativa; Y ofrecer crédito flexible. Todo esto alentaría a los emprendimientos rurales participativos y sostenibles. Finalmente, presentamos diferentes alternativas para mejorar la implementación de las políticas públicas agrarias, la estructura organizacional de los productores, los procesos de comercialización y las preocupaciones ambientales.

**Palabras clave**: Región Amazónica; comercialización asociativa; producción de café y cacao; políticas públicas.

# Introduction

Coffee and cocoa cultivation in the northern Amazon region of Ecuador began when colonists originating from different areas of the country settled in the Amazon, encouraged by the Law of Agrarian Reform and Colonization, passed on July 11, 1964 under Decree 1480 by the military Junta then in power (VITERI, 2007). The severe droughts in the south of Ecuador

and the beginning of regional oil exploration during the seventies were also factors that contributed to migratory movements (MALDONADO, 1979) (LITTLE, 1992) (GONDARD and HUBERT, 2001).

In the northern Amazon region of the country, special attention is given to the cultivation of Robusta coffee (Coffea canephora) and national cocoa (Theobroma cacao). Coffee and cocoa make important contributions to the country's economy via international trade (ACOSTA, 2006). Between 2002 and 2011, they represented 7.0% of non-petroleum exports of Ecuador (BCE, 2012). For decades, these crops have been a source of employment and foreign currency for the nation. Traditionally, production had been concentrated in Manabí Province. Currently, it is distributed throughout the country. According to data from the latest National Agriculture and Livestock Census, published in 2002, 320,664 hectares are dedicated to Arabica and Robusta coffee production, including both the monocultural and intermixed plantings that make up 105,000 Agricultural and Livestock Production Units (UPAs)<sup>3</sup> at the national level. This last figure indicates that an equal number of households are directly linked to this activity, while there are about 500 large-scale marketers (SICA, 2002). In the provinces of Orellana and Sucumbíos, there are 13,858 UPAs, 97% of which cultivate coffee and, in smaller proportions, cocoa (MAG, 2002). The number of UPAs dedicated to coffee and cocoa production in the Amazon region in northern Ecuador exceeded 20,000 in year 2009 (INCCA, 2009), and 46,292 hectares in year 2012 (SINAGAP, 2016).

The national cocoa is classified as "fine aroma" and is used in the manufacture of high quality chocolates and in mixtures. Currently, this crop is been threatened by the introduction and expansion of an improved clone version of cocoa, named CCN51<sup>4</sup>, which is more productive and which is grown under monoculture conditions (MELO and HOLLANDER 2013). The improved strain does not have the same level of acceptance in the international market, though. The consequence is that its price is lower than that for the national (BIOTRADE FACILITATION PROGRAMME – ECUADOR, 2005).

In the case of coffee, its quality is measured by distinctive aspects, such as aroma, acidity, body, and flavor. Robusta coffee is considered to have better body than Arabica (ROMANO, et al., 2014). It also has a greater content of caffeine and less market value. Even

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Ecuador grows a unique variety of cocoa known as "national." This cocoa variety is characterized by its post-harvest processing, during which there is a short fermentation period which results in a mild chocolate with good flavor and aroma and which is known internationally as "fine aroma cocoa" (QUINGAÍSA and RIVEROS, 2007).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> UPA "is a landholding of 500 square meters or more, totally or partially dedicated to mixed agricultural and livestock production. . ." (MAG, 2002).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> In 1965, the Ecuadorian researcher Homero Castro developed a cocoa clone from the double hybridization of genetic material from the *Trinitario* and *Forastero* varieties of Amazonian origin (CCN51). It is resistant to fungal diseases and gives high yields (INTERNATIONAL PLANT NUTRITION INSTITUTE, 2014).

though Robusta is considered to be of less quality, it is frequently blended with other coffee beans to take advantage of its qualities and thus maintains its niche in the coffee market (COFENAC, 2005; BERTONE, et al., 2016).

In Ecuador, small coffee and cocoa producers—those with less than five hectares of cultivated land—base their economy on the production of these crops. Their main problem is marketing their products and the influence of intermediaries that reduce, to a significant measure, the income derived from their production in comparison to the other options of commercialization, like fair trade (PODHORSKY, 2015). Many international aid agencies that carry out projects in the northern Amazon have focused their action on the reactivation of production, the strengthening of cooperative associations and, to a lesser extent, on commercialization. A number of associations of producers have been created and stockpile centers have been constructed to handle post-harvest distribution. However, at the moment, there are few organizations that have become involved in sustainable commercialization processes.

This research portrays the current situation of associative commercialization that predominates in Orellana and Sucumbíos provinces. It also identifies the main problems faced by farmers and their organizations and proposes public policies to tackle these problems and make the production of coffee and cocoa a sustainable activity. The main problem encountered in our research was the lack of access to existing information. There are several studies conducted by public and private entities, but most of their information has not been made public and is zealously guarded. Moreover, during field work, little willingness was found among participants to share information, presumably due to concerns that the information would be used for taxation purposes.

During the past decade, several development projects linked to coffee and cocoa production have been implemented in this region, sponsored by different public and private organizations. The Ministry of Agriculture, Livestock, Aquaculture, and Fisheries (MAGAP) has operated in most of these provinces under its Initiative for Reactivating Agriculture in the Provinces of Orellana and Sucumbíos (PROERA), which took place between 2003 and 2010. PROERA helped approximately 21,000 families involved in coffee and cocoa production, covering around 80% of the farmers in these provinces (INCCA, 2010).

A large part of the projects implemented in this zone have focused on production, ignoring the challenges of commercialization, although both of these activities are distinct but connected segments in the same food and agriculture chain. Hence, it is important to link these two aspects when analyzing farmer participation and acknowledge their important role (SAG-

IICA, 2002; MELO and HOLLANDER, 2013). To make the connection, we must design sector-based policies that offer specialization options and weigh the interaction between production and the environment. Until 2003, few indigenous or colonist organizations in the Ecuadorian Amazon have adopted associative commercial processes or have seen the necessity to do so (ORTEGA, 2003).

The objectives outlined for this study include to: 1) describe the situation of associative commercialization for coffee and cocoa production; 2) identify the main problems that rural farmers and their organizations face; and 3) disseminate information that proposes public policies to tackle the identified problems. This study is motivated by the fact that there is no published information that documents what goes on with coffee and cocoa production in this region and because agricultural workers frequently cite commercialization as one of their main challenges.

The rest of the article is organized as follows: Section 2 analyzes associative partnership and commercialization in the context of rural production. Section 3 presents the field of study, the data used, and the methodology. Section 4 presents the current organizational situation of the region's farmers. Section 5 analyzes the main problems that the associations face. Finally, Section 6 offers some conclusions and recommendations for public policy that will improve coffee and cocoa commercialization in the northern Amazon region of Ecuador.

# Background: associative partnership and commercialization

Throughout their history, associative activities have felt the negative effects of changes, as they have been a component in a process of transition from a general household economy to a general market economy, part of the evolution from the domination of small farms to the domination of agribusiness. Hence, the forms that partnerships take are important. A society based on a cooperative movement is made up of producers that seek to define a common purpose for its members. In this sense, associations and cooperatives can take many forms, such as agrarian services for transformation or for community operations. Although these last are rare on a global scale, they are found most often in countries with communist leanings and on kibbutzim<sup>5</sup>. Service cooperatives are more common and dominate the global scene. They embody a cooperative doctrine based on three main concepts: equality, liberty, and solidarity (ACI, 2007). In reality, they—whether they are associations or cooperatives—are characterized

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A Hebrew word referring to association in an agricultural community in Israel. The kibbutzim were essential to the creation of the state of Israel. They were one of the most important communal movements in history. They were founded in a period in which private agriculture was not practical (KIBBUTZIM, 2013).

by and endowed with a natural, common good will, or a good will established rationally. Both are perceived as integral entities, as specific interest groups that establish themselves through association (TONNIES, 2009).

On the other hand, in associative processes the community plays an important role through the empowerment of activities that allow bottom-up institutional development. Wherever the government's role is active, it creates conditions under which social and community businesses prosper. The central government can foster contract opportunities with local governments, ongoing advice, business training, and access to easy and timely credit. There are factors that can limit empowerment and effective community participation, such as geophysical and environmental factors, the complexity of aid programs, cooperation, the nature of social and human capital, the community's attitude, the state of infrastructure, and socio-political conflicts, among others (CLARK, et al., 2007). In addition, progress can be limited by an unequal distribution of power, which may lead to conflicts over the use and management of resources. Such conflicts can provoke a weakening in the empowerment initiative, in participation, and result in development that is barely sustainable (MANCINI, 2013).

There are many forms of partnership and association. In Ecuador, there are two common forms. The first is association by contract as a means to direct commercial, agricultural production through agreements between farmers and processing and marketing firms, often at predetermined prices. Such is the case with Gatazo Zambrano<sup>6</sup>. The second is the *maquila* operation, a means of subcontracting in order to fulfill part of the production process outside of the organization. An example of this is the packaging of vegetables or other major processing operations. Kallari is an example of this type of association. It has joined with other businesses to manufacture chocolate bars (INIAP, 2010). Other types of associations include business networks, consortia, and collective action initiatives (IICA, PRODAR, FAO, 2006).

In those cases in which producers have not formed associations, the total value of their products in the market is reduced, mostly because they lack negotiating power. For instance, Guivant (2003), cited in Blanc (2009) has recorded cases in which the producers received only 14% of total product value while 31% went to intermediaries and 55% went to supermarket chains or other final distributors. Hence, associative partnership is important not only for improving income over the medium and long terms, but also for creating collective solutions by means of knowledge exchange among the various players, such as associates, researchers, technicians, and consumers. It can create endogenous social changes in rural environments,

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A small locality located in Chimborazo Province, Ecuador where, according to the Commercialization Project (IICA, 2006) organized producers have shown a 43% improvement, once they managed to associate themselves after they contracted with two broccoli processing companies.

based on native competencies and collective creativity. It can have an impact at the socioeconomic level, where various forms of organization are found whose aims are to guarantee the structural and economic sustainability of those organizations (CUELLAR and CALLE, 2011).

Another key aspect of these organizations is their capacity to increase participation in the production chain, allowing participants to integrate themselves in value added processes. For example, through participation in organic or fair trade certification programs, they become more competitive and responsive to new market requirements. From its beginning, the organic certification process has included standards developed under first world consumer demands imposed in a top-down manner on the certifying bodies, with limited participation by farmers—a process that can hardly be characterized as "participatory." On the contrary, it is clear that current organic production represents an attempt to reestablish ancestral practices by small producers that, at the same time, serve the most demanding consumers. This direct channel adds value and thus counteracts the globalization trend in the food and agriculture system, a system in which direct sales of food products affect the final price that producers receive (GONZALEZ and NIGH, 2005). The cases of Orellana and Sucumbios Provinces have not proved exceptional in this regard. Additionally, the fair trade label represents a "win-win" strategic choice. Producers can receive higher prices for their products than those offered in conventional markets, a profit that economists refer to as "differential revenue." Through these practices, producers can also increase quality, since they respond not only to physical and organoleptic properties, but also to cultural and ethical factors (RENARD, 2005). Despite these conditions, one must be on alert so that these production practices are not reabsorbed by the logic of the market, cornered by the dominant players in the food system who are attracted by their success and by consumer preferences. These are market dynamics that should be, primarily, of mutual benefit to consumers and producers (RENARD, 2003).

Improving income of producers via systematic processes to set appropriate prices for commercialized products is not a utopian goal. It is quite doable, but one needs to identify the pertinent global value chains (GVC) involved. These include international networks of producers, marketers, and service providers that interact by means of value added processes (PELUPESSY and JIMÉNEZ, 2009). Right now, commercialization operations that favor small producers cannot be sustained solely by direct government intervention, by the sale of fixed quotas, nor by the parental intervention of either public or private development organizations. Increasingly, what the producer and micro-enterprise organizations achieve by themselves is what counts. They are the ones that need to open venues in internal commercialization channels, including in agribusiness and exports. A commercialization blueprint for small

producers should include, among other things, a means for organization which will assure their participation and self-management, founded on an associative form rooted in their own community, and sustained support from a public or private institution for a determined period of time after the first day of inception. All actions taken in support of the producers' organization need to be efficient. Such actions will be more useful that any investment in infrastructure or formal training offered in an isolated manner (MENDOZA, 2007).

We want to reiterate that international cooperation has played a preponderant role in many cases, especially during the establishment and consolidation stages of the organizations. During the decades of the 80s and 90s and including the first years of the new millennium in Latin America, governments intervened less in public policies launched to aid the agricultural and livestock sector. The idea being that less intervention would promote greater participation by individuals in the activities that, for a long time, the public sector was overseeing. Once this new approach was applied, activities related to basic research, technical assistance, training, commercialization, and subsidized credit were affected (SANTACOLOMA et al., 2005).

### Location, data, and methods

This study was carried out in the northern Amazon region of Ecuador in the provinces of Orellana and Sucumbíos, which were newly established nearly 30 years ago. Together, they cover 39,059 square kilometers of territory. Sucumbíos has seven cantons (municipal entities) and Orellana has four. According to data from the last national census in 2010, there are 312,868 inhabitants in the region. More than half (58%) live in "rural areas" (INEC, 2012). The dominant climate is tropical humid forest, with temperatures that fluctuate between 21 and 32 degrees Celsius. Average yearly rainfall is 2.600 mm (INAMHI, 2014; COFENAC, 2005). The current main agro-industrial activity in the sector is the cultivation of African palm (*Elaeis guineensis*) and other palms for the extraction of palm oil, conducted by a few large companies starting in the 1980s. These concessions displaced both indigenous people and colonial settlements and replaced them with large monoculture-style holdings (GRANDA, 2006).

We have been collecting data for this study since 2002. The data appearing in Table 1 represents the official figures published in the III National Agricultural and Livestock Census. After the census, PROERA was established. It is the largest reactivation program in the northern Amazon region. It has supervised the creation of more than 22,000 hectares of coffee and cocoa over the 2003-2010 period, a change that affects the official figures and about which we will have more to say later on.

Table 1. Land use and economically important crops

<u> </u>		Permanent main Crops			Transitor y crops:	Rest	Natural			
Provinces (I	(ha./%)	Coffe e	Coco a	Banan a	Oil pal m	rice, corn, cassava, peanuts, etc.	and fallow land	cultivate d pastures	Forest	Total
	(ha.)	19,97 8	3,565	4,577	8,17 2	5,951	23,14 5	36,702	145,87 2	247,96 2
Orellana	% / total UPAs Area % /	8.1	1.4	1.8	3.3	2.4	9.3	14.8	58.8	100
	total cultivat ed surface	19.6	1.6	1.0	1.7	1.3	5.1	8.5	142.9	
	(ha.)	29,41 1	4,186	4,086	5,74 3	5,489	25,83 1	59,419	217,61	351,77 5
Sucumbío	% / total UPAs surface	8.4	1.2	1.2	1.6	1.6	7.3	16.9	61.9	100
S	% / total cultivat ed surface	21.9	1.3	0.6	0.9	0.8	3.9	9.4	162.2	
Total	(ha.)	49,38 9	7,751	8,662	13,9 15	11,44	48,97 6	96,122	363,48 2	599,73 7
	%	8.2	1.3	1.4	2.3	1.9	8.2	16.0	60.6	100

Source: Author's calculations based on data from MAG, 2002.



Figure 1. Main zones of Robusta coffee and National cocoa production in Ecuador.

Source: Based on (COFENAC, 2005; PLAN ECUADOR- AMAZNOR, 2009).

The information used is mainly primary, result of an extended field work that included visiting all Storage Facility Centers and some peasant leaders contacted through on in-depth interview, which were visited in site, interviewed and to whom a questionnaire was applied. Furthermore, the five years of professional experience implementing the PROERA of the corresponding author was very helpful.

As part of our descriptive approach, we have identified the characteristics of the current commercialization model that now predominates in the area. The description includes important observations, document reviews, and interviews with the main participants in the process, such as technicians, politicians, administrators, and municipal and provincial leaders. We also conducted a document analysis, examining secondary information about the commercialization process with the goal of identifying the relationships, differences, and current situation.

### Results

## Characterization of rural organizations

### A description of peasant organizations

In 2002, the Ministry of Agriculture and Livestock, through the National Office for Peasant Development (Dirección Nacional de Desarrollo Campesino), recorded 5,749 peasant organizations at the national level. For 2008, the Ministry had records for 5,011 peasant

organizations in its database. Concomitantly, in 2009, the National Institute for Peasant Training (INCCA, Instituto Nacional de Capacitación Campesina), based on data collected by MAGAP, carried out a follow-up program in the field. They sponsored workshops in each province in which representatives of various sectors of the public and private organizations involved in the rural development of the provinces participated. This initiative was part of the National Training Plan, which recognized only 936 active organizations in the country. This means that only 21% of the recorded organizations maintained some level of activity. In the case of the provinces of Orellana and Sucumbíos, 48 and 41 active organizations were identified, respectively. After 2010, MAGAP launched two programs for encouraging organizations, which verified by field surveys that there were 80 active organizations in the research area in 2013, so the number continued decreasing. A detail of them is presented in Table 2.

Table 2. Number of rural legal organizations identified in Orellana and Sucumbíos provinces

Drovingo	Conton	Year				
Province	Canton	2002	2008	2009	2013	
	Francisco de Orellana	12	58	21	14	
Orollono	Loreto	0	8	3	4	
Orellana	La Joya de los Sachas	7	28	23	11	
	Aguarico	0	8	1	2	
Total provin	19	102	48	31		
	Sucumbíos	1	2	0	3	
	Gonzalo Pizarro	14	21	17	6	
0 1/	Cascales	10	8	9	4	
Sucumbíos	Lago Agrio	17	25	14	11	
	Putumayo	0	5	0	3	
	Cuyabeno	0	3	1	9	
	Shushufindi	3	5	0	13	
Total province		45	69	41	49	
Total research area		64	171	89	80	

In Orellana, one finds more organizations in Francisco de Orellana and Joya de Los Sachas municipalities, possibly due to the concentration of oil extraction activity there. Such activity attracts the special attention of various agents, such as the oil companies themselves, the government, and NGOs. Another important factor to explain this fact is that, until 2007, the

main highway that connects the region to the sierra and coastal regions of the country followed the route Coca-Lago Agrio-Quito-Santo Domingo-Guayaquil. In addition, organizations have appeared in Loreto during the past few years. This change could be due to improvements in the roads connecting this area with the sierra via Coca-Loreto-Quito route, which favors settlements. In the case of Aguarico, organizational presence has dropped and this municipality finds itself isolated from the provincial capital, as its main access route is via river channels.

In the case of Sucumbíos Province, there are more organizations in the municipalities of Shushufindi and Lago Agrio, which could also be tentatively attributed to the presence of oil companies, improved roadways, and increased attention on the part of developmental aid groups and institutions. Another factor to consider is that the type of soils capable of sustaining coffee and cocoa are concentrated in these two cantons.

PROERA, the largest rural reactivation program for coffee and cocoa that the government had launched in the northern Amazon region, reached its peak period between the years 2003 and 2008. This was followed by a decline in 2009 and its dissolution in 2010. For sure, this affected the number of organizations, as their number grew from 64 to 171 (year 2008).

### **Associative commercialization**

We identified several specific initiatives for the commercialization of coffee and cocoa based on associative partnerships in the region, the most representative being the Asociación de Productores San Carlos (San Carlos Producers Association), Kallari, and Comité Empresarial Aroma Amazónico (Aroma Cocoa Business Association for the Amazon). These three associations share a common mode of operation. They all unite local organizations of primary workers that, overall, have a fairly strong organizational structure. All of them also have, at the least, a storage facility center or other warehouse facility where products can be stored for later distribution. They also lend technical assistance to their associates and own their own nurseries for plant reproduction. These three organizations have all made inroads in seeking organic certifications, working with small producers who control between two and three hectares of cropland, of either coffee or cocoa, which represent around US\$ 1,250 annually in gross income for each producer (VITERI 2013).

The San Carlos Producers Association is the newest organization. It operates mainly in La Joya de los Sachas municipality in Orellana Province. Its distinctive feature is the ownership of nurseries for the reproduction of "Super Tree" ("Super Árbol") cocoa trees, a hybrid of CCN51

and national cacao. The Kallari Association operates mainly in Napo Province, adjacent to Orellana Province, from which it has extended its activities into this province, mainly in Loreto. Kallari's main strengths are working with native Kichwa associates, developing value added activities, focusing on cocoa processing, and producing chocolate bars with certificates of origin that are commercialized in the European and American markets. Thus, Kallari can pay its associates (providers) a higher price than the one offered by the local market, up to 20-30% more. In contrast, the Aroma Cacao Business Association for the Amazon played an important role during the years 2007-2012, when it dominated production in all municipalities located in Sucumbíos Province. It was formed under a strategic alliance of different base organizations, including organizations formed previously by the Fundación para la Educación Integrada y Desarrollo (FUNEDESIN). The Foundation for Comprehensive Education and Development helped the Corporación de Cacaoteros de la Amazonía (Cocoa Growers Corporation of the Amazon) through initiatives to preserve the environment and strengthen commercialization organization and infrastructure. Aroma Amazónico merged around fifteen coffee and cocoa producers' organizations, each one with its own storage facility center administered by its own organization. Nevertheless, Aroma Amazónico ceased activities in 2013. According to its directors, this move was only temporary to allow the process of re-organization of its structure, since it was experiencing financial problems.

# **Storage Facility Centers**

A review of bibliographic sources plus field verification was carried out, so that we could raise an inventory of the existing storage facility centers in the provinces of Orellana and Sucumbíos. The storage facility infrastructure included warehouses belonging to either individually owned or associations of producers.

Table 3. Storage facility centers in Orellana and Sucumbíos

Province	Canton	Storage facility center type		
FIOVILICE	Canton	Individually owned	Guild	
	Francisco de Orellana	6	2*	
Orellana	Loreto	7	4**	
	La Joya de Los Sachas	10	6**	

	Aguarico	0	0
Total province		23	12
·	Gonzalo Pizarro	0	0
	Cascales	0	2
Sucumbíos	Lago Agrio	5	7*
	Putumayo	0	1
	Cuyabeno	0	1
	Shushufindi	0	6
Total province		5	17
Total zone		28	29

<sup>(\*)</sup> PROERA handed over two storage facility centers (one per province) for coffee and cocoa to the respective provincial governments that have yet to come into full operation. (\*\*) There are four storage facility centers (Two in Loreto and two in La Joya de Los Sachas) belonging to producer associations that are not operational in Orellana.

In Orellana Province, storage facility centers belonging to individually owned predominate, being 23 out of the 35 available warehouses. In contrast, producer associations are in charge of just 12 facilities in the entire province, including those used by San Carlos and Kallari. The situation in Sucumbíos is different. There are fewer individually owned storage facility centers. Five out of the 22 individually owned warehouses found here are concentrated in Lago Agrio. The producer associations control 17 storage facility centers. The majority of those are involved in commercialization activities overseen by Aroma Amazónico, which currently delivers its produce via its own regional intermediaries to the city of Guayaquil.

# Estimating the Volume of Coffee and Cacao Production in Orellana and Sucumbíos Provinces

An estimate of coffee and cocoa production in this region is relevant to this study, since it has a direct effect on proposals for improving organizations that we will offer later on.

In order to measure the volume of dry national cocoa produced in this region, we must use two sources of information on areas under cultivation, while avoiding duplication in data. First, there is the information contained in the Plan Ecuador study (PLAN ECUADOR, AMAZNOR, 2009), based on records on organic certification efforts by Aroma Amazónico and Kallari. Secondly, there is another body of important data in the PROERA program database (INCCA, 2010), mostly regional data collected during the past decade. In the case of Robusta coffee, the production data derives from hectares cultivated solely under PROERA—the most important player in terms of coffee—commercialized mainly in a fresh state also called "cherry".

In 2013, a 100-pound sack of dry national cocoa was marketed at US\$ 105, while a 100-pound sack of "cherry" Robusta coffee sold for US\$ 14, price paid at producer.

According to several consultancies conducted by MAGAP to which we had access, in order to establish coffee and cocoa storage facility centers in the Amazon, the minimum capacity necessary would be 12,000 sacks per year. Based on this analysis, the calculated production could stock around 31 stockpile centers, distributed by municipality and closely matching the production volume, as one can observe in the table below.

Table 4. Estimate of Robusta coffee and national cocoa production in Orellana and Sucumbíos

Province	Municipality	Production hectares (in thousands)		Sacks (100 pounds) / Per year (in thousands)		Income US\$ (in thousands)	
		Coffee	Cocoa	Coffee	Cocoa	Coffee	Cocoa
	Francisco de Orellana	3.1	6.2	76.5	27.7	1,071.4	2,910.8
Orellana	Loreto	1.4	2.2	34.6	9.8	484.8	1,026.5
Orellana	La Joya de los Sachas	1.5	4.7	36.9	21.3	517.0	2,238.6
	Aguarico	0.1	0.5	3.1	2.1	43.1	222.2
Total province		6.0	13.5	151.2	60.9	2,116.1	6,398.0
	Gonzalo Pizarro	0.2	0.9	5.9	4.0	81.9	419.1
	Cascales	0.3	1.4	6.6	6.1	92.8	642.0
Sucumbíos	Lago Agrio	1.3	7.1	33.1	31.8	463.8	3,339.5
	Putumayo	0.3	1.0	8.2	4.7	114.8	493.4
	Cuyabeno	0.3	2.0	7.8	8.8	108.5	922.6
	Shushufindi	1.0	3.8	24.3	17.1	339.5	1,793.7
Total province		3.4	16.1	85.9	72.5	1,201.9	7,612.7
Total zone		9.5	29.7	237.0	133.4	3,318.0	14,010.7

<sup>\*100</sup> pounds = 45.3 kilograms

According to our estimate, considering that this region has at least 21,000 UPAs as previously stated, each UPA would have an average of 1.86 hectares of either coffee or cocoa crops. In addition, each would achieve an average annual income of US\$ 825 from the sale of these products.

### **Discussion**

# Challenges in coffee and cocoa Commercialization

From the analysis of the number of organizations created in the past few years, we assert that many of these organizations have been formed only to deal with short-term issues. Later, they weakened to the point of dissolution. Such failures could be due to the lack of organizational strategies for empowerment and enrichment that would have permitted them to become sustainable over time.

On the other hand, we have been able to identify a total of 57 storage facility centers and warehousing facilities at the municipal level. We have noted that 28 belong to individually owned while 29 belong to producers' associations. From these data, we can foresee that commercialization under a model of intermediation, mainly in Orellana Province, would be important, while in Sucumbíos we identify growth in the associative model of production, although the products themselves have not changed. Processing initiatives for coffee and cocoa are still limited, leaving the income derived from coffee and cocoa subject to international pricing for these "commodities." When coffee and cocoa prices fall—which occurred at the end of the 1990s and the early years after 2000—producers simply abandon their crops, waiting until prices rise again to reactivate cultivation. Of course, this style of interrupted management of produce affects yield.

The commercialization of coffee and cocoa is not only influenced by whether or not product stockpiles are sustainable by volume. Large capital investments are involved. This is a weak point for the producer associations, since many of them cannot obtain the financial resources necessary to maintain storage facility centers. According to a feasibility study conducted by PROERA—which helped organizing two warehousing centers, in Orellana and in Sucumbíos—the fixed capital required to establish each center was US\$ 250,000. This estimate is taking into account that a warehousing facility such as those used in the study region would store Robusta coffee, national cacao, CCN51 cacao, and also corn during the months in which coffee and cacao production falls. This research shows that there is enough production to justify at least 30 storage facility centers. The revenue obtained by sales of national cocoa and Robusta coffee could amount to approximately US\$ 578,000 per year. This shows there is a lack of coordination among the organizations for an optimized use of storage facility centers so that they can by-pass intermediaries.

This may be the result of the fact that among the registered associations, there are no big producers. The majority own only two to three hectares of cultivated land. This situation

implies that the associations need to count on a high number of producers in order to consolidate the volumes of coffee and cocoa needed. For producers, coffee and cocoa are the main source of income. Due to their reduced economic capacity, they have difficulties accessing credit, indicated in some cases by the lack of property titles to the land under cultivation. The majority do not use synthetic fertilizers and other inputs for their crops and few of them use bioproducts, thus diminishing their actual yield with respect to its potential. Yield is also affected by the high incidence of diseases in this climate. Since low yields discourage producers from looking for better commercialization options—the effects of which we can see in the passive attitude producers take towards associations and the lack of a more active role in these organizations—we see signs of little empowerment by farmers, in contrast to the option for associative commercialization.

Another main factor at play in the border provinces of Orellana and Sucumbíos is that a great number of governmental (MAGAP-INCCA, ECORAE, PRONORTE, etc.) and non-governmental organizations (GIZ, USAID, etc.) have already intervened in the coffee and cocoa production here. This aid could have put pressure on the availability of land resources and the many protected areas that exist. The majority of organizations, both public and private, do not coordinate their efforts with the others. In many instances, they duplicate activities and get the producers used to paternalistic attitudes. That is to say, producers become passive, waiting for external resolutions. In this respect, several programs aimed at reactivating coffee and/or cocoa production frame the solution as follows: each producer would plant a certain area, generally one hectare. This plot is used as a control plot for the different aid organizations who might distribute various types of aid. No agency checked if additional lots were covered by aid from any other agency.

# Conclusion: A proposal to improve and change public policy

During our research, it became clear that there are a large number of peasant organizations, several of which have already become involved in associative commercialization, but that only few are focused on added value. This suggests that the government should play a bigger role in increasing and strengthening training programs, prioritizing effective participation of producers. The programs should empower farmers to develop self-management skills. These mentoring efforts would propel organizational development for innovation and, above all, would empower small rural producers, giving them the skills to manage their own crops with added value and achieve autonomy once training and mentoring programs end.

Another relevant point is that of by-passing intermediaries as their involvement reduces the cut that the producers receive for their coffee and cocoa. Given this situation, producers have already set up partnership organizations on their own. This makes government oversight necessary. The government should offer a plan for organizational enrichment that drives associative commercialization with a focus on a popular and solidary economy. This initiative should include small "progressive" groups of producers, providing them with the basic infrastructure for storage facility products. It should then integrate them into an associative network of producers and warehouses at the provincial level, nurturing the skills necessary to later become a second-tier organization. The consolidation would allow producers and distributors to process and market coffee and cocoa with higher added value, meeting the criteria for economic and environmental sustainability. This would also allow establishing processes that eventually meet certification requirements. Thus, organizations that already participate in associative commercialization activities could improve their management abilities, establishing strategic alliances with other groups, both local ones, in order to increase warehousing volume, and external organizations in order to obtain direct sales.

In both provinces, a significant percentage of the storage facility infrastructure is in the hands of producer associations. Under appropriate public policies, these resources could be integrated into a regional producers' supply network, which would allow producers to consolidate coffee and cocoa bids, improving their negotiating power and making them able to regulate prices in the face of both international and national markets. Producers also need to develop "certificate of origin" initiatives, a value added practice that the government must firmly support in order to fulfill its global strategy of advancing to another level in the market value chain.

The availability of sufficient economic resources to allow warehousing centers to operate has been identified as one of the main problems all commercialization operations face. In this context, public policies for the reactivation of farmland should consider offering flexible credit, accompanied by technical training for the administration of resources, encouraging participatory, sustainable rural business ventures.

The provinces of Orellana and Sucumbíos have zones of high biodiversity, a huge potential for organic production and meet the conditions for fulfilling "certificate of origin" requirements. Given this situation, the government should firmly and effectively control the encroachment of agrochemical merchants that, according to farmers' observations, have proliferated in the past several years. If the producers own between two and three hectares each, they are not currently able to generate sufficient income to cover expenses, which encourages them to make small "investments" in agrochemical products with the hope of

increasing yield. But these applications tend to increase incrementally in comparison with results, affecting biodiversity and possibly leading to the expansion of areas under cultivation with the aim of improving income. Faced with this situation, the central, regional, and local governments should implement programs that improve the income of farmers based on them joining in initiatives for associative commercialization and increased added value. Above all, government agencies should encourage current cultivation practices, most of which have been part of a traditional agroforestry system maintaining organic practices.

Since 2010, the government has started to accelerate the issuance of land property titles, as well as offering incentives for production. Yet, often small producers cannot access credit because they lack property titles or because they fear dealing with bank agencies. Hence, one sees the interest that producers show for associations that can help them with credit. When farmers seek credit, they should also be offered advice and an opportunity to obtain property titles, once they have complied with the requirements. In this way, the associations and organizations will become key players in credit distribution, serving as intermediaries between banks and clients and guaranteeing the appropriate use of funds.

Finally, public and private organizations that manage regional projects must exchange information in order to avoid duplication of efforts and resources. MAGAP and/or the provincial governments must systematically collect and process information about their projects—and those sponsored by other organizations that deal with the development of agricultural production—available to farmers. Access to such existing information has been one of the main problems for this research. Along the same line, the government must be consistent in the programs and projects it launches. Knowledge and data generated from earlier projects should be used in order to optimize the economic resources employed and the results obtained.

Only with changes in public policy, such as those presented here and others to be identified, will improvements in income levels derived from coffee and cocoa production for the rural populations of Orellana and Sucumbíos Provinces be achieved. These policies must work without damaging the environment or expanding the agricultural frontier, and especially without impacting the forested areas that, as was mentioned above, cover about 60% of the UPAs.

### References

ACI. ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL. http://www.aciamericas.coop/Filosofia-Doctrina-Principios (accessed 25 Sep 2010), 2010.

ACOSTA, A. Breve Historia Económica del Ecuador. Quito, Corporación Editorial Nacional, 2006.

BCE. Exportaciones del Ecuador. Quito, Banco Central del Ecuador, 2012.

BERTONE, E. VENTURELLO, A. GIRAUDO, A. PELLEGRINO, G. and GEOBALDO, F. Simultaneous determination by NIR spectroscopy of the roasting degree and Arabica/Robusta ratio in roasted and ground coffee. **Food Control**, p683-689, 2016.

BIO TRADE FACILITATION PROGAMME - ECUADOR. **Diagnostico del Cacao Sabor Arriba**. Quito, BTFP, 2005.

BLANC, J. and KLEDAL, K. "The Brazilian organic food sector: Prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders." **Journal of Rural Studies**, p142-154, 2012.

CLARK, D. SOUTHERN, R. and BEER, J. Rural governance, community empowerment and the new institutionalism: A case study of the Isle of Wight. **Journal of Rural Studies**, p254-266, 2007.

COFENAC. Calidad Física y Organoléptica de los Cafés Robustas Ecuatorianos. Manta, Consejo Nacional Cafetalero, 2005.

CUELLAR, M. and CALLE, A. Can we find solutions with people? Participatory action research with small organic producers in Andalusia. **Journal of Rural Studies**, p1-12, 2011.

GONDARD, P. y MAZUREK, H. 30 Años de reforma Agraria y Colonización en el Ecuador (1964 -1994). **Estudios de Geografía**. *Vol 10*, p15-40, 2001.

GONZALEZ, A. and NIGH, R. Smallholder participation and certification of organic farm products in Mexico. **Journal of Rural Studies**, p449-460, 2005.

GRANDA, P. **Monocultivos de Arboles en Ecuador**. Quito, Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales, 2006.

IICA, PRODAR, FAO. Gestión de Agronegocios en Empresas Asociativas Rurales. Lima, IICA, 2006.

INAMHI. Datos climáticos.http://www.inamhi.gob.ec (accessed 02 Jan 2014), 2014.

INCCA. Base de Datos Programa Emergente de las Provincias de Orellana y Sucumbíos - *PROERA, período 2003-2010.* Quito, INCCA, 2010.

INCCA. Informe de Avance del programa Emergente de Reactivación Agrícola de las Provincias de Orellana y Sucumbíos. Quito, Instituto Nacional de Capacitación Campesina, 2009.

INEC. **Resultados del Censo 2010 de población y vivienda**. Quito, Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, 2012.

INIAP. Análisis de la Cadena de Cacao y perspectivas de los mercados para la Amazonía norte. Joya de Los Sachas: Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias, 2010.

IPNI. International Plant Nutrition Institute. http://www.ipni.net/ppiweb/iaecu.nsf/\$webindex/156C1D63B3DAA5EF0525710F005D46E2/\$file /Manejo+de+sitio+espec%C3%ADfico+del+Cacao....pdf (accessed 25 Jan 2014), 2014.

KIBBUTZIM. kibbutzim.org.il. http://www.kibbutz.org.il/eng/ (accessed 05 Oct 2013), 2013.

LITTLE, P. Ecología Política de Cuyabeno, el desarrollo no sostenible de la Amazonía. Quito, Abya-Yala, 1992.

MAG. **III Censo Nacional Agropecuario**. http://www.sica.gov.ec/censo (accessed 20 Feb 2010), 2010.

MALDONADO, G. La Reforma Agraria en el Ecuador, una lucha por la justicia. *Nueva Sociedad*, p14-29, 1979.

MANCINI, M. "Geographical Indications in Latin America Value Chains: A "branding from below" strategy or a mechanism excluding the poorest?" **Journal of Rural Studies**, p295–306, 2013.

MELO, C., and HOLLANDER, G. "Unsustainable development: Alternative food networks and the Ecuadorian Federation of Cocoa Producers, 1995-2010." **Journal of Rural Studies**, p251-263, 2013.

MENDOZA, G. FIDAMERICA. **Una estratégia de Comercialización Asociativa**. http://www.fidamerica.org/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc\_950.pdf (accessed 05 de Apr 2010), 2010.

ORTEGA, J. **Análisis Sectorial del Café**. Quito, Dirección General de Estudios - Banco Central del Ecuador, 2003.

PELUPESSY, W. y JIMÉNEZ, G. Número Especial en Cadenas Agroalimentarias y Biocomercio. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**. *Vol 10*, p1-2, 2009.

PLAN ECUADOR; AMAZNOR. **Programa de Desarrollo Sostenible de la Frontera Amazónica del Norte, AMAZNOR**. Quito, Plan Ecuador, 2009.

PODHORSKY, A. "A positive analysis of Fairtrade certification." **Journal of Development Economics**, p169-185, 2015.

QUINGAISA, E. y RIVEROS, H. **Estudio de caso**: Denominación de Origen "Cacao Arriba". Quito, FAO-IICA, 2007.

RENARD, M. Fair trade: quality, market and conventions. **Journal of Rural Studies**, p87-96, 2003.

RENARD, M. Quality certification, regulation and power in fair trade. **Journal of Rural Studies**, p419-431, 2005.

ROMANO, R. SANTINI, A. LE GROTTAGLIE, L. MANZO, N. VISCONTI, A. and RITIENI, A. Identification markers based on fatty acid composition to differentiate between roasted Arabica and Canephora (Robusta) coffee varieties in mixtures. **Journal of Food Composition and Analysis**, Article in press, 2014.

SAG-IICA. **Análisis de la Cadena del Café en Honduras**. Tegucigalpa, Orton IICA / CATIE, 2002.

SANTACOLOMA, P; SUÁREZ, R; RIVEROS, H. Fortalecimiento de los Vínculos de Agronegocios con los Pequeños Productores - "Estudios de Caso en América Latina y El Caribe". Roma, FAO, 2005.

SICA. Proyecto SICA. **Historia e Importancia del Café en Ecuador**. http://www.sica.gov.ec/cadenas/cafe/docs/historia\_cafe.html (accessed 01 Apr 2010), 2010.

SINAGAP. Serie histórica de cacao 2000 - 2013. Quito, MAGAP, 2016.

TONNIES, F. Comunidad y Asociación "El Comunismo y el Socialismo como formas de Vida Social". Granada, Comares, 2009.

VITERI, G. Reforma Agraria en el Ecuador. Quito, EUMED, 2007.

VITERI, O. Evaluación de la sostenibilidad de los cultivos de café y cacao en las provincias de Orellana y Sucumbíos - Ecuador. Tesis doctoral. Barcelona, Universidad Autónoma de Barcelona, 04 de Octubre de 2013.

Recebido para publicação em 05 de janeiro de 2017.

Devolvido para a revisão em 16 de fevereiro de 2017.

Aceito para a publicação em 20 de fevereiro de 2017.

# **COMPÊNDIO AUTORES**

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. A mística na luta pela terra. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 -67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares. Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina. Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia). Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças. Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux. Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica. Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA. Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BRINGEL, Breno Marqués. El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST. Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná. Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n.

15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, TJ. Overtime in China: law, practice and social exclusion. And 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socioenvironmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses. Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. Brésil: l'enjeu des biocarburants. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados. Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná. Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR. Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio. Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas. Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. "Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários. Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. "Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa. Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta. Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. Vivir bien ¿paradigma no capitalista? Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005). Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin. Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOCSMAN, Luis Daniel. Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás. Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. Você tem fome do que? Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARRIEM, Abdurazack. "Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1-13, 2005.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no

**Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense. Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LOBOS, Damian Andres. Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano. Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. "¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica** na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. (Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios. Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España. Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre. Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MCMICHAEL, Philip. Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question. Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação. Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro. A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócioterritoriais. Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP. Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo** *Tekoha-Tekoharã***. Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.** 

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica. Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. O Método do discurso. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NORDER, Luis Antônio Cabello. Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964). Ano 17. n. 24. p. 133-145.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66–87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-Pl. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay. Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos. Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. "No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. A genealogy of Black organizing in Brazil. And 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflitos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROSS, Djoni. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução. Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSSETTO, Onélia Carmem. Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya. Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SANTONJA, Jordi Tormo i. Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España. Ano 12, n. 14 p. 7–27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS. Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP). Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP. Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. Entrevista a James Cockcroft. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS). Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará. Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato? Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios. Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Claúdio Barbosa. Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST). Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200

## **COMPÊNDIO EDIÇÕES**

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados. Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil. Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária. Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais. Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná. Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula. Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças. Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. O Método do discurso. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos. Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. "Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1-13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional. Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. A mística na luta pela terra. Ano 8, n. 7 p. 22 - 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados. Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil. Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005). Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. Você tem fome do que? Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux. Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST. Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST). Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta. Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question. Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la** *praxis* **desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses. Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. "Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários. Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España. Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo. Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. Brésil: l'enjeu des biocarburants. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.... Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. Overtime in China: law, practice and social exclusion. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos. Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable. Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España. Ano 12, n. 14 p. 7–27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. A genealogy of Black organizing in Brazil. And 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E. Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUNA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07–21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66–87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya. Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP. Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócioterritoriais. Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás. Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato? Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica. Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. "Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa. Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação** ao desenvolvimento sustentável na **Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS. Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edicão Especial, p. 09 – 20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socioenvironmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo** *Tekoha-Tekoharã***. Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.** 

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. Vivir bien ¿paradigma no capitalista? Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano. Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay. Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica** na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS). Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares. Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964). Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular. Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. Conhecendo a questão agrária por seus atores. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay. Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa. Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP). Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense. Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará. Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. Ano 18. n. 26. p. 11.28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP. Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios. Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964). Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. (Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios. Ano 18. n.28. p.09-18.

ARACH, Omar. Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina. Ano 18. n. 28.p.19-31.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. Ano 18. n.28. p.32-67.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p.68-91.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA. Ano 18. n.28. p.92-105.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação. Ano 18. n.28. p.106-131.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo. Ano 18. n.28. p.149-164.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185.

DRUMOND, Nathalie. A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. Ano 18. n.28. p. 186-205.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México. Ano 18. n.28. p.206-222.

FALERO, Alfredo. La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio. Ano 18. n.28. p.223-240.

GÓMEZ, Sergio. Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin. Ano 18. n.28. p. 241-264.

ZICARI, Julián. Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio. Ano. 18. n. 29.p.10-47

PEREIRA, Lorena Izá. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR. Ano. 18. n. 29.p.70- 100.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. Ano. 18. n. 29.p. 151-173.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná. Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

VENTURA, Claúdio Barbosa. Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG. Ano. 18. n. 29.p.220 -232.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. "¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-Pl. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas. Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre. Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. "No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo "sustentado" de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelso Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção deeconomias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.